



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Concorrência Pública nº __/2018

ANEXO 02
MINUTA DE CONTRATO



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

ÍNDICE

CAPÍTULO I.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	8
Cláusula 1.	DEFINIÇÕES	8
Cláusula 2.	ANEXOS.....	16
Cláusula 3.	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS	17
Cláusula 4.	INTERPRETAÇÃO.....	17
CAPÍTULO II.	CONCESSÃO	20
Cláusula 5.	OBJETO DA CONCESSÃO	20
Cláusula 6.	APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, DO SISTEMA DE CONTROLE E GESTÃO E DOS PLANOS DE OPERAÇÃO, DE MANUTENÇÃO, DE SEGURANÇA OPERACIONAL E DE SEGUROS	22
Cláusula 7.	TRANSFERÊNCIA DA POSSE DOS BENS PÚBLICOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DAS OBRAS	27
Cláusula 8.	DEVER DE PRESERVAÇÃO DA ATUALIDADE NA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES OBJETO DA CONCESSÃO.....	27
Cláusula 9.	PRAZO DA CONCESSÃO	30
Cláusula 10.	PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES AO INÍCIO DA VIGÊNCIA DA CONCESSÃO	30
Cláusula 11.	VALOR ESTIMADO DO CONTRATO	32
Cláusula 12.	DIRETRIZES DE CONVIVÊNCIA ENTRE CONCESSIONÁRIA E PODER CONCEDENTE	32
CAPÍTULO III.	RECEITAS E PAGAMENTOS.....	34
Cláusula 14.	RECEITAS DE EXPLORAÇÃO DAS ATIVIDADES.....	34
Cláusula 15.	RECEITAS ACESSÓRIAS	35
Cláusula 16.	PAGAMENTOS DEVIDOS PELA CONCESSIONÁRIA.....	38
Cláusula 17.	FINANCIAMENTO	43
CAPÍTULO IV.	BENS VINCULADOS À CONCESSÃO.....	45
Cláusula 18.	BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO.....	45
Cláusula 19.	DESCRIÇÃO E RESPONSABILIDADE PELA QUALIDADE DA INFRAESTRUTURA TRANSFERIDA À CONCESSIONÁRIA	47
Cláusula 20.	DAS RESTRIÇÕES À ALIENAÇÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO	47
Cláusula 21.	DA REVERSIBILIDADE DOS BENS	49
Cláusula 22.	DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS BENS AO TÉRMINO DA CONCESSÃO	51
Cláusula 23.	TRANSIÇÃO	55
CAPÍTULO V.	CONCESSIONÁRIA.....	57
Cláusula 24.	ESTRUTURA SOCIETÁRIA DA CONCESSIONÁRIA.....	57
Cláusula 25.	DO PROGRAMA DE CONFORMIDADE (COMPLIANCE)	57



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Cláusula 26.	DO ESTATUTO SOCIAL DA SPE.....	60
Cláusula 27.	CAPITAL SOCIAL.....	61
Cláusula 28.	DA ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA DA CONCESSIONÁRIA.....	63
Cláusula 29.	DOS ATOS DEPENDENTES DE ANUÊNCIA PRÉVIA OU COMUNICAÇÃO AO PODER CONCEDENTE.....	67
CAPÍTULO VI. OBRAS E PROJETOS.....		71
Cláusula 30.	DAS OBRAS MÍNIMAS DA CONCESSÃO.....	71
Cláusula 31.	DAS CONDIÇÕES PARA O INÍCIO DAS OBRAS	72
Cláusula 32.	DO PLANEJAMENTO, DAS OBRAS E DOS PROJETOS	73
Cláusula 33.	OBRIGAÇÕES RELATIVAS ÀS OBRAS	76
Cláusula 34.	CRONOGRAMA DAS OBRAS E INVESTIMENTOS.....	78
Cláusula 35.	DAS LICENÇAS.....	80
CAPÍTULO VII. USO, EXPLORAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO		81
Cláusula 36.	DISCIPLINA DE USO, EXPLORAÇÃO E MANUTENÇÃO.....	81
Cláusula 37.	DOS INDICADORES DE DESEMPENHO.....	82
CAPÍTULO VIII. OBRIGAÇÕES DAS PARTES		86
Cláusula 38.	DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE	86
Cláusula 39.	DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA	88
Cláusula 40.	DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR	99
Cláusula 41.	PUBLICIDADE	100
CAPÍTULO IX. USUÁRIOS		101
Cláusula 43.	DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS.....	101
Cláusula 44.	SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO E OUVIDORIA.....	103
CAPÍTULO X. RISCOS DA CONCESSÃO, EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E REVISÕES CONTRATUAIS		104
Cláusula 45.	ALOCÇÃO DE RISCOS DA CONCESSÃO	104
Cláusula 46.	DOS RISCOS EXCLUSIVOS DA CONCESSIONÁRIA	104
Cláusula 47.	DOS RISCOS EXCLUSIVOS DO PODER CONCEDENTE	111
Cláusula 48.	EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO	113
Cláusula 49.	PROCEDIMENTO DO PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO	115
Cláusula 50.	REVISÃO ORDINÁRIA	122
CAPÍTULO XI. INVESTIMENTOS ADICIONAIS.....		125
Cláusula 51.	INVESTIMENTOS ADICIONAIS	125
Cláusula 52.	PROCEDIMENTO.....	127
Cláusula 53.	RESPONSABILIDADES E RISCOS DA CONCESSIONÁRIA RELACIONADOS AOS INVESTIMENTOS ADICIONAIS	132



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Cláusula 54. ADICIONAIS	RESPONSABILIDADES E RISCOS DO PODER CONCEDENTE NOS INVESTIMENTOS	140
Cláusula 55. ADICIONAIS	DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO NOS INVESTIMENTOS	141
CAPÍTULO XII. GARANTIAS E SEGUROS		143
Cláusula 56.	GARANTIA DE EXECUÇÃO	143
Cláusula 57.	SEGUROS	147
CAPÍTULO XIII. FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO		153
Cláusula 58.	FISCALIZAÇÃO	153
CAPÍTULO XIV. RESPONSABILIDADE PERANTE TERCEIROS		161
Cláusula 59.	RESPONSABILIDADE GERAL	161
Cláusula 60.	CONTRATOS COM TERCEIROS	161
Cláusula 61.	DA SUBCONTRATAÇÃO	163
Cláusula 62.	DA SUBCONCESSÃO	164
CAPÍTULO XV. INTERVENÇÃO		165
Cláusula 63.	INTERVENÇÃO	165
CAPÍTULO XVI. EXTINÇÃO DA CONCESSÃO		169
Cláusula 64.	CASOS DE EXTINÇÃO	169
Cláusula 65.	ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL	170
Cláusula 66.	ENCAMPAÇÃO	172
Cláusula 67.	CADUCIDADE	175
Cláusula 68.	RESCISÃO	182
Cláusula 69.	FALÊNCIA E EXTINÇÃO DA CONCESSIONÁRIA	183
Cláusula 70.	ANULAÇÃO DA CONCESSÃO	184
CAPÍTULO XVII. SANÇÕES E PENALIDADES		185
Cláusula 71.	SANÇÕES E PENALIDADES	185
Cláusula 72.	DO PROCEDIMENTO	188
CAPÍTULO XVIII. INTERVENIENTES-ANUENTES		191
Cláusula 73.	RESPONSABILIDADE	191
CAPÍTULO XIX. MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS		192
Cláusula 74.	DO MODO AMIGÁVEL DE SOLUÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS CONTRATUAIS	192
Cláusula 75.	ARBITRAGEM	195
Cláusula 76.	FORO	200
CAPÍTULO XX. DISPOSIÇÕES DIVERSAS		201
Cláusula 77.	COMUNICAÇÕES	201
Cláusula 78.	CONTAGEM DE PRAZOS	202
Cláusula 79.	EXERCÍCIO DE DIREITOS	202



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Cláusula 80.	INVALIDADE PARCIAL.....	202
--------------	-------------------------	-----



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

CONTRATO STM Nº ____ / 2 0 1 8

Aos [•] dias do mês de [•] de 20__, de um lado, na qualidade de PODER CONCEDENTE, o ESTADO de São Paulo, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS, doravante denominada STM, sediada à Rua Boa Vista, nº 175 – Centro – São Paulo – SP, representada pelo Secretário dos Transportes Metropolitanos, _____, portador do RG _____, e inscrito no CPF/MF sob o nº _____, nomeado por decreto de nomeação do Governador, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE/SP de ____ de ____ de ____, e de outro, na qualidade de CONCESSIONÁRIA, a [Contratada], com sede na [•], representada na forma de seus atos constitutivos por seu [Nome e cargo do Representante da Contratada] e seu [Nome e cargo do Representante da Contratada], com a interveniência/anuência da ESTRADA DE FERRO CAMPOS DO JORDÃO, doravante denominada EFCJ, sediada à Rua Martin Cabral, n.º 87 – Centro – Pindamonhangaba – SP, representada na forma do Decreto Estadual n.º 60.071/14 por seu Diretor Ferroviário, _____, e

CONSIDERANDO a necessidade de fazer investimentos e implantar melhorias na infraestrutura do Parque Capivari, trazendo benefícios à população local e aos visitantes de Campos do Jordão;

CONSIDERANDO o vulto dos investimentos previstos para a revitalização do Parque Capivari e o cenário de restrição orçamentária e financeira por qual passa o Estado de São Paulo

CONSIDERANDO a necessidade de proporcionar maior eficiência na execução das obras necessárias à revitalização do Parque Capivari e na gestão da infraestrutura a ser implantada,

CONSIDERANDO que o Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização – CDPED aprovou a modelagem final e autorizou a delegação das obras, sob o regime de concessão, em reunião ordinária do CDPED realizada no dia ____ de ____ de 20__, conforme consta ata da ____ª Reunião Ordinária publicada no DOE/SP, na edição de ____ de ____ de 20__;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

CONSIDERANDO que em virtude da decisão acima mencionada, a STM, de acordo com as competências legais que lhe foram atribuídas, realizou regular LICITAÇÃO na modalidade de CONCORRÊNCIA, cujo objeto foi adjudicado à CONCESSIONÁRIA, por ato publicado no DOE/SP no dia [•], edição de n.º [•];

CONSIDERANDO, por fim, que foram cumpridas todas as condições precedentes à assinatura do CONTRATO, previstas no EDITAL.

As PARTES **RESOLVEM**, de comum acordo, firmar o presente CONTRATO, para realização do OBJETO da CONCESSÃO, que será regido pelas cláusulas e condições aqui previstas, por seus ANEXOS, pelas disposições constantes do EDITAL da CONCORRÊNCIA n.º ____/2018 e de seus anexos, pela PROPOSTA da CONCESSIONÁRIA, integrantes deste instrumento, e pela Lei Federal n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; da Lei Estadual n.º 7.835, de 08 de maio de 1992; da Lei Estadual n.º 9.361 de 5 de julho de 1.996; da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993; e, no que couber, da Lei Estadual n.º 6.544, de 22 de novembro de 1989, e consoante o Decreto Estadual n.º _____, de ____ de _____ de 20____, bem como demais normas que regem a matéria.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

CAPÍTULO I. DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1. DEFINIÇÕES

1.1. Para os fins deste CONTRATO, salvo quando houver disposição expressa em contrário, os termos, frases e expressões listadas abaixo, quando utilizados neste CONTRATO e seus ANEXOS e redigidos em letras maiúsculas, deverão ser compreendidos e interpretados de acordo com os seguintes significados:

ADJUDICATÁRIA	Licitante que se sagrou vencedora da LICITAÇÃO, à qual foi adjudicado o objeto da CONCESSÃO.
ADMINISTRAÇÃO	Órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opera e atua concretamente.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas.
ANEXOS	Anexos ao CONTRATO, relacionados na Cláusula 2 deste CONTRATO.
ATIVIDADES	Todas as OBRAS, serviços, exploração dos imóveis, e outras atividades, descritas na Cláusula 5, que, em conjunto, constituem o objeto da CONCESSÃO.
BENS INTEGRANTES	São os bens diretamente afetos ou associados à execução das ATIVIDADES objeto do EDITAL, sejam eles repassados pelo PODER CONCEDENTE, ou incorporados por ação da CONCESSIONÁRIA.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

BENS PRIVADOS	Bens de propriedade da CONCESSIONÁRIA, que, não sendo imprescindíveis à continuidade da execução das ATIVIDADES objeto do EDITAL, não são considerados BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO.
BENS REVERSÍVEIS	Ativos fixos cedidos pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA na DATA DE TRANSFERÊNCIA, bem como os bens vinculados e necessários à continuidade da execução das ATIVIDADES objeto do EDITAL, desapropriados, construídos, adquiridos, produzidos/fabricados e implantados pela CONCESSIONÁRIA, durante o prazo da CONCESSÃO, nos termos e condições previstos neste CONTRATO.
CDPED	Conselho do Programa Estadual de Desestatização criado pelo artigo 4º da Lei Estadual n.º 9.361, de 05 de junho de 1996.
CMCP	Comissão de Monitoramento das Concessões e Permissões de Serviços Públicos dos Sistemas de Transportes de Passageiros delegados à iniciativa privada, instituída por meio do Decreto Estadual n.º 51.308/2006;
COMISSÃO DE DESMOBILIZAÇÃO	Comissão instituída pelo PODER CONCEDENTE com a finalidade de acompanhar a adoção, pela CONCESSIONÁRIA, das medidas prévias à devolução de todos os BENS REVERSÍVEIS e retomada das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO pelo PODER CONCEDENTE.
CONCESSÃO	Concessão comum de obra pública, conforme previsão do artigo 2º, inciso II, da Lei Estadual nº 7.835/1992, para a execução das ATIVIDADES, outorgada à CONCESSIONÁRIA pelo prazo e condições previstos no CONTRATO.
CONCESSIONÁRIA	Responsável pela execução das ATIVIDADES após a celebração do CONTRATO, devendo assumir a forma de SPE, a ser constituída sob a forma de sociedade anônima, de



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

	acordo com as regras previstas no CONTRATO, com a finalidade de executar as ATIVIDADES.
CONSÓRCIO	Associação de empresas e/ou entidades brasileiras ou estrangeiras, fundos de investimentos, entidades de previdência privada e instituições financeiras com o objetivo de participar da LICITAÇÃO e, em sendo vencedora do certame, constituir-se em SPE, segundo as leis brasileiras.
CONTRATO	Presente instrumento que formaliza os termos e condições da CONCESSÃO, contendo os ANEXOS mencionados na Cláusula 2 e a PROPOSTA da CONCESSIONÁRIA, sendo regido também pelas disposições constantes do EDITAL da CONCORRÊNCIA n.º [REDACTED]/2018 e seus anexos.
DATA DE ASSINATURA	Data de assinatura deste CONTRATO pelos representantes do PODER CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA, independente de publicação do extrato do CONTRATO no DOE.
DOE/SP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
EDITAL	Edital de Licitação da Concorrência n.º [REDACTED]/2018, que disciplina e regula o procedimento da LICITAÇÃO
EFCJ	Estrada de Ferro Campos do Jordão, órgão público constante da estrutura administrativa da Secretaria dos Transportes Metropolitanos
ESTADO	Estado de São Paulo.
FINANCIADOR	Toda e qualquer instituição financeira, banco de fomento ou agência multilateral de crédito, que conceda financiamento à CONCESSIONÁRIA para a execução das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO, e/ou qualquer agente fiduciário ou representante agindo em nome dos mesmos.
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

GARANTIA DE EXECUÇÃO	Garantia para assegurar a plena execução do CONTRATO, a ser contratada pela CONCESSIONÁRIA, nos termos e condições previstos no CONTRATO.
GRUPO ECONÔMICO	Compõem o grupo econômico da LICITANTE ou da CONCESSIONÁRIA as sociedades coligadas, controladas ou de simples participação, nos termos dos artigos 1.097 e seguintes, do Código Civil e do artigo 278, da Lei Federal n.º 6.404/1976, e as empresas ou fundos de investimentos que possuam diretores, gestores ou acionistas (com mais de 10% de participação) ou representantes legais comuns, bem como aquelas que dependem econômica ou financeiramente de outra empresa ou fundo de investimento, além das empresas ou fundos de investimento sujeitos a uma mesma estrutura global, incluindo compartilhamento global de conhecimento, governança e política corporativa.
INDICADORES DE DESEMPENHO	Índice decorrente da aferição da qualidade das ATIVIDADES executadas pela CONCESSIONÁRIA, conforme os termos da Cláusula 37 e do ANEXO 04.
INFRAESTRUTURA	INFRAESTRUTURA EXISTENTE e INFRAESTRUTURA A SER IMPLANTADA.
INFRAESTRUTURA A SER IMPLANTADA	Conjunto de bens imóveis e equipamentos a serem implantados pela CONCESSIONÁRIA, de acordo com as regras do EDITAL e do CONTRATO.
INFRAESTRUTURA EXISTENTE	Conjunto de bens imóveis e equipamentos existentes no momento da celebração do CONTRATO e transferidos pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, de acordo com as regras previstas no CONTRATO.
INVENTÁRIO ou INVENTÁRIO DOS BENS INTEGRANTES	Relação dos BENS INTEGRANTES e dos BENS REVERSÍVEIS da CONCESSÃO, sejam eles repassados pelo



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

	PODER CONCEDENTE ou incorporados por ação da CONCESSIONÁRIA.
INVESTIMENTOS ADICIONAIS	Investimentos passíveis de incorporação ao CONTRATO, como encargo da CONCESSIONÁRIA, que, não sendo decorrentes das condições originais contratadas, ou necessários ao atendimento das obrigações contratuais originais ou do dever de manutenção da atualidade na execução das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO, sejam necessários para um melhor aproveitamento econômico, turístico ou social dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO ou sejam fundamentais para a consecução do interesse público, conforme <i>ratio</i> do artigo 23, inciso V, da Lei Federal nº 8.987/1995, e que se revelarem relacionados à própria natureza do CONTRATO, nos termos da CAPÍTULO XI do CONTRATO.
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPC	Índice de Preços ao Consumidor divulgado Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.
JUNTA TÉCNICA	Junta a ser constituída para a solução amigável de eventuais divergências/conflito de interesse de natureza técnica, nos termos da Cláusula 74.
LICITAÇÃO	Procedimento administrativo pelo qual a ADMINISTRAÇÃO seleciona a PROPOSTA mais vantajosa para consecução do objeto do CONTRATO.
LICITANTE VENCEDORA	LICITANTE julgada vencedora por ter apresentado a PROPOSTA melhor classificada e atender a todas as condições do EDITAL, à qual será adjudicado o objeto da LICITAÇÃO.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

METODOLOGIA DE EXECUÇÃO	Conjunto de informações técnicas e operacionais apresentado pela CONCESSIONÁRIA para a execução e exploração do objeto da CONCESSÃO, em conformidade com as diretrizes e requisitos mínimos constantes nos ANEXOS 01 e 03, contendo prazos e demais condições necessárias à perfeita execução e acompanhamentos das OBRAS.
NTN-B	Notas do Tesouro Nacional Série B
OPERAÇÃO COMERCIAL	Etapa da CONCESSÃO a partir da qual a CONCESSIONÁRIA passa a poder receber RECEITA DE EXPLORAÇÃO e RECEITAS ACESSÓRIAS, conforme os termos do CONTRATO.
PARTES	PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA.
PARTES RELACIONADAS	Entidades, físicas ou jurídicas, com as quais a LICITANTE, ou qualquer de seus membros, tenha possibilidade de contratar ou transacionar em condições que não sejam as de comutatividade e independência que caracterizam as transações com terceiros alheios à companhia, ao seu controle gerencial ou a qualquer outra área de influência.
PLANO DE NEGÓCIOS	Documento por meio do qual serão apresentadas as projeções econômico-financeiras consideradas na elaboração da PROPOSTA COMERCIAL da LICITANTE, cobrindo o prazo da CONCESSÃO.
PLANO DE SEGURANÇA OPERACIONAL	Documento que deverá ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA, para aprovação do PODER CONCEDENTE, contemplando as medidas necessárias para a garantia da segurança operacional e a segurança dos USUÁRIOS, dos trabalhadores e de terceiros, as medidas para gestão de riscos e contingências, devendo vigorar durante o prazo da CONCESSÃO, nos termos do CONTRATO.
PLANO DE SEGUROS	Documento que deverá ser apresentado pela



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

	CONCESSIONÁRIA e contemplará todos os seguros a serem mantidos pela CONCESSIONÁRIA para a execução das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO, nos termos do CONTRATO.
PLANO OPERACIONAL PARCIAL	Documento que deverá ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA de forma a demonstrar de que forma OBRAS e demais ATIVIDADES, incluindo a OPERAÇÃO COMERCIAL, serão executadas por ela ao longo dos primeiros 03 (três) anos de vigência da CONCESSÃO, nos termos da Cláusula 6.2 e seguintes do CONTRATO.
PLANO OPERACIONAL FINAL	Documento que deverá ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA, após o término das OBRAS, de forma a demonstrar a forma como serão executadas as ATIVIDADES e de que maneira será feita a OPERAÇÃO COMERCIAL, nos termos da Cláusula 6.7 e seguintes do CONTRATO.
PODER CONCEDENTE	Estado de São Paulo, representado pela STM.
PROPOSTA	Conjunto de documentos entregues pela LICITANTE para participação na LICITAÇÃO.
RECEITA LIQUIDA	Receita efetivamente auferida pela CONCESSIONÁRIA a título de RECEITA DE EXPLORAÇÃO e a partir da exploração das RECEITAS ACESSÓRIAS, descontando-se (i) devolução e vendas canceladas, (ii) descontos concedidos incondicionalmente e os (iii) tributos incidentes sobre ela.
RECEITAS ACESSÓRIAS	Receita alternativa ou complementar auferida direta ou indiretamente pela CONCESSIONÁRIA através da exploração ou execução de ATIVIDADES ou serviços não integrantes do objeto da CONCESSÃO, tais como aquelas oriundas de serviços de publicidade e prestação de outros serviços complementares.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

RECEITA DE EXPLORAÇÃO	Receitas auferidas a partir da exploração dos bens e equipamentos adaptados, reformados, construídos ou instalados pela CONCESSIONÁRIA na área sob sua gestão, de acordo com o objeto da CONCESSÃO.
REVISÃO ORDINÁRIA	Revisão do contrato a cada 3 (três) anos, nos termos disciplinados pela Cláusula 50.
SISTEMA DE CONTROLE E GESTÃO	Sistema informatizado, implementado e mantido pela CONCESSIONÁRIA, durante toda vigência da CONCESSÃO, após a aprovação do PODER CONCEDENTE, apto a demonstrar todas as informações previstas no Anexo 01 (DIRETRIZES BÁSICAS E REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS PARA IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E EXPLORAÇÃO DAS OBRAS OBJETO DA LICITAÇÃO) e necessárias ao acompanhamento e fiscalização da CONCESSÃO por parte do PODER CONCEDENTE, dentre as quais, o número de usuários e visitantes em todos os equipamentos do Parque Capivari, inclusive estacionamentos, e os valores arrecadados pela CONCESSIONÁRIA a título de RECEITA DE EXPLORAÇÃO e de RECEITAS ACESSÓRIAS.
SPE	Sociedade de Propósito Específico, sob a natureza de sociedade anônima, em conformidade com a lei brasileira, a ser constituída pelo LICITANTE vencedor da LICITAÇÃO, com a finalidade específica de execução das ATIVIDADES objeto da presente CONCESSÃO.
STM	Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE	Documento que transfere definitivamente a posse e a responsabilidade pela INFRAESTRUTURA EXISTENTE, bem como torna a CONCESSIONÁRIA responsável e futura possuidora da INFRAESTRUTURA A SER IMPLANTADA.
TAXA DE FISCALIZAÇÃO	Montante devido em razão das atividades de gerenciamento e fiscalização da CONCESSÃO pelo PODER CONCEDENTE, no valor correspondente a 2% (dois por cento) sobre a RECEITA LÍQUIDA da CONCESSIONÁRIA, auferida mensalmente, conforme Cláusula 16.1.1
TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO	Documento emitido quando da extinção da CONCESSÃO, sendo cumpridas todas as condições determinadas no TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO, ou adimplidas as eventuais indenizações.
TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO	Documento a ser emitido pelo PODER CONCEDENTE que retratará a situação dos BENS REVERSÍVEIS, constando os termos da sua aceitação, a eventual necessidade de correções ou substituições, sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, bem como a previsão de treinamento de pessoal indicado pelo PODER CONCEDENTE, não cabendo qualquer tipo de ressarcimento à CONCESSIONÁRIA.
TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE ACIONÁRIO	Ocorrência de alguma das situações previstas no artigo 254-A, §1º, da Lei Federal n.º 6.404/1976.
TRIBUNAL ARBITRAL	Tribunal arbitral designado para solução das controvérsias sujeitas à arbitragem, nos termos e condições previstos neste CONTRATO.
USUÁRIO	Pessoas naturais que se utilizem das ATIVIDADES executadas pela CONCESSIONÁRIA.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

2.1. Integram este CONTRATO os seguintes ANEXOS:

Nº	ASSUNTO DOS ANEXOS
1	DIRETRIZES BÁSICAS E REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS PARA IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E EXPLORAÇÃO DAS OBRAS OBJETO DA LICITAÇÃO
2	PENALIDADES
3	ELEMENTOS DE PROJETO DAS OBRAS
4	INDICADORES DE DESEMPENHO
5	DIRETRIZES DE CONVIVÊNCIA ENTRE CONCESSIONÁRIA E EFCJ
6	BENS PÚBLICOS TRANSFERIDOS À CONCESSIONÁRIA
7	REGULAMENTO DA CONCESSÃO
8	ATOS CONSTITUTIVOS DA SPE

Cláusula 3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

- 3.1. Este CONTRATO é regido pelas regras estabelecidas neste CONTRATO e em seus ANEXOS, pela Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, pela Lei Estadual nº 7.835, de 08 de maio de 1992, pela Lei Estadual n.º 9.361, de 05 de junho de 1996 e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, pelo Decreto Estadual nº _____, de ____ de _____ de 20____, bem como as demais normas vigentes e aplicáveis ao presente caso.
- 3.2. O PODER CONCEDENTE poderá autorizar a EFCJ, qualquer outro órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta, ou mesmo terceiros contratados, a exercer quaisquer atribuições delegáveis alocadas no CONTRATO ao PODER CONCEDENTE ou a outros órgãos públicos, independentemente de aviso prévio à CONCESSIONÁRIA.

Cláusula 4. INTERPRETAÇÃO

- 4.1. Para os fins deste CONTRATO, salvo nos casos em que haja expressa disposição em contrário:



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (i) As definições deste CONTRATO, expressas na Cláusula 1, têm os significados atribuídos naquela cláusula, seja no plural ou no singular;
- (ii) Todas as referências neste CONTRATO para designar cláusulas, subcláusulas ou demais subdivisões referem-se às cláusulas, subcláusulas ou demais subdivisões do corpo deste CONTRATO, salvo quando expressamente dispuser de maneira diversa;
- (iii) Os pronomes de ambos os gêneros deverão considerar, conforme o caso, as demais formas pronominais;
- (iv) Todas as referências ao presente CONTRATO ou a qualquer outro documento relacionado à CONCESSÃO deverão considerar eventuais alterações e/ou aditivos que venham a ser celebrados entre as PARTES;
- (v) Toda a referência feita à legislação e aos regulamentos deverá ser compreendida como referência à legislação e aos regulamentos vigentes à época do caso concreto e a ele aplicáveis, de qualquer esfera da federação e consideradas suas alterações;
- (vi) A utilização neste CONTRATO dos termos “incluindo” ou “inclusive” significa “incluindo, mas não se limitando” ou “inclusive, mas sem se limitar a”; e
- (vii) Os títulos das cláusulas deste CONTRATO e dos ANEXOS não devem ser usados na sua aplicação ou interpretação.

4.2. Controvérsias que porventura existam na aplicação e/ou na interpretação dos dispositivos e/ou documentos relacionados à CONCESSÃO, resolver-se-ão da seguinte forma:



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (i) Considerar-se-á, em primeiro lugar, a redação deste CONTRATO, que prevalecerá sobre todos os demais documentos da relação contratual, incluindo o EDITAL e os ANEXOS;
 - (ii) Em caso de divergências entre o EDITAL e os seus ANEXOS, prevalecerá o EDITAL;
 - (iii) Em caso de divergências entre os ANEXOS, prevalecerão os ANEXOS elaborados pelo PODER CONCEDENTE;
- 4.3. A superação de quaisquer prazos estabelecidos, neste CONTRATO, para a prática de atos por parte do PODER CONCEDENTE, da EFCJ, ou de qualquer outro órgão ou entidade do ESTADO, caso não seja objeto de prorrogação, não implicará aceitação tácita ou concordância com qualquer espécie de pleito, servindo apenas para constituir o responsável em mora, permitindo que a CONCESSIONÁRIA adote os mecanismos de solução de controvérsias previstos no CAPÍTULO XIX.



CAPÍTULO II. CONCESSÃO

Cláusula 5. OBJETO DA CONCESSÃO

5.1. Constitui objeto da CONCESSÃO:

- 5.1.1. A reurbanização do Parque Capivari, com a necessária reconstrução de acessos, áreas comerciais e administrativas, sanitários e estacionamentos, além de implantação de palco multiuso, recomposição de áreas verdes, recuperação de bens imóveis de propriedade da EFCJ intimamente ligados ao entorno da área do Parque Capivari, elaboração de novos passeios de circulação na área interna e requalificação da estrutura básica do pedalinho já existente, nos termos da proposta da CONCESSIONÁRIA, observados, naquilo que pertine, os ANEXOS 01 (DIRETRIZES BÁSICAS E REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS PARA IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E EXPLORAÇÃO DAS OBRAS OBJETO DA LICITAÇÃO) e 03 (ELEMENTOS DE PROJETO DAS OBRAS);
- 5.1.2. A Implantação de um novo e moderno teleférico, em substituição ao atual teleférico, nos termos da proposta da CONCESSIONÁRIA, observados, naquilo que pertine, os ANEXOS 01 (DIRETRIZES BÁSICAS E REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS PARA IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E EXPLORAÇÃO DAS OBRAS OBJETO DA LICITAÇÃO) e 03 (ELEMENTOS DE PROJETO DAS OBRAS);
- 5.1.3. A reurbanização do Morro do Elefante, com a implantação de novo terminal de teleférico, novas áreas comerciais, sanitários e novo mirante, nos termos da proposta da CONCESSIONÁRIA, observados, naquilo que pertine, os ANEXOS 01 (DIRETRIZES BÁSICAS E REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS PARA IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E EXPLORAÇÃO DAS OBRAS OBJETO DA LICITAÇÃO) e 03 (ELEMENTOS DE PROJETO DAS OBRAS);
- 5.1.4. Implantação de um trenó sobre trilhos no Morro do Elefante, sob a área dos cabos do teleférico;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 5.1.5. Reforma e implantação de estacionamentos, nos termos previstos nos ANEXOS 01 (DIRETRIZES BÁSICAS E REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS PARA IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E EXPLORAÇÃO DAS OBRAS OBJETO DA LICITAÇÃO) e 03 (ELEMENTOS DE PROJETO DAS OBRAS) e nas Cláusulas 30.3 e 30.4;
- 5.1.6. A implantação de melhorias nos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, visando a manter seus níveis de qualidade, a cumprir os INDICADORES DE DESEMPENHO, e a garantir sua permanente atualidade e modernidade, nos termos da 5.4;
- 5.1.7. A realização de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, assim considerados aqueles necessários à garantia de funcionalidade, de qualidade, de segurança e de expansão da INFRAESTRUTURA associada ao objeto da CONCESSÃO, essenciais à própria natureza do CONTRATO, nos termos prescritos na Cláusula 5.3;
- 5.1.8. A exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS, a partir da DATA DE ASSINATURA, na forma e nas condições previstas na Cláusula 15 deste CONTRATO;
- 5.2. Conforme previsto no artigo 32, inciso II, da Lei Estadual n.º 7.835/92, a CONCESSIONÁRIA poderá ser remunerada, nos termos previstos no EDITAL e no CONTRATO, destacando-se o previsto na Cláusula 14 e na Cláusula 15, pela cobrança de preço público dos USUÁRIOS, bem como pela receita decorrente de projetos associados, dentre outras fontes, mediante exploração dos bens que lhe são repassados pelo PODER CONCEDENTE nos termos da Cláusula 18.1, inciso (i).
- 5.3. A realização de INVESTIMENTOS ADICIONAIS terá como objetivo garantir a funcionalidade, a qualidade e a segurança das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO e da infraestrutura a elas associada, sendo regulada nos termos do CAPÍTULO XI.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 5.4. As atividades visando à implantação de melhorias nos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, previstas na Cláusula 5.1.6, que deverão respeitar o disposto na Cláusula 8 e as demais especificações constantes dos ANEXOS deste CONTRATO, poderão envolver reformas, alterações, substituições, aplicação de novas tecnologias e de procedimentos, remodelação das instalações e de equipamentos e outras atividades congêneres.
- 5.5. Todas as ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO serão realizadas em conformidade com as normas e especificações constantes deste CONTRATO, de seus ANEXOS e das demais normas pertinentes, obedecendo aos procedimentos operacionais estabelecidos pela STM, pela EFCJ e demais regulamentos aplicáveis.
- 5.6. Constitui pressuposto da CONCESSÃO a adequada qualidade na execução e exploração das OBRAS, considerando-se como tal aquele que satisfaça às condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia, nos termos previstos no artigo 6º, §§1º e 2º, da Lei Federal de Concessões (Lei Federal n.º 8.987/95).

Cláusula 6. APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, DO SISTEMA DE CONTROLE E GESTÃO E DOS PLANOS DE OPERAÇÃO, DE MANUTENÇÃO, DE SEGURANÇA OPERACIONAL E DE SEGUROS

- 6.1. A CONCESSIONÁRIA deverá, com base nas diretrizes operacionais mandatórias constantes dos ANEXOS 01 (DIRETRIZES BÁSICAS E REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS PARA IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E EXPLORAÇÃO DAS OBRAS OBJETO DA LICITAÇÃO) e 03 (ELEMENTOS DE PROJETO DAS OBRAS), elaborar e submeter à aprovação do PODER CONCEDENTE, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contado da DATA DE ASSINATURA deste CONTRATO, METODOLOGIA DE EXECUÇÃO contendo:
- (i) Memorial descritivo das obras e readaptações propostas;
 - (ii) Plantas gerais de implantação, inclusive no tocante à acessibilidade e às inserções no sistema viário;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (iii) Cronograma previsto para a execução das ATIVIDADES, observados os marcos previstos no Cláusula 30 do CONTRATO;
 - (iv) Esboço do Sistema de Controle e Gestão, necessário para o início da OPERAÇÃO COMERCIAL.
- 6.2. A CONCESSIONÁRIA deverá, com base nas diretrizes operacionais mandatórias constantes dos ANEXOS 01 (DIRETRIZES BÁSICAS E REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS PARA IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E EXPLORAÇÃO DAS OBRAS OBJETO DA LICITAÇÃO) e 03 (ELEMENTOS DE PROJETO DAS OBRAS), elaborar e submeter à aprovação do PODER CONCEDENTE, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contado da DATA DE ASSINATURA deste CONTRATO, o PLANO OPERACIONAL INICIAL.
- 6.3. No PLANO OPERACIONAL INICIAL, a ser apresentado ao PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA deverá demonstrar de que forma irá executar as OBRAS e demais ATIVIDADES ao longo dos primeiros 03 (três) anos de vigência da CONCESSÃO, demonstrando o plano de ataque às OBRAS, as medidas a serem adotadas para assegurar uma convivência harmônica entre as OBRAS e a exploração da INFRAESTRUTURA EXISTENTE, os métodos e as estratégias necessários para a OPERAÇÃO COMERCIAL de acordo com os INDICADORES DE DESEMPENHO e demais condições previstas neste CONTRATO, os períodos de eventual paralisação na exploração de equipamentos ou serviços em funcionamento na INFRAESTRUTURA EXISTENTE, dentre outros fatores necessários à mensuração e ao acompanhamento dos impactos gerados pela presente CONCESSÃO à exploração turística do Parque Capivari.
- 6.4. O PODER CONCEDENTE se manifestará acerca da METODOLOGIA DE EXECUÇÃO e do PLANO OPERACIONAL INICIAL, em até 15 (quinze) dias, contados do seu recebimento, prorrogáveis mediante justificativa, podendo, nesta oportunidade: (i) aprová-lo integralmente; ou (ii) aprová-lo parcialmente ou rejeitá-lo, apontando as adequações necessárias a serem feitas pela CONCESSIONÁRIA, que terá, no máximo, 10 (dez) dias, para reapresentá-lo ao PODER CONCEDENTE.
- 6.5. Nas hipóteses indicadas na Cláusula 6.4, (ii), o PODER CONCEDENTE deverá reavaliar, em até 5 (cinco) dias após o seu recebimento, prorrogáveis mediante justificativa, a



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

METODOLOGIA DE EXECUÇÃO e o PLANO OPERACIONAL INICIAL reapresentado pela CONCESSIONÁRIA.

- 6.6. A CONCESSIONÁRIA deverá formular procedimentos de operação específicos para cada ATIVIDADE, no âmbito do PLANO OPERACIONAL INICIAL, os quais deverão conter os métodos e as estratégias necessários para a OPERAÇÃO COMERCIAL ao longo dos primeiros 03 (três) anos de vigência da CONCESSÃO, observando-se os INDICADORES DE DESEMPENHO e demais condições previstas neste CONTRATO, bem como obedecendo às regras de funcionamento e demais diretrizes estabelecidas nos ANEXOS 01 (DIRETRIZES BÁSICAS E REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS PARA IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E EXPLORAÇÃO DAS OBRAS OBJETO DA LICITAÇÃO) e 03 (ELEMENTOS DE PROJETO DAS OBRAS).
- 6.7. Encerradas as OBRAS previstas no objeto desta CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar em até 30 (trinta) dias o PLANO OPERACIONAL FINAL ao PODER CONCEDENTE, demonstrando os métodos e as estratégias necessários para a OPERAÇÃO COMERCIAL de acordo com os INDICADORES DE DESEMPENHO e demais condições previstas neste CONTRATO, sempre obedecendo às regras de funcionamento e demais diretrizes estabelecidas nos ANEXOS 01 (DIRETRIZES BÁSICAS E REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS PARA IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E EXPLORAÇÃO DAS OBRAS OBJETO DA LICITAÇÃO) e 03 (ELEMENTOS DE PROJETO DAS OBRAS).
- 6.8. O PODER CONCEDENTE se manifestará a respeito do PLANO OPERACIONAL FINAL na forma prevista nas Cláusulas 6.4 e 6.5 deste CONTRATO.
- 6.9. O PLANO OPERACIONAL INICIAL E O PLANO OPERACIONAL FINAL devem vir acompanhados de estudo de mercado, com a indicação do potencial mercadológico detalhado e consistente no tocante à exploração das ATIVIDADES previstas no objeto da CONCESSÃO, bem como, se for o caso, de possíveis ATIVIDADES adicionais as serem implantadas e exploradas pela CONCESSIONÁRIA dentro da área objeto da CONCESSÃO.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 6.10. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, no prazo previsto na Cláusula 6.1, o seu PLANO DE SEGURANÇA OPERACIONAL, a ser elaborado de acordo com as diretrizes operacionais mandatórias constantes dos ANEXOS 01 (DIRETRIZES BÁSICAS E REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS PARA IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E EXPLORAÇÃO DAS OBRAS OBJETO DA LICITAÇÃO) e 03 (ELEMENTOS DE PROJETO DAS OBRAS), envolvendo a segurança operacional e a segurança dos USUÁRIOS, dos trabalhadores e de terceiros, as medidas para gestão de riscos e contingências, devendo este PLANO DE SEGURANÇA OPERACIONAL vigorar durante o prazo da CONCESSÃO.
- 6.11. Juntamente com o PLANO OPERACIONAL INICIAL, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, para aprovação do PODER CONCEDENTE, seu PLANO DE SEGUROS referente à execução das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO, o qual deverá ser compatível com as exigências deste CONTRATO, conforme previsto na Cláusula 57.
- 6.12. Os procedimentos de avaliação e aprovação, pelo PODER CONCEDENTE, dos planos de segurança operacional e do PLANO DE SEGUROS, seguirão o mesmo rito definido para a aprovação do PLANO OPERACIONAL INICIAL, conforme definido nas Cláusulas 6.1, 6.4 e 6.5.
- 6.13. A CONCESSIONÁRIA deverá, com base nas diretrizes constantes dos ANEXOS 01 (DIRETRIZES BÁSICAS E REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS PARA IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E EXPLORAÇÃO DAS OBRAS OBJETO DA LICITAÇÃO) e 03 (ELEMENTOS DE PROJETO DAS OBRAS), e demais condições estabelecidas neste CONTRATO, elaborar e submeter à aprovação do PODER CONCEDENTE, no prazo previsto na Cláusula 6.1, o PLANO DE MANUTENÇÃO, o qual terá o mesmo rito de aprovação previsto nas Cláusulas 6.4 e 6.5.
- 6.14. O PLANO DE MANUTENÇÃO, a ser apresentado e implantado pela CONCESSIONÁRIA, deverá contemplar todos os sistemas, equipamentos, instalações, estruturas e edificações relacionadas às ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO.
- 6.15. A CONCESSIONÁRIA deverá formular procedimentos de manutenção específicos para cada ATIVIDADE, no âmbito do PLANO DE MANUTENÇÃO, devendo conter métodos e



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

estratégias necessários à perfeita disponibilização dos sistemas, equipamentos, instalações, estruturas e edificações a permitir a OPERAÇÃO COMERCIAL de acordo com o padrão exigido pelo CONTRATO, observadas as normas técnicas aplicáveis, bem como os métodos e estratégias para manter a INFRAESTRUTURA e as áreas verdes inseridas no bem público sob gestão da CONCESSIONÁRIA em adequado estado de limpeza e conservação, em compatibilidade com a vocação turística do local.

- 6.16. Todos os procedimentos de exploração e de manutenção a serem elaborados pela CONCESSIONÁRIA, nos termos da Cláusula 6.6 e 6.15, devem ser apresentados pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE para registros com vistas à fiscalização, no prazo de 15 (quinze) dias anteriores à sua execução.
- 6.17. A CONCESSIONÁRIA deverá, com base nas diretrizes constantes dos ANEXOS 01 (DIRETRIZES BÁSICAS E REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS PARA IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E EXPLORAÇÃO DAS OBRAS OBJETO DA LICITAÇÃO) e 03 (ELEMENTOS DE PROJETO DAS OBRAS), e demais condições estabelecidas neste CONTRATO, elaborar e submeter à aprovação do PODER CONCEDENTE, no prazo previsto na Cláusula 6.1, um projeto básico do SISTEMA DE CONTROLE E GESTÃO, o qual terá o mesmo rito de aprovação previsto nas Cláusulas 6.4 e 6.5, sendo obrigatória a sua instalação e operação plena em até 30 (trinta) dias após a respectiva aprovação ou necessariamente antes do início do recebimento de qualquer tipo de RECEITA DE EXPLORAÇÃO ou RECEITA ACESSÓRIA por parte da Concessionária, o que acontecer primeiro.
- 6.18. A CONCESSIONÁRIA não poderá iniciar a OPERAÇÃO COMERCIAL sem a aprovação, pelo PODER CONCEDENTE, do PLANO OPERACIONAL INICIAL, do PLANO DE SEGURANÇA OPERACIONAL, do PLANO DE SEGUROS, do PLANO DE MANUTENÇÃO, da METODOLOGIA DE EXECUÇÃO e do SISTEMA DE CONTROLE E GESTÃO.
- 6.19. A CONCESSIONÁRIA, durante o prazo da CONCESSÃO, deverá submeter ao PODER CONCEDENTE, para aprovação, quaisquer revisões e/ou alterações dos planos mencionados na Cláusula 6.17.



Cláusula 7. TRANSFERÊNCIA DA POSSE DOS BENS PÚBLICOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DAS OBRAS

- 7.1. Os bens públicos necessários à execução das OBRAS, conforme listagem constante do ANEXO 06 (BENS PÚBLICOS TRANSFERIDOS À CONCESSIONÁRIA), serão transferidos para a CONTRATADA em até 60 (sessenta) dias, contados da data de celebração deste CONTRATO, mediante a assinatura do TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE, tornando-se, daí em diante, até a extinção da CONCESSÃO, de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA a posse e o uso da INFRAESTRUTURA, obedecidas as disposições do EDITAL e do CONTRATO.
- 7.2. A posse direta das instalações e equipamentos implantados na INFRAESTRUTURA EXISTENTE, relacionados no TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE, será transferida à CONTRATADA simultaneamente à transferência de que trata esta Cláusula.

Cláusula 8. DEVER DE PRESERVAÇÃO DA ATUALIDADE NA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES OBJETO DA CONCESSÃO

- 8.1. A CONCESSIONÁRIA deverá observar a atualidade na execução das OBRAS e demais ATIVIDADES objeto do CONTRATO, caracterizada pela necessária preservação da modernidade dos equipamentos, das instalações e das técnicas de execução, com a absorção dos avanços tecnológicos advindos ao longo do prazo da CONCESSÃO que agreguem valor e/ou que representem benefícios e qualidade às ATIVIDADES objeto do CONTRATO.
- 8.2. Entende-se por atualidade o direito dos USUÁRIOS a usufruir das ATIVIDADES executadas pela CONCESSIONÁRIA por meio de equipamentos e instalações modernas, que, permanentemente e ao longo da CONCESSÃO, acompanhem o desenvolvimento



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

tecnológico, notadamente no que se refere à sustentabilidade ambiental dos equipamentos utilizados, e que assegurem a perfeita execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO e o cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO originalmente previstos no CONTRATO ou aqueles decorrentes do processo de revisão contratual, nos termos da Cláusula 50.

- 8.3. O PODER CONCEDENTE poderá adotar como parâmetro de atualidade outras experiências e produtos desenvolvidos e adotados por outros agentes, nacionais e internacionais, do setor.
- 8.4. As despesas da CONCESSIONÁRIA que tenham sido realizadas com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, bem como aquelas efetuadas para atender às obrigações e INDICADORES DE DESEMPENHO previstos no CONTRATO, deverão estar amortizadas dentro do prazo da CONCESSÃO, não fazendo a CONCESSIONÁRIA jus a qualquer direito de indenização ou reequilíbrio econômico-financeiro, quando da extinção do contrato em decorrência do decurso de seu prazo de vigência.
- 8.5. As medidas a serem obrigatoriamente implantadas pela CONCESSIONÁRIA, nos termos previstos nesta Cláusula, bem como nas Cláusulas 5.1.6 e 5.4, diferenciam-se dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS previstos no CAPÍTULO XI, por não configurarem alteração ou expansão das ATIVIDADES objeto do CONTRATO.
- 8.6. A CONCESSIONÁRIA deverá empregar, durante o prazo da CONCESSÃO, padrões de desempenho motivados pelo surgimento de inovações tecnológicas ou pela adequação a padrões internacionais.
- 8.7. A CONCESSIONÁRIA deverá implantar, independentemente de determinação do PODER CONCEDENTE, todas as medidas necessárias para o cumprimento de suas obrigações contratuais, inclusive em relação aos INDICADORES DE DESEMPENHO.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 8.8. O PODER CONCEDENTE, em decorrência de sua competência para fiscalizar a CONCESSÃO, poderá exigir a implantação de medidas pela CONCESSIONÁRIA visando ao cumprimento de obrigações previstas neste CONTRATO ou nos ANEXOS, ou ao atendimento de INDICADORES DE DESEMPENHO originalmente previstos no CONTRATO, ou decorrentes dos processos de revisão contratual constantes da Cláusula 50 ou, ainda, de legislação ou de regulamentação vigente ou superveniente à DATA DE ASSINATURA deste CONTRATO, não ensejando qualquer direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, ressalvadas as hipóteses previstas na Cláusula 48.
- 8.9. Na hipótese da Cláusula 8.8, a notificação do PODER CONCEDENTE para a implantação de medidas deverá conter a justificativa para o seu não enquadramento como INVESTIMENTOS ADICIONAIS, bem como o prazo razoável para a sua realização, compatível com a natureza da intervenção determinada.
- 8.10. As exigências relacionadas à implantação de medidas pela CONCESSIONÁRIA, nos termos da Cláusula 8.8, deverão ser compatíveis com o objeto deste CONTRATO, facultando-se à CONCESSIONÁRIA a propositura de solução alternativa à medida exigida pelo PODER CONCEDENTE, que atenda às mesmas finalidades perseguidas pelo PODER CONCEDENTE.
- 8.11. Quaisquer divergências da CONCESSIONÁRIA quanto à(s) medidas(s) indicada(s) pelo PODER CONCEDENTE, deverão ser dirimidas de acordo com os mecanismos de solução de controvérsias previstos no CAPÍTULO XIX, sem prejuízo do imediato cumprimento da determinação do PODER CONCEDENTE, nos termos da Cláusula 8.8, exceto quando verificada situação que se amolde aos termos da Cláusula 8.10.
- 8.12. Para fins do cumprimento desta Cláusula, o PODER CONCEDENTE solicitará a manifestação prévia da CONCESSIONÁRIA com relação às alterações nos parâmetros de atualidade e qualidade por ele pretendidas.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Cláusula 9. PRAZO DA CONCESSÃO

- 9.1. O prazo da CONCESSÃO é de 30 (trinta) anos, contados da data da assinatura do TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE, e se encerrará com a formalização do respectivo TERMO DE DEVOLUÇÃO DA INFRAESTRUTURA.
- 9.2. O presente CONTRATO poderá ser prorrogado, excepcionalmente e a exclusivo critério do PODER CONCEDENTE, desde que, preservado o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste, para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, conforme a Cláusula 49.13, inciso (i), limitada a prorrogação, nesta hipótese, ao prazo adicional de 05 (cinco) anos;

Cláusula 10. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES AO INÍCIO DA VIGÊNCIA DA CONCESSÃO

- 10.1. Como requisito para a assinatura do TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE e, conseqüentemente, para o início da OPERAÇÃO COMERCIAL e da vigência da CONCESSÃO:
- (i) Deverá ter transcorrido o prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir da notificação de todos os atuais permissionários do Parque Capivari, conforme previsto no item 16.3 do EDITAL, considerando revogados os respectivos termos de permissão de uso existentes;
 - (ii) Deverá a CONCESSIONÁRIA comprovar a constituição da SPE, nos termos do item 17 do EDITAL e no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do CONTRATO, apresentando o respectivo instrumento de constituição, com a correspondente certidão da JUCESP (Junta Comercial do Estado de São Paulo) e inscrição no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica);
 - (iii) O PODER CONCEDENTE deverá ter aprovado o PLANO OPERACIONAL INICIAL, o PLANO DE SEGURANÇA OPERACIONAL, o PLANO DE SEGUROS, o PLANO



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

DE MANUTENÇÃO, a METODOLOGIA DE EXECUÇÃO e o SISTEMA DE CONTROLE E GESTÃO, conforme previsto na Cláusula 6.18.

- 10.2. Ultrapassado o prazo de 60 (sessenta) dias, previsto na Cláusula 10.1 do CONTRATO, o TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE deverá ser assinado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sendo a CONCESSIONÁRIA considerada possuidora da área prevista na Cláusula 18.1, inciso (i), do CONTRATO, bem como dos bens e dos equipamentos nela instalados, para todos os fins de direito, conforme regras previstas no EDITAL e no CONTRATO, competindo à CONCESSIONÁRIA a adoção das medidas eventualmente necessárias à desocupação do imóvel de permissionários que porventura permaneçam no local, não cabendo ao PODER CONCEDENTE nenhuma obrigação adicional quanto à liberação da área prevista na Cláusula 18.1, inciso (i) do CONTRATO.
- 10.3. Os atos constitutivos da SPE passarão a figurar como ANEXO deste CONTRATO, devendo sua sede e seu foro serem no Estado de São Paulo.
- 10.4. Após a formalização da constituição da SPE, esta deverá celebrar termo aditivo a este CONTRATO, subrogando-se na posição contratual da CONCESSIONÁRIA ou, se o caso, do CONSÓRCIO e das pessoas jurídicas que o compõem, passando a figurar, consequentemente, para todos os fins previstos neste CONTRATO, na condição de CONCESSIONÁRIA.
- 10.4.1. Na assinatura do termo aditivo a que se refere a Cláusula 10.4, os acionistas diretos da SPE deverão figurar como intervenientes/anuentes, assumindo a responsabilidade solidária prevista na Cláusula 73.
- 10.4.2. O CONSÓRCIO, se existente, se extinguirá após a formalização da SPE, mediante expressa anuência do PODER CONCEDENTE.
- 10.5. Caberá à SPE a execução de todas as obrigações contratuais a ela atribuídas pelo CONTRATO, às quais estará também vinculada, podendo subcontratar terceiros conforme o regramento previsto neste CONTRATO.



Cláusula 11. VALOR ESTIMADO DO CONTRATO

- 11.1. O valor estimado do CONTRATO é de R\$ [.....], calculado com base no somatório dos valores nominais das estimativas de receitas no período da CONCESSÃO e a estimativa de RECEITAS ACESSÓRIAS a serem auferidas pela CONCESSIONÁRIA durante o prazo da CONCESSÃO.
- 11.2. O valor estimado do CONTRATO possui fins meramente referenciais, não podendo ser tomado, por qualquer das PARTES, como base para a realização de recomposições do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO ou para qualquer outro fim que implique a utilização do valor estimado do CONTRATO como parâmetro para indenizações, ressarcimentos e afins.

Cláusula 12. DIRETRIZES DE CONVIVÊNCIA ENTRE CONCESSIONÁRIA E PODER CONCEDENTE

- 12.1. Considerando que o PODER CONCEDENTE, por meio da EFCJ, manterá imóveis e equipamentos em área contígua àquela a ser explorada pela CONCESSIONÁRIA, haverá a necessidade de estabelecimento de regras de convivência entre CONCESSIONÁRIA, EFCJ e suas respectivas contratadas, visando:
- (i) Viabilizar e organizar a convivência entre as partes durante a execução das OBRAS e das ATIVIDADES;
 - (ii) Compatibilizar cronogramas das atividades de responsabilidade e competência da EFCJ e da CONCESSIONÁRIA;
 - (iii) Integrar e aprimorar esforços e condições de segurança do trabalho, de prevenção de acidentes e gestão de riscos, tanto no ambiente de OBRA, como para os USUÁRIOS;
 - (iv) Viabilizar diretrizes e ações a serem adotadas visando a mitigação dos riscos decorrentes das atividades a serem executadas pela CONCESSIONÁRIA e pelo PODER CONCEDENTE, por meio da EFCJ.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 12.2. Para tanto, deverão ser entabuladas regras de convivência entre a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE, por meio da EFCJ, como condição para o início das OBRAS, de forma a possibilitar a melhor organização e desenvolvimento das ATIVIDADES ao longo da vigência da CONCESSÃO.
- 12.3. A CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE, por meio da EFCJ, deverão detalhar a interface de operação das áreas contíguas que possam sofrer interferências, definindo as responsabilidades de cada uma das PARTES.
- 12.4. A CMCP deverá participar obrigatoriamente das definições das diretrizes de convivência previstas nesta Cláusula, podendo decidir as questões nas quais não houver consenso entre CONCESSIONÁRIA e EFCJ.
- 12.5. As diretrizes de convivência entabuladas nos termos desta Cláusula constituirão documento específico (ANEXO 05), sempre alterável pelas PARTES, respeitado o disposto no CONTRATO, devendo o seu conteúdo ser obrigatoriamente respeitado pelas PARTES.



CAPÍTULO III. RECEITAS E PAGAMENTOS

Cláusula 14. RECEITAS DE EXPLORAÇÃO DAS ATIVIDADES

14.1. A CONCESSIONÁRIA poderá obter RECEITAS DE EXPLORAÇÃO, diretamente dos USUÁRIOS ou de terceiros por ela contratados, a partir da exploração das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, observando-se as demais limitações previstas no CONTRATO.

14.2. As RECEITAS DE EXPLORAÇÃO a serem auferidas pela CONCESSIONÁRIA poderão incluir, sem a elas se limitar:

- (i) A cobrança de valores, dos USUÁRIOS, para acesso aos equipamentos implantados na área sob gestão da CONCESSIONÁRIA, notadamente o teleférico, o trenó da montanha e o pedalinho;
- (ii) A cobrança de valores em razão da exploração de estacionamentos;
- (iii) A cessão, por qualquer meio contratual, da posse e do uso de espaços comerciais implantados na área sob gestão da CONCESSIONÁRIA, admitindo-se a sublocação ou subcessão;

14.3. A CONCESSIONÁRIA não poderá, em nenhuma hipótese, fazer qualquer espécie de cobrança, dos USUÁRIOS, para acesso à área sob sua gestão, excetuadas apenas:

- (i) As cobranças para uso dos equipamentos arrolados na Cláusula 14.2, (i) e (ii), ou outros equipamentos de cunho turístico e acesso tarifado implantados pela CONCESSIONÁRIA, após prévia aprovação do PODER CONCEDENTE;
- (ii) A cobrança para acesso à área sob gestão da CONCESSIONÁRIA em datas em que realizados shows e eventos, desde que não impeça o fluxo livre de pessoas nos locais em que instalados permanentemente estabelecimentos comerciais.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 14.4. É de competência exclusiva da CONCESSIONÁRIA a definição dos valores e condições de exploração das ATIVIDADES objeto deste CONTRATO, bem como eventuais reajustes, respeitadas as demais condições previstas no CONTRATO e a legislação nacional.
- 14.5. A CONCESSIONÁRIA será integralmente responsável pelas projeções de RECEITAS DE EXPLORAÇÃO consideradas na PROPOSTA e no seu PLANO DE NEGÓCIOS, não sendo cabível qualquer tipo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em razão da alteração, não confirmação ou prejuízo decorrente da frustração das RECEITAS DE EXPLORAÇÃO estimadas.
- 14.6. Para fins deste CONTRATO, as RECEITAS DE EXPLORAÇÃO são consideradas aleatórias, e de risco exclusivo da CONCESSIONÁRIA, de modo que a CONCESSIONÁRIA não fará jus ao reequilíbrio econômico-financeiro, tampouco a quaisquer indenizações pelos investimentos realizados, ainda que o PODER CONCEDENTE tenha avaliado e aprovado a METODOLOGIA DE EXECUÇÃO e o PLANO DE NEGÓCIOS apresentados, ou que tenha manifestado ciência e/ou aprovação quanto a qualquer proposta de exploração apresentada pela CONCESSIONÁRIA.

Cláusula 15. RECEITAS ACESSÓRIAS

- 15.1. A CONCESSIONÁRIA, por sua exclusiva responsabilidade, poderá explorar fontes alternativas e complementares de receita, visando à obtenção de RECEITAS ACESSÓRIAS, desde que estas atividades não comprometam a segurança e os padrões de qualidade das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, conforme previsto nas normas e procedimentos integrantes deste CONTRATO.
- 15.2. Os valores obtidos pela CONCESSIONÁRIA a título de RECEITAS ACESSÓRIAS serão compartilhados com o PODER CONCEDENTE em decorrência da cobrança da OUTORGA VARIÁVEL, em razão da exploração de qualquer atividade que se qualifique, nos termos deste CONTRATO, como RECEITA ACESSÓRIA.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 15.3. Serão consideradas RECEITAS ACESSÓRIAS aquelas não decorrentes diretamente da execução das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO, tais como aquelas oriundas de serviços de publicidade e prestação de outros serviços complementares.
- 15.4. Não serão consideradas RECEITAS ACESSÓRIAS aquelas decorrentes de aplicações no mercado financeiro, valores recebidos de seguros e por penalidades pecuniárias previstas nos contratos celebrados entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros.
- 15.5. Visando à exploração das RECEITAS ACESSÓRIAS, a CONCESSIONÁRIA poderá explorar ATIVIDADES ou serviços alternativos, complementares ou acessórios, desde que:
- (i) sua exploração não comprometa a consecução do objeto da CONCESSÃO, nem os requisitos estabelecidos, as diretrizes definidas e os padrões de qualidade estabelecidos neste CONTRATO e seus ANEXOS;
 - (ii) o fluxo e a segurança dos USUÁRIOS tenham prioridade sobre as ATIVIDADES ou serviços complementares e alternativos, ou sobre os projetos ou empreendimentos associados;
- 15.6. É vedada a exploração de atividades ou veiculação de publicidade que infrinjam a legislação em vigor, atentem contra a moral e os bons costumes, tenham cunho político-partidário, religioso, que aludam a qualquer espécie de injúria, discriminação ou preconceito, de qualquer ordem, incluindo preconceitos de raça, cor, credo, gênero, sexualidade, social ou de natureza xenófoba, ou que possam prejudicar as ATIVIDADES objeto do CONTRATO ou a imagem do PODER CONCEDENTE perante os USUÁRIOS.
- 15.7. O início do desenvolvimento de RECEITAS ACESSÓRIAS deverá ser previamente comunicado ao PODER CONCEDENTE, encaminhando cópia dos contratos e outros documentos pertinentes. Os documentos deverão conter, ao menos, as seguintes informações:



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (i) Prazo de vigência do contrato, o qual não poderá ter prazo superior ao da vigência da CONCESSÃO;
- (ii) Valor a ser auferido pela CONCESSIONÁRIA, com indicação da fonte de exploração, por ano ou por ato, quando este for pontual;
- (iii) Descrição do objeto do contrato e do modelo de negócio visando à exploração das RECEITAS ACESSÓRIAS; e
- (iv) Cronograma de implantação.

15.8. A CONCESSIONÁRIA poderá realizar a exploração comercial de imagem institucional dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO para fins de exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS.

15.9. O direito sobre a propriedade dos nomes dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO é exclusivo do PODER CONCEDENTE, não sendo permitida, em qualquer hipótese, sua substituição pela CONCESSIONÁRIA ou sua alteração e sua aposição temporária, sem a prévia aprovação do PODER CONCEDENTE.

15.10. A exploração de publicidade relacionada a bebidas alcólicas deverá observar a regulamentação do CONAR com relação ao assunto.

15.11. É vedada a exploração de atividades ou veiculação de publicidade que possam prejudicar o desenvolvimento das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, ou que atentem quanto à imagem do PODER CONCEDENTE, da EFCJ, ou de qualquer órgão ou entidade do Estado de São Paulo.

15.12. A CONCESSIONÁRIA será integralmente responsável pelas projeções de RECEITAS ACESSÓRIAS consideradas na PROPOSTA e no seu PLANO DE NEGÓCIOS, não sendo cabível qualquer tipo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em razão da alteração, não confirmação ou prejuízo decorrente da frustração das RECEITAS ACESSÓRIAS estimadas.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 15.13. Todos os contratos relativos à exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS devem ser firmados por escrito, previamente ao seu início.
- 15.14. O desempenho de ATIVIDADES diversas do objeto da CONCESSÃO não poderá acarretar prejuízo à normal execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO.
- 15.15. A CONCESSIONÁRIA deverá contabilizar separadamente o montante recebido a título de RECEITAS ACESSÓRIAS, encaminhando ao PODER CONCEDENTE, mensalmente, relatório que contemple detalhamento dos valores arrecadados, cópia das faturas e instrumentos congêneres, e demais informações necessárias ao acompanhamento da exploração das RECEITAS ACESSÓRIAS.
- 15.16. Nenhum contrato celebrado entre a CONCESSIONÁRIA e particulares referentes à exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS poderá ultrapassar o prazo do CONTRATO, devendo a CONCESSIONÁRIA adotar todas as medidas pertinentes para entrega, quando da extinção do CONTRATO, das áreas objeto de exploração livres e desobstruídas de quaisquer bens e direitos, inclusive sem nenhum valor residual, tributo, encargo, obrigação, gravame e sem quaisquer ônus ao PODER CONCEDENTE, ou cobrança de qualquer valor pela CONCESSIONÁRIA, seus subcontratados ou terceiros.
- 15.17. Para fins deste CONTRATO, as RECEITAS ACESSÓRIAS são consideradas aleatórias, de modo que a CONCESSIONÁRIA não fará jus ao reequilíbrio econômico-financeiro, tampouco a quaisquer indenizações pelos investimentos realizados, ainda que a exploração de fonte alternativa ou complementar de receita tenha sido objeto de aceite pelo PODER CONCEDENTE.
- 15.18. No exercício do quanto previsto nesta Cláusula, a CONCESSIONÁRIA responsabilizar-se-á por todas e quaisquer infrações legais ou ofensas a regulamentação específica perante terceiros e todos os órgãos competentes de fiscalização e regulação, excluindo o PODER CONCEDENTE de qualquer demanda a respeito

Cláusula 16. PAGAMENTOS DEVIDOS PELA CONCESSIONÁRIA



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

16.1. A CONCESSIONÁRIA arcará com todas as despesas decorrentes da execução das ATIVIDADES descritas no objeto deste CONTRATO, e ainda com as seguintes despesas:

- (i) TAXA DE FISCALIZAÇÃO, devida em razão das atividades de gerenciamento e fiscalização da CONCESSÃO pelo PODER CONCEDENTE, no valor correspondente a 2% (dois por cento) sobre a RECEITA LÍQUIDA da CONCESSIONÁRIA, auferida mensalmente.
- (ii) O valor devido a título de OUTORGA VARIÁVEL da CONCESSÃO, anualmente e a partir da data de emissão do TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE, de acordo com a disciplina prevista na Cláusula 16.1.2.

16.1.1. A TAXA DE FISCALIZAÇÃO, no montante correspondente a 2% (dois por cento) da RECEITA LÍQUIDA da CONCESSIONÁRIA, é devida ao órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta do ESTADO, em razão do exercício das atividades de gerenciamento e fiscalização do CONTRATO, e será paga mensalmente, de acordo com normatização a ser fixada pelo PODER CONCEDENTE.

16.1.2. A OUTORGA VARIÁVEL da CONCESSÃO será devida pela CONCESSIONÁRIA, a cada ano completo de vigência da CONCESSÃO, pelo maior dentre os seguintes valores:

- (i) a incidência do percentual previsto pela CONCESSIONÁRIA em seu PLANO DE NEGÓCIOS, conforme previsto no item 12.2.1 do Edital, sobre a RECEITA LÍQUIDA efetiva da CONCESSIONÁRIA ao longo do ano correspondente da CONCESSÃO;
- (ii) o valor, em moeda corrente, previsto pela CONCESSIONÁRIA em seu PLANO DE NEGÓCIOS, a cada ano da concessão, a título de OUTORGA VARIÁVEL, conforme previsto no item 12.2.1 do Edital.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

16.2. O valor previsto na Cláusula 16.1.2, inciso (ii), deverá ser reajustado, anualmente, nos termos da Lei Federal n.º 9.069/1995, tendo como data base 01/06/2017, pela aplicação da seguinte fórmula paramétrica:

$$OV_r = OV_o \times [IPCA / IPCA_o]$$

ONDE:

OV _r	OUTORGA VARIÁVEL reajustada;
OV _o	OUTORGA VARIÁVEL na data base de 01/06/2017;
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, referente ao mês anterior ao da aplicação do reajuste;
IPCA _o	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, referente ao mês anterior à data base de 01/06/2017;

16.2.1. O primeiro reajuste será realizado em 12 (doze) meses contados da data-base referida na Cláusula 16.2, e o pagamento da OUTORGA VARIÁVEL deverá considerar, necessariamente, o valor já reajustado no ano correspondente.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 16.2.2. Na hipótese de vir a ser editada legislação conflitante com o disposto nesta Cláusula 16.2, a forma de reajuste deverá ser adequada aos novos dispositivos legais.
- 16.2.3. Na hipótese de não ser conhecido o índice de reajuste previsto nesta Cláusula 16.2, a fim de permitir que o seu cálculo seja feito na data de sua aplicação, adotar-se-á, de forma provisória, o índice calculado com base na última variação mensal disponível, até a data de sua aplicação, sem prejuízo da observância da periodicidade do reajuste previsto nesta Cláusula 16.2.
- 16.2.4. Quando da publicação do índice definitivo, far-se-á a apuração e o correspondente ajuste financeiro da diferença a maior ou a menor, considerada a mesma data de aplicação do reajuste que tenha dado origem à ocorrência e sujeito à mesma regra prevista nesta Cláusula 16.2.
- 16.2.5. Na eventualidade de o índice de reajuste previsto nesta Cláusula 16.2 deixar de existir, o PODER CONCEDENTE passará de imediato, à aplicação do indicador substitutivo, nos termos da legislação aplicável.
- 16.2.6. Caso não seja oficializado um índice substitutivo, o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA definirão de comum acordo o novo indicador.
- 16.2.7. O cálculo do reajuste será feito pela CONCESSIONÁRIA e encaminhado para o PODER CONCEDENTE que o analisará, para fins de homologação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.
- 16.2.8. A extrapolação do prazo previsto na Cláusula 16.2.7 implicará na aplicação provisória do valor do reajuste proposto pela CONCESSIONÁRIA até a homologação do PODER CONCEDENTE, quando então se aplicará eventual mecanismo de compensação entre o valor praticado provisoriamente pela CONCESSIONÁRIA e o valor homologado pelo PODER CONCEDENTE.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 16.3. O PODER CONCEDENTE poderá, a qualquer momento, realizar investigações e diligências, além de requisitar documentos, para apurar a conformidade dos valores informados pela CONCESSIONÁRIA.
- 16.4. O valor devido pela CONCESSIONÁRIA a título de OUTORGA VARIÁVEL poderá sofrer acréscimo em razão do não cumprimento integral dos INDICADORES DE DESEMPENHO constantes do ANEXO 04 (INDICADORES DE DESEMPENHO), conforme resultar da aferição feita pelo PODER CONCEDENTE, segundo a fórmula:

$$\text{OUTORGA VARIÁVEL} = (\text{Valor previsto na Cláusula 13.1.2})/[0,90+0,10*(ID_t)]$$

Onde:

ID_t ;	INDICADOR DE DESEMPENHO DA CONCESSÃO no período t ($0 \leq ID_t \leq 1$); e
instante t ;	período de apuração;

- 16.4.1. A aferição dos INDICADORES DE DESEMPENHO será anual, de acordo com os procedimentos previstos neste CONTRATO, e necessariamente precederá o pagamento da OUTORGA VARIÁVEL.
- 16.4.2. O não-atingimento, pela CONCESSIONÁRIA, do padrão mínimo de desempenho na apuração de qualquer dos INDICADORES DE DESEMPENHO, nos termos do ANEXO 04 (INDICADORES DE DESEMPENHO), caracteriza inadimplemento parcial do CONTRATO, motivando, para além da incidência do deflator previsto na Cláusula 16.4, a aplicação das penalidades previstas neste CONTRATO.
- 16.4.3. Em caso de não concordância da CONCESSIONÁRIA em relação ao deflator, esta deverá manifestar por escrito sua discordância, em até 05 (cinco) dias contados da data de recebimento do relatório contendo a apuração dos



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

INDICADORES DE DESEMPENHO do ANEXO 04 (INDICADORES DE DESEMPENHO), por meio de documento dirigido ao PODER CONCEDENTE, que deverá se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias contados do protocolo da manifestação da CONCESSIONÁRIA.

- 16.5. A ausência de pagamento da OUTORGA VARIÁVEL ou da TAXA DE FISCALIZAÇÃO, na data em que devidas, caracterizará falta grave, e poderá ensejar a intervenção na CONCESSIONÁRIA, além de implicar a incidência de correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata die*, podendo o PODER CONCEDENTE executar a GARANTIA DE EXECUÇÃO.

Cláusula 17. FINANCIAMENTO

- 17.1. A CONCESSIONÁRIA é a única e exclusiva responsável pela obtenção dos financiamentos necessários ao normal desenvolvimento das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO, de modo a cumprir, cabal e tempestivamente, todas as obrigações assumidas neste CONTRATO.
- 17.2. A CONCESSIONÁRIA poderá oferecer direitos emergentes do CONTRATO, como garantia de financiamentos obtidos para os investimentos necessários, nos termos dos artigos 29 e 30 da Lei Estadual n.º 7.835/1992, até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da execução das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO, observados os artigos 28 e 28-A da Lei n.º 8.987/1995, mediante anuência prévia do PODER CONCEDENTE.
- 17.3. As ações ou direitos correspondentes ao controle da CONCESSIONÁRIA não poderão ser dadas em garantia de financiamentos sem prévia e expressa autorização pelo PODER CONCEDENTE.
- 17.4. As garantias previstas nas Cláusulas 17.2 e 17.3, com a anuência prévia do PODER CONCEDENTE, poderão ser ofertadas em contratos que tenham natureza acessória ou complementar aos contratos de financiamento, quando destinados a assegurar a financiabilidade da própria CONCESSÃO ou a mitigar riscos assumidos pela



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

CONCESSIONÁRIA, a exemplo de contratos destinados à concessão de garantias reais ou fidejussórias, à captação de recursos financeiros em mercado, à obtenção de seguros ou à proteção da CONCESSIONÁRIA contra a variação de preço de um ativo (hedge).

- 17.5. Consideram-se direitos emergentes do CONTRATO todos e quaisquer direitos, receitas e recebíveis da CONCESSÃO, incluindo as RECEITAS DE EXPLORAÇÃO e as RECEITAS ACESSÓRIAS.
- 17.6. Os contratos de financiamento da CONCESSIONÁRIA poderão outorgar aos FINANCIADORES, de acordo com as regras de direito privado aplicáveis, o direito de assumir o controle da CONCESSIONÁRIA em caso de inadimplemento contratual, pela CONCESSIONÁRIA, dos referidos contratos de financiamento ou deste CONTRATO.
- 17.7. Os FINANCIADORES ficarão dispensados de demonstrar idoneidade financeira, desde que estejam devidamente autorizados a atuar como instituição financeira no Brasil, caso ocorra a transferência da CONCESSÃO como medida de compensação e ressarcimento ao inadimplemento contratual da CONCESSIONÁRIA.



CAPÍTULO IV. BENS VINCULADOS À CONCESSÃO

Cláusula 18. BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO

18.1. São considerados BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO todos aqueles necessários à realização das ATIVIDADES objeto do CONTRATO e sua posterior exploração, incluindo:

- (i) A área indicada e delimitada no ANEXO 01 (DIRETRIZES BÁSICAS E REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS PARA IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E EXPLORAÇÃO DAS OBRAS OBJETO DA LICITAÇÃO, bem como todos os bens imóveis e equipamentos nela existentes, conforme relação constante dos ANEXO 06 (BENS PÚBLICOS TRANSFERIDOS À CONCESSIONÁRIA) e do TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE;
- (ii) Todos os bens imóveis e equipamentos que venham a ser construídos, implantados, ampliados ou adquiridos pela CONCESSIONÁRIA ou pelo PODER CONCEDENTE, ao longo de todo o prazo da CONCESSÃO, por acesso física ou intelectual, assim como todas as benfeitorias, que sejam utilizados/vinculados à CONCESSÃO;
- (iii) Todos os bens móveis necessários à continuidade da execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO.

18.2. A posse, guarda, manutenção e vigilância dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO são de responsabilidade exclusiva da CONCESSIONÁRIA.

18.3. No prazo de (03) três meses, contado da emissão do TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE o INVENTÁRIO de todos os BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, o qual deverá ser mantido atualizado pela CONCESSIONÁRIA durante todo o prazo da CONCESSÃO, com as informações pertinentes, sob pena das penalidades cabíveis.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 18.3.1. É de integral responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a manutenção do INVENTÁRIO em condições atuais, sendo certo que qualquer ato que possa caracterizar a tentativa ou a consumação de fraude, mediante dolo ou culpa, na caracterização dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, será considerada infração sujeita às penalidades descritas na Cláusula 71.
- 18.4. Os BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO deverão ser devidamente registrados na contabilidade da CONCESSIONÁRIA, de modo a permitir a sua fácil identificação pelo PODER CONCEDENTE, incluindo sua distinção em relação aos BENS PRIVADOS.
- 18.5. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter, em plenas condições de uso, conservação e segurança, às suas expensas, os BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, durante a vigência do CONTRATO, efetuando, para tanto, as reparações, renovações e adaptações necessárias para o bom desempenho das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO, nos termos previstos neste CONTRATO.
- 18.6. Fica expressamente autorizada à CONCESSIONÁRIA a proposição, em nome próprio, de medidas judiciais para assegurar ou recuperar a posse dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO.
- 18.7. Os investimentos da CONCESSIONÁRIA que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO e dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO deverão estar amortizados dentro do prazo da CONCESSÃO, ressalvados os investimentos qualificados como INVESTIMENTOS ADICIONAIS realizados na forma do CAPÍTULO XI, hipótese na qual a amortização deverá observar a disciplina estabelecida quando da autorização, solicitação ou determinação da realização dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS.
- 18.8. Os investimentos assumidos pela CONCESSIONÁRIA no âmbito da execução deste CONTRATO visando à aquisição, implantação, reforma, adequação, conservação ou quaisquer outros tipos de investimentos em BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO serão considerados devidamente amortizados e depreciados quando da extinção do prazo de



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

vigencia da CONCESSÃO, não cabendo, portanto, qualquer indenização pelo PODER CONCEDENTE ao final do prazo de vigência do CONTRATO.

18.8.1. Na hipótese de extinção antecipada do CONTRATO, a amortização dos investimentos da CONTRATADA será calculada segundo o método da linha reta (amortização constante), considerando-se como premissa a amortização integral dos investimentos ao final da CONCESSÃO.

Cláusula 19. DESCRIÇÃO E RESPONSABILIDADE PELA QUALIDADE DA INFRAESTRUTURA TRANSFERIDA À CONCESSIONÁRIA

19.1. O PODER CONCEDENTE transferirá à CONCESSIONÁRIA os bens previstos na Cláusula 18.1, inciso (i), nas estritas condições em que se encontram, cujas características puderam ser verificadas pela CONCESSIONÁRIA ao longo do procedimento de visita técnica previsto no item 8 do Edital.

19.2. O PODER CONCEDENTE não se responsabilizará pela realização de qualquer reforma, readequação, correção de vícios ou problemas existentes nos bens previstos na Cláusula 18.1, inciso (i), ainda que caracterizáveis como vícios ocultos, devendo a CONCESSIONÁRIA considerar, em sua proposta, que tais bens lhe serão entregues estritamente nas condições verificadas ao longo do procedimento de visita técnica previsto no item 8 do Edital, fazendo constar, em sua PROPOSTA, todos os custos e investimentos que entender necessários à reforma ou adequação dos bens, para o exercício das ATIVIDADES previstas neste CONTRATO.

Cláusula 20. DAS RESTRIÇÕES À ALIENAÇÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO

20.1. Depende de anuência prévia do PODER CONCEDENTE, observadas as limitações da Cláusula 21, a alienação, constituição de ônus ou transferência, de qualquer natureza, dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, pela CONCESSIONÁRIA a terceiros.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

20.2. A alienação, a constituição de ônus, ou a transferência de BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO a terceiros, somente será autorizada pelo PODER CONCEDENTE quando, cumulativamente, presentes os seguintes requisitos:

- (i) Prova de não comprometimento da continuidade e qualidade, bem como do potencial de exploração dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO; e
- (ii) Obrigação da CONCESSIONÁRIA em realizar, quando necessário à continuidade da exploração e adequada conservação dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, a imediata substituição dos bens a serem alienados ou transferidos, por bens novos, de funcionalidade semelhante e tecnologia igual ou superior.

20.3. O PODER CONCEDENTE emitirá sua decisão sobre a alienação, a constituição de ônus ou a transferência, de qualquer natureza, dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, pela CONCESSIONÁRIA a terceiros, em prazo compatível com a complexidade da situação, não podendo ultrapassar 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da solicitação de anuência prévia encaminhada pela CONCESSIONÁRIA.

20.4. O PODER CONCEDENTE poderá, ao longo da vigência do CONTRATO, comunicar à CONCESSIONÁRIA situações nas quais é dispensada a anuência prévia de que trata esta Cláusula 19, desde que cumpridos os requisitos estabelecidos nesta comunicação.

20.5. Os demais bens empregados ou utilizados pela CONCESSIONÁRIA que não constem do INVENTÁRIO previsto na Cláusula 18.3 e que não se qualifiquem como BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO serão considerados BENS PRIVADOS e poderão ser livremente utilizados e transferidos pela CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo do dever de atendimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO e demais disposições deste CONTRATO.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 20.6. Todos os negócios jurídicos da CONCESSIONÁRIA com terceiros que envolvam os BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO deverão mencionar expressamente sua vinculação à CONCESSÃO.
- 20.7. Os BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, incluindo os bens imóveis adquiridos pela CONCESSIONÁRIA, por qualquer forma, para a realização dos serviços, afetados à operação, serão considerados bens fora de comércio, não podendo ser, a nenhum título, cedidos, alienados, onerados, arrendados, dados em comodato ou garantia, ou de qualquer outro modo ser permitida a sua ocupação, arrestados, penhorados ou qualquer providência dessa mesma natureza, exceto nas hipóteses previstas neste CONTRATO.

Cláusula 21.DA REVERSIBILIDADE DOS BENS

- 21.1. Extinta a CONCESSÃO, retornam ao PODER CONCEDENTE os BENS REVERSÍVEIS, bem como todos os direitos e os privilégios vinculados à CONCESSÃO, incluindo todas as benfeitorias, quer se qualifiquem como necessárias, úteis ou voluptuárias, que tenham sido realizadas nos BENS REVERSÍVEIS, transferidos ou disponibilizados, à CONCESSIONÁRIA, ou por esta construídos/implantados e adquiridos, no âmbito da CONCESSÃO, independentemente de quaisquer notificações ou formalidades.
- 21.2. BENS REVERSÍVEIS são todos aqueles vinculados à CONCESSÃO, desapropriados, construídos, adquiridos, produzidos/fabricados e implantados pela CONCESSIONÁRIA, incluindo, mas não se limitando, a edificações/instalações, sistemas, bens e direitos necessários à manutenção e exploração dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, bem como os disponibilizados pelo PODER CONCEDENTE, e, eventualmente, por seus agentes, que se façam necessários à manutenção e exploração dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO.
- 21.3. Ressalvada expressa previsão neste CONTRATO em sentido contrário, a reversão será gratuita e automática, com os bens em condições adequadas de operação, utilização e



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

manutenção, bem como livres de quaisquer ônus, encargos, valor residual, tributo, obrigação, gravame ou cobrança de qualquer valor pela CONCESSIONÁRIA, com as características e requisitos técnicos que permitam a plena manutenção e exploração dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO após a extinção da CONCESSÃO, em iguais condições em relação àquelas prestadas pela CONCESSIONÁRIA, nos termos da Cláusula 21.4.

- 21.4. Os bens revertidos ao PODER CONCEDENTE deverão estar em adequadas condições de conservação e funcionamento, para permitir a continuidade da exploração dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, pelo prazo mínimo adicional de 5 (cinco) anos, salvo quando tiverem vida útil menor.
- 21.5. Todas as informações sobre os BENS REVERSÍVEIS, incluindo descrição, estado de conservação e vida útil remanescente, deverão constar do INVENTÁRIO dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO a ser mantido pela CONCESSIONÁRIA ao longo de toda a CONCESSÃO, renovando-se, no mínimo, a cada 2 (dois) anos, e entregue, ao final, ao PODER CONCEDENTE.
- 21.6. Na hipótese de extinção antecipada do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO e investimentos realizados na CONCESSÃO, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a manutenção e a atualidade dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, observada a disciplina estabelecida neste CONTRATO.
- 21.7. Caso a CONCESSIONÁRIA não cumpra as condições estabelecidas nesta Cláusula, o PODER CONCEDENTE terá direito à indenização, a ser calculada nos termos da legislação aplicável, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste CONTRATO em razão do inadimplemento, e de demais medidas voltadas a assegurar o adimplemento contratual, incluindo execução de eventuais seguros e garantias ou desconto de quaisquer valores devidos pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 21.8. Durante o procedimento de extinção da CONCESSÃO e de transição contratual, o PODER CONCEDENTE procederá à vistoria dos BENS REVERSÍVEIS, da qual participará um representante da CONCESSIONÁRIA, destinada a verificar o estado de conservação e manutenção dos bens.

Cláusula 22.DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS BENS AO TÉRMINO DA CONCESSÃO

- 22.1. No caso de extinção da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá transferir ao PODER CONCEDENTE, ou a quem este indicar, todos os BENS REVERSÍVEIS, em perfeito estado de uso, conservação e funcionamento.
- 22.2. Visando assegurar a continuidade na manutenção e exploração dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, as PARTES empreenderão seus melhores esforços para averiguar as possibilidades de subrogação, pelo PODER CONCEDENTE ou por futura concessionária, nos contratos vigentes de interesse da CONCESSÃO, que tenham sido celebrados pela CONCESSIONÁRIA.
- 22.3. No prazo de 12 (doze) meses antes do término da CONCESSÃO, ou, imediatamente, no caso de extinção antecipada do CONTRATO, para assegurar a continuidade na manutenção e exploração dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, será constituída COMISSÃO DE DESMOBILIZAÇÃO, a ser composta pelo PODER CONCEDENTE, pela CONCESSIONÁRIA, e pelo futuro operador dos serviços objeto deste CONTRATO, caso já contratado e não venha a ser o próprio PODER CONCEDENTE, para estabelecer um PROGRAMA DE DESMOBILIZAÇÃO OPERACIONAL, a fim de definir regras e procedimentos para a assunção da manutenção e da exploração dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO pelo PODER CONCEDENTE ou pela futura concessionária.
- 22.4. O PROGRAMA DE DESMOBILIZAÇÃO OPERACIONAL de que trata a Cláusula 22.3 deverá detalhar a forma adotada pela CONCESSIONÁRIA para a manutenção e



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

exploração dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, incluindo os BENS REVERSÍVEIS, com laudos e relatórios técnicos, emitidos por profissional habilitado.

22.5. A COMISSÃO DE DESMOBILIZAÇÃO poderá realizar as vistorias que julgar necessárias à plena execução de suas atividades, de forma a garantir a transição contratual sem qualquer prejuízo à manutenção e exploração dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, além de acompanhar a execução de laudos e relatórios técnicos.

22.6. Após as vistorias confirmatórias, incluindo os laudos e relatórios técnicos do estado de conservação e manutenção dos BENS REVERSÍVEIS, caberá à COMISSÃO DE DESMOBILIZAÇÃO relatar ao PODER CONCEDENTE, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias antes do término do prazo de vigência contratual, ou, em até 60 (sessenta) dias, no caso de extinção antecipada da CONCESSÃO, a situação dos BENS REVERSÍVEIS, opinando quanto à possibilidade de lavratura do TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO, bem como quanto a eventuais necessidades de correções ou de substituições.

22.6.1. As conclusões alcançadas pela COMISSÃO DE DESMOBILIZAÇÃO possuem caráter meramente informativo e opinativo, não vinculando o PODER CONCEDENTE para a lavratura do TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO.

22.6.2. A CONCESSIONÁRIA e o futuro responsável pela exploração dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, se privado, vinculam-se às conclusões alcançadas pela COMISSÃO DE DESMOBILIZAÇÃO, salvo no que disser respeito às ressalvas expressamente apontadas pelo respectivo representante, no relatório final da COMISSÃO DE DESMOBILIZAÇÃO.

22.6.3. O TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO, a ser lavrado pelo PODER CONCEDENTE, retratará a situação dos BENS REVERSÍVEIS, constando os termos da sua aceitação, bem como a eventual necessidade de correções ou substituições, sob responsabilidade exclusiva da CONCESSIONÁRIA.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 22.6.4. Na hipótese de eventuais correções ou de substituições a serem feitas pela CONCESSIONÁRIA, o TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO deverá indicar, de forma motivada, o prazo para sua execução.
- 22.6.5. As correções e as substituições realizadas pela CONCESSIONÁRIA com o objetivo de retornar os BENS REVERSÍVEIS às condições de usabilidade, atualização e manutenção, conforme obrigação constante da Cláusula 22.1, não gerarão direito a indenização ou compensação em seu favor.
- 22.6.6. A não realização das correções e das substituições previstas no TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO implicará na fixação de indenização a favor do PODER CONCEDENTE, em valor correspondente aos serviços não realizados, além da aplicação das sanções previstas neste CONTRATO em razão do inadimplemento contratual.
- 22.7. O PODER CONCEDENTE poderá determinar, no TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO, o dever da CONCESSIONÁRIA realizar treinamento de pessoal indicado pelo PODER CONCEDENTE, efetuar a entrega da documentação técnica e administrativa relacionada aos BENS REVERSÍVEIS, bem como repassar orientações operacionais relativas aos bens explorados ou mantidos pela CONCESSIONÁRIA, que ainda não tiverem sido entregues ou repassados pela CONCESSIONARIA.
- 22.8. Caberá à CONCESSIONÁRIA retirar e dar destinação adequada, no prazo fixado no TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO, todos os bens utilizados na CONCESSÃO que não forem qualificados como BENS REVERSÍVEIS.
- 22.9. No prazo máximo de até 60 (sessenta) dias anteriores ao marco previsto para o término do CONTRATO, verificado o integral cumprimento das determinações do TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO, exceto as eventuais impossibilidades devidamente justificadas, e comprovadas as condições para o recebimento dos bens nele inventariados de forma que fique garantida a continuidade da exploração dos BENS INTEGRANTES da



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

CONCESSÃO, deverá ser dado início às tratativas para assunção das ATIVIDADES pelo PODER CONCEDENTE, ou a quem este indicar, a título de transição, devendo a CONCESSIONÁRIA se manter na manutenção e exploração dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO até a lavratura do TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO, liberando, assim, a CONCESSIONÁRIA de suas obrigações.

22.10. Findo o prazo de vigência do CONTRATO, e desde que cumpridas todas as condições determinadas no TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO ou adimplidas as eventuais indenizações, será lavrado o TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO.

22.11. O PODER CONCEDENTE incluirá no TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO e no TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO, as subrogações ocorridas nos termos da Cláusula 22.2, nos contratos relativos a ATIVIDADES inerentes, acessórias ou complementares ao objeto da CONCESSÃO, bem como nos contratos de fontes de RECEITAS ACESSÓRIAS celebrados entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros, cabendo à CONCESSIONÁRIA, quando possível, prever tal possibilidade em tais ajustes e tomar as providências necessárias para aditar os contratos indicados, em iguais condições às praticadas pela CONCESSIONÁRIA.

22.12. A CONCESSIONÁRIA será inteira e exclusivamente responsável pelo encerramento de quaisquer contratos de que seja parte ao final da vigência da CONCESSÃO, salvo com relação aos contratos subrogados pelo PODER CONCEDENTE, nos termos da Cláusula 22.2, não assumindo o PODER CONCEDENTE qualquer responsabilidade ou ônus quanto aos mesmos e não sendo devida nenhuma indenização à CONCESSIONÁRIA.

22.13. A CONCESSIONÁRIA, desde 6 (seis) meses antes do término da vigência contratual, ou a partir da extinção da CONCESSÃO operada por outra causa, não poderá realizar dissolução, partilha do patrimônio ou distribuir valores a qualquer título entre os acionistas da SPE, antes que o PODER CONCEDENTE, por meio do TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO, ateste que os bens revertidos encontram-se em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção, livres de quaisquer ônus ou encargos e que



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

esteja plenamente assegurado o pagamento das importâncias devidas ao PODER CONCEDENTE, a título de indenização ou qualquer outro título.

22.14. Quando da emissão do TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO, será liberada a integralidade da GARANTIA DE EXECUÇÃO do CONTRATO, descontadas as eventuais multas aplicadas, bem como quaisquer outros valores devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE.

22.15. Eventuais indenizações devidas pelo PODER CONCEDENTE quando da extinção da CONCESSÃO não impedirão a retomada da CONCESSÃO.

22.16. A lavratura do TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO não exclui a responsabilidade civil e a ético-profissional pela prestação dos serviços objeto deste CONTRATO, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

Cláusula 23. TRANSIÇÃO

23.1. Sem prejuízo de outras disposições previstas no CONTRATO, são obrigações da CONCESSIONÁRIA, para a boa operacionalização da transição dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO ao PODER CONCEDENTE, ao órgão ou ente do ESTADO ou a eventual futuro concessionário:

- (i) disponibilizar documentos e contratos relativos ao objeto da CONCESSÃO;
- (ii) disponibilizar demais informações sobre a manutenção e exploração comercial dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO;
- (iii) cooperar com o PODER CONCEDENTE ou com eventual futuro concessionário para a transmissão adequada dos conhecimentos e informações;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (iv) permitir o acompanhamento das atividades regulares da CONCESSIONÁRIA pelo PODER CONCEDENTE e por eventual futuro concessionário;
- (v) promover o treinamento do pessoal do PODER CONCEDENTE, do órgão ou ente do ESTADO ou de eventual futuro concessionário relativamente à manutenção e exploração dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO;
- (vi) colaborar com o PODER CONCEDENTE, com o órgão ou ente do ESTADO ou com o eventual futuro concessionário na elaboração de eventuais relatórios requeridos para o processo de transição;
- (vii) indicar profissionais das áreas de conhecimento relevantes para transição operacional durante assunção dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO pelo PODER CONCEDENTE, pelo órgão ou ente do ESTADO ou por eventual futuro concessionário;
- (viii) disponibilizar espaço físico para acomodação dos grupos de trabalho do futuro concessionário, nesse período;
- (ix) auxiliar no planejamento do quadro de funcionários do futuro concessionário;
e
- (x) interagir com o PODER CONCEDENTE, com o órgão ou ente do ESTADO ou com o futuro concessionário e demais atores e agentes indicados pelo PODER CONCEDENTE.



CAPÍTULO V. CONCESSIONÁRIA

Cláusula 24. ESTRUTURA SOCIETÁRIA DA CONCESSIONÁRIA

24.1. A CONCESSIONÁRIA deverá estar constituída em forma de SPE, sob a forma de sociedade por ações, de acordo com a lei brasileira, como condição para a assinatura do TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE, com finalidades únicas de executar as ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO e de explorar as RECEITAS ACESSÓRIAS, com proibição expressa de praticar quaisquer atos estranhos ao seu objeto social.

Cláusula 25. DO PROGRAMA DE CONFORMIDADE (COMPLIANCE)

25.1. A CONCESSIONÁRIA deverá, no prazo de 360 dias a partir da assinatura do CONTRATO, implementar e manter programa de conformidade (compliance) em seu âmbito, consistente em mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, tudo em prestígio à Lei Federal n.º 12.846/13 (Lei Anticorrupção).

25.1.1. O programa de conformidade deverá prever um setor responsável pela aplicação, gerenciamento e fiscalização das atividades nele prevista, o qual deverá ser dotado de autonomia, independência e imparcialidade para coordenar as atividades de controle, devendo também ser dotado de recursos materiais, humanos e financeiros suficientes para o seu regular funcionamento.

25.1.2. O programa de conformidade deverá conter no mínimo o seguinte conteúdo:

- (i) Código de ética e de conduta, representando o comportamento esperado de todos os seus funcionários e dirigentes da instituição;
- (ii) O objetivo e o escopo do programa de conformidade;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (iii) A divisão clara das responsabilidades das pessoas envolvidas na função de conformidade, de modo a evitar possíveis conflitos de interesses com outras áreas da instituição;
- (iv) O livre acesso dos responsáveis por atividades relacionadas à função de conformidade às informações necessárias para o exercício de suas atribuições;
- (v) Mecanismos para detecção de irregularidades;
- (vi) Canais de denúncia de fácil acesso para o público interno e externo;
- (vii) Canais de comunicação com a alta direção da instituição, incluindo Conselhos, de forma a facilitar o relato dos resultados decorrentes das atividades relacionadas à função de conformidade, de possíveis irregularidades ou falhas identificadas;
- (viii) Integração do setor responsável pelo programa de conformidade com outras áreas correlacionadas, tais como departamento jurídico, auditoria interna, ouvidoria, departamento contábil e de recursos humanos;
- (ix) Segregação do setor responsável pelo programa de conformidade em relação ao setor responsável pela auditoria interna;
- (x) Regras de conduta para situações que apresentem significativo risco de ocorrência de fraudes e corrupção, tais como participação em licitação, execução e fiscalização de contratos administrativos, doações e patrocínios de qualquer espécie, obtenção de autorizações e licenças, fiscalizações, contratação de ex-agentes públicos, oferecimento de brindes e presentes a agentes públicos, etc;
- (xi) Esclarecimentos sobre a existência e a utilização de canais de denúncias e de orientações sobre questões de integridade;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (xii) Estabelecimento da proibição de retaliação a denunciantes de boa-fé e os mecanismos para protegê-los;
- (xiii) Dever de treinamento periódico dos funcionários a respeito dos objetivos do programa de conformidade, o qual poderá ser ministrado pelos funcionários da instituição;
- (xiv) Previsão de medidas disciplinares na hipótese de violação das regras de conformidade e integridade, as quais devem ser proporcionais à violação e ao nível de responsabilidade dos envolvidos;
- (xv) Dever de comprometimento da alta direção da instituição, incluídos eventuais Conselhos, quanto aos objetivos do Programa de Conformidade;
- (xvi) Realização de análise periódica de riscos para realizar adaptações necessárias ao programa de integridade;
- (xvii) Previsão de controles internos que assegurem a confiabilidade de relatórios e demonstrações, de qualquer tipo, inclusive contábeis;
- (xviii) Dever de o setor responsável pelo programa de conformidade elaborar relatório, com periodicidade mínima anual, contendo o sumário dos resultados das atividades relacionadas à função de conformidade, suas principais conclusões, recomendações e providências tomadas pela administração da instituição;
- (xix) Dever de o setor responsável pelo programa de conformidade relatar sistemática e tempestivamente os resultados de suas atividades à alta direção da instituição.

25.1.3. O Código de ética e de conduta deverá ser escrito de forma clara e concisa, devendo ser de fácil consulta ao público interno e externo, além de conter, no mínimo, o seguinte conteúdo:



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (i) Os princípios e os valores adotados pela instituição relacionados a questões de ética e integridade;
- (ii) As políticas da instituição para prevenir fraudes e ilícitos, em especial as que regulam o relacionamento entre setor público e privado;
- (iii) Vedações expressas da prática das seguintes condutas por parte dos integrantes da instituição:
 - a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, nacional ou estrangeiro, ou a pessoa a ele relacionada;
 - b) Praticar fraudes em licitações e contratos com a Administração Pública;
 - c) Oferecimento de vantagem indevida a licitante concorrente;
 - d) Prática de qualquer ação ou omissão que possa caracterizar embaraço à ação de autoridades fiscalizatórias.
 - e) Previsão de medidas disciplinares para casos de transgressões às normas e às políticas da instituição.

25.1.4. O programa de integridade e os códigos de conduta deverão ser atualizados periodicamente, a cada, no máximo, 3 anos, visando garantir a sua efetividade.

25.1.5. O programa de integridade CONCESSIONÁRIA deverá ser aprovado pelo PODER CONCEDENTE.

Cláusula 26.DO ESTATUTO SOCIAL DA SPE

26.1. O Estatuto Social da SPE deverá contemplar Cláusula que:

- (i) Vede alteração do seu objeto social, salvo para incluir ATIVIDADES que envolvam a exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (ii) Submeta à prévia autorização do PODER CONCEDENTE os atos descritos na Cláusula 36.1 do CONTRATO;
- (iii) Garanta ao interventor nomeado pelo PODER CONCEDENTE o poder de decisão em caso de intervenção, nos termos da Cláusula 63;
- (iv) Submeta à prévia autorização do PODER CONCEDENTE a contratação de empréstimos ou obrigações, cujos prazos de amortização excedam o termo final do CONTRATO.

26.2. A CONCESSIONÁRIA deverá submeter à prévia aprovação do PODER CONCEDENTE qualquer modificação em seu estatuto, durante todo o período da CONCESSÃO, observado o disposto na Cláusula 26.1.

26.3. O exercício financeiro da CONCESSIONÁRIA coincidirá com o ano civil.

26.4. A participação de capitais não nacionais na CONCESSIONÁRIA obedecerá à legislação brasileira em vigor.

Cláusula 27. CAPITAL SOCIAL

27.1. O capital social subscrito mínimo da SPE será de R\$ 12.054.423,03 (doze milhões, cinquenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e três reais e três centavos).

27.2. A CONCESSIONÁRIA deverá integralizar totalmente o capital social subscrito no prazo máximo de 17 (dezessete) meses, a partir da sua constituição, conforme cronograma a seguir:



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

CRONOGRAMA: INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL (em moeda corrente nacional)		
CONDIÇÕES DE INTEGRALIZAÇÃO	VALOR DA PARCELA	PERCENTUAL
No ato de constituição da SPE (antes da assinatura do contrato de concessão)	R\$ 1.205.442,30	10,00%
Até o 5º mês de assinatura do contrato de concessão	R\$ 2.410.884,61	20,00%
Até o 9º mês de assinatura do contrato de concessão	R\$ 1.205.442,30	10%
Até o 13º mês de assinatura do contrato de concessão	R\$ 3.616.326,91	30%
Até o 17º mês de assinatura do contrato de concessão	R\$ 3.616.326,91	30%
TOTAL	R\$ 12.054.423,03	100,00%

- 27.3. Enquanto não estiver completa a integralização, nos termos da Cláusula 27.2, os acionistas da SPE são solidariamente responsáveis, independentemente da proporção das ações subscritas por cada um, perante o PODER CONCEDENTE, por obrigações da CONCESSIONÁRIA nos termos deste CONTRATO, até o limite do valor da parcela faltante para integralização, conforme disposto na Cláusula 73.
- 27.4. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter o PODER CONCEDENTE permanentemente informado sobre o cumprimento, pelos acionistas da SPE, da integralização do capital social, podendo o PODER CONCEDENTE realizar diligências e auditorias para a verificação da situação.
- 27.5. A SPE não poderá, durante o prazo da CONCESSÃO, reduzir seu capital social abaixo do valor mínimo estabelecido na Cláusula 27.1, devidamente corrigido conforme o critério previsto na Cláusula 16.2, sem a prévia e expressa anuência do PODER CONCEDENTE.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

27.6. O capital social da CONCESSIONÁRIA poderá ser aumentado a qualquer tempo, conforme a necessidade de aportes adicionais para o desenvolvimento de ATIVIDADES inerentes, acessórias ou complementares ao objeto deste CONTRATO, bem como a implementação de projetos associados e a consecução das ATIVIDADES objeto deste CONTRATO.

Cláusula 28.DA ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA DA CONCESSIONÁRIA

28.1. A CONCESSIONÁRIA deverá obter prévia anuência do PODER CONCEDENTE para qualquer modificação de sua composição societária que implique TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE ACIONÁRIO direto, nos termos deste CONTRATO e do artigo 27 da Lei Federal nº 8.987/1995.

28.1.1. A anuência prévia exigida na Cláusula 28.1 abrange os atos que impliquem em TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE ACIONÁRIO direto da CONCESSIONÁRIA, mesmo quando o controle indireto permaneça com o mesmo GRUPO ECONÔMICO.

28.1.2. Entende-se, para fins deste CONTRATO, por detentor direto do poder de controle da CONCESSIONÁRIA, a pessoa, natural ou jurídica, ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum, integrante da estrutura acionária direta da CONCESSIONÁRIA, que atenda às condições indicadas nas alíneas do artigo 116 da Lei Federal n.º 6.404/1976.

28.1.3. A anuência prévia do PODER CONCEDENTE, para a hipótese de transferência indireta do controle acionário da CONCESSIONÁRIA, assim entendida a TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE ACIONÁRIO dos acionistas controladores diretos da SPE, somente será exigida quando utilizada na LICITAÇÃO, pela CONCESSIONÁRIA a faculdade prevista no item 13.6.8 do



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

EDITAL, hipótese na qual será aferida, tão-somente, a persistência das condições de qualificação técnica necessárias à exploração e manutenção dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO.

28.2. Desde que possam, em bloco ou isoladamente, caracterizar modificação direta ou indireta do controle acionário, estão compreendidos, exemplificadamente, como ato(s) sujeito(s) à prévia anuência do PODER CONCEDENTE:

- (i) Celebração ou alteração de acordo de acionistas;
- (ii) Emissão de valores mobiliários conversíveis em ações; e
- (iii) Instituição de garantia e direitos a terceiros sobre ações.

28.3. Não estão sujeitos à anuência prévia do PODER CONCEDENTE os atos de modificação da estrutura acionária da CONCESSIONÁRIA nas hipóteses em que as empresas originalmente detentoras do controle direto da CONCESSIONÁRIA permaneçam com posição acionária suficiente para prosseguir no exercício do poder de controle da companhia, sem a participação de terceiros que não compunham, previamente ao ato, o bloco de controle da CONCESSIONÁRIA.

28.4. São igualmente sujeitos à anuência prévia do PODER CONCEDENTE os atos que impliquem em alteração do controle acionário da CONCESSIONÁRIA, ainda que o controle indireto permaneça com o mesmo GRUPO ECONÔMICO.

28.5. Para obter a anuência do PODER CONCEDENTE, para os fins previstos nas Cláusulas 28.1 e 28.2, o pretendente deverá:



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (i) Atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal que foram exigidas na LICITAÇÃO, e que sejam necessárias à continuidade na execução das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO; e
 - (ii) Comprometer-se a cumprir todas as cláusulas contratuais, bem como as estipuladas pelo EDITAL e seus Anexos.
- 28.6. O atendimento às condições de qualificação econômico-financeira previstas no EDITAL, nas alterações do controle acionário da CONCESSIONÁRIA, será exigido apenas até o cumprimento integral do cronograma de integralização do capital social da SPE.
- 28.7. Para os casos de TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE ACIONÁRIO sujeitos a anuência prévia, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE notificação de alteração, solicitando a transferência almejada e apresentando, no mínimo, as seguintes informações:
- (i) Explicação da operação societária almejada e da estrutura societária proposta para o momento posterior à transferência de controle;
 - (ii) Justificativa para a realização da alteração pretendida;
 - (iii) Indicação e qualificação das sociedades que passarão a figurar como controladoras ou integrar o bloco de controle da SPE, apresentando, ainda, a relação dos integrantes da administração da SPE e seus controladores, bem como eventual acordo de acionistas;
 - (iv) Demonstração da composição da CONCESSIONÁRIA após a operação almejada;
 - (v) Demonstração do atendimento aos requisitos previstos na Cláusula 28.5;
 - (vi) Documentos relacionados à operação almejada, tais como cópia de atas de reunião de membros ou acionistas da CONCESSIONÁRIA, correspondências, relatórios de auditoria e demonstrações financeiras;
 - (vii) Compromisso de todos os envolvidos de que a operação ficará suspensa até que obtida a aprovação nos órgãos competentes.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 28.8. A TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE ACIONÁRIO da CONCESSIONÁRIA somente será autorizada pelo PODER CONCEDENTE quando a transferência não prejudicar, nem tampouco colocar em risco, a execução do CONTRATO.
- 28.9. O PODER CONCEDENTE examinará o pedido de anuência prévia, nos casos exigidos nesta Cláusula, no prazo de até 90 (noventa) dias, prorrogáveis por igual período, caso necessário, podendo, a seu critério, solicitar esclarecimentos e documentos adicionais à CONCESSIONÁRIA e/ou aos FINANCIADORES, convocar os membros ou acionistas controladores da CONCESSIONÁRIA, e promover quaisquer diligências que considerar adequadas.
- 28.10. A anuência prévia para a TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE ACIONÁRIO da CONCESSIONÁRIA, caso seja concedida pelo PODER CONCEDENTE, será formalizada, por escrito, indicando as condições e requisitos para sua realização.
- 28.11. A realização das operações alcançadas por esta Cláusula 28, sem a obtenção da anuência do PODER CONCEDENTE, previamente à formalização da operação, importará na aplicação das sanções previstas neste CONTRATO, podendo o PODER CONCEDENTE, adicionalmente à aplicação das penalidades:
- (i) Determinar, quando possível a anuência, que a proponente apresente a documentação pertinente e solucione eventuais pendências, ainda que extemporaneamente;
 - (ii) Determinar que a CONCESSIONÁRIA retorne ao *status quo ante*, quer mediante atuação da própria CONCESSIONÁRIA, desfazendo a alteração societária ou praticando atos societários que impliquem em retorno do capital acionário à empresa originalmente detentora das ações, quer, de outro lado, por ato do próprio PODER CONCEDENTE, buscando a anulação da alteração societária realizada ao arrepio da lei e do estatuto social da



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

própria CONCESSIONÁRIA, observando-se o disposto no artigo 35, inciso I, da Lei Federal nº 8.934/1994; e

- (iii) Em não sendo possível a superação do vício na alteração da composição acionária da CONCESSIONÁRIA ou de seus controladores, a decretação da caducidade da concessão, com as consequências previstas na Cláusula 67.

Cláusula 29. DOS ATOS DEPENDENTES DE ANUÊNCIA PRÉVIA OU COMUNICAÇÃO AO PODER CONCEDENTE

29.1. Hipóteses que demandam anuência prévia do PODER CONCEDENTE

29.1.1. Dependem de prévia anuência do PODER CONCEDENTE, sem prejuízo das demais hipóteses previstas neste CONTRATO e na legislação e regulação aplicável, os seguintes atos eventualmente praticados pela CONCESSIONÁRIA, sob pena de aplicação das sanções previstas neste CONTRATO, inclusive podendo ensejar a decretação da caducidade da CONCESSÃO:

- (i) alteração do Estatuto Social da SPE, salvo aquelas de natureza eminentemente formal e/ou procedimental, que deverão ser objeto de simples comunicação posterior ao PODER CONCEDENTE;
- (ii) fusão, incorporação, cisão, transformação ou qualquer forma de reestruturação societária que implique TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE ACIONÁRIO da SPE, nos termos da Cláusula 28;
- (iii) alienação do controle ou transferência da SPE, operacionalizada pelos FINANCIADORES e/ou garantidores, para fins de reestruturação financeira da CONCESSIONÁRIA;
- (iv) criação de subsidiárias, inclusive para exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (v) redução do capital social da SPE;
- (vi) contratação ou alteração na cobertura de seguros, na seguradora contratada e/ou nas garantias contratadas pela CONCESSIONÁRIA e relacionados ao presente CONTRATO, mesmo aquelas cuja contratação seja decorrente do quanto estabelecido em sede do procedimento das REVISÕES ORDINÁRIAS;
- (vii) contratação de qualquer financiamento, emissão de títulos e valores mobiliários, toda e qualquer operação de dívida contratada pela SPE, contratação de seguros e garantias;
- (viii) alienação, constituição de ônus ou transferência, de qualquer natureza, dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, pela CONCESSIONÁRIA a terceiros, inclusive seus FINANCIADORES ou garantidores;
- (ix) oferecimento, pela CONCESSIONÁRIA, de créditos e receitas a que fizer jus em decorrência deste CONTRATO, como garantia de financiamentos;
- (x) dação de ações ou direitos correspondentes ao controle da CONCESSIONÁRIA em garantia de financiamentos; e
- (xi) subcontratação ou terceirização de serviços, observados os termos da Cláusula 60 e Cláusula 61.

29.1.2. Os procedimentos de anuência prévia relacionados às hipóteses previstas na Cláusula 29.1.1 observarão as seguintes regras, salvo quando houver procedimento específico já disciplinado neste CONTRATO para algumas dessas hipóteses:

29.1.3. O pleito de anuência prévia deverá ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA com antecedência suficiente para permitir a devida análise e manifestação do PODER CONCEDENTE em tempo hábil e razoável, considerando o cuidado



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

com o não comprometimento da(s) operação(ões) intentada(s) pela CONCESSIONÁRIA que dependa(m) de autorização do PODER CONCEDENTE.

29.1.4. O pleito de anuência prévia a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA deverá ser acompanhado da documentação pertinente para caracterização e explicação da operação pretendida, e de outros documentos que venham a ser eventualmente exigidos pelo PODER CONCEDENTE, especialmente aqueles que sejam necessários à demonstração dos seguintes aspectos: (i) prova de não comprometimento da continuidade na execução das ATIVIDADES objeto deste CONTRATO; e (ii) prova de não comprometimento da qualidade na execução das ATIVIDADES objeto deste CONTRATO.

29.1.5. O PODER CONCEDENTE terá 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do pleito de anuência prévia apresentado pela CONCESSIONÁRIA para apresentar resposta escrita ao pedido, podendo conceder a anuência, rejeitar o pedido ou formular exigências para concedê-la.

29.1.6. Caso o PODER CONCEDENTE rejeite o pedido ou exija complementações, deverá fazê-lo de maneira fundamentada, podendo apresentar proposta alternativa para que a operação pretendida seja acatada.

29.2. Operações e situações que devem ser comunicadas ao PODER CONCEDENTE

29.2.1. Deverão ser comunicados ao PODER CONCEDENTE, em até 05 (cinco) dias depois de consumados, sem prejuízo das demais hipóteses previstas neste CONTRATO e na legislação e regulação aplicável, os seguintes atos e operações eventualmente praticados pela CONCESSIONÁRIA, sob pena de aplicação das sanções previstas neste CONTRATO:

- (i) alterações na composição acionária da SPE que não impliquem TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE ACIONÁRIO, mas que impliquem



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

transferência de, no mínimo, 20% (vinte por cento) das ações com direito a voto na SPE;

- (ii) alterações na composição acionária da SPE que não impliquem TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE ACIONÁRIO, mas que impliquem transferência de, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações com direito a voto da SPE detidas por um único acionista;
- (iii) alterações nos acordos de voto aplicáveis a eventual bloco de controle da SPE, desde que não impliquem TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE ACIONÁRIO;
- (iv) perda de qualquer condição essencial à execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO pela CONCESSIONÁRIA;
- (v) aplicação de penalidades à CONCESSIONÁRIA, por qualquer órgão ou entidade que tenha competência para tanto, especialmente quanto à inadimplência em relação às obrigações tributárias, previdenciárias, ambientais, de segurança e medicina do trabalho, ou aplicadas por qualquer órgão com competência para regular e fiscalizar as atividades da CONCESSIONÁRIA, ou ainda de caráter ambiental;
- (vi) requerimento de Recuperação Judicial da CONCESSIONÁRIA ou de qualquer de seus membros ou acionistas;



CAPÍTULO VI. OBRAS E PROJETOS

Cláusula 30. DAS OBRAS MÍNIMAS DA CONCESSÃO

- 30.1. A CONCESSIONÁRIA está obrigada a executar, com as especificações e prazos previstos nos ANEXOS 01 (DIRETRIZES BÁSICAS E REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS PARA IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E EXPLORAÇÃO DAS OBRAS OBJETO DA LICITAÇÃO) e 03 (ELEMENTOS DE PROJETO DAS OBRAS), bem como em atenção à METODOLOGIA DE EXECUÇÃO apresentada pela CONCESSIONÁRIA, as seguintes obras mínimas:
- 30.2. As ATIVIDADES previstas nas Cláusulas 5.1.1, 5.1.2, 5.1.3, 5.1.4 e 5.1.5, deverão ser realizadas em duas fases distintas (Fase I e Fase II), concomitantes ou não, observados os prazos previstos pela CONCESSIONÁRIA em sua METODOLOGIA DE EXECUÇÃO e nos respectivos cronogramas das OBRAS, obedecidos os seguintes termos:
- 30.3. FASE I – a LICITANTE deverá concluir no prazo máximo de 03 (três) meses, a readequação do estacionamento já existente na “Área G” da Figura 1 constante do ANEXO 01 (DIRETRIZES BÁSICAS E REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS PARA IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E EXPLORAÇÃO DAS OBRAS OBJETO DA LICITAÇÃO), a contar do recebimento do TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE.
- 30.4. FASE II – a LICITANTE deverá concluir, na FASE II, as seguintes obras mínimas, no prazo máximo de 36 (trinta e seis meses) meses, a contar do recebimento do TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE:
- (i) Reurbanização do Parque Capivari, com a necessária reconstrução de acessos, áreas comerciais e administrativas, sanitários e estacionamentos, além de implantação de palco multiuso, recomposição de áreas verdes, recuperação de bens imóveis de propriedade da EFCJ intimamente ligados ao entorno da área do Parque



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Capivari, elaboração de novos passeios de circulação na área interna e requalificação da estrutura básica do pedalinho já existente;

- (ii) Implantação de um novo e moderno teleférico, em substituição ao atual teleférico;
- (iii) Reurbanização do Morro do Elefante, com a implantação de novo terminal de teleférico, novas áreas comerciais, sanitários e novo mirante;
- (iv) Implantação de um trenó sobre trilhos no Morro do Elefante, sob a área dos cabos do teleférico;
- (v) Implantação de um novo estacionamento, na área "F", bem como expansão do estacionamento já existente na "Área G", passando a englobar a "Área A", todos descritos na Figura 1 constante do ANEXO 01 (DIRETRIZES BÁSICAS E REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS PARA IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E EXPLORAÇÃO DAS OBRAS OBJETO DA LICITAÇÃO).

30.5. Independentemente do prazo de 36 (trinta e seis) meses previsto na Cláusula 30.4, a LICITANTE deverá concluir, à sua escolha, no prazo máximo de 18 (dezoito) meses, duas das obras previstas na Cláusula 30.4, e, no prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses, o restante das obras.

30.6. O descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, de quaisquer dos prazos previstos nas Cláusulas 30.3, 30.4 e 30.5, importará na obrigação de pagamento de uma quantia mensal correspondente a 5% (cinco por cento) do valor devido anualmente a título de OUTORGA VARIÁVEL, independentemente de qualquer procedimento administrativo prévio.

30.7. A quantia adicional estabelecida na Cláusula 30.6 será calculada *pro rata die* e paga pela CONCESSIONÁRIA enquanto perdurar o atraso, cessando, automaticamente, quando concluída a obra cujo prazo não havia sido respeitado.

Cláusula 31. DAS CONDIÇÕES PARA O INÍCIO DAS OBRAS

31.1. Como condição para o início das OBRAS, observado o cronograma previsto nas Cláusulas 30.3 e 30.4 deste CONTRATO, bem como o previsto em sua METODOLOGIA



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

DE EXECUÇÃO, deverá a CONCESSIONÁRIA apresentar ao PODER CONCEDENTE, para a sua não objeção:

- (i) Projeto básico;
- (ii) Projeto executivo;
- (iii) Cronograma das OBRAS, do tipo Gantt, e eventuais readaptações propostas, apresentando todas as etapas de implantação das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO;
- (iv) Plano de mitigação dos impactos ambientais provocados pela OBRAS, considerando a adoção obrigatório de sistema construtivo ambientalmente sustentável;
- (v) Estabelecimento, entre as PARTES, das diretrizes de convivência entre CONCESSIONÁRIA e PODER CONCEDENTE, por meio da EFCJ, nos termos da Cláusula 12;
- (vi) Anuência, por parte do PODER CONCEDENTE, nos termos da Cláusula 32.4.

31.2. Todas as OBRAS deverão necessariamente observar a legislação garantidora da acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

31.3. O PODER CONCEDENTE dará a sua não objeção aos documentos apresentados pela CONCESSIONÁRIA, nos termos da Cláusula 31.1, como requisito necessário ao início das OBRAS, seguindo o mesmo procedimento previsto nas Cláusulas 6.4 e 6.5 deste CONTRATO.

Cláusula 32. DO PLANEJAMENTO, DAS OBRAS E DOS PROJETOS

32.1. Na elaboração dos projetos necessários à realização de obras ou à implantação de equipamentos previstos pela CONCESSIONÁRIA, esta deverá observar a melhor técnica disponível, utilizando apenas profissionais habilitados de reconhecida competência.

32.2. Os projetos deverão ser elaborados de forma que as edificações sejam executadas em conformidade com a legislação que regule a edificação em si, as peculiaridades ambientais da área e as determinações de quaisquer órgãos públicos municipais,



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

estaduais ou federais, as relações de vizinhança, de segurança no trabalho, além de toda e qualquer outra disposição ou regulamentação que seja aplicável a qualquer título.

- 32.3. O PODER CONCEDENTE poderá, a seu exclusivo critério, acompanhar a elaboração dos projetos e estudos e terá o direito de vetar pontos do projeto que estejam em desacordo com os requisitos técnicos mínimos previstos nos ANEXOS 01 (DIRETRIZES BÁSICAS E REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS PARA IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E EXPLORAÇÃO DAS OBRAS OBJETO DA LICITAÇÃO) e 03 (ELEMENTOS DE PROJETO DAS OBRAS), que possam implicar em riscos de segurança aos USUÁRIOS ou transeuntes, bem como que não respeitem qualquer legislação municipal, estadual ou federal.
- 32.4. Para o início das obras previstas na Cláusula 30.4, incisos (i), (ii), (iii) e (iv), a CONCESSIONÁRIA deverá obter a prévia anuência do PODER CONCEDENTE, apresentando, para tal finalidade, sem prejuízo do disposto na Cláusula 31.1 do CONTRATO:
- (i) para as obras previstas na Cláusula 30.4, incisos (i) e (iii), comprovação da experiência prévia do responsável pela execução das obras, quer seja a própria CONCESSIONÁRIA, quer seja empresa por ela contratada, na execução de obras de porte e características equivalentes, assim considerada a experiência prévia na construção de empreendimento com área construída mínima de 4.400,00m² (quatro mil e quatrocentos metros quadrados);
 - (ii) para as obras previstas na Cláusula 30.4, inciso (ii), comprovação da experiência prévia do responsável pela execução das obras, quer seja a própria CONCESSIONÁRIA, quer seja empresa por ela contratada, na execução de obras de porte e características equivalentes, assim considerada a experiência prévia na construção de teleférico capaz de atender a capacidade média diária de 500 (quinhentos) usuários;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (iii) para as obras previstas na Cláusula 30.4, inciso (iv), comprovação da experiência prévia do responsável pela execução das obras, quer seja a própria CONCESSIONÁRIA, quer seja empresa por ela contratada, na execução de obras de porte e características equivalentes, assim considerada a experiência prévia na construção de equipamento com características técnicas semelhantes às do tremó sobre trilhos, capaz de atender a capacidade média diária de 100 (cem) usuários;
- 32.5. O conhecimento, pelo PODER CONCEDENTE dos projetos ou estudos apresentados pela CONCESSIONÁRIA, não exclui a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA pela adequação e qualidade dos investimentos realizados, assim como pelo cumprimento das obrigações contratuais.
- 32.6. As obras serão executadas em conformidade com a legislação e normas técnicas vigentes, em especial com a legislação sobre parâmetros urbanísticos, código de obras, normas sobre acessibilidade, segurança contra incêndio e gestão de resíduos.
- 32.7. Os estudos e projetos elaborados para os fins específicos desta CONCESSÃO, bem como os planos, plantas, documentos e outros materiais de qualquer natureza, que se revelem necessários ao desempenho das ATIVIDADES previstas no objeto do CONTRATO, serão cedidos ou terão suas licenças gratuitamente transferidas ao PODER CONCEDENTE ao final da CONCESSÃO, competindo à CONCESSIONÁRIA adotar todas as medidas necessárias para este fim.
- 32.8. Todos os sistemas supervisores, de automação e controle operacional, deverão ser obrigatoriamente de código aberto ou terem seus códigos depositados em sala cofre com acesso permitido ao PODER CONCEDENTE. O PODER CONCEDENTE deverá manter, durante o prazo da CONCESSÃO, rigoroso sigilo a respeito da documentação assim recebida.
- 32.9. O contrato de depósito de que trata a Cláusula 32.8 deverá ter vigência durante todo o prazo da CONCESSÃO e ter a interveniência-anuência do PODER CONCEDENTE, não



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

sendo possível a retirada unilateral do material depositado por parte da CONCESSIONÁRIA ou do fornecedor.

- 32.10. A documentação técnica de qualquer forma adquirida pela CONCESSIONÁRIA e vinculada à execução das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO é de propriedade do PODER CONCEDENTE, sendo vedada sua utilização pela CONCESSIONÁRIA para outros fins que não os previstos no CONTRATO.
- 32.11. A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar ao PODER CONCEDENTE 1 (uma) cópia de toda a documentação gerada com a execução das ATIVIDADES previstas no objeto do CONTRATO, bem como todas as alterações realizadas na documentação no decorrer da vigência da CONCESSÃO.

Cláusula 33. OBRIGAÇÕES RELATIVAS ÀS OBRAS

- 33.1. Para além das obrigações previstas na Cláusula 30, a CONCESSIONÁRIA obriga-se, na execução das obras, a:
- (i) Responsabilizar-se integralmente pelas obras e/ou serviços porventura executados com vícios ou defeitos, em virtude de ação ou omissão, negligência, imperícia, imprudência ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, inclusive aqueles que acarretem infiltrações de qualquer espécie ou natureza, que deverão ser demolidos e/ou refeitos, sem ônus para o PODER CONCEDENTE.
 - (ii) Responsabilizar-se pelos serviços de proteção provisórios, necessários à execução do objeto deste CONTRATO, bem como pelas despesas provenientes do uso de equipamentos.
 - (iii) Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes de acidentes do trabalho, não cobertas pelo seguro.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (iv) Reparar ou reconstruir partes da obra danificadas por incêndio ou qualquer sinistro ocorrido na obra, independentemente de cobertura de seguro, no prazo determinado pelo PODER CONCEDENTE, contado a partir da notificação expedida para tanto.
- (v) Manter vigilância, constante e permanente, sobre os trabalhos executados, materiais e equipamentos, cabendo-lhe toda a responsabilidade por quaisquer perdas e/ou danos que eventualmente venham a ocorrer.
- (vi) Fornecer, ao PODER CONCEDENTE, os dados técnicos de seu interesse, e todos os elementos e informações necessárias, quando por este solicitado.
- (vii) Cumprir as exigências legais do Município de Campos do Jordão e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução dos serviços;
- (viii) Cumprir e fazer com que todo o pessoal em serviço no canteiro de obras observe os regulamentos disciplinares, de segurança e de higiene existentes no local de trabalho, devendo observar as exigências emanadas da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) e, principalmente, as contidas na legislação em vigor.
- (ix) Assegurar livre acesso à fiscalização do PODER CONCEDENTE aos locais de trabalho e atender a eventuais exigências solicitadas, no prazo por ele estabelecido, bem como fornecer as informações solicitadas.
- (x) Assumir inteira responsabilidade pelos danos ou prejuízos causados ao PODER CONCEDENTE ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução do objeto deste CONTRATO, diretamente por seu preposto e/ou empregados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento feito pelo PODER CONCEDENTE ou por terceiros.
- (xi) Preservar e manter o PODER CONCEDENTE à margem de todas as reivindicações, queixas e representações de quaisquer naturezas referentes ao uso dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (xii) Manter, no local de trabalho, um Livro de Registro de Ocorrências, para anotação de inspeções, vistorias, ou quaisquer outros exames, ou atos praticados pelo PODER CONCEDENTE, notadamente quando apurarem irregularidades ou quaisquer outros tipos de ocorrências, livro este que será lacrado sempre em duas vias, uma para cada uma das partes, sendo assinado, em cada ocorrência, pelos representantes de ambas;
 - (xiii) Manter as áreas de trabalhos confinadas e sinalizadas conformes as normas de segurança e orientação do PODER CONCEDENTE, vedando o acesso a quaisquer pessoas estranhas ao seu quadro de empregados e colaboradores em geral, bem como constantemente limpas e desimpedidas, removendo o entulho, sobras e demais materiais inservíveis ou inaproveitáveis para os locais apropriados, conforme as legislações municipal, estadual e federal;
 - (xiv) Designar, desde o pedido de aprovação dos projetos e licenciamento das obras, um responsável técnico devidamente habilitado, identificado por placa que contenha seu nome, qualificação profissional e número de inscrição no órgão fiscalizador da profissão, colocada em cada um dos locais onde sejam instalados canteiros de construção;
 - (xv) Empregar nas obras apenas material de primeira qualidade, dentro das especificações técnicas da legislação e da ABNT, sendo neste caso obrigatória a aplicação daquela que for mais rigorosa;
 - (xvi) Dotar seus empregados de todos os equipamentos de segurança previsto na legislação ou recomendados pelas normas da ABNT.
- 33.2. Os documentos pertinentes à CONCESSÃO eventualmente disponibilizados pela PODER CONCEDENTE serão tidos como meramente referenciais pela CONCESSIONÁRIA, sendo sua utilização ou alteração de integral responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, a quem caberá arcar com os custos e diligências, por conta própria, para aferir o grau de seu eventual aproveitamento.

Cláusula 34. CRONOGRAMA DAS OBRAS E INVESTIMENTOS



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 34.1. O prazo da execução de qualquer obra prevista na Cláusula 30.2 somente será prorrogado nas hipóteses do artigo 57, § 1º, incisos I a VI, da Lei Federal nº 8.666/93, desde que devidamente justificadas e aceitas pelo PODER CONCEDENTE.
- 34.2. O pedido de prorrogação deverá vir acompanhado de um novo cronograma, bem como com a comprovação quanto à impossibilidade de execução das obras.
- 34.3. Caso o PODER CONCEDENTE anua com o pedido de prorrogação, os valores eventualmente pagos pela CONCESSIONÁRIA, nos termos da Cláusula 30.6, relativos a período de atraso ao final justificado, serão restituídos pelo PODER CONCEDENTE.
- 34.4. Cumpridas todas as disposições do presente CONTRATO, e ressalvadas as exceções nele previstas, os prazos para a execução dos investimentos deverão ser atendidos integralmente pela CONCESSIONÁRIA.
- 34.5. A CONCESSIONÁRIA poderá antecipar os investimentos, a seu exclusivo critério, assumindo integralmente os riscos e os ônus de tal antecipação.
- 34.6. O PODER CONCEDENTE não se responsabiliza por quaisquer atrasos ocorridos na execução das obras previstas pela CONCESSIONÁRIA, quaisquer que sejam os seus motivos, ainda que da demora na obtenção de licenças ou autorizações, ou, ainda, da constatação de obstáculos geológicos ou outras condições que dificultem a execução da obra.
- 34.7. A CONCESSIONÁRIA responderá perante terceiros por quaisquer danos emergentes e lucros cessantes decorrentes de deficiência ou omissões em projetos, da execução das obras e da manutenção dos bens, devendo essa responsabilidade ser coberta por seguro, nos termos da Cláusula 57.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 34.8. Quando o PODER CONCEDENTE for demandado, administrativa ou judicialmente, por fato imputável à CONCESSIONÁRIA, ou relativo a obrigação por ela assumida, assegure-se, em benefício do PODER CONCEDENTE, o direito de regresso contra a CONCESSIONÁRIA.

Cláusula 35.DAS LICENÇAS

- 35.1. É de única e exclusiva responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a obtenção, em tempo hábil, de todas as licenças e autorizações necessárias ao exercício de todas as ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO, especialmente no que se refere ao atendimento da legislação ambiental.
- 35.2. Serão da exclusiva responsabilidade da CONCESSIONÁRIA o atendimento, em tempo hábil, de todas as providências exigidas pelos órgãos competentes, nos termos da legislação vigente, para a concessão das licenças necessárias ao pleno exercício de suas atividades, correndo por sua conta as despesas correspondentes.
- 35.3. Serão de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, durante todo o prazo da CONCESSÃO, a apresentação dos estudos e documentos exigidos pelas legislações municipal, estadual e federal, inclusive, ambiental, bem como a obtenção do licenciamento necessário.



CAPÍTULO VII. USO, EXPLORAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO

Cláusula 36. DISCIPLINA DE USO, EXPLORAÇÃO E MANUTENÇÃO

- 36.1. As ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO deverão ser executadas ininterruptamente, pela CONCESSIONÁRIA, durante todo o período da CONCESSÃO, de forma adequada ao pleno atendimento dos USUÁRIOS, em conformidade com os termos da Lei Federal nº 8.987/1995 e da Lei Estadual nº 7.835/1992, e deverão observar as normas e especificações constantes do presente CONTRATO, seus ANEXOS, e demais normas pertinentes, obedecendo aos procedimentos operacionais estabelecidos pelo PODER CONCEDENTE.
- 36.2. Ao longo da vigência do CONTRATO, o PODER CONCEDENTE poderá determinar, ou a CONCESSIONÁRIA poderá propor ao PODER CONCEDENTE, alterações das condições operacionais das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, a exemplo de alteração de horários de funcionamento, dentre outras medidas voltadas ao incremento da qualidade ou eficiência das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, ao conforto ou à segurança dos USUÁRIOS.
- 36.2.1. Todas as reformulações de operação deverão respeitar a legislação em vigor, e, quando propostas pela CONCESSIONÁRIA, deverão ser submetidas à análise e aprovação do PODER CONCEDENTE.
- 36.2.2. A CONCESSIONÁRIA poderá propor soluções alternativas para as alterações determinadas pelo PODER CONCEDENTE nos termos da Cláusula 36.2, cabendo ao PODER CONCEDENTE deferi-las ou não, após análise e deliberação sobre sua pertinência, sem que de eventual recusa resulte à CONCESSIONÁRIA qualquer direito de indenização ou reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

36.2.3. Previamente à decisão do PODER CONCEDENTE quanto a alterações de condições operacionais das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, por determinação do PODER CONCEDENTE, deverão ser analisados os eventuais impactos econômico-financeiros, positivos e/ou negativos, decorrentes das alterações, à CONCESSIONÁRIA, aos USUÁRIOS e ao CONTRATO.

36.2.4. Qualquer impacto econômico-financeiro decorrente de alterações de condições operacionais das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, ao longo da vigência do CONTRATO, em relação às condições vigentes à época da publicação do EDITAL, quando a alteração decorrer de determinação do PODER CONCEDENTE, deverá ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro, em atenção à disciplina prevista na Cláusula 48 e na Cláusula 49, neutralizando-se o impacto destas alterações sobre a CONCESSIONÁRIA e o CONTRATO, de forma que a CONCESSIONÁRIA não tenha qualquer prejuízo ou benefício econômico-financeiro em razão destas alterações.

36.2.5. Quando a alteração das condições operacionais das ATIVIDADES objeto do CONTRATO decorrer de solicitação da CONCESSIONÁRIA, esta não terá direito a qualquer reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, devendo arcar, integralmente, com os impactos econômico-financeiros, positivos e/ou negativos, resultantes da alteração.

Cláusula 37.DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

37.1. O desempenho da CONCESSIONÁRIA na execução das ATIVIDADES objeto deste CONTRATO será determinado por meio da aplicação dos INDICADORES DE DESEMPENHO, nos termos desta Cláusula e do ANEXO 04 (INDICADORES DE DESEMPENHO).



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 37.1.1. A avaliação da qualidade na execução das ATIVIDADES executadas pela CONCESSIONÁRIA será utilizada para fins de determinação da OUTORGA VARIÁVEL.
- 37.1.2. A avaliação do desempenho da CONCESSIONÁRIA iniciar-se-á a partir do TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE, quando se considerará iniciada a OPERAÇÃO COMERCIAL, observando-se, quanto à aplicação do resultado da avaliação sobre a OUTORGA VARIÁVEL da CONCESSIONÁRIA, o disposto na Cláusula 16.4.
- 37.2. Os INDICADORES DE DESEMPENHO constantes do ANEXO 04 (INDICADORES DE DESEMPENHO) são destinados a aferir o desempenho da CONCESSIONÁRIA, permitindo ao PODER CONCEDENTE monitorar a qualidade das ATIVIDADES executadas pela CONCESSIONÁRIA, mensurar o valor a ser deduzido anualmente da OUTORGA VARIÁVEL da CONCESSIONÁRIA, e, aplicar, quando cabível, as multas por desempenho abaixo do exigido.
- 37.3. A CONCESSIONÁRIA arcará com todos os custos necessários ao atendimento dos níveis de desempenho previstos no ANEXO 04 (INDICADORES DE DESEMPENHO) deste CONTRATO.
- 37.4. A avaliação do desempenho da CONCESSIONÁRIA na execução do objeto do CONTRATO será feita na periodicidade prevista e nos termos estabelecidos no ANEXO 04 (INDICADORES DE DESEMPENHO), através de relatórios obtidos a partir do SISTEMA DE CONTROLE E GESTÃO, bem como por quaisquer outros meios admitidos em direito.
- 37.5. Quando, por motivo não imputável à CONCESSIONÁRIA, for manifestamente impossível promover a avaliação de qualquer um dos indicadores previstos no ANEXO 04 (INDICADORES DE DESEMPENHO), ele será considerado como equivalente ao indicador apurado na medição imediatamente anterior, para efeito de incidência dos INDICADORES DE DESEMPENHO na OUTORGA VARIÁVEL da CONCESSIONÁRIA.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 37.6. Os INDICADORES DE DESEMPENHO serão revistos, ordinariamente, a cada 3 (três) anos, quando do procedimento de REVISÃO ORDINÁRIA previsto na Cláusula 50.1, alínea (i).
- 37.7. Caso se verifique a necessidade de introdução, exclusão ou de alteração dos INDICADORES DE DESEMPENHO para níveis diversos daqueles inicialmente estabelecidos no CONTRATO, o PODER CONCEDENTE estabelecerá prazo razoável à CONCESSIONÁRIA para adequação aos novos padrões exigidos.
- 37.8. A CONCESSIONÁRIA poderá, extraordinariamente, solicitar a revisão dos INDICADORES DE DESEMPENHO, devendo a sua solicitação ser acompanhada de estudos técnicos que justifiquem a alteração proposta.
- 37.9. O pedido de revisão de que trata a Cláusula 37.8 acima deverá ser encaminhado, por escrito, ao PODER CONCEDENTE, demonstrando as razões que justifiquem a alteração dos INDICADORES DE DESEMPENHO.
- 37.10. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar relatório e apresentar ao PODER CONCEDENTE, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da apuração dos INDICADORES DE DESEMPENHO, no qual deverão constar todas as apurações feitas no mês, numeradas sequencialmente, discriminando o número deste CONTRATO, o seu objeto e o período abrangido pela apuração.
- 37.11. O PODER CONCEDENTE terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do relatório de que trata a Cláusula 37.10, para a conferência e verificação da apuração mensal dos INDICADORES DE DESEMPENHO e sua aprovação.
- 37.11.1. A apuração não aprovada, total ou parcialmente, pelo PODER CONCEDENTE, será devolvida à CONCESSIONÁRIA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, retomando-se o



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

procedimento previsto na Cláusula 37.11 quando da reapresentação do relatório pela CONCESSIONÁRIA, com as correções solicitadas.

- 37.11.2. Eventuais divergências, por parte da CONCESSIONÁRIA, em relação à apuração, à conferência e à verificação dos INDICADORES DE DESEMPENHO realizada pelo PODER CONCEDENTE, deverão ser objeto de questionamento em processo administrativo distinto, ou submetido aos procedimentos de solução de controvérsias estabelecidos neste CONTRATO, não podendo a CONCESSIONÁRIA se recusar a realizar as correções que o PODER CONCEDENTE apontar em sua apuração, nos termos da Cláusula 37.11.1.
- 37.11.3. A não aprovação, pelo PODER CONCEDENTE, da apuração dos INDICADORES DE DESEMPENHO feita pela CONCESSIONÁRIA, nos termos da Cláusula 37.11.1, em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONCESSIONÁRIA suspenda a execução das ATIVIDADES.
- 37.11.4. A ausência de pronunciamento do PODER CONCEDENTE quanto à apuração dos INDICADORES DE DESEMPENHO feita pela CONCESSIONÁRIA, no prazo estabelecido na Cláusula 37.11, implicará na aplicação dos INDICADORES DE DESEMPENHO da forma como apurado pela CONCESSIONÁRIA, para fins de pagamento da OUTORGA VARIÁVEL correspondente, realizando-se o ajuste financeiro da diferença a maior ou a menor, quando da decisão do PODER CONCEDENTE.
- 37.12. A ausência de apresentação, pela CONCESSIONÁRIA, do relatório de que trata a Cláusula 37.10, implicará na imposição da NOTA 0 (zero) ao INDICADOR DE DESEMPENHO correspondente.



CAPÍTULO VIII. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula 38. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

38.1. Incumbe ao PODER CONCEDENTE:

- (i) Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares das ATIVIDADES objeto do CONTRATO e as Cláusulas deste CONTRATO;
- (ii) Decidir sobre os termos aditivos, projetos, planos, programas e outros instrumentos correlatos referentes à execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO;
- (iii) Exercer, através da CMCP, as atribuições previstas no artigo 2º do Decreto Estadual n.º 51.308/2006;
- (iv) Estimular a eficiência na execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO;
- (v) Zelar e fiscalizar a boa qualidade na execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO;
- (vi) Receber e apurar as reclamações e as sugestões dirigidas diretamente ao PODER CONCEDENTE pelos USUÁRIOS e cidadãos;
- (vii) Estimular a racionalização e melhoria na execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO;
- (viii) Intervir na execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, retomá-las e extinguir a CONCESSÃO, nos casos e nas condições previstas neste CONTRATO e na legislação pertinente;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (ix) Aplicar as penalidades legais e regulamentares, independentemente de previsão contratual, e as contratuais, conforme previsto no CONTRATO e nos seus ANEXOS;
- (x) Zelar pela preservação do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO;
- (xi) Fiscalizar o cumprimento de normas e regulamentos atinentes à execução do objeto da CONCESSÃO;
- (xii) Fiscalizar o cumprimento dos planos previstos na Cláusula 6.
- (xiii) Realizar auditorias periódicas, inclusive, se assim julgar conveniente, por meio de empresa de auditoria especializada, nas contas e nos registros da CONCESSIONÁRIA, de modo a prevenir a ocorrência de situações que possam comprometer a execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO;
- (xiv) Fiscalizar periodicamente o estado de conservação dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, além de avaliar os recursos técnicos utilizados pela CONCESSIONÁRIA na execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO.
- (xv) Apreciar todas as propostas de melhoria das ATIVIDADES objeto do CONTRATO;
- (xvi) Fiscalizar os INDICADORES DE DESEMPENHO previstos no CONTRATO e no ANEXO 04;
- (xvii) Determinar e fiscalizar a execução de INVESTIMENTOS ADICIONAIS por parte da CONCESSIONÁRIA, nos termos previstos no CONTRATO;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (xviii) Cumprir e fazer cumprir as Leis Federais n.º 10.048/2000 e n.º 13.146/2015, que determinam o atendimento prioritário de pessoas com deficiência, idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, gestantes, lactantes, pessoas com crianças de colo e obesos;
 - (xix) Cumprir e fazer cumprir a Lei Federal n.º 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida;
 - (xx) Diligenciar para que obras realizadas a título de INVESTIMENTOS ADICIONAIS atendam à Lei Federal n.º 10.098/2000, no que lhe compete; e
 - (xxi) Estimular o aumento da qualidade, produtividade e preservação do meio ambiente no âmbito da execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO;
 - (xxii) Notificar a CONCESSIONÁRIA, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontrados na execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, independentemente da instauração do correspondente processo administrativo sancionatório.
- 38.2. Todos os direitos e as obrigações do PODER CONCEDENTE, previstos neste CONTRATO, poderão ser exercidos diretamente por ele, ou indiretamente, através da EFCJ ou de outra entidade da Administração Indireta para tanto designada, ou por terceiros contratados para esta finalidade.

Cláusula 39.DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

- 39.1. Além das atribuições previstas neste CONTRATO e seus ANEXOS, caberá à CONCESSIONÁRIA:



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (i) Usar, explorar e manter os BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO estritamente de acordo com a sua PROPOSTA e METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, bem como de acordo com os PLANOS DE OPERAÇÃO, DE MANUTENÇÃO, DE SEGURANÇA OPERACIONAL e DE SEGUROS durante toda a vigência do CONTRATO, com exceção de eventuais alterações aceitas pelo PODER CONCEDENTE;
- (ii) Executar as obras previstas neste CONTRATO e em sua METODOLOGIA DE EXECUÇÃO;
- (iii) Utilizar os BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO conforme o seu exclusivo interesse, desde que tais atividades sejam compatíveis com os usos previstos nesta CONCESSÃO, com as posturas municipais que regem a matéria, e não violem as vedações previstas nos ANEXOS do EDITAL e neste CONTRATO;
- (iv) Cumprir e fazer cumprir integralmente as disposições deste CONTRATO, em conformidade com as disposições legais, regulamentares e determinações do PODER CONCEDENTE e da EFCJ;
- (v) Estabelecer o valor a ser cobrado dos USUÁRIOS para acesso aos equipamentos e serviços instalados nos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, observada a restrição prevista na Cláusula 14.3;
- (vi) Executar todos os serviços, controles e ATIVIDADES relativos à CONCESSÃO, com zelo, diligência, eficiência e economia, utilizando a melhor técnica aplicável a cada uma das tarefas desempenhadas, dando fiel cumprimento às regras estabelecidas pelo PODER CONCEDENTE e pela EFCJ, em especial as disposições do artigo 6º da Lei Federal nº 8.987/1995;
- (vii) Pagar os valores ao PODER CONCEDENTE os valores devidos a título de OUTORGA VARIÁVEL, bem como outros valores previstos no CONTRATO;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (viii) Manter durante todo o prazo da CONCESSÃO todas as condições de habilitação que lhe foram exigidas na LICITAÇÃO, necessárias à execução das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO;
- (ix) Renovar, anualmente, os documentos de regularidade relativos à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), bem como da regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, durante toda a vigência desse CONTRATO, encaminhando os documentos ao PODER CONCEDENTE;
- (x) Comprovar perante o PODER CONCEDENTE, quando solicitado e no prazo de 10 (dez) dias úteis, as quitações legalmente exigidas de todo e qualquer encargo que se referir aos serviços de operação e outros de sua responsabilidade, inclusive as contribuições devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, taxas e impostos pertinentes;
- (xi) Assegurar a execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO de forma adequada, na forma do art. 6º, *caput* e §1º, da Lei Federal nº 8.987/1995, atendendo às condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua execução, valendo-se de todos os meios e recursos à sua disposição;
- (xii) Dispor de equipamentos, acessórios, recursos humanos e materiais, de modo a permitir a perfeita execução das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO, nos termos deste CONTRATO e da PROPOSTA;
- (xiii) Adotar providências necessárias à garantia e à preservação do patrimônio público e dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, bem como à segurança dos USUÁRIOS;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (xiv) manter e conservar todos os bens, equipamentos e instalações vinculados à CONCESSÃO em perfeitas condições de funcionamento, promover as substituições demandadas em função do desgaste ou superação tecnológica, ou ainda promover os reparos ou as modernizações necessários à boa execução e à preservação da adequação das ATIVIDADES e serviços, conforme determinado neste CONTRATO;
- (xv) Responder perante o PODER CONCEDENTE, a EFCJ e terceiros por todos os atos e eventos de sua competência;
- (xvi) Executar programas de gestão e treinamento de seus empregados, com vistas às melhorias destinadas a aumentar a segurança na execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO e a comodidade dos USUÁRIOS;
- (xvii) Disponibilizar quadro de pessoal para realização de treinamentos, quando solicitado pelo PODER CONCEDENTE;
- (xviii) Designar um responsável técnico à frente das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, com poderes para representar a CONCESSIONÁRIA perante a fiscalização do PODER CONCEDENTE;
- (xix) Manter o PODER CONCEDENTE, por intermédio da EFCJ, informado sobre toda e qualquer ocorrência não rotineira;
- (xx) Elaborar e implementar esquemas de atendimento a situações de emergência, mantendo disponíveis, para tanto, todos os recursos necessários;
- (xxi) Divulgar, adequadamente, ao público em geral e ao USUÁRIO em particular, a adoção de procedimentos especiais na ocorrência de situações excepcionais;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (xxii) Acatar medidas determinadas pelos responsáveis investidos de autoridade, em caso de acidentes ou situações anormais à rotina;
- (xxiii) Zelar pela proteção ao meio ambiente;
- (xxiv) Valer-se, preferencialmente, de equipamentos com tecnologias de menor impacto ambiental;
- (xxv) Responder pelo correto comportamento e eficiência de seus empregados e agentes, bem como de suas contratadas, providenciando o uso de uniforme nas funções e condições que forem exigidas e o porte de crachá.
- (xxvi) Observar todas as determinações legais e regulamentares quanto à legislação ambiental, trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho, em relação aos seus empregados, prestadores de serviços, contratados ou subcontratados, responsabilizando-se, como única empregadora, por todos os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários incidentes sobre o custo da mão-de-obra empregada na execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, bem como pelos custos de seguro de acidente de trabalho, mantendo o PODER CONCEDENTE isento de qualquer responsabilização que não lhe cumpra arcar;
- (xxvii) Fornecer ao PODER CONCEDENTE todos e quaisquer documentos e informações pertinentes ao objeto da CONCESSÃO, permitindo a realização de auditorias e, à fiscalização e aos encarregados desta, livre acesso aos equipamentos e instalações relacionados à CONCESSÃO;
- (xxviii) Recolher os tributos incidentes sobre suas atividades, bem como cumprir a legislação tributária como um todo, incluindo as obrigações acessórias, buscando meios eficientes de cumpri-la, conforme os mecanismos disponíveis na legislação;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (xxix) Responder por eventuais desídias e faltas quanto às obrigações decorrentes da CONCESSÃO, nos termos estabelecidos neste CONTRATO;
- (xxx) Prestar contas da execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO ao PODER CONCEDENTE e aos USUÁRIOS, na forma e periodicidade indicados pelo PODER CONCEDENTE;
- (xxxi) Propor e inserir novos equipamentos e procedimentos para melhoria no desempenho, no atendimento, nos custos, no rendimento e na preservação do meio ambiente, após autorização do PODER CONCEDENTE;
- (xxxii) Atender e fazer atender, de forma adequada, o público em geral e os USUÁRIOS em particular;
- (xxxiii) Responder por todos e quaisquer danos causados a terceiros, sejam pessoais, patrimoniais ou morais, mantendo o PODER CONCEDENTE à margem de ações judiciais e trabalhistas, reivindicações ou reclamações, assegurando-lhe o direito de regresso. Qualquer ônus, eventualmente acarretado tanto ao PODER CONCEDENTE, quanto à EFCJ, deverá ser reembolsado pela CONCESSIONÁRIA, sendo inclusive permitido compensar respectivos valores de quaisquer pagamentos a que a mesma, eventualmente, tenha direito;
- (xxxiv) Realizar, por meios próprios ou mediante contratação de terceiros, os INVESTIMENTOS ADICIONAIS, sempre que determinado pelo PODER CONCEDENTE, responsabilizando-se pelo cumprimento dos prazos fixados no cronograma estabelecido para cada investimento e por seu resultado, observados os requisitos de tempestividade e qualidade estabelecidos de acordo com o CONTRATO;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (xxxv) Apresentar cronograma físico-financeiro dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, cujos marcos, etapas, atividades e prazos vincularão a CONCESSIONÁRIA, de forma que seu descumprimento acarretará as penalidades cabíveis neste CONTRATO e ANEXOS;
- (xxxvi) Sem qualquer ônus ao PODER CONCEDENTE ou à execução das ATIVIDADES objeto deste CONTRATO, refazer, adequar ou corrigir toda e qualquer obra ou serviço realizado pela CONCESSIONÁRIA de maneira indevida ou em desconformidade com os padrões de qualidade estabelecidos neste CONTRATO e ANEXOS;
- (xxxvii) Reparar todos e quaisquer danos causados em vias de comunicação, tubulação de água, esgotos, redes de eletricidade, gás, telecomunicações e respectivos equipamentos, bem como em quaisquer bens de terceiros, em decorrência da execução de atividades de sua responsabilidade;
- (xxxviii) Responder, por si ou por seus administradores, empregados, prepostos, subcontratados, prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica relacionada à execução do objeto do CONTRATO, perante o PODER CONCEDENTE e terceiros, por todos e quaisquer danos causados por atos comissivos ou omissivos por parte da CONCESSIONÁRIA, sempre que decorrerem da execução das ATIVIDADES sob sua responsabilidade, direta ou indireta, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento do CONTRATO pelo PODER CONCEDENTE ou pela EFCJ;
- (xxxix) Obter, possuir e manter, ao longo de todo o prazo da CONCESSÃO, o auto de vistoria do corpo de bombeiros, quando necessário nos termos da legislação vigente;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (xl) Prover aos funcionários sob sua responsabilidade ou aos prepostos uniformes ou roupas profissionais em bom estado, com cartões individuais de identificação, bem como todos os Equipamentos de Proteção Individual - EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC necessários à segurança das atividades em curso, adequados ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, instruindo os empregados quando à sua utilização;
- (xli) Prever a responsabilização de seus agentes por danos que causarem a terceiros, ao USUÁRIO, e, quando for o caso, ao Poder Público, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa;
- (xlii) Informar o PODER CONCEDENTE e a EFCJ quando citados ou intimados de qualquer ação judicial ou procedimento administrativo, que possa implicá-los em decorrência de questões ligadas ao CONTRATO, inclusive dos termos e prazos processuais, bem como envidar os melhores esforços na defesa dos interesses comuns, praticando todos os atos processuais cabíveis com esse objetivo;
- (xlili) Manter o PODER CONCEDENTE livre de qualquer litígio, assumindo o patrocínio de eventuais ações judiciais movidas por terceiros, decorrentes de atos comissivos ou omissivos por parte da CONCESSIONÁRIA na execução do objeto deste CONTRATO;
- (xliv) Ressarcir o PODER CONCEDENTE de todos os desembolsos decorrentes de determinações judiciais de qualquer espécie, para satisfação de obrigações originalmente imputáveis à CONCESSIONÁRIA, inclusive reclamações trabalhistas propostas por empregados ou terceiros vinculados à CONCESSIONÁRIA, bem como a danos a USUÁRIOS e órgãos de controle e fiscalização;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (xlv) A responsabilidade da CONCESSIONÁRIA perdurará mesmo depois de encerrado o CONTRATO, podendo o PODER CONCEDENTE buscar o ressarcimento previsto no inciso (xlv) desta Cláusula 39.1 junto aos acionistas ou membros da CONCESSIONÁRIA, na forma da legislação aplicável, no caso de extinção do CONSÓRCIO ou da SPE;
- (xlvi) A CONCESSIONÁRIA deverá indenizar e manter o PODER CONCEDENTE indene em razão de qualquer demanda ou prejuízo que este venha a sofrer em virtude, dentre outros:
- a) de ato praticado com culpa ou dolo pela CONCESSIONÁRIA, seus administradores, empregados, prepostos, prestadores de serviços, terceiros com quem tenha contratado ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada;
 - b) de questões de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária ou acidentária relacionados aos empregados da CONCESSIONÁRIA e de terceiros contratados; e
 - c) de despesas processuais, honorários de advogado e demais encargos com os quais venha a arcar em função de qualquer demanda administrativa ou judicial.
- (xlvii) A CONCESSIONÁRIA deverá também indenizar e manter o PODER CONCEDENTE indene em relação às despesas processuais, honorários de advogado e demais encargos com os quais venha a arcar em função das ocorrências descritas nos itens (xliii), (xliv) e (xlvi) acima desta Cláusula;
- (xlviii) Assegurar o livre acesso, em qualquer época, das pessoas encarregadas pelo PODER CONCEDENTE da fiscalização, às suas instalações e aos



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

locais onde estejam sendo desenvolvidas ATIVIDADES relacionadas ao objeto da CONCESSÃO;

- (xlix) Prestar todas as informações solicitadas pelo PODER CONCEDENTE ou demais autoridades, prontamente. O dever de prestar informações não deverá exceder 48h (quarenta e oito horas) entre o recebimento da solicitação e a efetiva prestação das informações solicitadas, salvo em situações excepcionais, devidamente justificadas ao PODER CONCEDENTE e, se o caso, às autoridades solicitantes;
- (l) Contratar e manter atualizadas, às suas expensas, apólices de seguro para cobertura total de roubo, incêndio, raio, explosão, vendaval, descargas elétricas, acidentes e danos a terceiros, de todos os BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, devendo as apólices ser emitidas, tendo como beneficiário o PODER CONCEDENTE, e de acordo com os valores de mercado previamente aprovados pelo PODER CONCEDENTE;
- (li) Submeter à aprovação do PODER CONCEDENTE as propostas de implantação de melhorias nas ATIVIDADES objeto deste CONTRATO, acompanhadas das justificativas técnicas e de mercado, visando à adequação permanente dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO às melhores práticas para o conforto dos USUÁRIOS;
- (lii) Acatar, respeitar e cumprir com as deliberações do PODER CONCEDENTE;
- (liii) Atender os termos da Lei Estadual n.º 10.294/1999 e seu regulamento, que dispõe sobre proteção e defesa do USUÁRIO do serviço público. Para tanto, é obrigatória a implantação do Serviço de Atendimento ao Cliente e Ouvidoria, conforme Cláusula 44;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (liv) Informar à população e aos USUÁRIOS em geral sempre que houver alteração dos valores cobrados pela CONCESSIONÁRIA, o seu novo valor e a data de vigência;
- (lv) Providenciar, antes da emissão do TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE, que todos os seus empregados direcionados à operação sejam registrados, tenham seus assentamentos devidamente anotados em carteiras de trabalho ou mantenham contrato de prestação de serviço, atendidas as exigências da legislação previdenciária e trabalhista em vigor;
- (lvi) Aderir às campanhas educativas, informativas, operacionais e outras, limitadas às ATIVIDADES objeto do CONTRATO, em consonância e de acordo com as diretrizes do PODER CONCEDENTE;
- (lvii) Manter em dia o INVENTÁRIO e os registros dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, e manter regularmente escriturados os seus livros contábeis e organizados os arquivos, documentos e anotações, de forma a possibilitar a inspeção, a qualquer momento, pelos encarregados da fiscalização;
- (lviii) Submeter previamente à autorização do PODER CONCEDENTE as alterações de cláusulas de seu estatuto social e, ainda, as hipóteses de fusão, cisão, incorporação ou alteração do controle societário, durante a vigência deste CONTRATO, nos termos do CAPÍTULO V;
- (lix) Publicar as demonstrações financeiras periódicas;
- (lx) Entregar mensalmente ao PODER CONCEDENTE todas as informações relativas aos contratos de exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS, nos termos da Cláusula 15.13.



Cláusula 40. DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR

- 40.1. Considera-se caso fortuito ou força maior, com as consequências estabelecidas neste CONTRATO, o evento assim definido na forma da lei civil e que tenha impacto direto sobre o desenvolvimento das ATIVIDADES da CONCESSÃO.
- 40.2. O descumprimento de obrigações contratuais comprovadamente decorrentes de caso fortuito ou de força maior não será passível de penalização.
- 40.3. Um evento caracterizado como caso fortuito ou de força maior não será considerado, para os efeitos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, se, ao tempo de sua ocorrência, corresponder a um risco segurável no Brasil, há pelo menos 2 (dois) anos, até o limite da média dos valores de apólices normalmente praticados no mercado, por pelo menos duas empresas do ramo, independentemente de a CONCESSIONÁRIA as ter contratado ou do seguro ser exigível nos termos da Cláusula 57.
- 40.4. Na ocorrência de caso fortuito ou força maior, cujas consequências não forem seguráveis no Brasil, há pelo menos 2 (dois) anos, até o limite da média dos valores de apólices normalmente praticados no mercado, por pelo menos 2 (duas) empresas do ramo, as PARTES acordarão se haverá lugar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO ou, excepcionalmente, a extinção da CONCESSÃO.
- 40.5. A PARTE que tiver o cumprimento de suas obrigações afetado por caso fortuito ou força maior deverá comunicar a outra PARTE da ocorrência do evento, em até 48 horas.
- 40.6. Salvo se o PODER CONCEDENTE der outras instruções por escrito, a CONCESSIONÁRIA continuará cumprindo suas obrigações decorrentes do CONTRATO, na medida do razoavelmente possível, e procurará, por todos os meios disponíveis, cumprir aquelas obrigações não impedidas pelo evento de força maior ou caso fortuito, cabendo ao PODER CONCEDENTE da mesma forma cumprir as suas obrigações não impedidas pelo evento de força maior ou caso fortuito.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 40.7. Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou quaisquer fatos de responsabilidade imputáveis ao PODER CONCEDENTE, sem que tenha havido a extinção da CONCESSÃO, serão suspensas as exigências de medição dos INDICADORES DE DESEMPENHO comprovadamente impactados pelo evento, até a normalização da situação e cessação de seus efeitos.
- 40.8. As PARTES se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos decorrentes dos eventos de força maior ou caso fortuito.

Cláusula 41. PUBLICIDADE

41.1.A CONCESSIONÁRIA não deverá, sem o consentimento prévio, por escrito, do PODER CONCEDENTE, divulgar desenhos, projetos, modelos, ou informações relativas à CONCESSÃO.

41.1.1. Qualquer divulgação, pela CONCESSIONÁRIA, de documentos e informações mencionados na Cláusula 41.1, quando autorizada pelo PODER CONCEDENTE, deverá ser feita confidencialmente e limitar-se ao estritamente necessário.

41.2.A CONCESSIONÁRIA não deverá, sem prévio consentimento, por escrito, do PODER CONCEDENTE, fazer uso de qualquer documento ou informação relacionado à CONCESSÃO, exceto com o propósito de execução do CONTRATO.

41.3.A CONCESSIONÁRIA não poderá explorar a divulgação das informações operacionais relativas aos dados de USUÁRIOS que utilizem os BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO.

41.4. Salvo prévio consentimento, por escrito, do PODER CONCEDENTE, qualquer identificação de marca por parte da CONCESSIONÁRIA deverá permanecer em segundo plano, em relação à marca do PODER CONCEDENTE.



CAPÍTULO IX. USUÁRIOS

Cláusula 43. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

43.1. Adicionalmente ao disposto na legislação aplicável, são direitos e obrigações dos USUÁRIOS:

- (i) Receber um serviço adequado e poder usufruir dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, dentro dos padrões de qualidade e desempenho estabelecidos neste CONTRATO e seus ANEXOS, nos termos da legislação em vigor;
- (ii) Receber, do PODER CONCEDENTE, da EFCJ e da CONCESSIONÁRIA, informações para a defesa de interesses individuais e coletivos relativos às ATIVIDADES objeto do CONTRATO, bem como para o uso correto e seguro dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO;
- (iii) Comunicar-se com a CONCESSIONÁRIA por meio dos diferentes canais de atendimento, como o 0800, ouvidoria, mídias sociais, aplicativo de celular, entre outros;
- (iv) Contribuir para permanência das boas condições dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO;
- (v) Usufruir dos equipamentos instalados nos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO com liberdade de escolha, em atenção à legislação vigente de proteção ao direito do consumidor;
- (vi) Receber do PODER CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA informações quanto às questões relacionadas ao valores cobrados para acesso aos equipamentos instalados nos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (vii) Levar ao conhecimento do PODER CONCEDENTE, da EFCJ e da CONCESSIONÁRIA as irregularidades de que tenham conhecimento relacionadas às ATIVIDADES objeto do CONTRATO;
 - (viii) Comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela CONCESSIONÁRIA na execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO;
 - (ix) Cumprir as obrigações legais e regulamentares pertinentes à utilização dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO;
 - (x) Ter acesso a órgão inserido na estrutura organizacional da CONCESSIONÁRIA, no mínimo no nível imediatamente abaixo dos órgãos de sua direção, com atribuição para cuidar exclusivamente das relações com os USUÁRIOS, coordenado por um ouvidor;
 - (xi) Estar garantido pelos seguros previstos neste CONTRATO;
- 43.2. A CONCESSIONÁRIA deverá obedecer a Lei Estadual nº 10.294/1999, que dispõe sobre a proteção e defesa do USUÁRIO do serviço público no âmbito do Estado de São Paulo, devendo zelar pela garantia de cumprimentos das normas básicas de proteção e defesa do USUÁRIO.
- 43.3. A CONCESSIONÁRIA deverá assegurar ao usuário os seus direitos básicos, no que couber, bem como ter os seguintes canais de comunicação:
- a) atendimento pessoal, por telefone ou outra via eletrônica;
 - b) informação computadorizada, sempre que possível;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- c) sistemas de comunicação visual adequados, com a utilização de cartazes, indicativos, roteiros, folhetos explicativos, além de outros.

43.4. A CONCESSIONÁRIA, de acordo com a Lei Estadual n.º 12.806/2008 e a Lei Estadual n.º 10.294/1999, que estipulam regras sobre a comunicação visual ao USUÁRIO, deverá garantir que seja afixada em local de ampla visualização, em todas as instalações e estabelecimentos de acesso permitido aos USUÁRIOS, comunicação visual adequada com a utilização de placas facilmente legíveis sobre números de telefones, outras vias eletrônicas e endereços das respectivas ouvidorias, de modo a deixar claro que é empresa diversa do PODER CONCEDENTE e da EFCJ, ou outros órgãos públicos que vierem a existir.

Cláusula 44. SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO E OUVIDORIA

44.1. A CONCESSIONÁRIA deverá instituir um Serviço de Atendimento ao Usuário e Ouvidoria permanente para receber e processar as críticas e sugestões dos USUÁRIOS dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO ou de terceiros afetados por sua exploração.



CAPÍTULO X. RISCOS DA CONCESSÃO, EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E REVISÕES CONTRATUAIS

Cláusula 45. ALOCAÇÃO DE RISCOS DA CONCESSÃO

- 45.1. A CONCESSIONÁRIA assume integral responsabilidade pelos riscos inerentes à execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, excetuados unicamente aqueles em que o contrário resulte expressamente deste CONTRATO.
- 45.2. É de integral responsabilidade da CONCESSIONÁRIA o levantamento pormenorizado e o conhecimento dos riscos por ela assumidos, na execução de suas atribuições no âmbito deste CONTRATO, devendo adotar as soluções, processos e técnicas que julgar mais adequados e eficientes para mitigar os riscos assumidos, responsabilizando-se pelas consequências decorrentes.
- 45.3. A relação de riscos expressamente alocados à CONCESSIONÁRIA, na Cláusula 46, não é exaustiva, de forma que todo e qualquer risco que não tenha sido expressamente alocado ao PODER CONCEDENTE, na Cláusula 47 ou nas demais disposições contratuais que apontem inequivocamente neste sentido, serão tratados como risco assumido pela CONCESSIONÁRIA, não dando ensejo, caso materializados, à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em favor da CONCESSIONÁRIA.

Cláusula 46. DOS RISCOS EXCLUSIVOS DA CONCESSIONÁRIA

- 46.1. Adicionalmente às demais disposições deste CONTRATO em que previstos riscos ou obrigações da CONCESSIONÁRIA, e observada a regra estabelecida na Cláusula 45.3, constituem, dentre outros, **riscos de engenharia, de construção e de operação** assumidos pela CONCESSIONÁRIA:



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (i) Atraso, ocorrido por comprovada responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, observada a alocação de riscos prevista neste CONTRATO, no cumprimento do cronograma proposto para entrega das obras previstas no objeto da CONCESSÃO;
- (ii) Erros, omissões ou alterações de projetos de engenharia, incluindo METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, e/ou de tecnologia da CONCESSIONÁRIA, independentemente da não objeção do PODER CONCEDENTE;
- (iii) Restrições urbanísticas no tocante aos projetos propostos pela CONCESSIONÁRIA em sua PROPOSTA ou em sua METODOLOGIA DE EXECUÇÃO;
- (iv) Tecnologia(s) ou técnica(s) empregada(s) na execução das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO e o insucesso de inovações tecnológicas introduzidas pela CONCESSIONÁRIA;
- (v) Prejuízos decorrentes de erros na realização das obras, no que se incluem danos decorrentes de falha na segurança no local de sua realização;
- (vi) Embargo das obras previstas no objeto da CONCESSÃO;
- (vii) Prejuízos decorrentes de inundações ou desmoronamento nas áreas em que serão executadas as ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO ou decorrentes de quaisquer condições do terreno;
- (viii) Erro de projetos, erro na estimativa de custos e/ou gastos, erro na estimativa de tempo para conclusão de obras ou falhas no planejamento e na execução das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO, defeitos nas obras ou equipamentos, bem como erros ou falhas causados pela CONCESSIONÁRIA, pelos terceirizados ou subcontratados pela CONCESSIONÁRIA;
- (ix) Quaisquer problemas decorrentes da relação da CONCESSIONÁRIA com seus subcontratados ou terceirizados;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (x) Mudança de qualquer tipo no projeto ou planejamento das obras previstas na PROPOSTA ou na METODOLOGIA DE EXECUÇÃO da CONCESSIONÁRIA, independentemente da não objeção do PODER CONCEDENTE;
- (xi) Interface e compatibilização das obras, equipamentos e sistemas entre si e com os bens e equipamentos pertencentes à EFCJ, competindo ao PODER CONCEDENTE mediar eventuais conflitos;
- (xii) Obtenção das autorizações, licenças e/ou permissões, de qualquer tipo, a serem emitidas por autoridades administrativas, exigidas para execução das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO;
- (xiii) Atrasos decorrentes da não obtenção de autorizações, licenças e/ou permissões, de qualquer tipo, a serem emitidas por autoridades administrativas, exigidas para execução das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO, bem como de eventuais decisões judiciais que suspendam a sua execução, decorrentes de atos comissivos ou omissivos por parte da CONCESSIONÁRIA;
- (xiv) Interrupção e/ou intermitência no fornecimento de energia elétrica;
- (xv) Quaisquer interferências com órgãos da Administração Pública direta e indireta de qualquer nível federativo, inclusive seus concessionários, permissionários e autorizatários de serviços públicos ou delegatários de atividade econômica, para a execução das ATIVIDADES objeto do CONCESSÃO;
- (xvi) Incluem-se nos riscos da CONCESSIONÁRIA atrasos relacionados às interferências, tais como, fibra ótica, dutos de água e esgoto, dutos de gases, dutos de petróleo, vias de transmissão ou distribuição de energia;
- (xvii) Roubos, furtos, destruição, perdas ou avarias nos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO ou em seus próprios bens, cuja materialização não tenha sido provocada por ato ou fato imputável ao PODER CONCEDENTE;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (xviii) Todos os custos e riscos inerentes à execução do objeto da CONCESSÃO com a qualidade exigida neste CONTRATO, incluindo, entre outros, investimentos, custos ou despesas adicionais necessárias para o atendimento aos INDICADORES DE DESEMPENHO em função de sua performance, para o atendimento da obrigação de preservação da atualidade na execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, bem como das normas técnicas e regras previstas em lei ou neste CONTRATO;
- (xix) Ineficiências ou perdas econômicas decorrentes de falhas, de negligência, de inépcia ou de omissão na execução das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO;
- (xx) Problemas, atrasos ou inconsistências no fornecimento de insumos necessários à execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO;
- (xxi) Quaisquer ocorrências decorrentes de problemas de interface com outros concessionários de serviço público, municipal, estadual ou federal;
- (xxii) Execução defeituosa de qualquer das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO.

46.2. Constituem, dentre outros, **riscos econômico-financeiros** assumidos pela CONCESSIONÁRIA:

- (i) Custos com roubo, furto, destruição, ainda que parcial, oriundos de qualquer evento, ou perda de BENS REVERSÍVEIS alocados à CONCESSÃO;
- (ii) Capacidade financeira e/ou de captação de recursos pela CONCESSIONÁRIA, assim como aumento do custo de empréstimos e financiamentos a serem obtidos pela CONCESSIONÁRIA para a execução das ATIVIDADES, realização de investimentos ou custeio das operações objeto da CONCESSÃO;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (iii) Variações da demanda de USUÁRIOS, em relação ao previsto no PLANO DE NEGÓCIO, ou em qualquer projeção realizada pela CONCESSIONÁRIA ou pelo PODER CONCEDENTE;
- (iv) Variações nas RECEITAS ACESSÓRIAS auferidas pela CONCESSIONÁRIA, em relação ao previsto no PLANO DE NEGÓCIO, ou em qualquer projeção realizada pela CONCESSIONÁRIA ou pelo PODER CONCEDENTE;
- (v) Erros nas estimativas e possíveis variações no tocante aos custos de insumos, custos operacionais, de manutenção, de investimentos, de despesas com pessoal, ou qualquer outro custo incorrido pela CONCESSIONÁRIA na execução das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO, ao longo do tempo ou em relação ao previsto no PLANO DE NEGÓCIO, na METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, ou em qualquer projeção realizada pela CONCESSIONÁRIA ou pelo PODER CONCEDENTE;
- (vi) Redução do valor total auferido a título de RECEITA DE EXPLORAÇÃO em razão da ausência de registro eletrônico ou de qualquer tipo de fraude praticada por USUÁRIOS que se beneficiem de qualquer ATIVIDADE executada pela CONCESSIONÁRIA, inclusive em razão de falta de energia elétrica, falhas nos equipamentos, atos de vandalismo, e outros eventos cujo risco tenha sido alocado à CONCESSIONÁRIA, nos termos deste CONTRATO, excepcionados somente os casos em que o risco de ocorrência do evento ensejador da ausência de registro eletrônico de USUÁRIO seja exclusivamente atribuído ao PODER CONCEDENTE, nos termos deste CONTRATO;
- (vii) Custos correspondentes a impostos e outros tributos incidentes sobre as atividades executadas pela CONCESSIONÁRIA, nos termos da legislação vigente à época da formulação da PROPOSTA;
- (viii) Ineficiências ou perdas econômicas decorrentes de falhas, negligência, inépcia, omissão ou das próprias ATIVIDADES da CONCESSIONÁRIA no cumprimento do objeto da CONCESSÃO;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (ix) Alteração do cenário macroeconômico, aumento do custo de capital, alteração nas taxas de juros praticadas no mercado e variação das taxas de câmbio;
- (x) Criação, extinção ou alteração de tributos ou encargos legais que não tenham repercussão direta nas receitas e despesas da CONCESSIONÁRIA;
- (xi) Constatação superveniente de erros, ou omissões na PROPOSTA, no PLANO DE NEGÓCIOS, na METODOLOGIA DE EXECUÇÃO ou em qualquer outra projeção ou premissa apresentada pela CONCESSIONÁRIA ou nos levantamentos que as subsidiaram, inclusive aqueles necessários para aferir os dados e projetos divulgados pelo PODER CONCEDENTE;
- (xii) Danos, intencionais ou não, nos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, decorrentes de vandalismo, depredação, furtos, pichações, ou outros atos praticados pelos USUÁRIOS ou por terceiros.

46.3. Constituem, dentre outros, **riscos jurídicos** a serem assumidos pela CONCESSIONÁRIA:

- (i) Fatores imprevisíveis, fatores previsíveis de consequências incalculáveis, caso fortuito ou força maior que, em condições normais de mercado, possam ser objeto de cobertura de seguro oferecido no Brasil, se, à época da materialização do risco, este seja segurável há pelo menos 2 (dois) anos, até o limite da média dos valores de apólices normalmente praticados no mercado, por pelo menos duas empresas seguradoras, independentemente de a CONCESSIONÁRIA as ter contratado;
- (ii) Greves e dissídios coletivos de funcionários da CONCESSIONÁRIA, seus fornecedores, subcontratados ou terceirizados;
- (iii) Responsabilidade civil, administrativa, ambiental e penal por danos que possam ocorrer a terceiros, ou causados por terceiros, sejam estas pessoas que trabalhem para a



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

CONCESSIONÁRIA, seus empregados, prepostos, terceirizados ou empresas subcontratadas, decorrentes da execução das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO;

- (iv) Negligência, imperícia ou imprudência de pessoas que trabalhem para a CONCESSIONÁRIA, sejam elas empregados, terceirizados, ou de empresas subcontratadas;
- (v) Cumprimento das obrigações referentes à segurança e à saúde dos trabalhadores que estejam subordinados à CONCESSIONÁRIA, seus subcontratados ou terceirizados;
- (vi) Cumprimento da legislação aplicável e vigente no Brasil, especialmente a legislação trabalhista, previdenciária e tributária;
- (vii) Adequação à regulação vigente exercida pelo PODER CONCEDENTE ou qualquer outro órgão ou entidade que exerça regulação sobre as ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO, ressalvados os impactos decorrentes de alteração do marco regulatório;
- (viii) Planejamento tributário da CONCESSIONÁRIA;
- (ix) Atendimento às decisões judiciais relacionadas à execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, quando decorrerem de atos comissivos ou omissivos da CONCESSIONÁRIA.

46.4. Constituem, dentre outros, **riscos ambientais** a serem assumidos pela CONCESSIONÁRIA:

- (i) Obtenção das licenças ambientais necessárias para a execução das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO, bem como o seu atraso;
- (ii) Multas ou compensações por passivo ambiental gerado durante a execução das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO, observado o disposto na Cláusula 47.1, inciso (iii);



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (iii) Embargo do empreendimento, novos custos, não cumprimento de prazos, necessidade de nova aprovação de projetos pelas autoridades competentes, incluindo o PODER CONCEDENTE, emissão de novas autorizações pelos órgãos competentes em razão da não observância pela CONCESSIONÁRIA e/ou seus subcontratados a todas as exigências decorrentes do processo de obtenção das licenças ambientais, incluindo eventuais compensações;
- (iv) Custos socioambientais e com eventuais passivos ambientais relacionados às licenças ambientais e à execução das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO.

Cláusula 47.DOS RISCOS EXCLUSIVOS DO PODER CONCEDENTE

- 47.1. Sem prejuízo de outros riscos expressamente assumidos pelo PODER CONCEDENTE em outras Cláusulas deste CONTRATO, o PODER CONCEDENTE assume os seguintes riscos:
- (i) Mudança de qualquer tipo de projeto de obras, por solicitação do PODER CONCEDENTE;
 - (ii) Demora injustificada na não objeção em relação aos projetos de obra apresentados pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE.
 - (iii) Existência de passivos ambientais decorrentes de atividades precedentes realizadas no imóvel em que a CONCESSÃO irá se desenvolver, ou em razão da existência de restrições ambientais na área em que serão realizadas as ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO;
 - (iv) Decisões judiciais ou administrativas que impeçam ou impossibilitem a CONCESSIONÁRIA de executar as ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO, exceto nos casos em que a CONCESSIONÁRIA tiver dado causa à decisão;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (v) Atrasos ou inexecução das obrigações ou ATIVIDADES da CONCESSIONÁRIA causados pela demora ou omissão do PODER CONCEDENTE na realização das atividades e obrigações a ele atribuídas neste CONTRATO;
- (vi) Fatores imprevisíveis, fatores previsíveis de consequências incalculáveis, caso fortuito ou força maior que, em condições normais de mercado não possam ser objeto de cobertura de seguro oferecido no Brasil e, à época da materialização do risco, este não seja segurável há pelo menos 2 (dois) anos no mercado brasileiro, em valores correspondentes, no máximo, à média dos valores de apólices de complexidade semelhante normalmente praticados pelo mercado, e por pelo menos duas empresas seguradoras;
- (vii) Alterações na legislação ou na regulação que alterem o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO e que tragam efetivos prejuízos para a CONCESSIONÁRIA, desde que não esteja relacionada com risco já assumido pela CONCESSIONÁRIA no âmbito deste CONTRATO; e
- (viii) Criação e/ou extinção de tributos ou alterações na legislação ou na regulação tributárias, salvo aquelas atinentes a impostos/contribuições sobre a renda, que tenham impacto nas receitas ou despesas da CONCESSIONÁRIA, relacionados especificamente com a execução das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO, exceto nas RECEITAS ACESSÓRIAS, cujo risco tributário é integralmente atribuído à CONCESSIONÁRIA;
- (ix) Insucesso de inovações tecnológicas introduzidas pela CONCESSIONÁRIA, em razão de solicitação do PODER CONCEDENTE, quando o resultado da inovação tecnológica for significativamente distinto das estimativas adotadas quando de eventual reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de sua implantação;



Cláusula 48.EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 48.1. Sempre que forem atendidas as condições do CONTRATO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.
- 48.2. A análise da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro pressupõe a verificação das condições econômicas globais do CONTRATO, mas restringe-se à neutralização dos efeitos financeiros dos eventos causadores de desequilíbrio contratual, conforme disciplinado nesta Cláusula 48.
- 48.3. Considera-se caracterizado o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO quando qualquer das PARTES sofrer os efeitos financeiros, positivos ou negativos, de evento cujo risco não tenha sido a ela alocado.
- 48.4. Nenhuma PARTE fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO caso quaisquer dos riscos por ela assumidos no CONTRATO venham a se materializar.
- 48.5. Considera-se caracterizado o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, igualmente, nas hipóteses em que a CONCESSIONÁRIA sofrer efeitos financeiros positivos de descumprimento, ou atraso no cumprimento, de obrigação prevista neste CONTRATO ou na lei, hipótese na qual, para além da aplicação das penalizações e demais medidas previstas neste CONTRATO, deverá ser realizado o reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO no montante necessário para neutralizar os efeitos financeiros positivos à CONCESSIONÁRIA decorrentes do descumprimento da obrigação, ou do atraso em seu cumprimento.
- 48.6. Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 48.3, 48.4 e 48.5, também caberá a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, nas hipóteses abaixo descritas, quando dos eventos a seguir elencados resultar efetivo impacto na equação



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

econômico-financeira do CONTRATO, o qual deverá ser demonstrado pela PARTE pleiteante, que deverá comprovar a exata medida do desequilíbrio:

- 48.6.1. Modificação unilateral, imposta pelo PODER CONCEDENTE, das condições de execução do CONTRATO, desde que, como resultado direto dessa modificação, verifique-se efetiva alteração dos custos ou da receita da CONCESSIONÁRIA, para mais ou para menos.
- 48.6.2. Fato do Príncipe que efetivamente onere a execução do CONTRATO, salvo quando o ato ou fato caracterizar risco que já tenha sido atribuído expressamente à CONCESSIONÁRIA neste CONTRATO.
- 48.6.3. Solicitação, pelo PODER CONCEDENTE, de emprego de nova tecnologia ou técnica nas atividades executadas pela CONCESSIONÁRIA, quando não decorrer de obrigações contratuais da CONCESSIONÁRIA para garantir a continuidade e a atualidade na execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO.
- 48.6.4. Redução de custos e encargos setoriais, gerados por fatores externos à CONCESSIONÁRIA.
- 48.6.5. Materialização de qualquer um dos riscos descritos no CONTRATO e ANEXOS, desde que o risco não tenha sido alocado à PARTE pleiteante, devendo ser demonstrado o efetivo impacto econômico-financeiro e a exata medida do desequilíbrio ensejado pela materialização do evento.
- 48.7. Não caberá a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em favor da CONCESSIONÁRIA:
 - 48.7.1. Se ficar caracterizado, mediante relatório fundamentado pelo PODER CONCEDENTE, que os eventos motivadores do pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro tenham sido, direta ou indiretamente, causados



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

pela negligência, inépcia ou omissão da CONCESSIONÁRIA, ou ainda que, ou por qualquer forma, a CONCESSIONÁRIA, tenha concorrido, direta ou indiretamente, para o evento causador do desequilíbrio.

48.7.2. Se a materialização dos eventos motivadores do pedido por parte da CONCESSIONÁRIA não ensejarem efetivo impacto nas condições do CONTRATO e não acarretarem efetivo desequilíbrio na equação econômico-financeira do CONTRATO, que possa ser demonstrado em sua exata medida.

48.8. Se ficar caracterizado que os impactos dos eventos motivadores do pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro poderiam ter sido mitigados ou minorados por medidas ao alcance da CONCESSIONÁRIA, ou mediante esforço razoavelmente exigível da CONCESSIONÁRIA, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será calculada levando em consideração apenas o valor do desequilíbrio que persistiria, mesmo na hipótese de atuação diligente da CONCESSIONÁRIA.

48.9. Caso fique apurado que mais de uma PARTE tenha concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do evento, pela negligência, inépcia ou omissão de ambas as PARTES, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá considerar apenas o valor do prejuízo a que a PARTE prejudicada não tenha causado.

Cláusula 49. PROCEDIMENTO DO PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

49.1. O procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser iniciado por requerimento da CONCESSIONÁRIA ou por determinação do PODER CONCEDENTE, observado o procedimento constante deste CAPÍTULO X.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 49.2. Somente serão admitidos os pleitos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro relativos a eventos posteriores à mais recente REVISÃO ORDINÁRIA do CONTRATO.
- 49.3. As solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO não poderão ocorrer em prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias do fato gerador do pleito, e o seu efeito financeiro não poderá retroagir mais do que 180 (cento e oitenta) dias da data de protocolo do pedido.
- 49.4. Quando o pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro for iniciado por requerimento da CONCESSIONÁRIA, o pedido deverá ser devidamente fundamentado, e estar acompanhado de todos os documentos necessários à demonstração do cabimento do pleito, inclusive quanto à:
- 49.4.1. Identificação precisa do evento de desequilíbrio, acompanhado, quando pertinente, de evidência da responsabilidade do PODER CONCEDENTE;
 - 49.4.2. Projeção de Fluxo de Caixa Marginal decorrente do evento de desequilíbrio, considerando: (i) os fluxos marginais, positivos ou negativos, calculados com base na diferença entre as situações com e sem evento; e (ii) os fluxos marginais necessários à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro;
 - 49.4.3. Comprovação dos gastos, diretos e indiretos, efetivamente incorridos pela CONCESSIONÁRIA, decorrentes do evento que deu origem ao pleito, acompanhado de sumário explicativo contendo o regime contábil e tributário aplicável às receitas ou custos supostamente desequilibrados;
 - 49.4.4. Comprovação dos acréscimos de receitas ou redução de despesas no fluxo de caixa da CONCESSIONÁRIA, estimados ou efetivamente ocorridos, decorrentes do evento de desequilíbrio, incluindo, mas não se limitando a, RECEITAS DE EXPLORAÇÃO, RECEITAS ACESSÓRIAS, custos operacionais,



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

readequação de investimentos previstos, custos com garantias ou seguros, dentre outros;

- 49.4.5. Em caso de avaliação de eventuais desequilíbrios futuros, demonstração circunstanciada dos pressupostos e parâmetros utilizados para as estimativas dos impactos do evento gerador do desequilíbrio sobre o fluxo de caixa da CONCESSIONÁRIA.
- 49.5. Os seguintes procedimentos deverão ser observados para os cálculos que levarão à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO:
- 49.5.1. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será realizada de forma que seja nulo o valor presente líquido da diferença entre: (i) o fluxo de caixa do negócio estimado sem os fluxos de capital de terceiros e sem considerar o impacto do evento; e (ii) o fluxo de caixa projetado, em caso de eventos futuros, ou observado, em caso de eventos passados, tomando-se em conta o evento que ensejou o desequilíbrio;
- 49.5.2. Para fins de determinação dos fluxos dos dispêndios marginais, deverão ser utilizadas as melhores informações disponíveis para estimar o valor dos investimentos, dos custos e das despesas, bem como eventuais receitas e outros ganhos, resultantes do evento de desequilíbrio, por meio das melhores referências de preço do setor público e/ou do setor privado disponíveis no momento do pleito, bem como de dados reais que ocasionem impacto sobre a CONCESSÃO, a exemplo da demanda de USUÁRIOS, custos efetivos de insumos ou de atividades desempenhadas ou contratadas pela CONCESSIONÁRIA, bem como outros elementos passíveis de obtenção, e, na indisponibilidade de informações mais atuais e a critério do PODER CONCEDENTE, das projeções realizadas por ocasião da LICITAÇÃO.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 49.5.3. O valor do desequilíbrio poderá ser calculado antes ou depois do efetivo impacto, no fluxo financeiro da CONCESSIONÁRIA, do evento que o ensejou, sendo, para tanto, calculado o valor presente dos fluxos de desequilíbrios, na data da avaliação.
- 49.5.4. A taxa de desconto real anual a ser utilizada no cálculo do valor presente de que trata a Cláusula 49.5.3 será igual a 180,00% (cento e oitenta por cento) da média dos últimos 3 (três) meses da taxa bruta de juros de venda das NTN-B, ex-ante à dedução do Imposto de Renda, com vencimento compatível com o término do CONTRATO (NTN-B de 15/05/2035), publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional, apurada na data do efetivo impacto do evento de desequilíbrio no fluxo de caixa da CONCESSIONÁRIA.
- 49.5.5. Para impactos futuros, a taxa de desconto real anual será igual a 180,00% (cento e oitenta por cento) da média dos últimos 3 (três) meses da taxa de juros de venda das NTN-B, com vencimento compatível com o término do CONTRATO (NTN-B de 15/05/2035), publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional, apurada na data de formalização do reequilíbrio mediante assinatura do correspondente termo aditivo entre as PARTES.
- 49.5.6. Quando os fluxos de caixa do negócio a que se refere a Cláusula 49.5, forem apurados em reais (R\$) correntes, a taxa de desconto descrita no item 49.5.4 deverá incorporar o IPCA.
- 49.6. Na avaliação do pleito iniciado por requerimento da CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE poderá, a qualquer tempo, solicitar laudos técnicos e/ou econômicos específicos, elaborados por entidades independentes.
- 49.7. A critério do PODER CONCEDENTE poderá ser realizada, por intermédio de entidade independente, especializada e com capacidade técnica publicamente reconhecida,



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

auditoria para constatação da situação que ensejou o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro.

- 49.8. O PODER CONCEDENTE, ou quem por ele indicado, terá livre acesso a informações, bens e instalações da CONCESSIONÁRIA ou de terceiros por ela contratados para aferir o quanto alegado no procedimento para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.
- 49.9. Todos os custos com diligências e estudos necessários à plena instrução do pedido de reequilíbrio correrão por conta das PARTES, em proporções iguais, em caso de procedência ao final, ou exclusivamente por conta da PARTE pleiteante, em caso de improcedência final de seu pedido.
- 49.10. Recebida a notificação sobre o evento de desequilíbrio, o PODER CONCEDENTE terá 60 (sessenta) dias, prorrogáveis mediante justificativa apresentada por escrito neste prazo, para apresentar resposta ao pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
- 49.10.1. A superação do prazo previsto na Cláusula 49.10, caso não seja objeto de prorrogação, não implicará em aceitação tácita ou concordância com o pleito, servindo apenas para constituir o PODER CONCEDENTE em mora, observando-se o disposto na Cláusula 49.18.
- 49.11. O procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro iniciado pelo PODER CONCEDENTE deverá ser objeto de notificação à CONCESSIONÁRIA, acompanhada de cópia dos laudos e estudos pertinentes. Não havendo manifestação pela CONCESSIONÁRIA no prazo consignado na comunicação, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a omissão será considerada como concordância em relação ao mérito da proposta do PODER CONCEDENTE.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 49.11.1. O prazo previsto na Cláusula 49.11 deverá levar em consideração a eventual necessidade de dilação probatória e a complexidade das provas a serem produzidas.
- 49.12. Após manifestação de ambas as PARTES, o PODER CONCEDENTE resolverá, em prazo compatível, sobre o cabimento ou não da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, observadas as disposições deste CAPÍTULO X e o disposto na Cláusula 49.18
- 49.13. O PODER CONCEDENTE terá a prerrogativa de escolher, dentre as seguintes opções, ou outras que forem legalmente admitidas, a forma pela qual será implementada a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, buscando sempre assegurar a continuidade da prestação dos SERVIÇOS, e desde que assegurada a efetiva recomposição do desequilíbrio econômico-financeiro reconhecido:
- (i) Alteração do prazo de CONCESSÃO;
 - (ii) Revisão do valor devido pela CONCESSIONÁRIA a título de OUTORGA VARIÁVEL;
 - (iii) Alteração das obrigações previstas neste CONTRATO;
 - (iv) Ressarcimento ou indenização à CONCESSIONÁRIA;
 - (v) Combinação das modalidades anteriores, ou outras permitidas pela legislação, a critério do PODER CONCEDENTE.
- 49.13.1. Na escolha da medida destinada a implementar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, o PODER CONCEDENTE considerará a periodicidade e o montante dos pagamentos vencidos e vincendos a cargo da CONCESSIONÁRIA, relativo aos contratos de financiamento celebrados por esta para a execução do objeto do CONTRATO.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

49.14. Além das modalidades listadas na Cláusula 49.13, a implementação da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO também poderá se dar pelas seguintes modalidades, nestes casos dependendo de prévia concordância da CONCESSIONÁRIA:

- (i) dação em pagamento de bens e/ou cessão de receitas patrimoniais;
- (ii) assunção pelo PODER CONCEDENTE de custos atribuídos pelo CONTRATO à CONCESSIONÁRIA;
- (iii) exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS para além do prazo de vigência do CONTRATO;
- (iv) combinação das modalidades anteriores ou outras permitidas pela legislação.

49.15. Para fins de determinação do valor a ser reequilibrado, deverão ser considerados os efeitos dos tributos diretos e indiretos efetivamente incidentes sobre o fluxo dos dispêndios marginais.

49.16. Todas as comunicações trocadas pela CONCESSIONÁRIA e pelo PODER CONCEDENTE no âmbito dos procedimentos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO deverão ser encaminhadas, em cópia, para a EFCJ, para ciência e adoção das providências que lhe competirem.

49.17. Não caberá, durante o prazo da CONCESSÃO, qualquer solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO por conta de diferenças de quantidades ou alegação de desconhecimento das ATIVIDADES previstas no objeto deste CONTRATO, em especial aquelas decorrentes de fatores que possam ser identificados e solucionados pelas técnicas conhecidas à época da PROPOSTA.

49.18. Ocorrida a mora do PODER CONCEDENTE, conforme previsto na Cláusula 49.10.1 ou na Cláusula 49.12, ou existindo discordância quanto às decisões adotadas pelo



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

PODER CONCEDENTE ao final do procedimento previsto nesta Cláusula 49, poderão ser adotados os mecanismos de solução de controvérsias previstos neste CONTRATO.

Cláusula 50. REVISÃO ORDINÁRIA

50.1. A REVISÃO ORDINÁRIA do CONTRATO será realizada a cada 3 (três) anos de vigência da CONCESSÃO. O processo terá início em datas pré-determinadas pelo PODER CONCEDENTE e terá como propósito:

- (i) Rever os INDICADORES DE DESEMPENHO e as metas estabelecidas, com o objetivo de estabelecer os incentivos econômicos adequados para estimular a melhoria contínua da execução das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO;
- (ii) Estabelecer e planejar os INVESTIMENTOS ADICIONAIS já passíveis de previsão para o período subsequente, bem como seu correspondente cronograma físico-financeiro, conforme regras previstas no CAPÍTULO XI, sempre observando o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, a vinculação ao EDITAL e ao CONTRATO e as demais restrições legais; e

50.2. No início do processo de REVISÃO ORDINÁRIA, as PARTES apresentarão relatório que contenha:

- (i) Para a REVISÃO ORDINÁRIA dos INDICADORES DE DESEMPENHO, as PARTES realizarão avaliação conjunta dos indicadores vigentes e das metas estabelecidas, levando em conta a busca da melhoria contínua da execução das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO, e estabelecendo prazo razoável para adequação dos novos padrões exigidos, culminando:
 - a) Na reformulação de INDICADORES DE DESEMPENHO que se mostrarem ineficazes para incentivar que as ATIVIDADES e serviços



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

da CONCESSIONÁRIA sejam desempenhados em atendimento à qualidade exigida pelo PODER CONCEDENTE e pelos USUÁRIOS;

- b) Na revisão das metas previstas para cada INDICADOR DE DESEMPENHO, a partir dos dados coletados das aferições periódicas de desempenho, fixando-as necessariamente em patamar equivalente ou superior ao vigente, observando-se sempre o objetivo de estimular o contínuo aprimoramento da qualidade das ATIVIDADES executadas pela CONCESSIONÁRIA;

e/ou

- c) Na criação de novos INDICADORES DE DESEMPENHO, nas hipóteses de exigência, pelo PODER CONCEDENTE, de novos padrões de desempenho, motivados pelo surgimento de inovações tecnológicas ou adequações a padrões nacionais ou internacionais.

- (ii) Para o planejamento dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, as PARTES deverão, prioritariamente, concentrar as demandas por novos investimentos nos períodos de REVISÃO ORDINÁRIA, de modo a aprimorar o planejamento e a execução dos investimentos. Caso existam demandas urgentes que, por razões técnicas, econômico-financeiras, jurídicas, de segurança ou de interesse público, demandem intervenção imediata, sem que se possa aguardar o término do ciclo contratual de 3 (três) anos, proceder-se-á à implementação dos investimentos em observância ao procedimento previsto na Cláusula 52;

50.3. A REVISÃO ORDINÁRIA deverá ocorrer, preferencialmente, de forma a anteceder as discussões relativas à elaboração da Lei Orçamentária Anual que vigorará no ano subsequente à REVISÃO ORDINÁRIA.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 50.4. A REVISÃO ORDINÁRIA não poderá impactar na alocação de riscos estabelecida neste CONTRATO.
- 50.5. Finalizado o procedimento de REVISÃO ORDINÁRIA, caberá ao PODER CONCEDENTE fixar as novas diretrizes contratuais, observados os limites e procedimentos previstos nesta Cláusula 50, cabendo à CONCESSIONÁRIA, em caso de discordância, se valer dos mecanismos de solução de controvérsias previstos neste CONTRATO.
- 50.6. O resultado do processo de REVISÃO ORDINÁRIA de que trata esta cláusula não ensejará reequilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO, ressalvadas as revisões decorrentes da inclusão de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, cujo procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro observará o regramento previsto no CAPÍTULO XI.



CAPÍTULO XI. INVESTIMENTOS ADICIONAIS

Cláusula 51. INVESTIMENTOS ADICIONAIS

51.1. Consideram-se INVESTIMENTOS ADICIONAIS, passíveis de incorporação ao CONTRATO, como encargo da CONCESSIONÁRIA, aqueles que, não sendo decorrentes das condições originais contratadas, ou necessários ao atendimento das obrigações contratuais originais ou do dever de manutenção da atualidade na execução das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO, sejam necessários para um melhor aproveitamento econômico, turístico ou social dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO ou sejam fundamentais para a consecução do interesse público, conforme *ratio* do artigo 23, inciso V, da Lei Federal nº 8.987/1995, e que se revelarem relacionados à própria natureza do CONTRATO, tais como:

- (i) A execução de obras civis para construção de nova INFRAESTRUTURA, que, devido às sinergias técnico-operacionais, à existência de interfaces, à mitigação de riscos, ou ao ganho de eficiência, sejam técnica e economicamente melhor executadas pela CONCESSIONÁRIA, em razão de sua posição enquanto mantenedora e exploradora dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO;
- (ii) A inclusão de itens de conforto, desempenho e segurança nas ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO, não previstos originalmente no objeto da CONCESSÃO ou na PROPOSTA apresentada pela CONCESSIONÁRIA;
- (iii) Obras civis, execução de novas ATIVIDADES ou aquisição de novos equipamentos decorrentes da necessidade de melhoria na qualidade, na segurança ou no potencial econômico e/ou turístico da INFRAESTRUTURA, tais como aquelas com objetivo de otimização de fluxo de pessoas, de aumento no conforto de USUÁRIOS, de aumento na segurança da operação e dos USUÁRIOS, de melhoria na qualidade das instalações físicas



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

disponíveis aos USUÁRIOS e à sociedade, em especial a implantação de novos empreendimentos ou novas ATIVIDADES de competência da CONCESSIONÁRIA, desde que, devido às sinergias técnico-operacionais, à existência de interfaces, à mitigação de riscos, ou ao ganho de eficiência, sejam técnica e economicamente melhor executadas pela CONCESSIONÁRIA, em razão de sua posição enquanto operadora da INFRAESTRUTURA e mantenedora e exploradora dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO;

- (iv) Atualização e melhoria dos sistemas inerentes à execução do objeto da CONCESSÃO, tais como sistemas de sinalização, de comunicação, de controle, de supervisão, de energia, de ventilação, de segurança, de gestão, de arrecadação, de planejamento operacional, elétricos, de drenagem, hidráulico, dentre outros;
- (v) Reformas, substituições e melhorias na INFRAESTRUTURA EXISTENTE;
- (vi) Novos equipamentos, infraestrutura ou serviços, decorrentes da evolução das técnicas e tecnologias utilizadas na execução do objeto da CONCESSÃO, quando não decorrentes das condições originais contratadas, ou necessários ao atendimento das obrigações contratuais originais ou do dever de manutenção da atualidade na execução das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO;

51.1.1. Os INVESTIMENTOS ADICIONAIS de que trata esta Cláusula 51 não se confundem, em qualquer medida, com aqueles eventualmente necessários para que a CONCESSIONÁRIA atenda às obrigações originalmente previstas neste CONTRATO, incluindo o atendimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO, nem com os investimentos que a CONCESSIONÁRIA decidir fazer, por arbítrio próprio, para a exploração dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, quer em razão de previsão em sua METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, quer por decisão



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

tomada ao longo da vigência da CONCESSÃO, quando contratualmente admitido o investimento, conforme disciplinam as Cláusulas 5.2 e 39.1, inciso (iii).

- 51.2. A inserção dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS e as obrigações decorrentes deverão atender ao interesse público, buscando assegurar melhorias na INFRAESTRUTURA que sejam benéficas aos USUÁRIOS e/ou à sociedade, em especial quanto às condições de eficiência, continuidade e atualidade das ATIVIDADES exercidas pela CONCESSIONÁRIA, observado o disposto no art. 6º, § 2º da Lei Federal nº 8.987/1995.
- 51.3. Somente poderão ser considerados INVESTIMENTOS ADICIONAIS aqueles cujo cronograma de execução e prazo de amortização estejam dentro do prazo do CONTRATO.
- 51.4. Os INVESTIMENTOS ADICIONAIS deverão, ordinariamente, ser incorporados ao CONTRATO por decisão consensual entre o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA, mediante celebração de termo de aditamento ao CONTRATO, cujos termos e condições serão de comum acordo entre as PARTES, observado o disposto neste CAPÍTULO XI.
- 51.5. O PODER CONCEDENTE poderá, motivadamente, no exercício do poder de alteração unilateral do CONTRATO, determinar a execução de INVESTIMENTOS ADICIONAIS que sejam necessários à preservação do interesse público, adotando-se, no que cabível, o procedimento previsto neste CAPÍTULO XI, e assegurando-se o correspondente reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

Cláusula 52. PROCEDIMENTO

- 52.1. Tanto o PODER CONCEDENTE, em decorrência de sua competência para realizar a fiscalização das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO e planejar o desenvolvimento do Parque Capivari, quanto a CONCESSIONÁRIA, em sua obrigação de melhor



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

executar as ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO, poderão propor a realização de INVESTIMENTOS ADICIONAIS.

- 52.2. Caberá ao PODER CONCEDENTE autorizar a realização, pela CONCESSIONÁRIA, de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, na forma prevista neste CONTRATO.
- 52.3. O PODER CONCEDENTE poderá, independentemente de concordância por parte da CONCESSIONÁRIA, realizar investimentos que poderiam ser caracterizados como INVESTIMENTOS ADICIONAIS, nos termos do CONTRATO, por si, por outras entidades do ESTADO, ou mediante contratações de terceiros, desde que técnica e economicamente seja mais vantajoso ao interesse público, sem que disto decorra qualquer direito à CONCESSIONÁRIA.
- 52.4. Quando a CONCESSIONÁRIA julgar oportuno ou necessário, poderá apresentar requerimento para a realização de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, contendo os seguintes elementos essenciais:
- (i) Justificativas para a realização do INVESTIMENTO ADICIONAL, contendo obrigatoriamente as ATIVIDADES necessárias para se obter um melhor aproveitamento econômico, turístico ou social dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO ou as providências que sejam fundamentais para a consecução de interesse público devidamente comprovado, demonstrando as melhorias esperadas na qualidade, regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade ou cortesia na execução das ATIVIDADES executadas pela CONCESSIONÁRIA e decorrentes da intervenção proposta;
 - (ii) Demonstração da compatibilidade do investimento proposto com a Cláusula 51.1 deste CONTRATO;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (iii) Detalhamento do investimento a ser realizado, incluindo impactos técnicos e econômico-financeiros na CONCESSÃO, bem como cronograma de execução, prazos e custos para implantação da intervenção; e
 - (iv) Apresentação do respectivo projeto básico, projeto funcional ou termo de referência.
- 52.4.1. Apresentado o requerimento pela CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE realizará a análise da admissibilidade da proposta de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, podendo rejeitá-la, ou manifestar-se pela admissibilidade da proposta, dando prosseguimento ao procedimento de inclusão dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS no objeto do CONTRATO, e conferindo a “não objeção” ao projeto básico, projeto funcional ou termo de referência apresentado.
- 52.4.2. Julgada admissível a proposta de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, após a decisão do PODER CONCEDENTE prevista na Cláusula 52.4.1, a CONCESSIONÁRIA deverá:
- (i) Elaborar planejamento detalhado da intervenção, considerando as condicionantes de acesso à INFRAESTRUTURA e as interferências com a operação comercial de outros serviços públicos, em especial as atividades de competência da EFCJ;
 - (ii) Indicar o tratamento ambiental proposto em relação aos INVESTIMENTOS ADICIONAIS; e
 - (iii) Apresentar projeto executivo da intervenção, se o caso.
- 52.4.3. A rejeição da proposta de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, a que se refere a Cláusula 52.4.1, não conferirá à CONCESSIONÁRIA o direito a qualquer espécie



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

de reequilíbrio econômico-financeiro ou reembolso dos custos incorridos com a elaboração do requerimento.

52.5. Quando o PODER CONCEDENTE julgar oportuno ou necessário, poderá apresentar notificação à CONCESSIONÁRIA para a realização de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, contendo os seguintes requisitos:

- (i) Justificativas para a realização do INVESTIMENTO ADICIONAL, contendo obrigatoriamente as atividades necessárias para se obter um melhor aproveitamento econômico, turístico ou social dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO ou as providências que sejam fundamentais para a consecução de interesse público devidamente comprovado, demonstrando as melhorias esperadas na qualidade, regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade ou cortesia na execução das ATIVIDADES executadas pela CONCESSIONÁRIA e decorrentes da intervenção proposta;
- (ii) demonstração da compatibilidade do investimento proposto com a Cláusula 51.1 deste CONTRATO;
- (iii) requerimento de detalhamento, pela CONCESSIONÁRIA, no prazo previsto na notificação, do investimento a ser realizado, incluindo impactos técnicos e econômico-financeiros na CONCESSÃO, bem como cronograma de execução, prazos e custos para implantação da intervenção; e
- (iv) requerimento de apresentação, pela CONCESSIONÁRIA, no prazo previsto na notificação, do respectivo projeto básico, projeto funcional ou termo de referência.

52.6. Apresentados os documentos requeridos pelo PODER CONCEDENTE em sua notificação, o PODER CONCEDENTE decidirá quanto à realização da intervenção pela



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

CONCESSIONÁRIA, podendo, para tanto, solicitar modificações de natureza técnica em relação aos documentos apresentados pela CONCESSIONÁRIA ou dar prosseguimento ao procedimento de inclusão dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS no objeto do CONTRATO, e conferindo a não-objeção ao projeto básico, ao projeto funcional ou ao termo de referência apresentado, solicitando, nesta oportunidade:

- (i) planejamento detalhado da intervenção, considerando as condicionantes de acesso à infraestrutura e as interferências com a operação comercial de outros serviços públicos, em especial as atividades de competência da EFCJ;
- (ii) indicação do tratamento ambiental em relação aos INVESTIMENTOS ADICIONAIS; e
- (iii) apresentação do projeto executivo da intervenção, se o caso.

52.6.1. Sendo julgado admissível o requerimento apresentado pela CONCESSIONÁRIA, na forma prevista na Cláusula 52.4.1, ou nas situações em que o procedimento for iniciado por ato do PODER CONCEDENTE, na forma prevista na Cláusula 52.5, a CONCESSIONÁRIA será ressarcida, ao final do procedimento, de todos os custos comprovadamente incorridos com o aprofundamento da proposta, e exclusivamente quanto às etapas previstas nas Cláusulas 52.4, 52.4.2, 52.5, (iii) e (iv), e 52.6, caso a realização dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS não seja aprovada.

46.6.1.1. O ressarcimento previsto na Cláusula 52.6.1 é condicionado à cessão dos direitos autorais de todo o material produzido pela CONCESSIONÁRIA na elaboração do requerimento ou em seu aprofundamento, em benefício do PODER CONCEDENTE.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

52.7. Cumpridas as etapas previstas nas Cláusulas 52.4 a 52.6, o PODER CONCEDENTE deverá decidir quanto à autorização para que a CONCESSIONÁRIA execute os INVESTIMENTOS ADICIONAIS propostos, conferindo, em caso positivo e se o caso, a “não objeção” ao projeto executivo apresentado.

52.7.1. A autorização prevista na Cláusula 52.7 deverá ser formalizada por termo aditivo ao CONTRATO, no qual poderá ser prevista disciplina específica para alocação de riscos e responsabilidades entre as PARTES, disciplina de penalizações cabíveis pelo descumprimento de prazos ou de outras condições estabelecidas na autorização, caso a disciplina geral prevista neste CONTRATO não for tida como adequada ao INVESTIMENTO ADICIONAL a ser realizado, dentre outros assuntos que demandarem previsão específica.

52.8. O PODER CONCEDENTE poderá, a qualquer tempo, pedir esclarecimentos ou complementação de informações referentes ao requerimento para a realização de INVESTIMENTOS ADICIONAIS.

Cláusula 53. RESPONSABILIDADES E RISCOS DA CONCESSIONÁRIA RELACIONADOS AOS INVESTIMENTOS ADICIONAIS

53.1. Caberá à CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas no CONTRATO, em especial na Cláusula 39 e na Cláusula 46:

- (i) Responder perante o PODER CONCEDENTE e terceiros pela qualidade e segurança dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS por ela realizados, responsabilizando-se integralmente por eles, pela sua durabilidade com plenas condições de funcionamento e operacionalidade, diante das exigências estabelecidas pelo PODER CONCEDENTE no CONTRATO ou no ato de aprovação da realização dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, responsabilizando-se por quaisquer danos deles decorrentes, durante todo o prazo da CONCESSÃO;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (ii) Quando se tratar de obras civis, elaborar os respectivos projetos de concepção de engenharia, contemplando elementos suficientes e em nível de precisão adequado para caracterizar o complexo das instalações civis e, eventualmente, de sistemas e determinar sua perfeita e completa execução, com definição de método construtivo, especificação de materiais, equipamentos e sistemas, cronograma executivo, de acordo com as normas técnicas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou na sua falta, de normas internacionais e a legislação pertinente, assegurando:
- a) A visão global das obras com identificação clara de todos os seus elementos constitutivos, dos serviços a executar e dos materiais e equipamentos a serem incorporados, adotando especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, utilizando processos e soluções BIM – Building Information Modeling;
 - b) Adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento;
 - c) A adoção de conceitos de economia de recursos e sustentabilidade, sempre que exigível e em conformidade com a legislação pertinente;
 - d) A obtenção de aprovação do conjunto de projetos relacionados aos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, pelos órgãos competentes envolvidos, inclusive de preservação do patrimônio histórico, sem prejuízo de obtenção de autorizações para intervenções urbanas, devidamente adequadas a outros projetos, que se façam necessárias;
- e



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- e) Que o projeto executivo e suas revisões, mesmo durante a execução das obras, obedecem a normas, padrões e especificações técnicas vigentes à época da realização das obras.
- (iii) Obter as licenças ambientais exigidas por lei, arcando a CONCESSIONÁRIA com as medidas, variações de prazos e de custos, necessários ao atendimento de todas as exigências decorrentes do processo, observado o cômputo destes valores no cálculo do reequilíbrio econômico-financeiro previsto na Cláusula 49 deste CONTRATO;
- (iv) Quando exigido pelo PODER CONCEDENTE, contratar com companhia seguradora autorizada a funcionar e operar no Brasil e de porte compatível com o objeto segurado, apólices de seguros necessárias para garantir a efetiva e abrangente cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todos os INVESTIMENTOS ADICIONAIS, sem prejuízo dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, devendo o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA figurar como cossegurados nas respectivas apólices de seguro;
- (v) Quando se tratar de obras civis, apresentar previamente Plano de Contingências para Obras, envolvendo a segurança do trabalhador e de terceiros, para cobrir eventuais situações de emergência;
- (vi) Quando se tratar de obras civis, apresentar previamente Plano de Garantia de Qualidade do Empreendimento, devidamente certificado por organismo credenciado;
- (vii) Responder, por si ou por seus administradores, empregados, prepostos, subcontratados, prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica relacionada à execução dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, perante o PODER CONCEDENTE e terceiros, por todos e quaisquer danos



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

causados por atos comissivos ou omissivos por parte da CONCESSIONÁRIA, sempre que decorrerem da execução das obras e/ou prestação dos serviços sob sua responsabilidade, direta ou indireta, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento da CONCESSÃO pelo PODER CONCEDENTE;

- (viii) Comunicar imediatamente ao PODER CONCEDENTE e adotar as providências necessárias sempre que ocorrer a descoberta de materiais ou objetos de interesse geológico ou arqueológico, bem como superveniências de caráter ambiental ou de interferências com outras concessionárias de serviços públicos;
- (ix) Não celebrar CONTRATO com terceiros, vinculado à execução dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, cuja execução seja incompatível com o prazo da CONCESSÃO;
- (x) Informar o PODER CONCEDENTE e a EFCJ quando citada ou intimada de qualquer ação judicial ou procedimento administrativo, que possa implicá-los em decorrência de questões ligadas aos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, inclusive dos termos e prazos processuais, bem como emvidar os melhores esforços na defesa dos interesses comuns, praticando todos os atos processuais cabíveis com esse objetivo;
- (xi) Manter o PODER CONCEDENTE livre de qualquer litígio, assumindo o patrocínio de eventuais ações judiciais movidas por terceiros em decorrência da execução de INVESTIMENTO ADICIONAIS, decorrentes de atos comissivos ou omissivos por parte da CONCESSIONÁRIA;
- (xii) Ressarcir o PODER CONCEDENTE de todos os desembolsos decorrentes de determinações judiciais de qualquer espécie, para satisfação de obrigações originalmente imputáveis à CONCESSIONÁRIA, inclusive



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

reclamações trabalhistas propostas por empregados ou terceiros vinculados à CONCESSIONÁRIA, bem como a danos a USUÁRIOS e órgãos de controle e fiscalização;

- (xiii) Fornecer ao PODER CONCEDENTE todos e quaisquer documentos e informações pertinentes aos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, franqueando acesso amplo e irrestrito à fiscalização e a realização de auditorias;
- (xiv) Permitir o acesso da fiscalização nas suas dependências, bem como nas dependências de suas subcontratadas;
- (xv) Manter à disposição do PODER CONCEDENTE, caso requerido, cópia dos instrumentos contratuais relacionados aos serviços, obras e equipamentos contratados ou subcontratados, para a execução dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS;
- (xvi) Acordar regras de convivência com as equipes envolvidas do PODER CONCEDENTE e de outros agentes em serviços e obras a serem executados em áreas compartilhadas;
- (xvii) Manter ampla e permanente comunicação com a população com o objetivo de divulgar informações sobre o andamento da execução dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, indicando os dados relativos à(s) empresa(s) responsável(is) pelas respectivas obras e prestações dos serviços;
- (xviii) Manter os serviços executados em conformidade com as determinações da Lei Federal n.º 6.514/1977, Capítulo V, Título 2, regulamentada pela Portaria n.º 3.214, de 08 de julho de 1978, do Ministério do Trabalho (e alterações posteriores), bem como as Normas de Engenharia, Segurança e Medicina do Trabalho específicas, em especial a Norma Regulamentadora nº 10;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (xix) Possuir serviço especializado em Engenharia, Segurança e Medicina do Trabalho, devidamente registrado na Delegacia Regional do Trabalho, assim como instituir uma CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes;
- (xx) Manter, para todas as atividades relacionadas a serviços de engenharia, a competente regularidade perante os órgãos reguladores de exercício da profissão, exigindo o mesmo de terceiros contratados;
- (xxi) Assegurar a realização de visitas técnicas de pessoas credenciadas pelo PODER CONCEDENTE aos locais de execução dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS;
- (xxii) Designar um responsável técnico à frente das atividades referentes aos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, com poderes para representar a CONCESSIONÁRIA perante a fiscalização do PODER CONCEDENTE;
- (xxiii) Manter e conservar todos os bens, equipamentos e instalações decorrentes dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS em perfeitas condições de funcionamento, promovendo as substituições, reparos ou modernizações demandadas em função do desgaste ou superação tecnológica;
- (xxiv) Manter durante toda a execução dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, diretamente ou por meio de empresa contratada, estrutura de gerenciamento e integração nas diversas fases e interfaces das respectivas obras, aquisições ou prestações de serviços;
- (xxv) Ceder, para acervo do PODER CONCEDENTE, todos os projetos, planos, plantas, softwares e outros documentos, de qualquer natureza, referentes à execução de INVESTIMENTOS ADICIONAIS;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (xxvi) Indenizar e manter o PODER CONCEDENTE indene em razão de qualquer demanda ou prejuízo que este venha a sofrer em virtude da realização, por parte dela, dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS;
- (xxvii) Responsabilizar-se integralmente pelo aumento do custo de empréstimos e financiamentos a serem obtidos pela CONCESSIONÁRIA para realização dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, bem como pela variação de todos os custos a eles inerentes, além dos impactos decorrentes da alteração do cenário macroeconômico, aumento do custo de capital ou variação das taxas de câmbio;
- (xxviii) Responsabilizar-se integralmente pela solidez e segurança dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS pelo prazo legalmente estabelecido, ainda que posterior ao encerramento do CONTRATO, podendo o PODER CONCEDENTE buscar o ressarcimento junto aos sócios da CONCESSIONÁRIA, na forma da legislação societária, no caso de extinção da pessoa jurídica;
- (xxix) Responsabilizar-se, em relação ao previsto quando da conclusão do procedimento de reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO relativo à inclusão dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, pelas variações nos investimentos, custos, despesas, atividades, ações e serviços necessários à plena execução dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, inclusive pela obtenção de todos os recursos financeiros necessários, resguardada eventual disposição em contrário neste CONTRATO ou no momento da aceitação dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS;
- (xxx) Responsabilizar-se por quaisquer erros, alterações ou omissões nos projetos, incluindo METODOLOGIA DE EXECUÇÃO e/ou de tecnologia da CONCESSIONÁRIA, assim como quaisquer intercorrências na execução dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, ou pelo cumprimento de qualquer



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

obrigação decorrente da execução de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, não sendo válida a indicação da “não objeção” aos projetos, ou a autorização à realização dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, como causa excludente ou mitigadora de qualquer tipo de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, especialmente por variações nos custos, prazos, vícios ou defeitos supervenientes;

- (xxxi) Arcar com danos e impactos ambientais ou de mobilidade urbana decorrentes da execução dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, ainda que não tenham sido considerados quando da mensuração do reequilíbrio econômico-financeiro correspondente;
- (xxxii) Responsabilizar-se por quaisquer atrasos na implementação dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, relativamente ao previsto no cronograma de execução aprovado pelo PODER CONCEDENTE;
- (xxxiii) Responsabilizar-se por quaisquer interferências com órgãos da Administração Pública direta e indireta de qualquer nível federativo, inclusive seus concessionários, permissionários e autorizatários de serviços públicos;
- (xxxiv) Responsabilizar-se por quaisquer consequências decorrentes de interferências no local de execução dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, tais como a existência de cabos, fibra ótica, dutos de água e esgoto, dutos de gases, dutos de petróleo e vias de transmissão ou distribuição de energia, ainda que não previstos no momento da aprovação da realização dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, resguardada eventual disposição em contrário neste CONTRATO ou no momento da aceitação dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS;
- (xxxv) Responsabilizar-se pela variação de custos necessários à execução dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, tais como insumos, custos operacionais,



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

custos de manutenção, de compra, de investimentos, dentre outros desta natureza;

- (xxxvi) Responsabilizar-se pela criação, extinção ou alteração de tributos ou encargos legais que não tenham repercussão direta nas receitas e despesas da CONCESSIONÁRIA;
- (xxxvii) Responsabilizar-se por quaisquer erros ou estimativas incorretas nos valores necessários à execução dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS;
- (xxxviii) Responsabilizar-se por quaisquer eventos relacionados aos INVESTIMENTOS ADICIONAIS cujo risco não tenha sido expressamente alocado ao PODER CONCEDENTE, por lei, pelo CONTRATO ou por termos aditivos subsequentes.

Cláusula 54. RESPONSABILIDADES E RISCOS DO PODER CONCEDENTE NOS INVESTIMENTOS ADICIONAIS

54.1. Caberá ao PODER CONCEDENTE, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas no CONTRATO, em especial na Cláusula 38 e na Cláusula 47:

- (i) Fiscalizar a execução dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, diretamente, por meio de prepostos ou terceiros contratados para este fim, podendo sustar qualquer atividade executada em desobediência ao requerimento aprovado nos termos da Cláusula 52 deste CONTRATO;
- (ii) Responsabilizar-se pelos acréscimos de custo ou prazo na execução dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS decorrentes de condutas de comprovada responsabilidade do PODER CONCEDENTE.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 54.2. A fiscalização ou a autorização, pelo PODER CONCEDENTE, referentes aos INVESTIMENTOS ADICIONAIS a serem executados pela CONCESSIONÁRIA ou empresa por ela subcontratada, não implica qualquer responsabilidade para o PODER CONCEDENTE, nem exime a CONCESSIONÁRIA, total ou parcialmente, das suas obrigações decorrentes do CONTRATO ou das disposições legais ou regulamentares pertinentes.
- 54.3. A CONCESSIONÁRIA não poderá opor ao PODER CONCEDENTE quaisquer exceções ou meios de defesa para se eximir, total ou parcialmente, de suas obrigações contratuais referentes à execução dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, com base em fatos que resultem das relações contratuais estabelecidas com as empresas subcontratadas, ainda que aprovadas pelo PODER CONCEDENTE.

Cláusula 55.DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO NOS INVESTIMENTOS ADICIONAIS

- 55.1. As condições a seguir estabelecidas no tocante ao reequilíbrio econômico-financeiro se aplicam exclusivamente em relação à realização de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, ficando mantidas as demais disposições do CONTRATO.
- 55.2. A inclusão de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, na forma prevista neste CONTRATO, importará na análise da eventual necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em decorrência da alteração, a qual poderá se dar concomitantemente à inclusão de INVESTIMENTOS ADICIONAIS ou, excepcionalmente, em momento posterior, devendo ser considerada, necessariamente, a integralidade dos investimentos e custos de qualquer natureza, diretos e indiretos, inclusive de mobilização, incorridos pela CONCESSIONÁRIA.
- 55.3. Juntamente com os documentos previstos na Cláusula 52.4.2 deste CONTRATO, ou, excepcionalmente, em momento posterior, deverá a CONCESSIONÁRIA apresentar os documentos necessários à mensuração do reequilíbrio econômico-financeiro



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

decorrente da inclusão dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS no objeto do CONTRATO, observando o procedimento previsto na Cláusula 49.4 à 49.18.

- 55.4. Na hipótese de inclusão dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, não se aplica o disposto na Cláusula 49.9, de forma que todos os custos com diligências e estudos necessários à plena instrução do pedido de reequilíbrio serão suportados pela CONCESSIONÁRIA, sendo o valor correspondente incorporado no cálculo do reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.



CAPÍTULO XII. GARANTIAS E SEGUROS

Cláusula 56. GARANTIA DE EXECUÇÃO

56.1. O cumprimento cabal e tempestivo das obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA junto ao PODER CONCEDENTE será garantido nos termos, valores e condições constantes desta Cláusula.

56.2. A CONCESSIONÁRIA prestou garantia para o fiel cumprimento das obrigações contratuais no valor mínimo de R\$ 1.730.022,47 (um milhão, setecentos e trinta mil e vinte e dois reais e quarenta e sete centavos), data base de 01/06/2017, correspondentes a 5% do valor dos investimentos estimados para a CONCESSÃO.

56.3. A GARANTIA DE EXECUÇÃO tem como beneficiário o PODER CONCEDENTE, devendo ser executada:

- (i) para pagamento de multas que forem aplicadas à CONCESSIONÁRIA;
- (ii) para o ressarcimento de custos e despesas incorridas pelo PODER CONCEDENTE, face ao eventual inadimplemento das obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA; e
- (iii) para pagamento de outros valores por ela devidos ao PODER CONCEDENTE, inclusive os valores devidos a título de OUTORGA VARIÁVEL, observados os termos das Cláusulas 57.16.1, 63.9.1, 64.3, inciso (iv), e 67.8, inciso (iii).

56.3.1. Não sendo a GARANTIA DE EXECUÇÃO suficiente para cumprir com as obrigações mencionadas na Cláusula 56.3, responderá a CONCESSIONÁRIA pela diferença.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

56.4. Durante a vigência da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA poderá substituir a garantia por qualquer das modalidades admitidas nos termos do artigo 56 da Lei Federal n.º 8.666/1993, e a seguir arroladas, mediante prévia aprovação do PODER CONCEDENTE:

- (i) caução em moeda corrente do país;
- (ii) caução em títulos da dívida pública;
- (iii) seguro-garantia; ou,
- (iv) fiança bancária.

56.4.1. A GARANTIA DE EXECUÇÃO prestada em moeda corrente nacional deverá ser depositada em conta-corrente, de titularidade do PODER CONCEDENTE, a ser indicada a partir de solicitação da CONCESSIONÁRIA, apresentando-se o comprovante de depósito, ou em cheque administrativo de instituição financeira nacional, sob pena de ineficácia da prestação da GARANTIA DE EXECUÇÃO.

56.4.2. A GARANTIA DE EXECUÇÃO apresentada na modalidade Títulos da Dívida Pública do Tesouro Nacional deverá ser prestada pelo valor nominal dos títulos, não podendo estar onerados com cláusula de impenhorabilidade, inalienabilidade, intransferibilidade ou aquisição compulsória. Os Títulos ofertados deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, com cotação de mercado e acompanhados de comprovante de sua validade atual quanto à liquidez e ao valor.

56.4.3. A GARANTIA DE EXECUÇÃO apresentada na modalidade de seguro-garantia será comprovada pela apresentação da apólice de seguro-garantia, acompanhada de comprovante de pagamento do prêmio, quando pertinente, bem como de Certidão de Regularidade Operacional expedida pela Superintendência de



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Seguros Privados – SUSEP, em nome da seguradora que emitir a apólice, com vigência mínima de 12 (doze) meses, e observadas as seguintes condições:

- (i) deverá ser emitida por companhia seguradora autorizada a funcionar no Brasil, nos termos da legislação vigente à época de sua apresentação, com vigência mínima de 12 (doze) meses;
- (ii) das condições especiais ou das condições particulares da respectiva apólice deverá constar expressamente a cobertura de todos os eventos descritos nas Cláusulas 56.3, 56.7 e 56.8 deste CONTRATO, ou, excepcionalmente, vir acompanhada de declaração, firmada pela seguradora emitente da apólice, atestando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos descritos nas Cláusulas 56.3, 56.7 e 56.8 deste CONTRATO.

56.4.4. A GARANTIA DE EXECUÇÃO apresentada na modalidade de fiança bancária deverá ter vigência mínima de 12 (doze) meses a contar da contratação, ser emitida por instituição financeira classificada no último Relatório dos 50 (cinquenta) maiores Bancos – Critério de Ativo Total menos Intermediação, emitido trimestralmente pelo Banco Central do Brasil, devendo ser apresentada na sua forma original e estar acompanhada da comprovação dos poderes de representação do responsável pela assinatura do documento.

56.5. As despesas referentes à prestação da garantia serão exclusivamente de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

56.6. Em até 30 (trinta) dias antes do término do prazo de vigência da GARANTIA DE EXECUÇÃO, deverá a CONCESSIONÁRIA apresentar ao PODER CONCEDENTE documento comprobatório de renovação e atualização da GARANTIA DE EXECUÇÃO.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

56.7.A GARANTIA DE EXECUÇÃO, prestada em qualquer das modalidades previstas na Cláusula 56.4, não poderá conter cláusula excludente de quaisquer responsabilidades contraídas pela CONCESSIONÁRIA, relativamente ao previsto neste CONTRATO, nem conter qualquer tipo de ressalvas ou condições que possam dificultar ou impedir sua execução, ou que possam deixar dúvidas quanto à firmeza da garantia oferecida, que não as ressalvas ou cláusulas excludentes decorrentes de exigência legal ou regulamentar.

56.8.A GARANTIA DE EXECUÇÃO deverá abranger todos os fatos ocorridos durante a sua vigência, ainda que o sinistro seja comunicado pelo PODER CONCEDENTE após a superação do termo final de vigência da GARANTIA DE EXECUÇÃO, devendo abranger as hipóteses de responsabilização do PODER CONCEDENTE por qualquer ato ou fato decorrente da atuação da CONCESSIONÁRIA, seus prepostos ou subcontratados, incluindo, mas não se limitando, a danos ambientais, responsabilidade civil, fiscal e trabalhista, penalidades regulatórias, dentre outros.

56.9.A ocorrência de qualquer inadimplemento contratual da CONCESSIONÁRIA que, nos termos desta Cláusula 56, se qualifique como fato coberto pela GARANTIA DE EXECUÇÃO, dará ensejo à imediata execução da GARANTIA DE EXECUÇÃO, desde que, após prévia e formalmente notificada para satisfazer voluntariamente a obrigação inadimplida, a CONCESSIONÁRIA não a regularize no prazo de 15 (quinze) dias.

56.10.Executada a GARANTIA DE EXECUÇÃO, a CONCESSIONÁRIA procederá à sua reposição e/ou complementação, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da respectiva notificação, observadas as condições estabelecidas neste CONTRATO.

56.10.1. Não ocorrendo a reposição, no prazo determinado no item 56.10, a CONCESSIONÁRIA será penalizada mensalmente, observada a disciplina da Cláusula 71, até que se restabeleça o valor da GARANTIA DE EXECUÇÃO.

56.11.O valor da GARANTIA DE EXECUÇÃO deverá ser reajustado anualmente com base na mesma fórmula constante da Cláusula 16.2, tendo como data base o mês indicado na Cláusula 56.2.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

56.12. A renovação, em tempo hábil para garantir sua continuidade, bem como a reposição e o reajuste periódico da GARANTIA DE EXECUÇÃO, deverão ser executados pela CONCESSIONÁRIA, independentemente de prévia notificação do PODER CONCEDENTE para constituição em mora.

56.13. A CONCESSIONÁRIA permanecerá integralmente responsável pelo cumprimento do objeto deste CONTRATO, assim como pelas demais obrigações a ele inerentes, incluindo pagamentos de multas, indenizações e demais penalidades a ele eventualmente aplicadas, independente da execução total ou parcial da GARANTIA DE EXECUÇÃO.

56.14. A falta de cumprimento da obrigação de manter a GARANTIA DE EXECUÇÃO ensejará a aplicação de penalidade prevista no ANEXO 02 (PENALIDADES), podendo motivar a decretação da caducidade da CONCESSÃO.

56.15. A GARANTIA DE EXECUÇÃO, quando da extinção da CONCESSÃO, somente será liberada após a comprovação de que a CONCESSIONARIA adimpliu todo e qualquer valor devido ao PODER CONCEDENTE, já líquido e exigível, observado o disposto na Cláusula 22.

Cláusula 57. SEGUROS

57.1. Durante todo o prazo de vigência da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá manter, com companhia seguradora autorizada a funcionar e operar no Brasil e de porte compatível com o objeto segurado, apólices de seguros necessárias para garantir a efetiva e abrangente cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO, sem prejuízo dos seguros exigíveis pela legislação aplicável.

57.2. O PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA deverão ser cossegurados nas apólices de seguro contratadas pela CONCESSIONÁRIA, devendo o cancelamento, a suspensão, a



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

modificação, a renovação ou a substituição de quaisquer das condições dos seguros ser previamente aprovada pelo PODER CONCEDENTE.

57.3. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar e fornecer ao PODER CONCEDENTE o PLANO DE SEGUROS, que será desenvolvido a partir de avaliação do valor em risco, da importância segurada e das condições das coberturas, observadas as disposições contratuais desta Cláusula 57.

57.3.1. O PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA avaliarão as necessidades de revisão anual do PLANO DE SEGUROS.

57.3.2. O PLANO DE SEGUROS contemplará os seguros a serem mantidos pela CONCESSIONÁRIA para a execução das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO.

57.3.3. Os seguros relacionados às ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO deverão ser submetidos à aprovação do PODER CONCEDENTE nos termos estabelecidos na Cláusula 6.

57.4. O PLANO DE SEGUROS deve conter, sem a eles se limitar, os seguintes seguros:

57.4.1. Seguro do tipo “todos os riscos” para danos materiais cobrindo perda, destruição ou dano em todos os BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, devendo tal seguro contemplar:

- (i) tumultos, vandalismos, atos dolosos;
- (ii) incêndio, raio e explosão de qualquer natureza;
- (iii) equipamentos eletrônicos (baixa voltagem);
- (iv) roubo e furto qualificado (exceto valores);



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (v) danos elétricos;
- (vi) vendaval;
- (vii) fumaça;
- (viii) vidros;
- (ix) danos materiais causados aos equipamentos;
- (x) acidentes com o teleférico ou o trenó sobre trilhos, tais como colisão, descarrilamento, abalroamento e outros de qualquer natureza; e
- (xi) alagamento ou inundação.

57.4.2. Seguro de Responsabilidade Civil, incluindo:

- (i) danos causados a terceiros;
- (ii) transporte de USUÁRIOS nos equipamentos implantados nos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO;
- (iii) acidentes envolvendo terceiros nos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO; e
- (iv) acidentes de trabalho para os empregados envolvidos, conforme legislação em vigor.

57.4.3. Seguro de Riscos de Engenharia do tipo “todos os riscos”, vigente enquanto executadas pela CONCESSIONÁRIA obras ou serviços de engenharia nos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, envolvendo a cobertura de quaisquer investimentos, custos e/ou despesas pertinentes a eventuais obras civis e à



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

infraestrutura (Construção e Instalações e Montagem, englobando todos os testes de aceitação), bem como:

- (i) cobertura básica de riscos de engenharia;
- (ii) erros de projetos;
- (iii) risco do fabricante;
- (iv) despesas extraordinárias;
- (v) despesas de desentulho;
- (vi) alagamento, inundação;
- (vii) danos externos causados aos equipamentos utilizados nas obras;
- (viii) danos ambientais causados pelas obras; e
- (ix) danos patrimoniais.

57.5. Os valores contratados deverão ser definidos pela CONCESSIONÁRIA, devendo as franquias ser aquelas praticadas pelo mercado segurador em negócios desta natureza.

57.5.1. Todas as apólices de seguro deverão ter vigência mínima de 12 (doze) meses, à exceção das obras e/ou serviços de engenharia que tenham prazo de execução menor do que 12 (doze) meses.

57.6. A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer, em prazo não superior a 30 (trinta) dias do início de cada ano da CONCESSÃO, certificado emitido pela(s) seguradora(s) confirmando que todas



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

as apólices de seguros contratadas estão válidas, e que os respectivos prêmios se encontram pagos.

57.7.A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer, no final da vigência do seguro, caso não possua a nova apólice, certificado emitido pela(s) seguradora(s) confirmando que os riscos envolvidos foram colocados no mercado segurador, conforme período determinado e de acordo com as coberturas e franquias solicitadas por ela, aguardando apenas a conclusão de procedimentos regulatórios e/ou burocráticos para emissão da nova apólice.

57.8.A CONCESSIONÁRIA deverá fazer constar das apólices de seguro a obrigação da seguradora de informar por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, à CONCESSIONÁRIA e ao PODER CONCEDENTE, quaisquer fatos que possam implicar o cancelamento, total ou parcial, dos seguros contratados, redução de cobertura, aumento de franquia ou redução de importâncias seguradas, observadas as situações previstas em lei.

57.9.A CONCESSIONÁRIA deverá estipular, por sua conta e risco, as coberturas, os valores segurados e os níveis de franquia mais adequados aos riscos envolvidos.

57.9.1. A CONCESSIONÁRIA é responsável pelo pagamento integral da franquia, em caso de utilização de qualquer seguro previsto no CONTRATO.

57.9.2. Eventuais diferenças entre os valores contratados e as indenizações/sinistros pagos não ensejarão direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO e nem elidirão a obrigação da CONCESSIONÁRIA de cumprir todas as obrigações previstas no CONTRATO, não podendo servir de motivo para a não realização de qualquer investimento objeto deste CONTRATO, especialmente outros investimentos que se mostrem necessários em função da ocorrência do sinistro, cujos valores não tenham sido cobertos integralmente pelas apólices.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

57.10. Os seguros deverão ter como beneficiários a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE, de acordo com sua característica, finalidade e a titularidade dos bens envolvidos.

57.11. As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO ou a regulação setorial.

57.12. As apólices de seguro contratadas pela CONCESSIONÁRIA deverão conter expressamente a cláusula de recomposição automática dos valores segurados, inclusive para o seguro de Responsabilidades Civil de que trata a Cláusula 57.4.3, a não ser que essa cobertura não esteja disponível no mercado segurador.

57.13. Todos os seguros contratados para os fins deste CONTRATO deverão ser contratados com seguradoras e resseguradoras autorizadas a operar no Brasil, apresentando, sempre, Certidão de Regularidade Operacional expedida pela SUSEP, em nome da seguradora que emitir cada apólice.

57.14. Qualquer indenização devida em decorrência de sinistros cobertos pelo seguro previsto nesta Cláusula 57 deverá ser objeto de comunicação ao PODER CONCEDENTE com 15 (quinze) dias de antecedência ao pagamento, sendo o pagamento válido apenas após prévia e expressa anuência do PODER CONCEDENTE, condição esta que sempre deverá constar explicitamente da apólice correspondente.

57.14.1. A CONCESSIONÁRIA deverá registrar, na comunicação referida na Cláusula 57.14, o montante devido, bem como as causas que deram origem à indenização e a data de ocorrência.

57.14.2. Os recursos provenientes das indenizações decorrentes dos seguros contratados pela CONCESSIONÁRIA deverão ser utilizados para a garantia da continuidade na execução das ATIVIDADES de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, exceto se o evento resultar em caducidade da CONCESSÃO ou se o PODER CONCEDENTE vier a responder pelo sinistro,



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

hipótese na qual as indenizações decorrentes das apólices deverão se destinar à sua indenização direta.

57.15. A CONCESSIONÁRIA assume toda a responsabilidade pela abrangência ou omissões decorrentes da realização dos seguros de que trata este CONTRATO, inclusive para fins dos riscos assumidos.

57.16. Ocorrendo o descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, da obrigação de contratar e manter em plena vigência as apólices de seguro, o PODER CONCEDENTE, independentemente da sua faculdade de decretar a intervenção ou a caducidade da CONCESSÃO, poderá proceder à contratação e ao pagamento direto dos prêmios respectivos, correndo a totalidade dos custos às expensas da CONCESSIONÁRIA, que deverá reembolsar o PODER CONCEDENTE, conforme o caso, em 5 (cinco) dias úteis, a contar de sua notificação, sob pena de incidência de juros de mora correspondentes à variação pro rata temporis da taxa SELIC, a contar da data do respectivo vencimento e até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis.

57.16.1. Caso o reembolso não ocorra no prazo e condições assinalados na Cláusula, poderá o PODER CONCEDENTE acrescer a respectiva quantia ao montante devido a título de OUTORGA VARIÁVEL ou descontar da GARANTIA DE EXECUÇÃO do CONTRATO.

CAPÍTULO XIII. FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO

Cláusula 58. FISCALIZAÇÃO

58.1. A alusão, ao longo desta Cláusula 58, ao PODER CONCEDENTE, inclui não apenas o exercício da fiscalização pelo PODER CONCEDENTE, diretamente, mas, inclusive, o exercício de atividades de fiscalização que, a critério do PODER CONCEDENTE, forem designadas à EFCJ, a qualquer outro órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta, ou mesmo a terceiros contratados para esta finalidade.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

58.2. O PODER CONCEDENTE exercerá a mais ampla e completa fiscalização sobre as ATIVIDADES objeto deste CONTRATO, buscando verificar o cumprimento das obrigações nele estabelecidas, bem como sobre a CONCESSIONÁRIA, tomando todas as medidas necessárias para garantir a continuidade das ATIVIDADES de obrigação da CONCESSIONÁRIA, inclusive sustando qualquer atividade em execução que, embasadamente, esteja sendo realizada em desconformidade com o previsto no CONTRATO, imputando as devidas responsabilidades.

58.2.1. O PODER CONCEDENTE, no exercício da fiscalização, poderá, conjuntamente com a CONCESSIONÁRIA, buscar o realinhamento de qualquer inconformidade que verificar na execução do CONTRATO, sustando o exercício de qualquer atividade em caso de impossibilidade de sua correção.

58.2.2. O PODER CONCEDENTE terá, no exercício da fiscalização, livre acesso, em qualquer época, às áreas, instalações e locais referentes à CONCESSÃO, aos livros e documentos relativos à CONCESSIONÁRIA, bem como a livros, registros e documentos relacionados às ATIVIDADES e serviços abrangidos pela CONCESSÃO, incluindo estatísticas e registros administrativos e contábeis, dados relativos à administração, à contabilidade e aos recursos técnicos, econômicos e financeiros da CONCESSIONÁRIA, devendo ser prestados, pela CONCESSIONÁRIA, no prazo que lhe for estabelecido, os esclarecimentos que lhe forem formalmente solicitados.

58.3. Para assegurar a adequada fiscalização do PODER CONCEDENTE, em especial a aferição do valor devido a título de OUTORGA VARIÁVEL, a CONCESSIONÁRIA deverá, como condição para o início da OPERAÇÃO COMERCIAL:

(i) Implantar e manter em perfeito funcionamento, durante todo o período de vigência da CONCESSÃO, o SISTEMA DE CONTROLE E GESTÃO, consistente em um sistema



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

eletrônico de venda e registro de bilhetes para acesso aos equipamentos, inclusive estacionamentos, registrando a totalidade da RECEITA DE EXPLORAÇÃO auferida pela CONCESSIONÁRIA, franqueando acesso livre e irrestrito ao PODER CONCEDENTE aos registros do sistema eletrônico;

- (ii) conceder ao PODER CONCEDENTE livre e irrestrito acesso a todos os contratos firmados pela CONCESSIONÁRIA com terceiros que gerem RECEITAS DE EXPLORAÇÃO ou RECEITAS ACESSÓRIAS, especialmente contratos de locação de espaços comerciais, de publicidade, relativos à realização de shows e eventos, adotando-se, no que pertinente, o procedimento previsto na Cláusula 15.7 e seguintes.

58.4. As determinações que vierem a ser emitidas no âmbito da fiscalização serão imediatamente aplicáveis e vincularão a CONCESSIONÁRIA, que poderá, em caso de discordância, se valer dos mecanismos de solução de controvérsias estabelecidas neste CONTRATO.

58.5. No exercício da fiscalização, o PODER CONCEDENTE poderá:

- (i) Acompanhar a execução das ATIVIDADES objeto deste CONTRATO, bem como a conservação dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO;
- (ii) Proceder às vistorias para a verificação da adequação das instalações e equipamentos, determinando as necessárias correções, reparos, remoções ou substituições, às expensas da CONCESSIONÁRIA;
- (iii) Intervir na execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, quando necessário, de modo a assegurar a respectiva regularidade e o fiel cumprimento deste CONTRATO e das normas legais pertinentes;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (iv) Exigir a substituição imediata de qualquer empregado que negligencie ou tenha comportamento indevido durante a execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO;
 - (v) Determinar que sejam refeitas as ATIVIDADES objeto do CONTRATO, sem ônus para o PODER CONCEDENTE, se as já executadas não estiverem satisfatórias; e
 - (vi) Aplicar as sanções e penalidades previstas neste CONTRATO.
- 58.6. A fiscalização do PODER CONCEDENTE anotarà em termo próprio de registro as ocorrências apuradas nas fiscalizações realizadas nas ATIVIDADES objeto do CONTRATO executadas pela CONCESSIONÁRIA, encaminhando o Termo de Fiscalização à CONCESSIONÁRIA para regularização das faltas ou defeitos verificados, sem prejuízo da imediata aplicação do resultado da fiscalização para os efeitos previstos neste CONTRATO, especialmente para fins de mensuração dos INDICADORES DE DESEMPENHO, e para fins de instauração de processo administrativo sancionatório.
- 58.6.1. O processo administrativo sancionatório seguirá o rito da Lei Estadual n.º 10.177/1998.
- 58.6.2. A posterior regularização das faltas apontadas no Termo de Fiscalização:
- (i) não afasta o descumprimento havido e, conseqüentemente, o impacto deste descumprimento nos INDICADORES DE DESEMPENHO, ou a aplicação da correspondente penalidade, quando cabível.
 - (ii) será considerada como atenuante para fins de aplicação da correspondente penalidade no âmbito do processo administrativo.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 58.7. A fiscalização também será responsável por apurar o cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO pela CONCESSIONÁRIA.
- 58.8. O PODER CONCEDENTE poderá acompanhar a execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO por parte da CONCESSIONÁRIA, bem como qualquer aspecto tratado pelo CONTRATO, podendo solicitar esclarecimentos ou modificações, caso entenda haver desconformidades com as obrigações previstas no CONTRATO, em especial, mas sem se limitar, quanto ao cumprimento dos parâmetros de qualidade, incluindo os INDICADORES DE DESEMPENHO, estabelecidos neste CONTRATO, seus ANEXOS e normas expedidas pelo PODER CONCEDENTE com base em seu poder regulamentar.
- 58.9. Sem prejuízo da incidência de qualquer tipo de penalidade e dos impactos sobre os INDICADORES DE DESEMPENHO, a CONCESSIONÁRIA está obrigada a reparar, corrigir, interromper, suspender ou substituir, às suas expensas e no prazo estipulado pelo PODER CONCEDENTE, as ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO em que se verifiquem vícios, inclusive ocultos, defeitos e/ou incorreções.
- 58.9.1. O PODER CONCEDENTE poderá exigir que a CONCESSIONÁRIA apresente um plano de ação visando a reparar, corrigir, interromper, suspender ou substituir qualquer atividade executada de maneira viciada, defeituosa e/ou incorreta, relacionada com o objeto deste CONTRATO, em prazo a ser por ele estabelecido.
- 58.10. Em caso de omissão da CONCESSIONÁRIA em cumprir as determinações do PODER CONCEDENTE, a este será facultado proceder à correção da situação, para remediar os vícios, defeitos e/ou incorreções identificados ou realizar as obrigações de investimento não adimplidas, diretamente ou por intermédio de terceiro, inclusive se valendo de compensação com valores devidos à CONCESSIONÁRIA, pelo PODER CONCEDENTE, ou da GARANTIA DE EXECUÇÃO, correndo os respectivos custos por conta da CONCESSIONÁRIA.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

58.11. Para o adequado exercício da fiscalização e acompanhamento contratual pelo PODER CONCEDENTE, e sem prejuízo de qualquer outra obrigação de prestação de informações estabelecida neste CONTRATO, na legislação ou na regulação aplicável, a CONCESSIONÁRIA obriga-se a:

- (i) Dar conhecimento imediato ao PODER CONCEDENTE de todo e qualquer evento que possa vir a prejudicar ou impedir o pontual e tempestivo cumprimento das obrigações deste CONTRATO e/ou que possa constituir causa de intervenção na CONCESSIONÁRIA, declaração de caducidade da CONCESSÃO ou rescisão contratual;
- (ii) Apresentar, até 31 de agosto de cada ano, relatório auditado da sua situação contábil, incluindo, dentre outros, o balanço patrimonial e a demonstração de resultados correspondentes ao semestre encerrado em 30 de junho do respectivo ano;
- (iii) Apresentar, até 30 de abril de cada ano, atendendo às disposições da Lei Federal n.º 6.404/1976 e da Lei Federal n.º 11.638/2007, as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro do ano imediatamente anterior, incluindo, dentre outros, o relatório da administração, o balanço patrimonial, a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, a demonstração de resultados do exercício e a demonstração dos fluxos de caixa, as notas explicativas do balanço patrimonial, parecer dos auditores independentes e do conselho fiscal da SPE, se existente, e ainda, caso a SPE seja companhia aberta, a demonstração de valor adicionado;
- (iv) Publicar, na forma da lei, as demonstrações financeiras e manter os registros contábeis de todas as operações em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade, as normas técnicas brasileiras de contabilidade aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (v) Dar conhecimento imediato de toda e qualquer situação que corresponda a fatos que alterem de modo relevante o normal desenvolvimento das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, apresentando, por escrito e no prazo mínimo necessário, relatório detalhado sobre tais fatos, incluindo, se o caso, contribuição de entidades especializadas, externas à CONCESSIONÁRIA, com as medidas tomadas ou em curso para superar ou sanar referidos fatos ou circunstâncias;
- (vi) Apresentar, em até 90 (noventa) dias após o encerramento de cada semestre civil, informações atualizadas das projeções financeiras da CONCESSÃO, entendidas como o conjunto de projeções de todos os elementos financeiros relativos à execução do CONTRATO, considerando os resultados reais obtidos desde o início da CONCESSÃO até o semestre encerrado, e os resultados projetados até o fim do prazo da CONCESSÃO, utilizando os mesmos modelos e critérios aplicados para a apresentação da PROPOSTA;
- (vii) Apresentar, em até 45 (quarenta e cinco) dias, contados do encerramento de cada trimestre, as demonstrações contábeis em conformidade com a legislação societária, bem como os balancetes mensais de fechamento, devidamente assinados pelo contador responsável;
- (viii) Apresentar, no prazo estabelecido pelo PODER CONCEDENTE, outras informações adicionais ou complementares, que este venha formalmente solicitar;
- (ix) Atender a todas as determinações do PODER CONCEDENTE, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste CONTRATO;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (x) Apresentar, trimestralmente, relatório com as providências adotadas para resolução das reclamações dos USUÁRIOS encaminhadas pelo PODER CONCEDENTE, bem como o tempo necessário a sua implementação;
- 58.12. Pela execução da fiscalização da CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE, ou o órgão ou entidade responsável pela fiscalização, fará jus ao recebimento do valor correspondente a 2% (dois por cento) sobre a RECEITA LÍQUIDA da CONCESSIONÁRIA, conforme previsto na Cláusula 16.1, inciso (i).



CAPÍTULO XIV. RESPONSABILIDADE PERANTE TERCEIROS

Cláusula 59.RESPONSABILIDADE GERAL

- 59.1. A CONCESSIONÁRIA responderá, nos termos da legislação aplicável, por quaisquer prejuízos causados a terceiros, por si ou seus administradores, empregados, prepostos ou prestadores de serviços, ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das ATIVIDADES abrangidas pela CONCESSÃO, não sendo assumida pelo PODER CONCEDENTE ou por qualquer outra entidade da Administração Pública Direta ou Indireta Estadual qualquer espécie de responsabilidade dessa natureza.

Cláusula 60.CONTRATOS COM TERCEIROS

- 60.1. É permitida a contratação de terceiros, por conta e risco da CONCESSIONÁRIA, nos termos admitidos legalmente, desde que isso não implique transferência do exercício da posição de CONCESSIONÁRIA neste CONTRATO, devendo a CONCESSIONÁRIA permanecer responsável pela gestão da execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, e desde que não implique em oneração de seu custo ou detrimento de sua qualidade e segurança.
- 60.2. A CONCESSIONÁRIA deverá, obrigatoriamente, informar ao PODER CONCEDENTE a contratação de terceiros para a prestação de serviços relevantes para o desenvolvimento de ATIVIDADES inerentes, acessórias ou complementares àquelas constantes do objeto da CONCESSÃO, tais como elaboração dos projetos, manutenção, conservação e construção.
- 60.2.1. O fato de o contrato com terceiros ter sido de conhecimento do PODER CONCEDENTE ou de qualquer outra entidade da Administração Pública Direta ou Indireta Estadual não poderá ser alegado pela CONCESSIONÁRIA para eximir-se do cumprimento total ou parcial de suas obrigações decorrentes do CONTRATO,



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

ou justificar qualquer atraso ou modificação nos investimentos exigidos nesta CONCESSÃO.

- 60.3. Os contratos de prestação de serviços entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros reger-se-ão pelas normas de direito privado, não estabelecendo relação de qualquer natureza entre os terceiros e o PODER CONCEDENTE ou a EFCJ.
- 60.4. A CONCESSIONÁRIA deverá exigir dos seus contratados a comprovação de regularidade dos recolhimentos fiscais e previdenciários, bem como do cumprimento das obrigações trabalhistas, e demais regularidades pertinentes, mantendo tais documentos sob sua guarda e responsabilidade.
- 60.5. A CONCESSIONÁRIA deverá submeter à prévia anuência do PODER CONCEDENTE a contratação de terceiro que tenha figurado como LICITANTE na LICITAÇÃO, que tenha sido inabilitado, desclassificado ou vencido na LICITAÇÃO.
- 60.5.1. No pedido de anuência, a CONCESSIONÁRIA deverá explicitar as razões que justificam a contratação pretendida e a justificativa da escolha de terceiro que tenha participado da LICITAÇÃO.
- 60.5.2. O PODER CONCEDENTE decidirá, ao seu exclusivo critério, quanto à anuência para a contratação, deixando de aprovar quando identificar que a contratação decorre, real ou potencialmente, de qualquer espécie de vício, conluio ou composição entre as partes no processo licitatório.
- 60.6. A regra prevista na Cláusula 60.5 aplica-se, igualmente, às hipóteses de alteração da composição acionária da SPE.
- 60.7. A CONCESSIONÁRIA será integralmente responsável por todos e quaisquer ônus e obrigações concernentes às legislações tributária, trabalhista e previdenciária, além de quaisquer outros que decorrerem do desenvolvimento de suas atividades.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 60.8. A CONCESSIONÁRIA permanecerá integralmente responsável pelas atividades executadas referentes ao objeto do CONTRATO, mesmo que por terceiros, incluindo, mas não se limitando, para fins de aplicação dos INDICADORES DE DESEMPENHO, de danos causados ao PODER CONCEDENTE, à EFCJ, aos USUÁRIOS ou a terceiros, de indenizações, e de sujeição a penalidades.

Cláusula 61.DA SUBCONTRATAÇÃO

- 61.1. A CONCESSIONÁRIA somente poderá subcontratar a execução das ATIVIDADES descritas na Cláusula 5.1 caso sejam respeitadas as obrigações previstas na Cláusula 32.4 e na Cláusula 60.

- 61.2. Caso a CONCESSIONÁRIA opte pela subcontratação dos serviços necessários à realização dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, nos termos do CAPÍTULO XI, ou na hipótese da Cláusula 32.4, o PODER CONCEDENTE deverá conceder a sua não objeção à referida contratação, podendo exigir comprovação de que a empresa contratada possui os requisitos técnicos e financeiros suficientes para a perfeita execução do contrato.

- 61.2.1. Para que a CONCESSIONÁRIA obtenha a não objeção do PODER CONCEDENTE, nas hipóteses previstas na Cláusulas 60.5 e 61.2, ela deverá remeter as seguintes informações, por escrito, ao PODER CONCEDENTE:

- (i) Nome, qualificação e endereço da empresa a ser contratada;
- (ii) Nome, qualificação e endereço dos administradores e prepostos da empresa a ser contratada;
- (iii) Descrição objetiva dos serviços a serem contratados;
- (iv) Data prevista para o início e conclusão dos serviços a serem contratados;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (v) Atos constitutivos da empresa a ser contratada, devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório competente; e
 - (vi) Documentação comprobatória da experiência técnica da empresa contratada na execução de serviços ou obras equivalentes, quando, a critério do PODER CONCEDENTE, a complexidade técnica do objeto contratado tornar necessária esta comprovação.
- 61.3. Na hipótese de substituição de qualquer dos subcontratados previstos nesta Cláusula 61, deverá haver a expressa não objeção do PODER CONCEDENTE, sendo obrigatória a comprovação de que a nova empresa subcontratada também detenha as condições técnicas e financeiras suficientes para a perfeita execução do contrato.
- 61.4. A CONCESSIONÁRIA se responsabiliza por todos os atos praticados pelas subcontratadas, não podendo invocar qualquer disposição em sentido contrário, ainda que previstas no contrato de subcontratação.

Cláusula 62.DA SUBCONCESSÃO

- 62.1. Fica vedada qualquer tipo de subconcessão em relação às ATIVIDADES objeto do presente CONTRATO, assim entendida a transferência, total ou parcial, dos encargos da CONCESSIONÁRIA a terceiros, que passariam a assumir, diretamente, direitos e obrigações da CONCESSIONÁRIA, previstos neste CONTRATO.



CAPÍTULO XV. INTERVENÇÃO

Cláusula 63. INTERVENÇÃO

63.1. O PODER CONCEDENTE poderá, sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a qualquer tempo, intervir na CONCESSÃO nas hipóteses abaixo, mediante prévia e expressa justificativa, para assegurar a regularidade, a adequação e a continuidade da execução das ATIVIDADES previstas no objeto do CONTRATO e/ou o cumprimento pela CONCESSIONÁRIA das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes:

- (i) Cessação ou interrupção, total ou parcial, das ATIVIDADES objeto deste CONTRATO, por culpa da CONCESSIONÁRIA;
- (ii) Deficiências graves na organização da CONCESSIONÁRIA ou no normal desenvolvimento das ATIVIDADES abrangidas pela CONCESSÃO;
- (iii) Situações que ponham em risco a exploração e manutenção adequada dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, o erário público, a saúde e a segurança dos USUÁRIOS, de pessoas e de bens;
- (iv) Inadequações, insuficiências ou deficiências graves e reiteradas na execução das ATIVIDADES objeto deste CONTRATO, caracterizadas pelo não atendimento reiterado dos parâmetros de desempenho previstos neste CONTRATO, caracterizadas pelo atingimento, por um período consecutivo de 3 (três) medições ou mais, de resultado igual a 0 (zero) pelo mesmo INDICADOR DE DESEMPENHO previsto neste CONTRATO.
- (v) Utilização dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO para fins ilícitos; e
- (vi) Prática reincidente de infrações graves, nos termos deste CONTRATO.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 63.2. Verificando-se qualquer situação que possa ensejar a decretação de intervenção da CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE deverá notificar a CONCESSIONÁRIA para, no prazo que lhe for fixado, sanar as irregularidades indicadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades que se revelarem cabíveis.
- 63.3. Decorrido o prazo fixado na notificação de que trata a Cláusula 63.2, sem que a CONCESSIONÁRIA sane as irregularidades ou tome providências que, a critério do PODER CONCEDENTE, demonstrem o efetivo propósito de saná-las, poderá ser decretada a intervenção, por ato motivado do Governador do Estado de São Paulo, devidamente publicado no DOE/SP, indicando, no mínimo, os motivos da intervenção, a designação do interventor, o prazo e os limites da intervenção.
- 63.4. Decretada a intervenção na CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE, ou a qualquer outro órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta do Estado de São Paulo, assumirá, temporariamente, diretamente ou através de interventor nomeado no decreto de intervenção, a execução das ATIVIDADES objeto do presente CONTRATO, bem como a posse dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, inclusive os BENS PRIVADOS, e, ainda, os contratos, direitos e obrigações relacionadas com o objeto do CONTRATO ou necessários à sua manutenção.
- 63.4.1. A função do interventor poderá ser exercida por agente dos quadros do PODER CONCEDENTE ou da EFCJ, ou, ainda, pessoa especificamente nomeada, colegiado ou empresas, assumindo, nestes últimos casos, a CONCESSIONÁRIA os custos da remuneração.
- 63.4.2. A intervenção implica, automaticamente, a transferência compulsória e temporária, para o interventor, da administração da CONCESSIONÁRIA.
- 63.5. Decretada a intervenção, o PODER CONCEDENTE, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurará procedimento administrativo, que deverá estar concluído no prazo máximo



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

de 180 (cento e oitenta) dias, para comprovar as causas determinantes da intervenção e apurar as respectivas responsabilidades, assegurando à CONCESSIONÁRIA amplo direito de defesa.

- 63.5.1. Será declarada inválida a intervenção se ficar comprovado que não foram observados os pressupostos legais e regulamentares para sua decretação, devendo as ATIVIDADES objeto do CONTRATO retornar imediatamente à CONCESSIONÁRIA.
- 63.6. Cessada a intervenção, o PODER CONCEDENTE deverá reconduzir a CONCESSIONÁRIA à execução das ATIVIDADES objeto deste CONTRATO, retornando-lhe a posse dos bens cuja posse tenha sido assumida pelo interventor, e o exercício da posição contratual, direitos e obrigações inerentes a tal execução, exceto se decretada a caducidade da CONCESSÃO.
- 63.7. Com a cessação da intervenção, deverá ser realizada prestação de contas pelo PODER CONCEDENTE, diretamente ou na pessoa de interventor nomeado para esse fim, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão. O PODER CONCEDENTE indenizará a CONCESSIONÁRIA por eventuais danos diretos que tenha causado durante o período da intervenção.
- 63.8. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a disponibilizar instalações adequadas e meios operacionais para o interventor, incluindo recursos humanos e materiais, imediatamente após a decretação da intervenção.
- 63.9. As receitas realizadas durante o período da intervenção serão utilizadas para cobertura dos encargos resultantes do desenvolvimento das ATIVIDADES correspondentes ao objeto do CONTRATO, necessárias para restabelecer a sua normal execução, pagamento dos encargos com seguros e garantias, dos encargos decorrentes de financiamento e ressarcimento dos custos de administração.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

63.9.1. Eventuais custos adicionais decorrentes da intervenção caberão à CONCESSIONÁRIA. Se o valor correspondente à RECEITAS DE EXPLORAÇÃO e RECEITAS ACESSÓRIAS que seriam devidas à CONCESSIONÁRIA não for suficiente para cobrir as despesas necessárias à continuidade das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, em regime de intervenção, o PODER CONCEDENTE poderá utilizar a GARANTIA DE EXECUÇÃO para obter os recursos faltantes. Caso a garantia não seja suficiente, a CONCESSIONÁRIA deverá ressarcir o PODER CONCEDENTE nos prazos por ele fixados.

63.9.2. Finda a intervenção, o eventual saldo remanescente decorrente da exploração da CONCESSÃO será entregue à CONCESSIONÁRIA, salvo se esta for extinta, situação em que se aplicarão as disposições específicas.



CAPÍTULO XVI. EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

Cláusula 64.CASOS DE EXTINÇÃO

64.1. A CONCESSÃO extinguir-se-á por:

- (i) Advento do termo contratual;
- (ii) Encampação;
- (iii) Caducidade;
- (iv) Rescisão;
- (v) Anulação decorrente de vício ou irregularidade não convalidável constatada no procedimento ou no ato de sua outorga; e
- (vi) Falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA.

64.2. Extinta a CONCESSÃO, haverá a assunção imediata das ATIVIDADES objeto do presente CONTRATO e dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO pelo PODER CONCEDENTE, revertendo-se os equipamentos, instalações e outros bens, direitos e privilégios vinculados à CONCESSÃO, incluindo aqueles transferidos à CONCESSIONÁRIA e os por ela adquiridos, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, nos termos previstos neste CONTRATO.

64.3. No caso de extinção da CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE poderá, a depender do evento motivador da extinção do CONTRATO, e conforme previsões deste CAPÍTULO XVI:



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (i) Assumir, direta ou indiretamente, a execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, no estado em que se encontrar;
- (ii) Ocupar e utilizar os locais, instalações, equipamentos, materiais e valer-se de pessoal empregado na execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, necessários à sua continuidade;
- (iii) Aplicar as penalidades cabíveis;
- (iv) Reter e executar a GARANTIA DE EXECUÇÃO, para recebimento de multas administrativas e ressarcimento de prejuízos causados pela CONCESSIONÁRIA; e
- (v) Manter, sempre que possível, os contratos firmados pela CONCESSIONÁRIA com terceiros pelo prazo e nas condições inicialmente ajustadas, respondendo os terceiros pelos prejuízos decorrentes do não cumprimento das obrigações assumidas.

Cláusula 65. ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL

- 65.1. A CONCESSÃO extingue-se quando se verificar o termo do prazo de sua duração, de conformidade com a Cláusula 9, terminando, por consequência, as relações contratuais entre as PARTES, com exceção daquelas expressamente previstas neste CONTRATO e de obrigações pós-contratuais atribuídas à CONCESSIONÁRIA.
- 65.2. Verificando-se o advento do termo contratual, sem prejuízo de eventual sub-rogação contratual de eventual futuro concessionário, a CONCESSIONÁRIA será inteira e exclusivamente responsável pelo encerramento de quaisquer contratos de que seja parte e que seja decorrente da execução das ATIVIDADES objeto deste CONTRATO.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 65.2.1. O PODER CONCEDENTE e a EFCJ não assumirão, salvo quando do exercício da prerrogativa mencionada na Cláusula 64.3, inciso (v), qualquer responsabilidade ou ônus quanto aos contratos firmados pela CONCESSIONÁRIA, não sendo devida nenhuma indenização à CONCESSIONÁRIA ou a terceiros pelo encerramento de tais relações contratuais.
- 65.2.2. A CONCESSIONÁRIA deverá tomar as medidas necessárias à facilitação das tratativas entre o PODER CONCEDENTE e os terceiros por ela contratados visando a garantir a possibilidade de exercício da prerrogativa mencionada na Cláusula 64.3, inciso (v).
- 65.3. Antes da data do término de vigência contratual, o PODER CONCEDENTE estabelecerá, em conjunto com a CONCESSIONÁRIA, programa de desmobilização operacional, a fim de definir as regras e procedimentos para a assunção dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO pelo PODER CONCEDENTE, ou por terceiro autorizado, conforme Cláusula 22.
- 65.3.1. Constitui obrigação da CONCESSIONÁRIA cooperar com o PODER CONCEDENTE para que não haja qualquer interrupção na execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, com o advento do termo contratual e consequente extinção deste CONTRATO, devendo, dentre outros, cooperar na capacitação de servidores do PODER CONCEDENTE, outro ente da Administração Pública que este indique ou de eventual novo concessionário, colaborando na transição e no que demais for necessário à continuidade da exploração e manutenção dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, resguardadas as situações de sigilo empresarial devidamente justificadas e que contem com a concordância do PODER CONCEDENTE.
- 65.4. Com o advento do termo contratual, a CONCESSIONÁRIA não fará jus a qualquer indenização relativa a investimentos em BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

previstos originalmente neste CONTRATO, observada a disciplina e as ressalvas previstas na Cláusula 21 e na Cláusula 22.

Cláusula 66.ENCAMPAÇÃO

- 66.1. O PODER CONCEDENTE poderá, durante a vigência da CONCESSÃO, promover sua retomada, por motivo de interesse público devidamente justificado em processo administrativo precedido de lei autorizativa, garantindo-se o devido processo legal, após prévio pagamento à CONCESSIONÁRIA da indenização estabelecida neste CONTRATO.
- 66.2. A indenização devida à CONCESSIONÁRIA, em caso de encampação, nos termos do artigo 36 da Lei Federal nº 8.987/1995, deverá ser paga previamente à encampação, e cobrirá, necessariamente:
- (i) As parcelas dos investimentos vinculados a BENS REVERSÍVEIS, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados para garantir a continuidade e atualidade das ATIVIDADES objeto do CONTRATO ou para o cumprimento das obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA;
 - (ii) Todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidos, por decorrência da encampação, a fornecedores, contratados e terceiros em geral, em decorrência do rompimento dos vínculos contratuais, devendo tais valores serem compatíveis aos praticados no mercado, em especial no caso de contratação de PARTES RELACIONADAS à CONCESSIONÁRIA;
 - (iii) Indenizações devidas a título de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO, já apurados em procedimento administrativo específico, em favor da CONCESSIONÁRIA;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

(iv) Lucros cessantes.

66.3. Exclusivamente para fins da indenização para o caso de encampação:

- (i) o método de amortização utilizado no cálculo será o da linha reta (amortização constante), considerando o prazo de vigência do CONTRATO;
- (ii) não serão considerados eventuais ágios de aquisição;

66.3.1. Os custos contabilizados terão como limite máximo os valores aprovados pelo PODER CONCEDENTE na forma deste CONTRATO, e atualizados conforme o IPC do ano contratual do reconhecimento do investimento até o ano contratual do pagamento da indenização.

66.3.2. Os componentes indicados na Cláusula 66.2, (i) e (ii), deverão ser atualizados conforme o IPC do período compreendido entre (i) o início do ano contratual em que ocorre o reconhecimento do investimento ou (i) o fato gerador dos encargos e ônus, e até o ano contratual da data do pagamento da indenização.

66.3.3. O componente indicado na Cláusula 66.2, (iv), será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$LC = A \times [(1 + NTNB')^n - 1]$$

Onde:

LC = lucros cessantes indicados na Cláusula 66.2, (iv);

A = os investimentos indicados na Cláusula 66.2, (i);

NTNB' = taxa bruta de juros real de venda das NTN-B, ex-ante a



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

dedução do Imposto de Renda, com vencimento compatível com o término do CONTRATO, caso não houvesse a extinção antecipada, publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional, considerando a média das cotações disponíveis nos 3 (três) meses anteriores à data do pagamento da indenização; e

n = período restante entre a data do pagamento da indenização e o advento do termo contratual, caso não houvesse a extinção antecipada do CONTRATO, na mesma base da NTN'B'.

66.4. O pagamento realizado na forma estabelecida nesta Cláusula corresponderá à quitação completa, geral e irrestrita quanto ao devido pelo PODER CONCEDENTE em decorrência da indenização por encampação, não podendo a CONCESSIONÁRIA exigir, administrativamente, a qualquer título, outras indenizações, inclusive por lucros cessantes e danos emergentes, servindo tal pagamento, no caso de acordo entre as PARTES, como termo de quitação geral e irrestrito, hipótese na qual a CONCESSIONÁRIA não poderá pleitear outras indenizações em arbitragem ou junto ao Poder Judiciário.

66.5. A desoneração da CONCESSIONÁRIA em relação às obrigações decorrentes de contratos de financiamento por ela contraídos para o cumprimento do CONTRATO poderá ser realizada por:

- (i) assunção, pelo PODER CONCEDENTE ou por terceiros, por sub-rogação, perante os FINANCIADORES credores, das obrigações contratuais remanescentes da CONCESSIONÁRIA, limitada ao montante de indenização calculado conforme disposto na Cláusula 66.2; ou
- (ii) prévia indenização à CONCESSIONÁRIA, limitada ao montante de indenização calculado conforme disposto na Cláusula 66.2, da totalidade dos débitos remanescentes que esta mantiver perante FINANCIADORES



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

credores.

66.5.1. O valor indicado na Cláusula 66.5, (ii), poderá ser pago pelo PODER CONCEDENTE diretamente aos FINANCIADORES, conforme aplicável.

66.5.2. O valor referente à desoneração constante da Cláusula 66.5 deverá ser descontado do montante da indenização devida.

66.6. O prévio pagamento da indenização, previsto no artigo 37 da Lei Federal n.º 8.987/1995, corresponde ao pagamento do valor devido na forma da Cláusula 66.2 no dia imediatamente posterior à retomada do objeto da CONCESSÃO pelo PODER CONCEDENTE.

66.7. As multas, indenizações e quaisquer outros valores devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE serão descontados da indenização devida.

Cláusula 67. CADUCIDADE

67.1. A inexecução total ou parcial do CONTRATO, ou dos deveres impostos em lei ou regulamento acarretará, a critério do PODER CONCEDENTE, a decretação de caducidade da CONCESSÃO, que será precedida de competente processo administrativo, garantindo-se o devido processo legal, depois de esgotadas as possibilidades de solução pela via administrativa previstas neste CONTRATO, sem prejuízo das aplicações das sanções contratuais.

67.2. A caducidade da CONCESSÃO poderá ser decretada, nos seguintes casos, além daqueles enumerados pela Lei Federal nº 8.987/1995, com suas alterações:

- (i) Execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO de forma inadequada ou deficiente, com inobservância das normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade e dos níveis de serviços exigidos neste



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

CONTRATO, nos ANEXOS, e nos demais instrumentos de gestão e controle aplicados pelo PODER CONCEDENTE e pela EFCJ;

- (ii) Descumprimento de cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à CONCESSÃO, que comprometam a sua continuidade ou a segurança de USUÁRIOS, empregados, ou terceiros;
- (iii) Ocorrência de desvio da CONCESSIONÁRIA de seu objeto social;
- (iv) Alteração do controle societário da CONCESSIONÁRIA, ou oneração de suas ações, sem a prévia e expressa aprovação do PODER CONCEDENTE, observando-se a disciplina prevista no CAPÍTULO V;
- (v) Paralisação das ATIVIDADES objeto do CONTRATO por ato da CONCESSIONÁRIA, ou caso esta contribua para tanto, ressalvados os casos de força maior previstos neste CONTRATO;
- (vi) Ocorrência de reiterada oposição ao exercício da fiscalização, não acatamento das determinações do PODER CONCEDENTE ou da EFCJ, ou ainda desobediência reiterada às normas de operação e às demais penalidades previstas neste CONTRATO e nos seus anexos;
- (vii) Omissão na contabilização de RECEITAS DE EXPLORAÇÃO ou RECEITAS ACESSÓRIAS, quando comprovada a atuação deliberada e consciente da CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo da aplicação da penalidade prevista no ANEXO 02 (PENALIDADES);
- (viii) Perda ou comprometimento das condições econômico-financeiras, técnicas ou operacionais para manter os níveis de serviço adequados, em especial, o patrimônio líquido exigido para fins de habilitação na LICITAÇÃO;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (ix) Falta de cumprimento das penalidades impostas por infrações, nos prazos estabelecidos;
- (x) Desatendimento à determinação do PODER CONCEDENTE ou da EFCJ para atender aos níveis de serviços e/ou regularizar a realização das ATIVIDADES objeto do CONTRATO;
- (xi) Condenação da CONCESSIONÁRIA, por sentença transitada em julgado, por sonegação tributária, incluindo contribuições sociais;
- (xii) Descumprimento do dever de manter íntegra a GARANTIA DE EXECUÇÃO, ou não complementá-la até o valor estabelecido em tempo hábil, caso seja utilizada, por qualquer motivo;
- (xiii) Descumprimento do dever de manter íntegros os seguros exigidos na Cláusula 57;
- (xiv) Transferência da CONCESSÃO a terceiros, salvo no caso do *step-in-rights*, conforme previsto em lei;
- (xv) Não atendimento da CONCESSIONÁRIA à intimação do PODER CONCEDENTE para, em 180 (cento e oitenta) dias, apresentar a documentação relativa à regularidade fiscal, na vigência do CONTRATO, na forma do art. 29 da Lei Federal nº 8.666/1993.
- (xvi) Inadequações, insuficiências ou deficiências graves e reiteradas na execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, em razão do não atendimento reiterado dos parâmetros de desempenho previstos neste CONTRATO, caracterizadas pelo atingimento, por um período consecutivo de 3 (três) medições ou mais, de resultado igual a 0 (zero) pelo mesmo INDICADOR DE DESEMPENHO previsto neste CONTRATO.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 67.3. A instauração do processo administrativo para decretação da caducidade será precedida de comunicação à CONCESSIONÁRIA, apontando, detalhadamente, os descumprimentos contratuais e a situação de inadimplência, e concedendo-lhe prazo razoável, não inferior a 30 (trinta) dias, para sanar as irregularidades apontadas.
- 67.4. Se a CONCESSIONÁRIA, no prazo que lhe for fixado pelo PODER CONCEDENTE, não corrigir as falhas e transgressões apontadas, ou deixar de tomar providências que, a critério do PODER CONCEDENTE, demonstrem o efetivo propósito de saná-las, será instaurado o competente processo administrativo para configurar a inadimplência da CONCESSIONÁRIA e, ao final e se melhor ao interesse público, a decretação da caducidade da CONCESSÃO, por ato do Governador do Estado de São Paulo.
- 67.5. A decretação da caducidade da CONCESSÃO implicará na imissão imediata, pelo PODER CONCEDENTE, da posse de todos os BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, inclusive os BENS PRIVADOS, e na responsabilidade da CONCESSIONÁRIA por toda e qualquer espécie de ônus, multas, penalidades, indenizações encargos ou compromissos com terceiros, notadamente em relação a obrigações de natureza trabalhista, tributária e previdenciária.
- 67.6. Declarada a caducidade não resultará para o PODER CONCEDENTE qualquer espécie de ônus ou responsabilidade em relação aos encargos, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da CONCESSIONÁRIA.
- 67.7. A decretação da caducidade da CONCESSÃO ocorrerá independentemente do pagamento de indenização prévia à CONCESSIONÁRIA, a qual eventualmente será apurada no curso do referido processo administrativo, abrangendo as parcelas dos investimentos vinculados a BENS REVERSÍVEIS, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir o estrito cumprimento das obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA no âmbito do CONTRATO, descontado o valor das multas contratuais, dos danos causados pela



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

concessionária, bem como quaisquer valores recebidos pela CONCESSIONÁRIA a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejam a declaração de caducidade.

67.8. A caducidade da CONCESSÃO acarretará para a CONCESSIONÁRIA a retenção de seus eventuais créditos decorrentes do CONTRATO, cabendo ao PODER CONCEDENTE:

- (i) Assumir a execução do objeto do CONTRATO, no local e no estado em que se encontrar;
- (ii) Ocupar e utilizar os locais, instalações, equipamentos, materiais e recursos humanos empregados na execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, necessários à sua continuidade;
- (iii) Reter e executar a GARANTIA DE EXECUÇÃO, para ressarcimento dos prejuízos sofridos pelo PODER CONCEDENTE;
- (iv) Reter eventuais créditos da CONCESSIONÁRIA decorrentes do CONTRATO, nos casos em que a GARANTIA DE EXECUÇÃO não se mostrar suficiente para ressarcir o PODER CONCEDENTE, e até o limite dos prejuízos causados ao PODER CONCEDENTE; e
- (v) Aplicar penalidades.

67.9. A indenização devida à CONCESSIONÁRIA em caso de caducidade da CONCESSÃO restringir-se-á ao valor dos investimentos vinculados a BENS REVERSÍVEIS ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, e indenizações devidas a título de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, já apurados em procedimento administrativo específico, em favor da CONCESSIONÁRIA, descontado o



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

valor das multas contratuais e dos danos por ela causados e indenizações devidas a título de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, já apurados em procedimento administrativo específico, em favor do PODER CONCEDENTE.

67.9.1. O componente descrito na Cláusula 67.9 deverá ser atualizado conforme o IPC do período compreendido entre o início do ano contratual em que ocorre o reconhecimento do investimento e o início do ano contratual da data do pagamento da indenização.

67.9.2. Exclusivamente para fins da indenização para o caso de caducidade:

- (i) o método de amortização utilizado no cálculo será o da linha reta (amortização constante), considerando o prazo de vigência da CONCESSÃO;
- (ii) não serão considerados eventuais valores contabilizados a título de despesas pré-operacionais;
- (iii) não serão considerados eventuais ágios de aquisição;

67.9.3. Os custos contabilizados terão como limite máximo os valores aprovados pelo PODER CONCEDENTE, na forma prevista neste CONTRATO, devidamente atualizados conforme o IPC do ano contratual do reconhecimento do investimento até o ano contratual do pagamento da indenização.

67.9.4. Do montante previsto na Cláusula 67.9, serão ainda descontados:

- (i) os prejuízos causados ao PODER CONCEDENTE;
- (ii) as multas contratuais aplicadas à CONCESSIONÁRIA que não tenham sido pagas;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (iii) quaisquer valores recebidos pela CONCESSIONÁRIA a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a declaração de caducidade; e
 - (iv) outros valores, a título de RECEITAS DE EXPLORAÇÃO ou RECEITAS ACESSÓRIAS, que eventualmente sejam percebidos pela CONCESSIONÁRIA após a decretação da caducidade.
- 67.10. O PODER CONCEDENTE poderá promover nova licitação para a concessão da execução de todas ou de algumas das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, atribuindo ao futuro vencedor o ônus do pagamento da indenização aos FINANCIADORES, ou diretamente à CONCESSIONÁRIA, conforme o caso.
- 67.11. A aplicação de penalidade, bem como a caducidade da CONCESSÃO, não eximem a CONCESSIONÁRIA do pagamento de indenização dos prejuízos que esta tenha causado ao PODER CONCEDENTE ou a terceiros, ainda que seus efeitos repercutam após a extinção da CONCESSÃO.
- 67.12. Declarada a caducidade e paga a respectiva indenização eventualmente devida, não resultará ao PODER CONCEDENTE qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da CONCESSIONÁRIA, inclusive débitos trabalhistas e previdenciários.
- 67.13. O pagamento realizado na forma estabelecida nesta Cláusula corresponderá à quitação completa, geral e irrestrita quanto ao devido pelo PODER CONCEDENTE em decorrência da indenização por caducidade, não podendo a CONCESSIONÁRIA exigir, administrativamente, a qualquer título, outras indenizações, inclusive, por lucros cessantes e danos emergentes, servindo tal pagamento, no caso de acordo entre as partes, como termo de quitação geral e irrestrito, hipótese na qual a CONCESSIONÁRIA não poderá pleitear outras indenizações em arbitragem ou junto ao Poder Judiciário .



Cláusula 68.RESCISÃO

68.1. Este CONTRATO poderá ser rescindido por iniciativa da CONCESSIONÁRIA, no caso de descumprimento pelo PODER CONCEDENTE de suas obrigações, mediante ação judicial movida especialmente para este fim.

68.1.1. As ATIVIDADES objeto deste CONTRATO de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA não poderão ser interrompidas ou paralisadas até decisão judicial transitada em julgado, decretando a rescisão do CONTRATO.

68.1.2. Quando o pedido de rescisão for formulado pela CONCESSIONÁRIA, cumpre ao PODER CONCEDENTE, após o término da ação judicial prevista na Cláusula 68.1, em caso de determinação judicial, ou caso esta seja a melhor opção para resguardar o interesse público, assumir a execução das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO, ou promover novo certame licitatório e adjudicar um vencedor, antes de rescindir o CONTRATO em vigência.

68.2. No caso de rescisão do CONTRATO por iniciativa da CONCESSIONÁRIA, a indenização eventualmente devida à CONCESSIONÁRIA será equivalente àquela exigível na hipótese de encampação, e será calculada nos termos da Cláusula 66.

68.2.1. As multas, as indenizações e quaisquer outros valores devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE serão descontados da indenização prevista para o caso de rescisão do CONTRATO.

68.3. A rescisão poderá ser ainda amigável, por acordo entre as PARTES, desde que haja conveniência para o PODER CONCEDENTE.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

68.4. Para fins de cálculo da indenização indicada nesta Cláusula, considerar-se-ão os valores recebidos pela CONCESSIONÁRIA a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a rescisão.

68.5. Declarada a rescisão, cumprirá ao PODER CONCEDENTE assumir a imediata execução do objeto contratual, se antes já não o tiver feito, ou promover novo certame licitatório, adjudicando a CONCESSÃO a um vencedor preferencialmente antes da rescisão definitiva deste CONTRATO.

Cláusula 69. FALÊNCIA E EXTINÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

69.1. A CONCESSÃO será extinta caso a CONCESSIONÁRIA tenha sua falência decretada, por sentença transitada em julgado, ou no caso de recuperação judicial que prejudique a execução deste CONTRATO.

69.2. Decretada a falência, o PODER CONCEDENTE imitir-se-á na posse de todos os BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO e assumirá imediatamente a execução do objeto do presente CONTRATO.

69.3. Na hipótese de extinção da CONCESSIONÁRIA ou de qualquer de seus acionistas por decretação de falência fraudulenta ou dissolução da CONCESSIONÁRIA por deliberação de seus acionistas, aplicar-se-ão as mesmas disposições referentes à caducidade da CONCESSÃO, com instauração do devido processo administrativo para apuração do efetivo prejuízo e determinação das sanções aplicáveis.

69.4. Não será realizada partilha do eventual acervo líquido da CONCESSIONÁRIA extinta, entre seus acionistas, antes dos pagamentos de todas as obrigações com o PODER CONCEDENTE e com terceiros, e sem a emissão do TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO pelo PODER CONCEDENTE.



Cláusula 70. ANULAÇÃO DA CONCESSÃO

- 70.1. O CONTRATO poderá ser anulado em caso de ilegalidade não convalidável no processo licitatório, em sua formalização ou em cláusula essencial que comprometa a execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, por meio do devido processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo o procedimento de anulação iniciado a partir da notificação emitida pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA.
- 70.2. Se a ilegalidade mencionada na Cláusula 70.1 não decorrer de ato praticado pela ADJUDICATÁRIA, o PODER CONCEDENTE poderá manter a validade do CONTRATO, caso se revele legalmente possível o aproveitamento dos atos realizados.
- 70.3. Na hipótese de anulação da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA será indenizada com o ressarcimento dos investimentos realizados e não amortizados, desde que não tenha concorrido para o vício que motivou a anulação, sendo vedado o pagamento de lucros cessantes.
- 70.3.1. As multas e quaisquer outros valores devidos pela CONCESSIONÁRIA serão descontados da indenização prevista nesta Cláusula 70.3.
- 70.4. O PODER CONCEDENTE poderá promover nova licitação do objeto do CONTRATO, atribuindo ao futuro vencedor o ônus do pagamento da indenização diretamente aos FINANCIADORES, ou diretamente à CONCESSIONÁRIA, conforme o caso.
- 70.5. Para fins de cálculo da indenização indicada nesta Cláusula, considerar-se-ão os valores recebidos pela CONCESSIONÁRIA a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a anulação do contrato.



CAPÍTULO XVII. SANÇÕES E PENALIDADES

Cláusula 71.SANÇÕES E PENALIDADES

71.1.As penalidades aplicáveis no âmbito deste CONTRATO, bem como sua gradação, deverão seguir o procedimento previsto na Cláusula 71, bem como o regramento estabelecido pelo ANEXO 02 (PENALIDADES), e sua imposição será efetivada mediante processo administrativo sancionador, que obedecerá ao rito estabelecido na Lei Estadual n.º 10.177/1998, garantida a ampla defesa e o contraditório, nos termos e prazos legais.

71.2.Na aplicação das sanções, o PODER CONCEDENTE observará o disposto no ANEXO 02 (PENALIDADES).

71.3.O não cumprimento de obrigações previstas neste CONTRATO, em seus ANEXOS e no Edital, na legislação e/ou regulamentação aplicáveis, ensejará, sem prejuízo das responsabilidades administrativa, civil e penal eventualmente cabíveis, na aplicação das seguintes penalidades contratuais:

- (i) advertência;
- (ii) multa pecuniária;
- (iii) declaração de caducidade da CONCESSÃO;
- (iv) suspensão temporária do direito de licitar e/ou impedimento de contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA do ESTADO, por prazo não superior a 2 (dois) anos; ou
- (v) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, enquanto perdurarem os motivos da punição.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

71.4. O PODER CONCEDENTE poderá, nas hipóteses especificadas neste CONTRATO e desde que atendido o interesse público, conceder período adicional para correção de irregularidades, pela CONCESSIONÁRIA, promovendo assim a suspensão da aplicação de penalidades à CONCESSIONÁRIA e do cômputo de eventual multa diária em curso, visando com isso ao não agravamento de situações já danosas que comprometam a continuidade das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO, e sem prejuízo das penas já aplicadas, cuja exigibilidade será restabelecida ao final do período adicional outorgado.

71.4.1. O período adicional para correção de irregularidades concedido nos termos da Cláusula 71.4 não suspende a tramitação de processo(s) sancionador(es), salvo decisão expressa em contrário.

71.4.2. O período adicional para correção de irregularidades concedido nos termos da Cláusula 71.4 se estenderá por prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis a critério do PODER CONCEDENTE.

71.4.3. Findo o período adicional para correção de irregularidades concedido nos termos da Cláusula 71.4 e não resolvida a situação gravosa que o originou, serão retomadas as aplicações de penalidades e exigidas aquelas já aplicadas pelo PODER CONCEDENTE e avaliada a pertinência da instauração de processo de caducidade, nos termos deste CONTRATO, caso esse já não estivesse em curso.

71.5. As penalidades previstas neste CONTRATO poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, dependendo da gravidade do ato.

71.6. O benefício que tenha a CONCESSIONÁRIA auferido em razão da prática de ato tido como infração deverá ser repassado ao PODER CONCEDENTE, de modo a se evitar o enriquecimento ilícito da CONCESSIONÁRIA.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

71.7. A aplicação das multas contratuais não se confunde com a possibilidade de execução da GARANTIA DA EXECUÇÃO, prevista na Cláusula 56, tampouco com a aplicação dos INDICADORES DE DESEMPENHO, na forma prevista neste CONTRATO.

71.8. As importâncias pecuniárias resultantes da aplicação das multas, comprovadamente devidas em processo administrativo transitado em julgado, reverterão em favor do PODER CONCEDENTE, sendo somadas os valores devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE.

74.9.1. O não recolhimento de qualquer multa aplicada, nos termos e prazo fixados pelo PODER CONCEDENTE neste CONTRATO, caracterizará falta grave, e poderá ensejar a intervenção na CONCESSIONÁRIA, além de implicar a incidência de correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata die*, podendo o PODER CONCEDENTE executar a GARANTIA DE EXECUÇÃO.

71.9. As multas previstas serão aplicadas sem prejuízo da caracterização das hipóteses de intervenção ou declaração de caducidade, ambas previstas neste CONTRATO, ou, ainda, da aplicação de outras sanções previstas neste CONTRATO.

71.10. Na hipótese de descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, de qualquer de suas obrigações previstas neste CONTRATO, no EDITAL e em seus ANEXOS, na legislação e/ou regulamentação aplicáveis, ainda que não haja no ANEXO 02 (PENALIDADES) ou no CONTRATO tipificação expressa da ação ou omissão praticada pela CONCESSIONÁRIA, esta ficará sujeita à aplicação de penalidades, respeitados os valores mínimos e máximos das penalidades previstas no ANEXO 02 (PENALIDADES), observado o procedimento previsto na Lei Estadual n.º 10.177/1998, garantindo-se a proporcionalidade entre a infração e a correspondente sanção mediante observância dos seguintes critérios:

- (i) a natureza e a gravidade da infração;
- (ii) o dano dela resultante ao PODER CONCEDENTE, aos USUÁRIOS ou ao níveis de



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

segurança e qualidade das ATIVIDADES executadas pela CONCESSIONÁRIA;

- (iii) as vantagens auferidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração cometida;
- (iv) as circunstâncias atenuantes e agravantes; e
- (v) os antecedentes da CONCESSIONÁRIA, inclusive eventual reincidência; e

71.10.1. Considera-se reincidência, para fins deste CONTRATO, a prática da mesma infração que já tenha sido objeto de condenação no âmbito de processo administrativo instaurado pelo PODER CONCEDENTE, dentro do período de 12 (doze) meses, contados da data da primeira infração cometida pela CONCESSIONÁRIA, quando se tratar de medição mensal, ou dentro do período de 03 (três) anos, quando se tratar de medição anual.

Cláusula 72.DO PROCEDIMENTO

- 72.1. As penalidades aplicáveis no âmbito deste CONTRATO, seja em função do regramento estabelecido no ANEXO 02 ou da Cláusula 71, serão efetivadas mediante processo administrativo sancionador, que obedecerá o rito estabelecido na Lei Estadual n.º 10.177/1998, garantida a ampla defesa e o contraditório, nos termos e prazos legais.
- 72.2. A fiscalização das ATIVIDADES executadas pela CONCESSIONÁRIA será feita, preferencialmente, de forma eletrônica, diretamente pelo PODER CONCEDENTE, pela EFCJ, por outro órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta do ESTADO, ou por terceiros contratados para esta finalidade.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

72.3. Constatado algum tipo de infração contratual no exercício da fiscalização, que importe em potencial aplicação de penalidades à CONCESSIONÁRIA, o responsável pela fiscalização deverá fazer um relatório de fiscalização, contendo:

- (i) descrição pormenorizada do(s) fato(s) constatado(s);
- (ii) indicação de eventual reincidência, constando a data da última ocorrência, se o caso;
- (iii) enquadramento do fato constatado com os fatos geradores previstos no ANEXO 02 (PENALIDADES) ou no CONTRATO;
- (iv) indicação da penalidade cabível; e
- (v) identificação do agente fiscalizador.

72.3.1. Eventuais erros de enquadramento ou de indicação da penalidade cabível pelo agente fiscalizador poderão ser sanados no âmbito do processo administrativo sancionador, sendo devolvido o prazo de defesa da CONCESSIONÁRIA caso do saneamento resulte alguma nova informação de natureza fática.

72.4. Caso não haja tipificação expressa da ação ou omissão praticada pela CONCESSIONÁRIA, o relatório de fiscalização deverá conter, além do conteúdo previsto no inciso (iii) da Cláusula 72.3, todas as informações listadas na Cláusula 71.10.

72.5. Finalizado o relatório de fiscalização, ele deverá ser encaminhado para a autoridade competente do PODER CONCEDENTE, para fins de avaliação quanto à instauração de processo administrativo sancionador, seguindo-se o regular trâmite legal previsto no artigo 63 da Lei Estadual n.º 10.177/1998.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 72.5.1. Intimada, caberá à CONCESSIONÁRIA a apresentação de defesa no prazo previsto no artigo 63, inciso III, da Lei Estadual nº 10.177/1998, instruindo-a com os elementos probatórios que julgar convenientes.
- 72.6. Não acolhidas as razões apresentadas pela CONCESSIONÁRIA, ou transcorrido o prazo legal sem apresentação de defesa, e concluindo-se pela ocorrência de infração contratual, será aplicada a sanção cabível, mediante intimação da CONCESSIONÁRIA.
- 72.6.1. A intimação sobre a aplicação de penalidades será realizada por meio de notificação escrita, mediante recibo ou enviada eletronicamente, determinando, quando se tratar de multa, o seu pagamento, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis a contar de seu recebimento, se outro prazo não for definido.
- 72.6.2. A CONCESSIONÁRIA deverá manter atualizado junto ao PODER CONCEDENTE o endereço eletrônico pelo qual receberá quaisquer notificações, intimações ou comunicações relativas ao presente CONTRATO, adotando-se como termo inicial para a contagem de prazos o dia útil imediatamente subsequente ao envio da comunicação eletrônica.
- 72.7. Na hipótese de eventual penalidade aplicada pelo PODER CONCEDENTE, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da intimação pela CONCESSIONÁRIA, uma única vez, diretamente à autoridade hierarquicamente superior, no âmbito do PODER CONCEDENTE, à que prolatou a decisão, observado o disposto no artigo 44 da Lei Estadual n.º 10.177/1998.



CAPÍTULO XVIII. INTERVENIENTES-ANUENTES

Cláusula 73.RESPONSABILIDADE

- 73.1. A ADJUDICATÁRIA da LICITAÇÃO, ou os consorciados que a compõem, conforme o caso, responderá (ão), em conjunto ou isoladamente e de forma solidária, por todos os atos praticados pela CONCESSIONÁRIA durante a execução deste CONTRATO, mantendo-se esta solidariedade até a total integralização do capital social da SPE, responsabilidade esta limitada ao valor da parcela faltante para integralização do capital inicialmente subscrito.
- 73.2. A ADJUDICATÁRIA da LICITAÇÃO, ou os consorciados que a compõem, conforme o caso, figurá (ão) como interveniente(s)-anuenta(s) no CONTRATO, obrigando-se a assinar conjuntamente com a SPE o termo aditivo de que trata a Cláusula 10.4, assumindo as responsabilidades previstas para os membros ou acionistas da CONCESSIONÁRIA, em especial as previstas no CAPÍTULO XVII.



CAPÍTULO XIX. MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Cláusula 74.DO MODO AMIGÁVEL DE SOLUÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS CONTRATUAIS

- 74.1. As PARTES deverão emendar os melhores esforços para resolver amigavelmente, utilizando-se do princípio da boa fé, por meio de negociação direta, qualquer divergência/conflito de interesse que venha a surgir em decorrência do presente CONTRATO.
- 74.2. Na ocorrência de divergências/conflito de interesse nos termos desta Cláusula 74, a PARTE interessada notificará por escrito a outra PARTE, apresentando todas as suas alegações acerca da divergência/conflito de interesse, devendo também ser acompanhada de uma sugestão para a solução e/ou elucidação da divergência/conflito de interesse.
- 74.2.1. Após o recebimento da notificação, a PARTE notificada terá um prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação, para responder se concorda com a solução proposta.
- 74.2.2. Caso a PARTE notificada concorde com a solução apresentada, as PARTES darão por encerrado a divergência/conflito de interesse e tomarão as medidas necessárias para implementar o que foi acordado.
- 74.2.3. Caso não concorde, a PARTE notificada, no mesmo prazo acima estipulado, deverá apresentar à PARTE interessada os motivos pelos quais discorda da solução apresentada, devendo, nessa hipótese, apresentar uma solução alternativa para o caso.
- 74.3. No caso de discordância da solução alternativa proposta pela PARTE notificada, poderá ser constituída JUNTA TÉCNICA para a solução de eventuais



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

divergências/conflito de interesse de natureza técnica, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a fim de debater e solucionar a divergência/conflito de interesse em causa.

- 74.4. A convocação da JUNTA TÉCNICA é uma faculdade das PARTES, razão pela qual somente será constituída mediante concordância prévia de ambas as PARTES.
- 74.5. A constituição da JUNTA TÉCNICA não é condição prévia necessária para encaminhamento de conflitos/divergências à Arbitragem ou ao Poder Judiciário.
- 74.6. A adoção dos procedimentos indicados na Cláusula 74.2, ou eventual discordância acerca do exercício da faculdade apontada na Cláusula 74.4, não exonera as PARTES de dar seguimento e cumprimento às suas obrigações contratuais, sendo dever das PARTES assegurar a continuidade da execução das ATIVIDADES e o cumprimento de eventuais cronogramas de obras.
- 74.7. Se constituída, a JUNTA TÉCNICA será competente para emitir relatórios técnicos fundamentados sobre as questões que lhe forem submetidas pelo PODER CONCEDENTE ou pela CONCESSIONÁRIA, relativamente a divergência/conflito de interesse que venham a surgir quanto aos aspectos de natureza estritamente técnica.
- 74.7.1. Os membros da JUNTA TÉCNICA serão designados da seguinte forma:
- (i) Um membro efetivo e o respectivo suplente, pelo PODER CONCEDENTE;
 - (ii) Um membro efetivo e o respectivo suplente, pela CONCESSIONÁRIA; e
 - (iii) Um membro efetivo, que será o presidente da JUNTA TÉCNICA, escolhido em comum acordo entre as PARTES, devendo recair sobre profissional independente e de conhecimento reconhecido no assunto.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 74.7.2. Cada uma das PARTES arcará com as despesas de seus representantes/membros e os honorários do presidente da JUNTA TÉCNICA serão divididos igualmente entre as PARTES.
- 74.8. Os membros da JUNTA TÉCNICA não poderão estar enquadrados em situações de impedimento e suspeição impostas aos juízes, previstas no Código de Processo Civil, bem como deverão proceder com imparcialidade, independência, competência e discrição.
- 74.9. Uma vez deliberada a constituição da JUNTA TÉCNICA, o procedimento para solução de divergências/conflito de interesse iniciar-se-á mediante a comunicação, pela PARTE que solicitar a instauração da JUNTA TÉCNICA, à outra PARTE, fornecendo cópia de todos os documentos relacionados ao objeto da divergência/conflito de interesse.
- 74.9.1. No prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação referida na Cláusula 74.9, ambas as PARTES apresentarão as suas alegações relativamente à questão formulada, encaminhando à JUNTA TÉCNICA cópia de todos os elementos pertinentes.
- 74.9.2. O relatório conclusivo da JUNTA TÉCNICA será emitido em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento, pela JUNTA TÉCNICA, das alegações apresentadas pelas PARTES, se outro prazo não for estabelecido pelas PARTES de comum acordo, e aceito pela JUNTA TÉCNICA.
- 74.10. Os relatórios conclusivos da JUNTA TÉCNICA serão considerados aprovados se contarem com o voto favorável de, pelo menos, 2 (dois) de seus membros, e apresentarem proposta de solução das divergências/conflitos que forem submetidos à JUNTA TÉCNICA.
- 74.10.1. Os relatórios técnicos exarados pela JUNTA TÉCNICA possuem natureza opinativa e constituirão referência para as atividades, métodos e procedimentos a



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

serem empregados pelas PARTES para tentativa de solução das divergências/conflitos que forem submetidas à JUNTA TÉCNICA.

74.10.2. Caso aceita pelas PARTES, a solução amigável proposta pela JUNTA TÉCNICA será considerada para o CONTRATO, por meio de termo circunstanciado, e valerá como instrumento do CONTRATO, ou outra forma que as PARTES decidirem.

74.10.3. Caso a divergência não seja resolvida pela JUNTA TÉCNICA, ou a solução proposta pela JUNTA TÉCNICA não seja aceita por qualquer uma das PARTES, a resolução da divergência/conflito de interesse poderá ser encaminhada para Arbitragem ou ao Poder Judiciário, nos termos da Cláusula 75 e da Cláusula 76, respectivamente.

74.11. A submissão de qualquer questão à JUNTA TÉCNICA não exonera as PARTES de dar integral cumprimento às suas obrigações contratuais, incluindo as emitidas após a apresentação da questão, nem permite qualquer interrupção no desenvolvimento das ATIVIDADES relacionadas com a CONCESSÃO.

74.11.1. Somente se admitirá, em caráter excepcional, a paralisação das ATIVIDADES relacionadas com a CONCESSÃO, após a anuência do PODER CONCEDENTE, quando o objeto da divergência/conflito de interesse que for submetida à JUNTA TÉCNICA implicar riscos à segurança de pessoas e/ou do empreendimento.

74.12. A autocomposição do conflito ainda poderá ocorrer perante câmara de prevenção e resolução administrativa de conflitos, ou por mediação, nos termos da Lei n. 13.140/15.

Cláusula 75.ARBITRAGEM



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 75.1. As PARTES se comprometem a buscar solução amigável para qualquer controvérsia surgida ao longo da execução deste CONTRATO. Em caso de controvérsia não solucionada pelos modos amigáveis de solução de divergências contratuais especificados na Cláusula 74, representantes das PARTES se reunirão, dentro de 10 (dez) dias úteis contados da notificação de qualquer uma das PARTES à outra, estabelecendo a controvérsia, com vistas a solucioná-la. Caso a reunião não ocorra, ou as PARTES não cheguem a um consenso em até 10 (dez) dias úteis após a realização da reunião, qualquer uma delas poderá solicitar a formação de um TRIBUNAL ARBITRAL, caso a controvérsia verse sobre alguma das matérias especificadas na Cláusula 75.2.
- 75.2. As PARTES acordam que somente poderão ser submetidas à arbitragem as controvérsias em virtude de:
- (i) solicitação realizada pelo PODER CONCEDENTE de emprego de nova tecnologia ou nova técnica nas ATIVIDADES objeto do CONTRATO;
 - (ii) exploração das RECEITAS ACESSÓRIAS;
 - (iii) mora do PODER CONCEDENTE, ou discordância entre as PARTES quanto às decisões adotadas pelo PODER CONCEDENTE, ao final dos procedimentos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO ou de inserção de INVESTIMENTOS ADICIONAIS;
 - (iv) questões relacionadas à REVISÃO ORDINÁRIA; e
 - (v) cálculo e aplicação dos reajustes;
- 75.3. As PARTES poderão, ainda, submeter à arbitragem, de comum acordo, outras controvérsias relativas a direitos patrimoniais disponíveis, relacionadas com a interpretação ou execução deste CONTRATO, delimitando claramente o seu objeto no compromisso arbitral.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 75.4. A instauração do procedimento arbitral não desonera as PARTES de cumprirem suas obrigações contratuais.
- 75.5. Caberá ao PODER CONCEDENTE indicar, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da controvérsia por qualquer das PARTES, via comunicação formal à outra PARTE, uma Câmara de Arbitragem, regularmente constituída e atuante no Brasil.
- 75.5.1. A Câmara Arbitral a ser indicada pelo PODER CONCEDENTE deverá ser instituição de notório reconhecimento, preferencialmente com regulamento adaptado às arbitragens estatais, e que possuam profissionais com experiência na matéria em litígio.
- 75.5.2. O procedimento arbitral observará o Regulamento da Câmara de Arbitragem adotada, bem como o disposto na Lei Federal n.º 9.307/1996 e subsequentes alterações, assim como com as disposições constantes deste CONTRATO. Caso o PODER CONCEDENTE não indique a Câmara de Arbitragem no prazo acima indicado, caberá à CONCESSIONÁRIA fazê-lo, em igual prazo.
- 75.5.3. O PODER CONCEDENTE poderá regulamentar o credenciamento de câmaras arbitrais para a solução das controvérsias decorrentes da execução do CONTRATO, observados os requisitos previstos na Cláusula 75.5.1.
- 75.6. O TRIBUNAL ARBITRAL será composto de 03 (três) árbitros, sendo que a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE poderão indicar 01 (um) árbitro cada, os quais, conjuntamente, indicarão o terceiro árbitro, que atuará como presidente do TRIBUNAL ARBITRAL.
- 75.6.1. Os árbitros indicados pelas PARTES devem ser, cumulativamente, profissionais vinculados a instituições especializadas em arbitragem e possuir comprovada experiência na questão que será discutida no processo arbitral.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 75.7. Caso os árbitros nomeados pelas PARTES não cheguem a uma decisão consensual sobre o nome do terceiro árbitro, este será nomeado de acordo com o Regulamento da Câmara de Arbitragem adotada, preferencialmente com base nos mesmos critérios indicados na cláusula 75.6.1, cabendo às PARTES tomar todas as medidas cabíveis para a implementação de tal nomeação.
- 75.8. O TRIBUNAL ARBITRAL será instalado na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, podendo se reunir em qualquer localidade, conquanto notificadas as PARTES.
- 75.9. A arbitragem será realizada em língua portuguesa, de acordo com as leis de direito material do Brasil.
- 75.9.1. Poderão ser utilizados documentos técnicos redigidos em outros idiomas, com tradução apenas em caso de discordância das PARTES quanto ao seu significado.
- 75.9.2. Por solicitação da CONCESSIONÁRIA e mediante o consentimento do PODER CONCEDENTE, a arbitragem poderá ser parcialmente bilíngue, sendo as decisões produzidas em versões em português e em inglês ou outra língua estrangeira.
- 75.9.3. Caso a arbitragem seja parcialmente bilíngue, a CONCESSIONÁRIA deverá arcar com as despesas relacionadas à tradução dos documentos, mesmo quando os materiais traduzidos sejam decorrentes de atos realizados pelo PODER CONCEDENTE, e estes custos não comporão os custos e despesas processuais para fins de sucumbência.
- 75.9.4. Havendo divergências entre o conteúdo das decisões ou dos documentos nas versões em língua portuguesa e em língua estrangeira prevalecerá o conteúdo das versões confeccionadas em língua portuguesa.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 75.10. O TRIBUNAL ARBITRAL não poderá se valer de equidade em suas decisões relacionadas a este CONTRATO.
- 75.11. A responsabilidade pelo pagamento dos custos do procedimento, incluindo os honorários dos árbitros, serão objeto de definição pelo TRIBUNAL ARBITRAL, de acordo com o resultado da decisão arbitral, excluídos apenas eventuais honorários advocatícios contratuais, que serão arcados pelas próprias PARTES que os contrataram.
- 75.11.1. As custas serão adiantadas pela PARTE que suscitar a instauração do procedimento arbitral.
- 75.12. Caso uma das PARTES se recuse a tomar as providências cabíveis para que o procedimento arbitral tenha início, a PARTE que tiver requisitado a instauração da arbitragem poderá recorrer a uma das Varas da Comarca de São Paulo, no Estado de São Paulo, para obter as medidas judiciais cabíveis, com fundamento no artigo 7º, da Lei Federal nº 9.307/1996 e subsequentes alterações.
- 75.13. A sentença será considerada como decisão final em relação à controvérsia entre as PARTES, irrecorrível e vinculante entre elas, ressalvados os recursos previstos em lei.
- 75.14. Os autos do processo arbitral serão públicos, ressalvadas as hipóteses de sigilo decorrentes da lei, de segredo de justiça, de segredo industrial ou quando imprescindível à segurança da sociedade e do ESTADO.
- 75.15. A instauração do procedimento arbitral não desonera as PARTES de cumprirem suas obrigações contratuais, incluindo as emitidas após a apresentação da questão, nem permite qualquer interrupção no desenvolvimento das ATIVIDADES relacionadas com a CONCESSÃO.
- 75.16. Qualquer das PARTES poderá recorrer às Varas da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir qualquer controvérsia não sujeita à arbitragem, bem como obter



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

(a) medida cautelar porventura necessária antes da formação do TRIBUNAL ARBITRAL; ou (b) promover a execução de medida cautelar, decisão liminar ou da sentença proferida pelo TRIBUNAL ARBITRAL.

75.17. As PARTES reconhecem que as decisões proferidas pelo TRIBUNAL ARBITRAL poderão ser regularmente executadas no Brasil, seguindo o procedimento para execução contra a Fazenda Pública, não dispondo o PODER CONCEDENTE de qualquer imunidade soberana que iniba a execução.

Cláusula 76.FORO

76.1. Será competente o Foro da Comarca de São Paulo, no ESTADO, para dirimir qualquer controvérsia sobre direitos manifestamente indisponíveis, ou aqueles não passíveis de sujeição à arbitragem, nos termos deste CONTRATO.



CAPÍTULO XX. DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Cláusula 77. COMUNICAÇÕES

77.1. Todas as comunicações recíprocas, relativas ao CONTRATO, serão consideradas como efetuadas, se entregues por correspondência endereçada como segue:

(i) PODER CONCEDENTE:

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS – STM

Rua Boa Vista, 175, Bloco A, Centro – São Paulo – SP – CEP 01014-001

(ii) CONCESSIONÁRIA:

77.2. A entrega de qualquer correspondência, inclusive a que encaminha documentos, será feita por portador, com protocolo de recebimento, ou por correspondência com Aviso de Recebimento – AR ou mensagem eletrônica com registro de recebimento. Em qualquer dos casos, deverá sempre constar o número do CONTRATO, o assunto, a data de recebimento e o nome do remetente.

77.3. O PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA deverão no prazo de 15 (quinze) dias, contados da DATA DE ASSINATURA, apresentar por escrito, os nomes e cargos dos respectivos empregados ou representantes designados para serem responsáveis pela gestão do CONTRATO, nos aspectos técnicos e nos aspectos administrativos e recebimento das correspondências aqui previstas.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Cláusula 78. CONTAGEM DE PRAZOS

- 78.1. Os prazos estabelecidos em dias, neste CONTRATO, contar-se-ão em dias corridos, salvo se estiver expressamente feita referência em dias úteis.
- 78.2. A contagem dos prazos iniciar-se-á no primeiro dia útil subsequente ao fato gerador da contagem do prazo.
- 78.3. Quando os prazos se encerrarem em finais de semana, feriados ou dias em que não houver expediente na administração pública do ESTADO, o prazo será automaticamente postergado para o primeiro dia útil subsequente.

Cláusula 79. EXERCÍCIO DE DIREITOS

- 79.1. O não exercício, ou o exercício tardio ou parcial, de qualquer direito que assista a qualquer das PARTES por este CONTRATO, não importa na sua renúncia, nem impede o seu exercício posterior, nem constitui novação da respectiva obrigação.

Cláusula 80. INVALIDADE PARCIAL

- 80.1. Se qualquer das disposições deste CONTRATO for declarada nula ou inválida, essa declaração não afetará a validade das demais disposições contratuais, que se manterão em pleno vigor.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Contrato STM nº __/2018

ANEXO 01

DIRETRIZES BÁSICAS E
REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS
PARA IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E
EXPLORAÇÃO DAS OBRAS OBJETO
DA LICITAÇÃO



1. OBJETIVOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A concepção do projeto de concessão do Parque Capivari tem como referência as diretrizes fundamentais da administração pública estadual, buscando a promoção do desenvolvimento humano com qualidade de vida; a indução do desenvolvimento econômico e turístico comprometido com as futuras gerações; a integração do desenvolvimento regional e metropolitano e a criação de valor público pela excelência da gestão.

Neste contexto, o projeto visa otimizar e potencializar o uso do referido local, com vistas a:

- Promover as atividades turísticas na cidade de Campos do Jordão, na região metropolitana do Vale do Paraíba e no Estado de São Paulo, com a decorrente geração de emprego e renda para a população;
- Preservar a função de promotor de lazer e cultura agregando equipamentos capazes de atrair o turismo de entretenimento e a difusão da cultura através de eventos na área destinada para esse fim (palco multi-uso);
- Suprir a demanda por espaços físicos de lazer e cultura em um município cuja essência e atividade principal é o turismo.

O panorama das diretrizes governamentais se complementa com o formato para implementação de políticas públicas, por intermédio da participação do setor privado, propiciando oportunidades para investimentos com potencial para atrair recursos para a promoção do desenvolvimento do Estado.

2. DIRETRIZES GERAIS DO PROJETO

Os elementos de projeto foram definidos observando-se as necessidades atuais da EFCJ e nas diretrizes constantes do edital de chamamento público nº 003/2017, resumindo-se nos seguintes aspectos.

- Reurbanização do Parque Capivari, com a necessária reconstrução de acessos, áreas comerciais e administrativas, sanitários e estacionamentos, além de implantação de palco multiuso, recomposição de áreas verdes, recuperação de bens imóveis de propriedade da EFCJ intimamente ligados ao entorno da área do Parque Capivari, elaboração de novos passeios de circulação na área interna e requalificação da estrutura básica do pedalinho já existente;
- Implantação de um novo e moderno teleférico, em substituição ao atual;



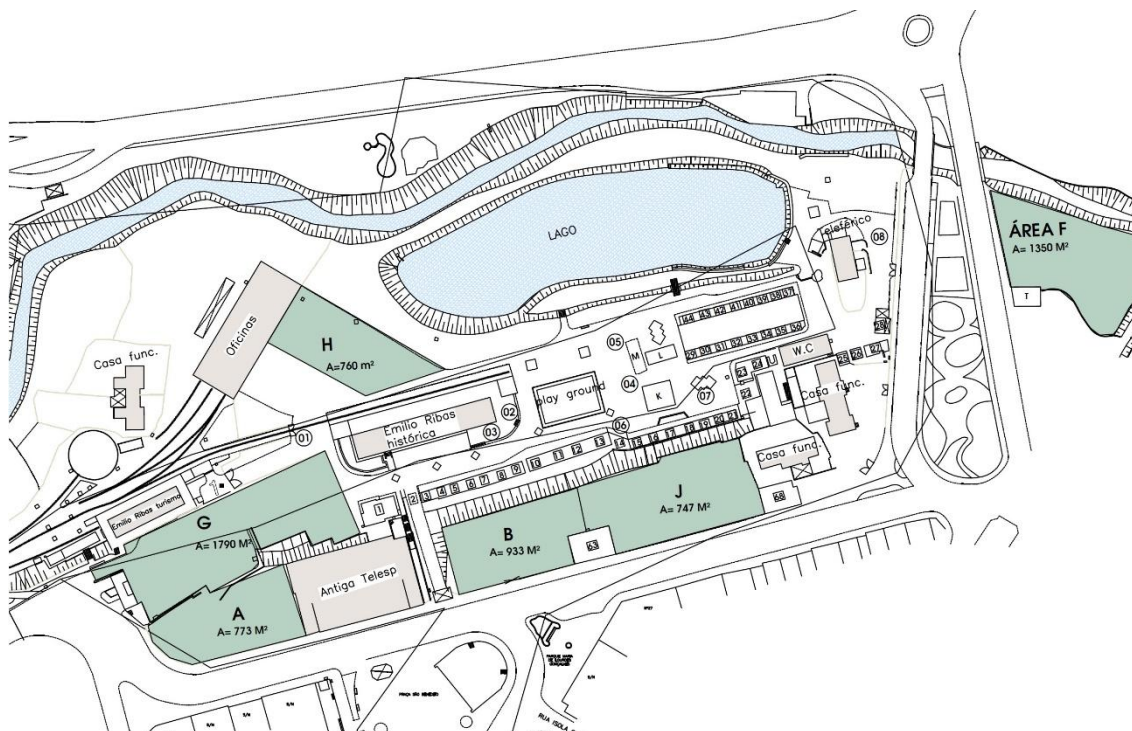
SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- Implantação de um novo equipamento de lazer denominado “Trenó sobre Trilhos”, sob a área dos cabos do teleférico. Trata-se de um tipo de “Montanha Russa” ou “Tobogã” que corre rente ao solo, entre o topo Morro do Elefante e o Parque Capivari. O equipamento consiste em vias de trilhos, armados em aclives e declives sucessivos, através dos quais circula uma espécie de veículo composto de pequenos compartimentos abertos com barras de ferro e bancos nos quais as pessoas se sentam;
- Reurbanização do Morro do Elefante, com a implantação de novo terminal de teleférico, novas áreas comerciais, sanitários e novo mirante;
- Reforma e implantação de estacionamentos;
- Implantação de melhorias nos bens integrantes da concessão, visando a manter seus níveis de qualidade, a cumprir os indicadores de desempenho, e a garantir sua permanente atualidade e modernidade;
- Realização de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, assim considerados aqueles necessários à garantia de funcionalidade, de qualidade, de segurança e de expansão da INFRAESTRUTURA associada ao objeto da CONCESSÃO, essenciais à própria natureza do CONTRATO;
- Exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS, na forma e nas condições previstas no CONTRATO.

A imagem reproduzida abaixo apresenta de forma esquemática as áreas existentes do Parque Capivari.

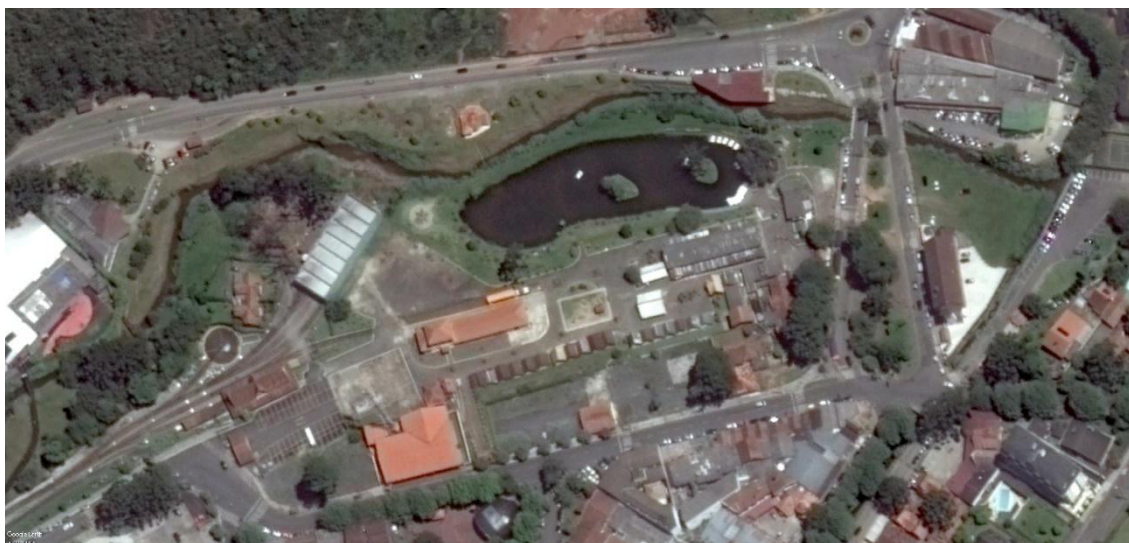


Figura 1: Imagem esquemática dos elementos da Praça Capivari



A imagem aérea abaixo demonstra que o Parque Capivari é composto por parcela significativa coberta por pavimentação (seja pavimento flexível ou concreto), possuindo áreas com vegetação rasteira (ao redor do lago, nas margens do córrego e na área F).

Figura 2: Imagem aérea dos elementos da Praça Capivari





SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

O Parque Capivari é composto também pela faixa do Morro do Elefante por onde passam os cabos do teleférico e também pela área, no topo do morro, onde há o desembarque/embarque dos usuários do teleférico.

A imagem abaixo apresenta a visão geral da área destacando-se, de forma esquemática, o eixo do teleférico e a área no topo do Morro do Elefante.

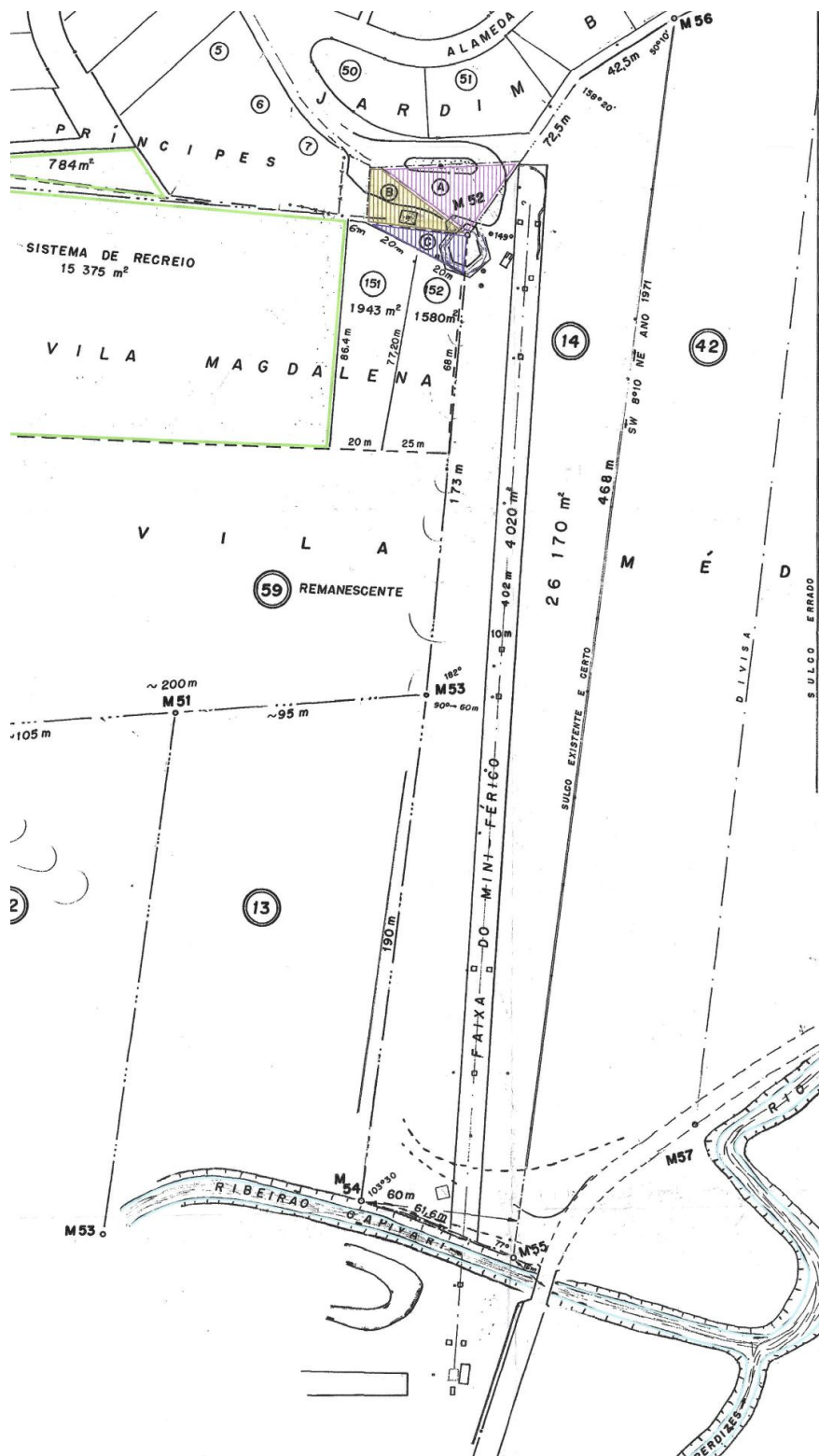
Figura 3: Destaque da faixa do teleférico





SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Figura 4: Planta com a delimitação da faixa





3. ÁREA DA CONCESSÃO

A área integrante do projeto de concessão do Parque Capivari está delimitada no desenho 01/06 – Implantação Geral – Anexo 03 – Elementos de Projetos das Obras, sendo composta por:

- Área no topo do morro do elefante, pertencente ao município de Campos do Jordão, que será integrado à CONCESSÃO através de concessão de direito real de uso da área, a ser firmada entre o município e o Estado de São Paulo, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3880, de 28-11-17.
- Faixa sob a linha do teleférico atual, conforme figura 4, constante do item anterior.
- Área localizada na Avenida Doutor Emílio Lang (Área F da Figura 1).
- Toda a área no Parque Capivari, com exceção das seguintes instalações, tudo conforme figuras 1 e 4:
 - Prédio da área de manutenção da Estrada de Ferro Campos do Jordão - EFCJ (Oficina);
 - Estação Emílio Ribas da EFCJ (Estação);
 - Centro de Memória Ferroviária (museu);
 - Linha Férrea ao lado da Estação Emílio Ribas da EFCJ e do Centro de Memória Ferroviária (Museu), incluindo faixa de 2,00 metros, contados do eixo da via permanente existente, para futura duplicação;
 - Casa de funcionário ao lado da Oficina e do girador de trens;
 - Antiga Telesp.

O ribeirão existente que margeia o Parque Capivari não integra a CONCESSÃO, sendo o limite da área a margem que exclui o corpo d'água da área concedida.

Ao redor da atual Estação e da antiga Estação (atual Centro de Memória Ferroviária - museu) o limite da área da CONCESSÃO é a calçada existente em seu entorno, sendo essa calçada excluída da área da CONCESSÃO. Ao



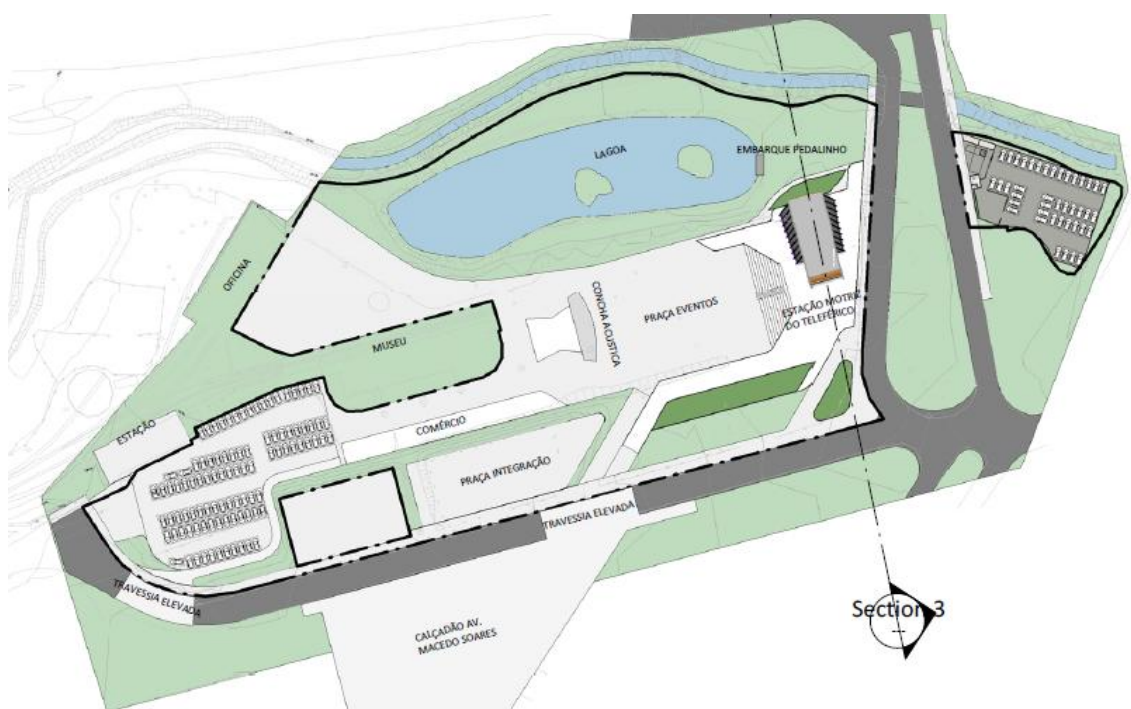
redor do prédio de manutenção o limite da área da CONCESSÃO é a parede da edificação.

Entre o prédio da Estação da EFCJ e o prédio do Centro de Memória Ferroviária (museu) o limite da área da concessão é delimitado por uma linha imaginária paralela à via permanente, distante 2 metros da mesma (em direção ao estacionamento).

O fechamento da área da CONCESSÃO (entre o prédio da manutenção e o Centro de Memória Ferroviária - museu) é obtido através da linha imaginária, com extensão de 2,00 metros, partindo do vértice da edificação (no mesmo azimute da parede de maior extensão da construção). Em seguida a linha imaginária faz um ângulo de 90º no sentido do Centro de Memória Ferroviária até encontrar o limite definido na linha férrea (2,00 metros do eixo da via).

O fechamento da área da CONCESSÃO (nas imediações do prédio de manutenção) é obtido através da linha imaginária partindo do vértice da edificação até encontrar a margem do córrego. A linha imaginária deverá seguir o azimute da parede de maior extensão.

Figura 5: Delimitação da área a ser concedida





4. ORDENAMENTO TURÍSTICO E CONTROLE DE VISITAÇÃO

O Parque Capivari é composto por uma praça localizada na área de intenso turismo da cidade, de forma que o conceito do projeto desenvolvido é o de manter a praça aberta para o fluxo de usuários sem a colocação de bloqueios para a entrada das pessoas.

O objetivo de manter o Parque Capivari sem grades ou controles de entrada é o de propiciar uma melhor integração do Parque com a cidade de Campos de Jordão, tanto no aspecto visual quanto na sua vertente de uso contínuo.

Apesar de não haver controle de entrada (catracas ou portarias) ao redor do Parque, a observação e a gestão dos visitantes (por questões de segurança e ordenamento do parque) será realizado através de um sistema de segurança (que deverá ser composto por câmeras, devendo ser instalado no mínimo uma câmera por equipamento), por meio do qual será possível identificar aglomerações que necessitem da intervenção (dos mais variados tipos) da equipe do Parque.

Na área da concessão, além do Parque propriamente dito, serão implantados diversos equipamentos adicionais, tais como: sistema teleférico (bondinho), estacionamentos, locais de venda de alimentos, lojas e palco multi-uso (concha acústica).

Apesar da inexistência de equipamentos físicos de controle de usuários, o sistema de monitoramento e segurança deverá, juntamente com sistemas computacionais, estimar a quantidade de usuários no Parque, de tal forma a permitir um constante aprimoramento das atividades administrativas e de gestão da Concessão.

A equipe de monitoramento do Parque deverá fazer o acompanhamento constante do fluxo de visitantes de forma a coordenar as ações da equipe de auxílio aos usuários.

5. SISTEMA DE CONTROLE E GESTÃO

Visando assegurar o adequado acompanhamento e fiscalização da Concessão, por parte do Poder Concedente, a concessionária deverá implantar, operar e manter, ao longo de todo o período da Concessão, um Sistema de Controle e Gestão – SCG, responsável pela gestão, registro e controle de todas as transações e ocorrências relacionadas aos serviços concessionados, incluindo:



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- Controle de acesso de usuários e visitantes, assegurando a contagem física dos ingressos e utilização de:
 - equipamentos de lazer – teleférico, Trenó sobre Trilhos e Pedalinho;
 - estacionamento;
 - demais áreas pagas;
 - outros equipamentos que venha a ser instalados durante o prazo da concessão.
- Controle dos valores arrecadados pela Concessionária por meio da cobrança de tarifas dos usuários e visitantes, independentemente da forma de pagamento, em decorrência da exploração da infraestrutura a ser implantada pela Concessionária, bem como pela utilização:
 - Dos equipamentos de lazer;
 - De estacionamento;
 - De outros equipamentos que venha a ser instalados durante o prazo da concessão.
- Controle das Receitas obtidas pela Concessionária, direta ou indiretamente, decorrentes dos contratos de exploração de:
 - Aluguel e locação de áreas comerciais;
 - Publicidade;
 - Outras receitas acessórias.
- Elaboração e remessa em periodicidade a ser definida pelo Poder Concedente, de relatórios detalhados relativos à operação do Complexo Turístico, de maneira a propiciar o acompanhamento e fiscalização do Poder Concedente, em que conste a descrição de todos os eventos relativos à arrecadação e da distribuição das receitas.

O Sistema de Controle e Gestão – SCG deverá ser submetido à apreciação do Poder Concedente em até 30 (trinta) dias do início da vigência da Concessão, sendo obrigatória a sua instalação e operação plena em até 30 (trinta) dias após a respectiva aprovação ou necessariamente antes do início do



recebimento de qualquer tipo de tarifa por parte da Concessionária, o que acontecer primeiro.

Durante o período da concessão, as eventuais atualizações/modificações do SCG deverão ser devidamente submetidas à anuência do Poder Concedente para sua implantação.

6. SISTEMA DE BONDES AÉREOS - TELEFÉRICO

O teleférico atual deverá ser substituído, sendo implantado um novo sistema de Bondinhos Aéreos. Este novo sistema deve ampliar a capacidade de transporte, oferecendo uma oferta mínima de lugares de 400 passageiros/hora e utilizando-se de cabines fechadas e não mais cadeiras, de forma a propiciar maior conforto, segurança e regularidade aos serviços prestados aos usuários, mesmo em dias frios e chuvosos.

O novo equipamento teleférico deverá ser implantado no mesmo trajeto do teleférico existente, podendo haver alteração na localização das torres e das estações de embarque e desembarque, desde que o eixo de operação não seja alterado em virtude da faixa (morro do elefante) pertencente ao Estado de São Paulo.

O teleférico deverá possuir tração elétrica e motores auxiliares, a serem utilizados somente em caso de contingência, movidos a gasolina ou diesel. O equipamento necessariamente deverá ser novo, encomendado e projetado de acordo com as dimensões e extensão da via. Não se aceitará em hipótese alguma a utilização de equipamento usado. A comprovação deverá ser através de nota fiscal do fabricante, atestando ser o equipamento “zero quilometro”. O equipamento poderá ser do tipo “vai e vem”, com paradas para embarque e desembarque, ou gôndolas destacáveis com embarque em movimento.

A operação deverá contar com auxiliares de estação, para o embarque e desembarque de passageiros; operador do teleférico; bilheteiros em número suficiente para não criar filas ou tempo de espera; técnico mecânico e técnico eletricitista para a manutenção e demais empregados necessários à perfeita operação do sistema.

A Proponente deverá apresentar ao Poder Concedente para sua aprovação, como requisito para o início da implantação do novo teleférico, nos termos do Contrato o sistema (lógico, humano, metodológico, software, processos) a ser



utilizado para uso do novo equipamento; descrição e especificação técnica e operacional dos equipamentos e sistemas componentes do novo Teleférico a ser instalado; descrição do plano de desativação e destinação final do equipamento atualmente instalado e de substituição pelo novo equipamento; descrição do plano operacional; descrição do plano de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e sistemas componentes do novo Teleférico; descrição do modelo de controle físico da forma de utilização; a periodicidade para execução do monitoramento da efetividade do sistema de controle; descrição da forma de apresentação dos resultados do monitoramento e controle da visitação e utilização.

6.1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO TELEFÉRICO

O novo teleférico deverá ser implantado no mesmo eixo do teleférico atual, ou seja, no trajeto ao longo do Morro do Elefante. A posição das estações de embarque e desembarque podem ser alteradas, assim como a posição das torres de sustentação da rede de cabos, desde que seja mantido o eixo de transporte do equipamento.

A seguir são apresentadas as características técnicas gerais e mínimas dos equipamentos:

- Percurso: cerca de 465m com desnível aproximado de 125m, sendo composto de:
 - Estação com acionamento: Base;
 - Estação tracionadora: Base;
 - Estação de retorno: Topo.
- Capacidade de transporte mínima: 400 passageiros por hora;
- Número de cabines inicial: 8 veículos;
- Velocidade: de 4,0m/s a 5,0m/s.
- O equipamento deve ser implantado com o uso de cabines fechadas, substituindo o equipamento atual que utiliza cadeiras abertas.
- A tecnologia empregada poderá ser a de teleférico circular de cabines desengatáveis ou a de teleférico com garras fixas;



- O novo equipamento deverá ser implantado com um Controle Eletrônico e um Sistema de Segurança, da seguinte forma:
 - O Controle Eletrônico deverá ser projetado para operar com velocidade totalmente variável;
 - O Sistema de Segurança deverá controlar todas as funções nos terminais e na linha, interrompendo o sistema imediatamente em caso de funcionamento defeituoso. O sistema deverá identificar a falha e sua localização para o imediato reparo por parte do operador.
- Deverá ser prevista a aquisição de um conjunto de ferramentas e peças sobressalentes para a realização dos procedimentos normais de obras e de manutenção. Além disso, deve ser previsto a existência de uma plataforma de manutenção, que também pode ser usada para carga.

Além da normativa brasileira de teleféricos (ABNT), o equipamento oferecido deverá obrigatoriamente atender às normas europeias ou americanas para a operação desse tipo de serviço, conforme rol exemplificativo abaixo:

a.) Normas ABNT/NBR de aplicação obrigatória (devem ser consideradas apenas aquelas aplicáveis para teleféricos de cabines desengatáveis):

- - ABNT NBR 16103;
- - ABNT NBR 16333;
- - ABNT NBR 16334;
- - ABNT NBR 16335;

b.) Diretiva 2000/9/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 20 de março de 2000, para transporte de pessoas por cabo)

c.) Normas seguintes de aplicação obrigatória, sempre que aplicáveis a sistemas de teleféricos circulares de cabine desengatável. Devem ser tomadas sempre as últimas atualizações disponíveis para cada norma.

- EN 1709 "Safety requirements for cableway installations designed to carry persons: Precommissioning inspection, maintenance, operational inspection and checks"



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- EN 1908 "Safety requirements for cableway installations designed to carry persons: Tensioning devices"
- EN 1909 "Safety requirements for cableway installations designed to carry persons: Recovery and evacuation"
- EN 12385-8 Steel wire ropes - Safety - Part 8: Stranded hauling and carryinghauling ropes for cableway installations designed to carry persons
- EN 12385-9 Steel wire ropes - Safety - Part 9: Locked coil carrying ropes for cableway installations designed to carry persons
- EN 12397 "Safety requirements for cableway installations designed to carry persons: Operation"
- EN 12927-1 "Safety requirements for cableway installations designed to carry persons: Ropes: Part 1: Selection criteria for ropes and their end fixings"
- EN 12927-2 "Safety requirements for cableway installations designed to carry persons: Ropes: Part 2: Safety factors"
- EN 12927-3 "Safety requirements for cableway installations designed to carry persons: Ropes: Part 3: Long splicing of 6 strand hauling, carrying hauling and towing ropes"
- EN 12927-4 "Safety requirements for cableway installations designed to carry persons: Ropes: Part 4: End fixings"
- EN 12927-5 "Safety requirements for cableway installations designed to carry persons: Ropes: Part 5: Storage, transportation, installation and tensioning"
- EN 12927-6 "Safety requirements for cableway installations designed to carry persons: Ropes: Part 6: Discard criteria"
- EN 12927-7 "Safety requirements for cableway installations designed to carry persons: Ropes: Part 7: Inspection, repair and maintenance"
- EN 12927-8 "Safety requirements for cableway installations designed to carry persons: Ropes: Part 8: magnetic rope testing (MRT)"
- EN 12929-1 "Safety requirements for cableway installations designed to carry persons: General requirements: Part 1: Requirements for all installations"



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- EN 12929-2 "Safety requirements for cableway installations designed to carry persons: General requirements: Part 2: Additional requirements for reversible bicable aerial ropeways without carrier truck brakes"
- EN 12930 "Safety requirements for cableway installations designed to carry persons: Calculations"
- EN 13107 "Safety requirements for cableway installations designed to carry persons: Civil engineering works"
- EN 13223 "Safety requirements for cableway installations designed to carry persons: Drive systems and other mechanical equipment"
- EN 13243 "Safety requirements for cableway installations designed to carry persons - Electrical equipment other than for drive systems"
- EN 13796-1 "Safety requirements for cableway installations designed to carry persons: Carriers: Part 1: Grips, carrier trucks, on-board brakes, cabins, chairs, - carriages, maintenance carriers, tow-hangers"
- EN 13796-2 "Safety requirements for cableway installations designed to carry persons: Carriers: Part 2: Slipping resistance test for grips"
- EN 13796-3 "Safety requirements for cableway installations designed to carry persons: Carriers: Part 3: Fatigue tests"
- EN 1907 "Safety requirements for cableway installations designed to carry persons: Terminology"
- EN 12408 "Safety requirements for cableway installations designed to carry persons: Quality control"
- CEN TR 14819-1 "Safety recommendations for cableway installations designed to carry persons: Prevention and fight against fire: Part 1: Funicular railways in tunnels"
- CEN TR 14819-2 "Safety recommendations for cableway installations designed to carry persons: Prevention and fight against fire: Part 2: Other funicular railways and - other installations"
- EN 15700 "Safety for conveyor belts for winter sport or leisure use."



6.2. PLANO BÁSICO DE DESATIVAÇÃO, OPERACIONAL E DE MANUTENÇÃO DO TELEFÉRICO

Todos os planos abaixo são meramente indicativos, cabendo à futura Concessionária apresentá-los nos termos e prazos previstos no Contrato, para não objeção do Poder Concedente, respeitadas as diretrizes e prazos previstos no Edital, nos Anexos e na Minuta Contratual.

6.2.1. PLANO BÁSICO DE DESATIVAÇÃO DO EQUIPAMENTO ATUAL E SUA SUBSTITUIÇÃO

O projeto deverá prever que o atual equipamento seja desativado para que o novo teleférico possa ser implantado, no mesmo trajeto.

O processo iniciar-se-á com o desligamento de toda energia que opera no sistema motriz atual. Deverão ser retirados todos os equipamentos eletrônicos e os cabos de comunicação bem como as iluminações da linha.

Quando da retirada do sistema motriz deverão ser realizados os procedimentos necessários para garantir toda a segurança do processo. A responsabilidade do desmonte e da destinação final dos materiais e equipamentos (incluindo as torres) será da concessionária.

Posteriormente inicia-se a retirada das cadeiras do cabo de aço. Toda a rede elétrica que passa sob a linha do cabo (teleférico) deverá ser isolada ou desenergizada temporariamente neste processo.

Em seguida se inicia a retirada das torres metálicas com os balancins e polias. Em paralelo poderão ser desmontadas as estações e demolidas as alvenarias e concreto das estações.

6.2.2. PLANO OPERACIONAL

Acionamento Principal:

Através da rede elétrica ou gerador o acionamento principal é movimentado por meio de um motor elétrico. O motor elétrico é ligado ao redutor de velocidade por meio de um acoplamento e esse é ligado a polia motriz.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Em caso de falta de energia utiliza-se o gerador. Quando o gerador é acionado, o sistema é utilizado apenas para a retirada das pessoas da linha. Sendo finalizada a retirada de todos os usuários, a atração deve ser encerrada até que a energia principal seja reestabelecida.

Em caso de danos no motor principal ou na caixa redutora, deverá entrar em funcionamento o acionamento de emergência, independente do sistema principal. Da mesma forma que o gerador, o sistema de emergência deverá ser utilizado até que todos os usuários sejam retirados da atração.

Acionamento de Emergência:

Este acionamento é constituído por um motor elétrico alimentado pela rede elétrica ou gerador.

Seu funcionamento é restrito apenas a um eventual dano na caixa redutora ou no motor que não possa ser reparado imediatamente. Para a movimentação se faz necessário desacoplar a polia motriz da caixa redutora.

Plano Operacional:

Antes da abertura do equipamento para os visitantes, será percorrida toda linha por funcionário técnico qualificado da concessionária, fazendo uma inspeção visual de todo trajeto. Após essa inspeção será liberado o embarque e desembarque de passageiros.

A futura Concessionária deverá indicar em seu Plano Operacional, com as devidas justificativas, a equipe de empregados necessária para a realização de uma operação segura e eficiente, de acordo com as diretrizes fixadas pelo Edital, Anexos e Minuta Contratual. De forma meramente indicativa, o Poder Concedente considerou, para a operação do teleférico, a seguinte equipe mínima na modelagem do projeto:

- 1 técnico mecânico;
- 1 técnico eletroeletrônico;
- 1 operador por estação;
- 1 embarcador por estação.

No final da operação do dia, somente após a chegada da última cabine com visitante na estação motriz será dada a ordem para o embarque dos funcionários da estação de reenvio, garantido, assim, o desembarque de todos



os passageiros. Apenas com a chegada dos funcionários na estação motriz o equipamento será desligado.

6.2.3. PLANO DE MANUTENÇÃO

A futura Concessionária deverá indicar, dentro do prazo previsto na Minuta Contratual e com as devidas justificativas, as diretrizes relativas à manutenção preventiva e corretiva do teleférico para a necessária “não objeção” do Poder Concedente, sendo os dados abaixo meramente indicativos:

Número	Parte de equip/Trabalho	Diversos	Intervalo					Comentários
			Dia	Qui	Mês	Sem	Anual	
1	<u>Cabo</u>							
1.1.	Cabo Tração							
1.1.1	Verificação visual do comprimento do cabo com 0,3m/s	Corrosão,quebra,etc			X			
1.1.2	Verificação visual do cabo com 0,3m/s	Emenda			X			
1.1.3	Verificação visual cruzada do cabo com 0,3m/s	Após aparecimento de danos			X			
1.1.4	Ensaios não destrutivos							3 anos
1.1.5	Limpeza					X		
1.1.6	Lubrificação	Conforme fornecedor do cabo				X		
1.1.7	Encurtar cabo							Se necessário
1.1.8	Substituição do cabo							Conforme norma Canada
1.2	<u>Telefone e Comunicação</u>	Conexões		X				
1.3	<u>Comunicação</u>							
1.3.1	Checagem visual	Dano de isolamento				X		Duas vezes por ano
1.3.2	Cabo aéreo 25 vias			X				
1.3.3	Substituição do cabo							Se necessário
2	<u>Tração e Frenos</u>							
2.1	<u>Motor principal</u>							
2.1.1	Parafusos de conexão						X	
2.1.2	Rolamentos				X			
2.1.3	Entrada de ar						X	Se sujo, cada mês
2.1.4	Consumo de energia				X			
2.1.5	Lubrificação						X	
2.1.6	Eixo junta universal				X			



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Número	Parte de equip/Trabalho	Diversos	Intervalo					Comentários
			Dia	Qui	Mês	Sem	Anual	
2.2	<u>Redutor</u>							Veja instrução Siemens/Flender
2.2.1	Vazamento				X			
2.2.2	Nível do óleo				X			
2.2.3	Temperatura do óleo	Máx. 80 C		X				
2.2.4	Rolamentos de rolos	temperatura, ruídos				X		
2.2.5	Pressão de óleo					X		
2.2.6	Troca de óleo						X	Troca depois de 400hrs ou 6 meses
2.2.7	Lubrificação dos rolamentos de rolos							A cada 9 meses
2.4	<u>Freio de Serviço</u>							
2.4.1	Superfície da sapata de freio/revestimento	Limpa / sem gordura(óleo,graxa)	X					Se indicação na operação
2.4.2	Desgaste da lona da sapata de freio	Espessura mínima 6mm			X			
2.4.3	Folga na sapata	1.0mm			X			
2.4.4	Testes de frenagem em plena carga	Subida / Descida					X	
2.4.5	Nível do óleo				X			
2.4.6	Filtro do óleo	Troca , Limpeza					X	
2.4.7	Pressão do sistema				X			
2.4.8	Acumulador de pressão						X	
2.4.9	Bomba Manual	Funcionar			X			
2.4.10	Vazamento				X			
2.4.11	Ajustando a força de frenagem						X	
2.4.12	Ajuste da folga de elevação					X		
2.4.13	Troca de óleo						X	1. Troca após 400hrs
2.4.14	Sangrar o sistema hidráulico						X	
2.4.15	Desmontagem da pinça							4 anos

Número	Parte de equip/Trabalho	Diversos	Intervalo					Comentários
			Dia	Qui	Mês	Sem	Anual	
2.5	<u>Freio de Emergência</u>							
2.5.1	Desgaste da lona da sapata	Espessura mínima 2mm			X			
2.5.2	Superfície da sapata de freio/revestimento	Limpa / sem gordura(óleo,graxa)	X					
2.5.3	Liberção manual				X			
2.5.4	Teste de freio a carga total	Descida					X	
2.5.5	Vazamento				X			
2.5.6	Ajuste da força de freio						X	
2.5.7	Ajuste da folga de elevação					X		
2.5.8	Lubrificação dos eixos					X		
2.5.9	Desmontagem completa					X		4 anos
2.6	<u>Acoplamento da corrente principal</u>							
2.6.1	Condição, tolerância	Lubrificar para evitar corrosão			X			Em caso de defeito
2.6.2	Substituição							
2.7	<u>Polia de tração Motriz</u>							
2.7.1	Sulco (caminho)	Desgaste uniforme			X			
2.7.2	Profundidade do sulco (caminho)	Em Ø 20mm ou 10mm em profund.			X			
2.7.3	Conexões polia de tração motriz	Verificar parafusos				X		
2.7.4	Verificar rolamentos autocompensadores de rolos	Temperatura e ruídos				X		
2.7.5	Lubrificação dos rolamentos autocompensadores de rolos					X		
2.7.6	Verificar todos os parafusos das conexões				X			
2.7.7	Verificar o dispositivo de sobrevelocidade					X		
2.8	<u>Tração auxiliar</u>							
2.8.1	Partindo o auxiliar			X				
2.8.2	Teste de corrida				X			



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Número	Parte de equip/Trabalho	Diversos	Intervalo					Comentários
			Dia	Qui	Mês	Sem	Anual	
3.	Instalação elétrica em geral							Consulte o manual de operação e manutenção Consulte o manual de operação e manutenção Consulte o manual de operação e manutenção
4.	Equipamento elétrico principal (drive)							
5.	Sistema remoto de segurança							
6.	Sistema de tensionamento do cabo							Visual
6.1	Tensionamento do cabo de tração							
6.1.1	Viagem da cabine (deslizamento)			X				
6.1.2	Cilindro hidráulico				X			
6.1.3	Posição e função dos interruptores de segurança				X			
6.1.4	Parafusos das rodas da cabine					X		
6.1.5	Trilho da cabine				X	X		
6.1.6	Conexões do cilindro hidráulico						X	
6.1.7	Limpeza da roda da cabine							
6.1.8	Lubrificação das rodas da cabine					X		
6.2	Polia Reenvio							
6.2.1	Sulco (caminho)	Desgaste uniforme Em Ø 20mm ou 10mm em profund. Verificar parafusos Verificar parafusos Temperatura e ruídos			X			
6.2.2	Profundidade do sulco (caminho)				X			
6.2.3	Conexões polia reenvio					X		
6.2.4	Ligação do bloco					X		
6.2.5	Verificar rolamentos autocompensadores de rolos					X		
6.2.6	Lubrificação dos rolamentos autocompensadores de rolos					X		
7.	Equipamentos mecânicos diversos							
7.1	Mecanismo de abre e fecha porta							
7.1.1	Verificar o funcionamento				X			
7.1.2	Interruptor de segurança				X			
7.1.3	Conexões dos parafusos					X		

Número	Parte de equip/Trabalho	Diversos	Intervalo					Comentários
			Dia	Qui	Mês	Sem	Anual	
7.2	Guias da cabine							5 anos e após a cada 3
7.2.1	Limpeza de guias						X	
8.	Veículos							
8.1	Cabines	(ver CWA)						
8.1.1	Limpeza, estado integralidade, cabos		X					
8.1.2	Verificação geral				X			
8.2	Mecanismo de bloqueio da porta	(ver CWA)						
8.2.1	Articulações de óleo				X			
8.2.2	Controle de parafusos					X		
8.2.3	Cabo do controle fechamento					X		
8.3	Suspensão							
8.3.1	Verifique se há rachaduras e outros danos	Parafusos de conexão				X		
8.3.2	Verifique se há rachaduras teste							
8.3.3	Elementos de borracha, verificação visual da borracha de pressão efetiva					X		
8.4	Pinça							
8.4.1	Verificação visual da pinça	10-15 kN/cabine			X			
8.4.2	Teste da força de arraste				X			
8.4.3	Parafusos de conexões						X	
8.4.4	Teste parcial da arruela (mola) de pressão com dispositivo						X	
8.4.6	Lubrificação dos rolamentos de esfera					X		Pelo pessoal de operação da fábrica treinados e totalmente qualificados A cada 2 anos
8.4.7	Desmontagem completa							



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Número	Parte de equip/Trabalho	Diversos	Intervalo					Comentários
			Dia	Qui	Mês	Sem	Anual	
9.	Equipamentos de linha							
9.1	Roldanas							
9.1.1	Verificação visual durante passeio de teste		X					
9.1.2	Posição do cabo, max. 2 milímetros excêntrico				X			
9.1.3	Estado, movimento dos balancins (levantar o cabo)					X		
9.1.4	Funcionamento do interruptor de descarrilar da torre (verificar com a mão)				X			
9.1.5	Apertar conexão suporte do eixo principal				X			
9.1.6	Verificação visual da polia e plataformas de trabalho					X		
9.1.7	Lubrificação dos eixos (levantar o cabo)					X		
9.1.8	Graxa buchas do balancin						X	
9.1.9	Desmontagem completa							A cada 4 anos
9.2	Roldanas							
9.2.1	Verificação visual durante passeio de teste		X					
9.2.2	Desgaste do revestimento, estado, profundidade do sulco 10mm	Em Ø 20mm			X			
9.2.3	Verificação geral (levantar o cabo)					X		
9.2.4	Lubrificar					X		
9.2.5	Desmontagem completa							A cada 4 anos
9.3	Torres							
9.3.1	Verificação geral							
9.3.2	Conexões dos parafusos e soldas							Uma vez em 3 meses depois a cada 2 anos

Número	Parte de equip/Trabalho	Diversos	Intervalo					Comentários
			Dia	Qui	Mês	Sem	Anual	
9.4	Fundação							
9.4.1	Rachaduras, movimentos, intemperismo					X		Após fortes tempestades
9.5	Interruptores da torre (veja 10.1.4)							
9.5.1	Verificar o funcionamento (levantar o cabo)					X		
10.	Estações							
10.1	Construção metálica							
10.1.1	Deformação, fendas, parafusos em falta						X	
10.1.2	Controle dos parafusos e soldas							Uma vez em 3 meses depois a cada 2 anos
	PROTEÇÃO CONTRA CORROSÃO							A cada 2 anos
	8h = 1 dia							
	250h = 1 mês							
	1500h = 6 meses							
	3000h = 1 ano							

Manutenção dos Cabos de Aço Portante-Trator

- Inspeções: cada mês deve ser executado, em velocidade reduzida, o exame visual do cabo, pesquisando e delineando os rompimentos dos fios e observando o diâmetro.
- Exame Magnetoscópico: no ato da entrada em funcionamento, cada cabo portante-trator deve ser submetido a um exame magnetoscópico por todo o seu comprimento sob a responsabilidade de empresa especializada. O exame magnetoscópico deve ser repetido a cada dois anos, ao 3º, 5º, 7º ano e a partir do 8º ano, a cada ano.



7. TRENÓ SOBRE TRILHOS

7.1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

Trata-se da implantação de um novo equipamento de lazer sobre trilhos rente ao solo do tipo “Montanha Russa” ou “Tobogã”, que percorre um circuito de curvas, descidas e subidas, acompanhando a topografia da região. O trenó será implantado no Morro do Elefante, sob a área dos cabos do teleférico. A estação de embarque e desembarque será implantada no topo do Morro do Elefante.

O projeto, observadas as diretrizes e obrigações previstas no licenciamento ambiental, deverá preservar as espécies locais, visto a possibilidade do percurso desviar das árvores existentes. A implantação do equipamento deverá minimizar o impacto ambiental considerando o menor movimento de terra necessário, já que o equipamento proposto não exige a execução de fundação.

O trenó de montanha deverá ser implantado na faixa (morro do elefante) pertencente ao Estado de São Paulo, sendo a estação de embarque e desembarque, obrigatoriamente, localizada no topo do morro do elefante, não sendo permitida a implantação de qualquer edificação na parte inferior do morro, nem mesmo a travessia desse equipamento sobre a via existente.

O equipamento deverá possuir um sistema de controle para verificar as distâncias entre os veículos. Caso as mesmas caiam abaixo dos limites de segurança (distância mínima prescrita de 25 m) deverá entrar em ação um sistema de frenagem independente, evitando-se a possibilidade de choques entre os veículos.

O sistema deverá também limitar obrigatoriamente a velocidade dos veículos a 40 km/h. Ao final da área da pista o veículo deverá ser desacelerado lentamente, atingindo a velocidade de marcha. Uma vez parado na estação de desembarque, o sistema de bloqueio do cinto de segurança deverá ser liberado mecanicamente para a saída dos passageiros.

O sistema de controle deverá operar em qualquer condição climática.

Todas as características dos Planos Operacional e de Manutenção abaixo descritas são meramente indicativas, cabendo à futura Concessionária apresentá-los nos termos e prazos previstos no Contrato, para não objeção do Poder Concedente, respeitadas as diretrizes e prazos previstos no Edital, nos Anexos e na Minuta Contratual.



7.2. PLANO OPERACIONAL

Os carrinhos partem de uma estação de embarque e desembarque, local onde estão localizadas roldanas que os rebocam por cabos de aço nas subidas. Nas descidas o equipamento funciona por gravidade, evitando qualquer tipo de poluição.

Figura 06: Detalhes do equipamento



Fonte: internet

Os carros deverão transportar uma ou duas pessoas com a máxima segurança sobre os trilhos de aço inoxidável, numa descida suave e silenciosa. Os ocupantes deverão controlar sua própria velocidade através de um sistema de freio manual, não podendo superar a velocidade máxima de 40 quilômetros por hora. Os carros deverão possuir cintos de segurança para os dois ocupantes, almofada de absorção de impactos, sistema de guias que impeçam descarrilamento e estabilidade nas curvas inclinadas, telas de segurança e passarelas onde os trilhos estejam a mais de um metro do solo e freio compulsório no final da descida.

Para o início de operação do novo equipamento de lazer será exigida uma quantidade mínima de 16 (dezesseis) carros.

Equipe

A futura Concessionária deverá indicar em seu Plano Operacional, com as devidas justificativas, a equipe de empregados necessária para a realização de uma operação segura e eficiente, de acordo com as diretrizes fixadas pelo Edital, Anexos e Minuta Contratual. De forma meramente indicativa, o Poder



Concedente considerou, para a operação do trenó sobre trilhos, a seguinte equipe mínima na modelagem do projeto:

- 1 mecânico;
- 1 pessoa no embarque;
- 1 pessoa no desembarque;
- 1 pessoa na esteira de transição para o cabo tração;
- 3 pessoas ao longo da trilha para monitoramento/auxílio.

7.3. PLANO DE MANUTENÇÃO

Trenós

Diariamente, antes do início da operação, todos os trenós devem ser inspecionados. No geral tal inspeção consiste na verificação das rodas e rolamentos, freios, sistema de engate do cabo (pinça), cintos de segurança, chassi e carroceria.

Pista

Diariamente, antes do início da operação, uma pessoa encarregada deve percorrer lentamente a pista de descida e o trajeto de tração para examiná-los quanto à segurança operacional e de tráfego da instalação. Tal exame deverá também incluir o controle da sinalização.

No trajeto são avaliados itens como: trilho da pista, passarelas e redes de captação, funcionamento da esteira de transição e desembarque, tensão do cabo de retorno e funcionamento dos sistemas de segurança elétrica.

Plano de Manutenção Indicativo

<u>Esteira</u>	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	OBS
Ajustar tensão das correias	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Quinzenal
Verificar as Correias, Tensão Suficiente e Uniforme e Eventuais danos	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Quinzenal
Motoredutor - Revisão geral / Troca de óleo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3 anos



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

<u>Garagem</u>	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	OBS
Fixação de toda estrutura metálica	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Mensal
Gincho de retirada/Verificar cabo e fixação	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Mensal
Verificar elos da corrente de elevação do trenó	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	Anual

<u>Painel Estação Motriz</u>	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	OBS
Limpeza filtro painel	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	Trimestral
Reaperto bornes e limpeza	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	Trimestral
Teste Rele/Fusível/Lâmpada	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	Trimestral
Verificar tensão saída Sitop	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	Trimestral

<u>Painel Estação Internediária</u>	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	OBS
Reaperto bornes e limpeza	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	Trimestral
Teste Rele/Fusível	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	Trimestral

<u>Painel Estação Reenvio</u>	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	OBS
Reaperto bornes e limpeza	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	Trimestral
Teste Rele/Fusível	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	Trimestral
Verificar tensão saída Sitop	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	Trimestral

<u>Painel Motor Esteira Reenvio</u>	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	OBS
Reaperto bornes e limpeza	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	Trimestral
Teste Rele/Fusível	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	Trimestral



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

<u>Pista</u>	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	OBS
Corrida verificação geral, passarelas, redes, trava de retorno e tensão do cabo	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Diária
Examinar a posição da pista com relação a eventuais acomodações e compensar	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	Trimestral
Examinar cabo tração (substituir quando mais de 3 fios rompidos em 0,5 mt)	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	Trimestral
Examinar folga dos balancins das polias laterais á pista	-	-	-	x	-	-	-	-	-	x	-	-	Semestral
Examinar revestimentos de borracha das polias do cabo de tração	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Mensal
Examinar soldas pista especialmente ligação tubo e chapa de suporte	x	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	Semestral
Lubrificar as partes móveis do guincho do cabo	x	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	Semestral
Lubrificar polias de reenvio e caracol	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	x	Semestral
Lubrificar polias do cabo subida/descida	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	x	Semestral
Motoredutor - Revisão geral / Troca de óleo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	03 anos
Troca do cabo de aço	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	Anual
Verificar as garras com relação a acomodações	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	Trimestral
Verificar fixação, desgaste e alinhamento das cunhas de abertura dos mordentes	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Quinzenal



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Trenós	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	OBS
Verificação Diária	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Diária
Controle patin interior desgaste máx 3mm (plástico/alumínio)	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Semanal
Examinar eixos traseiros e dianteiros com rolamentos quanto a folgas	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Mensal
Examinar estrutura com relação a deformação	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Semanal
Examinar mecanismo de freio (mancal/batente/alavanca/haste)	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Semanal
Freios de força centrífuga limpeza ou troca das buchas sintetizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	Anual
Limpar e lubrificar levemente o mordente do cabo/substituir peças defeituosas	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	Anual
Otimizar mordentes (chapa tipo "U"/pino abertura/segmento dentado)	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Semanal
Teste adicional de segurança / patins inferiores e calços de freio	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Semanal
Verificar carrocerias de material sintético com fixações	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Semanal
Verificar todos os elementos de plástico quanto ao desgaste e funcionamento	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Mensal

8. PEDALINHO

O projeto de reurbanização do Parque Capivari deverá prever a continuidade das atividades do serviço de pedalinho.

Atualmente o serviço do pedalinho é objeto de um contrato de permissão de uso, com fornecimento das pequenas embarcações pelo permissionário, cuja continuidade do contrato ficará a critério da concessionária. Os atuais pedalinhos são de propriedade do atual permissionário, de forma que eles não serão transferidos à futura Concessionária como bens integrantes da concessão.

Trata-se de equipamento de lazer bastante conhecido, composto por pequenas embarcações, capazes de transportar até duas pessoas, movida por força física (através de pedais).

Deverá ser readequada toda a estrutura básica para sua operação, que consiste em: infraestrutura de apoio no local onde serão locados os equipamentos, local para a venda de ingressos, depósito para estoque



de pedalinhos que não estão em uso e área de manutenção para os equipamentos que requerem reparos.

A área de embarque e desembarque do pedalinho poderá ser localizada em qualquer local ao redor do lago, desde que seja elaborado e implantado projeto adequado visando a segurança dos usuários.

Além disso, deverão ser previstos a distribuição de coletes salva-vidas, a orientação ao uso dos pedalinhos, a marcação do tempo para a utilização por parte dos usuários, a recepção dos usuários no retorno e um bote de apoio, além de todos os equipamentos de segurança necessários.

O modelo de desempenho da atividade poderá ser flexível, realizando-se diretamente pela concessionária, por cooperativas, acordos ou subcontratos. O modelo deverá respeitar as legislações trabalhistas, de contrato e diretrizes do Poder Concedente de maneira a garantir a qualidade e a segurança do serviço disponibilizado aos usuários.

Deverão ser oferecidos serviços qualificados, com o devido suporte de profissionais da área para a construção, manutenção e operação dos pedalinhos.

Deverão ser implantados no mínimo 16 pedalinhos.

O lago existente deverá passar por uma recuperação com a criação de uma orla, que funcionará como uma área de passeio e de bem estar aos turistas, servindo também como área de embarque/desembarque dos pedalinhos.

9. REURBANIZAÇÃO DO PARQUE CAPIVARI E ENTORNO

O projeto deverá prever a reformulação completa da área do Parque Capivari com a necessária construção e/ou adequação de acessos, áreas comerciais e administrativas, sanitários e estacionamentos, além de implantação de palco multi-uso, recomposição de áreas verdes, elaboração de novos passeios de circulação na área interna e requalificação da estrutura básica do pedalinho já existente.

A Estação Emílio Ribas (Estação) de embarque/desembarque da EFCJ, o Centro de Memória Ferroviária (Museu) e a Oficina de manutenção dos



bondes, por fazerem parte do complexo onde o Parque Capivari está inserido, deverão passar por adequações parciais no início da vigência da Concessão. As referidas adequações estão descritas abaixo no texto.

Da mesma forma que o projeto prevê a conservação dos principais edifícios que preservam a história da Estrada de Ferro Campos do Jordão, todos os chalés e o galpão em metal ao lado da estação do teleférico deverão ser demolidos, objetivando a criação de uma área de convívio aberta.

Novas lojas (substituindo antigos chalés) deverão ser construídas aproveitando o desnível do terreno, de maneira a não atrapalhar a escala bucólica do Parque. Deverá ser implantado um palco multi-uso na área aberta de convívio, no centro do Parque, integrando as novas áreas comerciais, o Centro de Memória Ferroviária (Museu) e a nova estação do teleférico.

Os estacionamentos deverão ser reformulados e ampliados de maneira a receber com conforto os visitantes. Por fim o lago deverá receber um novo deck implementando a estrutura básica para operação e o serviço de pedalinho.

A reforma e adequação do Parque Capivari deverá ser realizada de acordo com o projeto de referência conforme o Anexo 03 – Elementos de Projeto das Obras ou de acordo com proposta a ser apresentada pela CONCESSIONÁRIA (quando do desenvolvimento do projeto executivo sob sua responsabilidade), desde que contenha no mínimo os seguintes itens:

- Intervenções necessárias para a adequação de acessibilidade universal da Estação Emílio Ribas de embarque/desembarque da EFCJ, conforme norma ABNT NBR 9050;
- Execução de adequação parcial da Oficina com área de 633 m², com retoque de alvenaria e pintura interna e externa em toda a edificação e troca do telhado, mantendo-se as atuais especificações;
- Intervenções no Centro de Memória Ferroviária (Museu), com área total de 510 m², com retoque de alvenaria e pintura interna, mantendo-se as atuais especificações;



- Remoção das Casas de Funcionários (na esquina da rua Eng. Diogo José de Carvalho e Praça Castro Alves) e Chalé (Rua Eng. Diogo José de Carvalho), mantendo-se apenas a Casa de funcionário ao lado da Oficina e do girador de trens;
- Descrição do projeto arquitetônico, respeitando-se o padrão urbanístico do Município de Campos do Jordão, detalhamento sobre materiais utilizados e das estruturas de apoio, instalações elétricas, hidráulicas, higiênicas e sanitárias;
- Descrição do plano para destinação e tratamento de resíduos gerados pelas atividades turísticas;
- Detalhamento sobre a acessibilidade universal para diferentes públicos;
- Definição da capacidade de atendimento dos visitantes do parque;
- Descrição dos impactos gerados, contendo detalhamento sobre impacto físico, sonoro e biológico;
- Descrição do plano de captação, distribuição e armazenamento de água;
- Definição de sistemas de tratamento de esgotos e de drenagem das águas pluviais;
- Descrição de bicicletário a ser instalado, com vagas mínimas condizentes com o padrão de utilização do Parque Capivari.

9.1. PALCO MULTI-USO (CONCHA ACÚSTICA)

A área concedida tem por finalidade a promoção do turismo, da realização de entretenimento e do fomento à cultura. Para tanto serão implantados equipamentos que visam a obtenção dessas metas.



Dentre os equipamentos a serem instalados destaca-se o Palco Multi-Uso, cuja principal função é realizar o entretenimento e o desenvolvimento cultural.

Trata-se de uma estrutura que será utilizada para diversos eventos, tais como shows, apresentações de música, teatro, etc., bem como área de estar dos usuários do parque quando não houver eventos nela acontecendo. Deverá possuir áreas de apoio aos eventos (camarins, sanitários, etc).

Em frente ao palco haverá uma grande área que servirá como uma área principal para o público dos eventos e shows. Não havendo eventos no palco multi-uso, a área da plateia servirá para o bem estar e recreação dos visitantes.

A CONCESSIONÁRIA poderá realizar eventos (nesse equipamento e em qualquer outra área da CONCESSÃO) desde que não infrinja as legislações vigentes e o estabelecido em contrato.

Os eventos realizados no Palco multi-uso poderão ser fechados (com cobrança de entrada) ou públicos (entrada gratuita). No caso de eventos promovidos pela CONCESSIONÁRIA no palco multi-uso, com cobrança de ingresso, toda a segurança e demais providências necessárias para realização do evento serão de sua responsabilidade.

Por ocasião do Festival de Inverno de Campos do Jordão, fica a Concessionária obrigada a ceder a utilização do palco multi-uso (concha acústica) e suas instalações, pelo período compreendido entre 10 dias que antecedem o Festival e 10 dias após o seu término, sem ônus ao Governo do Estado de São Paulo, organizador do evento.

No caso de realização de eventos de exposição (parque indoor ou área de exposição no Morro do Elefante) a CONCESSIONÁRIA também poderá cobrar ingressos, ou efetuar eventos gratuitos, sendo aplicada a mesma regra definida para os eventos no palco multi-uso.

9.1.1. USOS NÃO CONFORMES E PROIBIÇÕES

Não serão admitidos eventos que:

- Possam representar danos ao patrimônio público;
- Possam atentar contra a segurança dos usuários;



- Cujo responsável não apresente comprovação de existência legal de sua regular representação, mediante a apresentação de cópia autenticada de seu contrato social/estatutos atualizados, devidamente registrados na Junta Comercial ou Registro Civil, conforme o caso, bem como cópia autenticada de seu CNPJ, da inscrição estadual e/ou da inscrição municipal, conforme o caso;
- Tenham característica de evento permanente.

É dever da CONCESSIONÁRIA garantir que todos os eventos tenham alvará de autorização e atendam a toda legislação vigente.

10. ESTACIONAMENTOS

A Concessionária deverá adequar o atual estacionamento já implantado na “Área G” da Figura 1 no prazo previsto no Contrato, de forma a ofertar no mínimo 74 vagas.

Da mesma forma, a Concessionária deverá implantar novos estacionamentos nas “Áreas A e F” da Figura 1 no prazo previsto no Contrato, de forma a ofertar um total mínimo de 80 vagas.

Os estacionamentos deverão ter pavimento em asfalto, possuir guarita com cancelas para controle do fluxo de entrada e saída de veículos, metodologia de cobrança, atendendo toda a legislação vigente, bem como as regras previstas neste Anexo, destacando-se a implantação do Sistema de Controle e Gestão.

A previsão para o número mínimo de vagas, computadas as duas áreas propostas para a implantação dos estacionamentos totaliza 150, das quais deverão ser previstos 3% para Portadores de Necessidades Especiais – PNE, de acordo com a NBR9050.

A CONCESSIONÁRIA deverá manter em locais visíveis os valores cobrados para a utilização do estacionamento.

É de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a definição dos dias e horários de funcionamento, bem como o tarifário a ser aplicado, podendo o valor do uso variar por período do dia, dia da semana e mês do ano.



11. REURBANIZAÇÃO DO MORRO DO ELEFANTE

Além das intervenções previstas para o Parque Capivari, há também a área no topo do morro do elefante (embarque e desembarque do teleférico e do trenó sobre trilhos), que fará parte da área da concessão de tal forma que deverá ser realizada a reurbanização dessa área em conjunto com a implantação das novas estações do teleférico e trenó sobre trilhos.

A execução da infraestrutura conforme os elementos de projeto deverá ser realizada em dois níveis - aproveitando a topografia do terreno -, com implantação de lanchonetes, lojas, ambulatório, banheiros, desembarque/embarque do teleférico e trenó sobre trilhos.

A reforma e adequação do Morro do elefante deverá ser realizada de acordo com o projeto de referência, conforme o Anexo 03 – Elementos de Projeto das Obras, ou de acordo com a proposta a ser apresentada pela CONCESSIONÁRIA (quando do desenvolvimento do projeto executivo sob sua responsabilidade).

12. PLANEJAMENTO PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA E IMPLANTAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

A reurbanização do Parque Capivari, Morro do Elefante e a implantação dos equipamentos de lazer deverão ser planejadas de forma a minimizar os impactos na cidade de Campos do Jordão, em particular na região do bairro do Capivari. O planejamento deverá considerar o descrito na Cláusula 30 do Contrato (DAS OBRAS MÍNIMAS DA CONCESSÃO).

A sequência de implantação das obras e dos equipamentos, conforme consta neste item, poderá ser alterada desde que individualmente não sejam ultrapassados os prazos máximos estabelecidos.

A exploração comercial dos estacionamentos, pedalinho e das lojas atuais poderá ocorrer desde o início da CONCESSÃO, mesmo antes da realização das reformas e readequações previstas, sempre que existirem condições físicas e de segurança para suas utilizações. Não será permitida a exploração das lojas, estacionamentos e do pedalinho quando estes equipamentos estiverem em reforma/adequação.



Ao longo da CONCESSÃO, com a devida autorização do Poder Concedente e observadas as regras e diretrizes previstas na minuta contratual, poderão ser implantadas novas atrações turísticas, desde que não seja impedido o uso dos equipamentos implantados e sejam atendidas todas as legislações que as regulam. As receitas auferidas a CONCESSIONÁRIA advindas das novas atrações deverão compor a receita total da Concessionária, sendo considerada para fins do cálculo da outorga variável.

12.1. ASPECTOS CONSTRUTIVOS

O LICITANTE deverá considerar, na sua METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, os aspectos ambientais, paisagísticos e arquitetônicos, em especial:

- As construções, assim como todo o parque, devem ser projetadas de forma harmoniosa com o meio em que está inserido, não sendo permitida a construção de edificações com mais de dois andares.
- As áreas pavimentadas devem ser implantadas priorizando os afluxos das drenagens evitando, canalizações, rebaixamento de lençol freático e poluição advinda de esgoto.
- A harmonia e continuidade (física e estética) com a Praça São Benedito (atual concha acústica), sendo obrigatória a execução de piso elevado contínuo entre essa praça e o Parque Capivari (traffic calming), cujo projeto deverá ser submetido à aprovação da Prefeitura de Campos do Jordão.
- A CONCESSIONÁRIA, com a devida autorização do Poder Concedente, poderá prever fechamento físico ao longo de toda a área da CONCESSÃO com o objetivo de direcionar o fluxo de usuários, bem como proteger o patrimônio público no período no qual o parque estiver fechado. Esse fechamento deve ser harmonioso e integrado com a arquitetura proposta pela CONCESSIONÁRIA, sendo vedada a implantação de grades, exceto grades removíveis utilizadas em períodos específicos (incluindo o período noturno).

13. NORMAS PARA O FUNCIONAMENTO DO PARQUE CAPIVARI



13.1. CONDIÇÕES GERAIS

A área concedida será destinada para desenvolvimento turístico, recreativo e cultural, sendo sua exploração de responsabilidade exclusiva da futura CONCESSIONÁRIA.

Cabe à CONCESSIONÁRIA a total responsabilidade pela segurança patrimonial dos bens e equipamentos do Parque Capivari, devendo apresentar, dentro do Plano Operacional, um Plano de Segurança, nos termos e prazos previstos no Contrato, contemplando:

- Política de Segurança Patrimonial;
- Política de Prevenção e Combate a incêndios;
- Treinamento de Empregados;
- Conformidade com a Legislação, Regulamentos e Normas;
- Processo de Gestão de Riscos.

Fica vedado à Concessionária a exploração de qualquer bem sem a apresentação do referido Plano de Segurança.

A CONCESSIONÁRIA deverá manter atualizados os registros da manutenção preventiva e corretiva que realizou em todas as instalações da CONCESSÃO, tanto nas edificações quanto nos equipamentos.

A CONCESSIONÁRIA é responsável pela exploração, operação, conservação e manutenção das instalações e equipamentos integrantes da CONCESSÃO.

A CONCESSIONÁRIA deverá:

- Definir os dias e horários nos quais a Parque e o Morro do Elefante ficarão abertos para circulação de pessoas, prevendo períodos de manutenção e visando a segurança das pessoas;
- Definir os dias e horários de funcionamento dos equipamentos (teleférico, trenó sobre trilhos, pedalinho e outros que vierem a ser implantados) de tal forma que seja possível a realização de suas manutenções preventivas e corretivas. Os períodos de



funcionamento poderão variar em cada época do ano, sendo de exclusiva responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a sua divulgação.

13.2. MANUTENÇÃO

É responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a manutenção e conservação das edificações, instalações e equipamentos inseridos na área da CONCESSÃO, em todos seus componentes, dentre os quais:

- Edificações;
- Energia, iluminação e instalações elétricas;
- Telecomunicações (voz, dados, imagem);
- Sonorização e áudio;
- Rede hidráulica: água, esgoto, drenagem;
- Eventuais áreas destinadas a serviços de suporte para alimentação;
- Sanitários;
- Áreas de circulação de pedestres;
- Áreas verdes.

A manutenção compreende o conjunto de intervenções físicas programadas que a CONCESSIONÁRIA deverá realizar com o objetivo de recompor e aprimorar as características técnicas e operacionais dos equipamentos da CONCESSÃO dentro de padrões estabelecidos, ou, ainda, prevenir que sejam alcançados níveis indesejados, podendo envolver ações de reabilitação ou restauração.

A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar no prazo e conforme as diretrizes estabelecidas no contrato e neste Anexo, o Plano de Manutenção que representa o planejamento da manutenção global com objetivo de garantir o bom desempenho e a segurança.



O Plano de Manutenção deve apresentar o planejamento para os serviços de rotina e preventivos de manutenção de todos os elementos integrantes da CONCESSÃO.

13.2.1. LIMPEZA

O objetivo da limpeza é manter os equipamentos da CONCESSÃO, em todos seus componentes, livres de quaisquer elementos que possam ser caracterizados como lixo ou escória, além de cargas derramadas ou caídas de veículos. Deverá haver dois tipos de limpeza: rotineira ou emergencial. A limpeza rotineira consistirá nos serviços de varredura e de limpeza e desobstrução dos dispositivos de drenagem. A limpeza emergencial será acionada sempre que se verificar sua necessidade imediata, especialmente quando houver detritos/cargas caídas ou derramadas.

Neste último caso, uma equipe deverá ser disponibilizada prontamente e suas ações deverão ser planejadas para a máxima eficácia de atendimento. Seus componentes deverão receber equipamento individual e treinamento técnico adequados para execução destes serviços, que levem em consideração os vários tipos de detritos/carga, inclusive perigosas, compostas por substâncias agressivas ou que necessitem a utilização de equipamentos especiais para seu manuseio e remoção.

13.2.2. COLETA, REMOÇÃO E TRATAMENTO DE LIXO E ENTULHOS

É responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a correta coleta e remoção de lixo e entulhos, devendo acondicionar os resíduos até a coleta definitiva e disposição final por parte do município.

A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar plano de coleta e remoção de lixo e entulhos, observando as melhores práticas de proteção do meio ambiente.

13.3. PRONTO ATENDIMENTO

A CONCESSIONÁRIA deverá manter recursos humanos e equipamentos para prover primeiros socorros aos seus usuários, com condição de transporte aos



hospitais e/ou postos de saúde próximos e credenciados, obedecendo a legislação vigente.

Não é de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a remoção e transporte de pessoas para hospitais ou postos médicos, devendo para tanto acionar os serviços públicos pertinentes.

13.4. SEGURANÇA E PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO E PLANO DE CONTINGÊNCIAS

É responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a observação da legislação vigente quanto à segurança e proteção contra incêndio, atendendo às normas quanto aos sistemas, equipamentos e treinamentos necessários.

A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao Poder Concedente, quando da assinatura do contrato um plano de contingências contendo a periodicidade de verificação dos sistemas de prevenção de incêndios e treinamento de pessoal. Ainda nesse plano deverá ser indicada a quantidade e a periodicidade de treinamentos de resgate em altura e primeiros socorros a serem realizados.

13.5. SEGURANÇA PATRIMONIAL E VIGILÂNCIA

Com o intuito de garantir a integridade do patrimônio, a CONCESSIONÁRIA deverá implantar uma estrutura de vigilância patrimonial, que fiscalizará todas as estruturas físicas.

Esta estrutura deverá funcionar permanentemente, atendendo às suas funções com elevado padrão de qualidade e de modernidade, com todos os equipamentos em plena capacidade de uso, contando com equipe de pessoal necessária e adequada.

A segurança pública deverá ser realizada pelo Estado, dentro de suas competências, não sendo transferida para a CONCESSIONÁRIA a referida responsabilidade.

13.6. SEGURANÇA DO TRABALHO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES

É responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a observação da legislação e normas vigentes quanto à segurança do trabalho e prevenção de acidentes.



A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao Poder Concedente os documentos obrigatórios referentes a segurança de trabalho e prevenção de acidentes, segundo normas técnicas vigentes.

13.7. ALVARAS, PLANTAS E PROJETOS

É responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a obtenção e manutenção durante todo o prazo da CONCESSÃO, das licenças de instalação e operação, e dos alvarás de funcionamento, diretamente ou através de seus contratados.

13.8. TREINAMENTO DE PESSOAL PARA O ATENDIMENTO AO TURISTA

No desenvolvimento de suas atividades a CONCESSIONARIA deverá manter um programa de treinamento de pessoal vinculado às suas operações de forma a preservar a qualidade dos serviços prestados.

Em até 6 meses do início da vigência da Concessão, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao Poder Concedente um programa de treinamento de pessoal que deverá ser atualizado a cada 3 (três) anos.

13.9. DIRETRIZES AMBIENTAIS

Na execução de suas atribuições a CONCESSIONÁRIA deve ter comprometimento com as questões ambientais e com a definição de programas com soluções técnicas que visem atingir o menor impacto ambiental possível, privilegiando o bem-estar e a saúde dos usuários e áreas lindeiras, através da adoção de padrões ambientais demonstrados nos projetos executivos, como por exemplo; uso racional de água, gestão de resíduos, consumo de energia, impactos de vizinhança, etc.

14.COMUNICAÇÃO

14.1. SISTEMA DE SINALIZAÇÃO



A sinalização do Parque Capivari é de extrema importância para que os usuários possam se deslocar de forma segura e para que possam aproveitar todas as atrações turísticas.

A sinalização indicativa prevista deverá ser composta por placas confeccionadas com material adequado objetivando durabilidade, facilidade de manutenção e facilidade de visualização (este último quesito considerando tanto o seu tamanho quanto a sua localização).

Além da sinalização vertical também serão implantadas sinalização horizontal no sentido de guiar os usuários para a utilização do parque e também manter as condições de segurança de todos.

As peças relativas a rotas de fuga, emergências e acessibilidades, deverão estar alinhadas as seguintes normas:

- ABNT NBR 9050 que versa sobre acessibilidade e que orienta projetos de comunicação e sinalização;
- ABNT NBR 13434-1:2004, Sinalização de segurança contra incêndio e pânico - Parte 1: Princípios de projeto;
- ABNT NBR 13434-2:2004, Sinalização de segurança contra incêndio e pânico - Parte 2: Símbolos e suas formas, dimensões e cores.

A implantação da sinalização deverá ser realizada por empresa qualificada, de forma a garantir que os serviços sejam executados de acordo a legislação vigente.

Todas as placas indicativas de sinalização que envolvem a concessão do Parque Capivari deverão ser obrigatoriamente bilíngue, em português e inglês.

14.1.1. MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO

A manutenção da sinalização deverá ser prevista dentro do Plano de Manutenção, a ser apresentado pela Concessionária, nos termos e prazos previstos no Contrato, devendo conter duas seções distintas:

- Limpeza e pequenos reparos.
- Substituição.

A limpeza da sinalização será realizada de forma constante com a periodicidade necessária para mantê-la visível e adequada para uso.



A vistoria constante (a ser realizada pela equipe da concessionária) indicará a necessidade de realização de pequenos reparos (por exemplo: adequação da pintura indicativa), os quais serão realizados por equipe própria ou terceirizada para este fim.

Em função do atingimento da vida útil ou de danos causados, a sinalização deverá ser substituída. A concessionária deverá manter um plano para a realização das substituições necessárias de forma que a sinalização seja mantida em níveis e condições necessárias para o cumprimento de sua função informativa e a segurança dos usuários.

O sistema de sinalização em toda área objeto da concessão deverá possuir um inventário digital das placas.

14.2. CANAL DE COMUNICAÇÃO

A concessionária colocará à disposição dos usuários do parque sistema de comunicação por intermédio dos seguintes meios:

- Ouvidoria, nos termos do Contrato;
- Caixa de sugestões;
- Site da concessionária;
- Local no parque com atendimento aos usuários.

15. PAISAGISMO

A concessionária deverá apresentar ao Poder Concedente para sua aprovação, em até seis meses contados do início da vigência do contrato, um projeto de paisagismo que deverá ter como objetivo a modernização do parque existente e sua plena inserção urbana, compreendendo a recuperação da vegetação existente, além de enfatizar os aspectos naturalísticos do parque com o plantio de espécies nativas.

O manual de plantio deverá valorizar os grandes eixos de circulação e as fachadas das edificações e elementos arquitetônicos, através do emprego de alinhamentos compassados de exemplares da mesma espécie.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Toda a legislação ambiental deverá ser cumprida com especial atenção ao emprego de espécies nativas e emblemáticas de Campos do Jordão.

Todo processo de plantio deverá ser acompanhado por técnico especialista que será responsável pelos procedimentos de preparo do terreno, condicionamento do solo (análise do solo, calagem, adubação orgânica e mineral), plantio (árvores e arbustos), qualidades das mudas e processo de manutenção das espécies.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Contrato STM nº ____/2018

ANEXO 02

PENALIDADES



APRESENTAÇÃO

- 1 A aplicação das pertinentes penalidades seguirá o regramento estabelecido no CONTRATO, bem como os procedimentos e valores apresentados neste Anexo.
- 2 O presente Anexo objetiva definir as condutas infratoras e os valores de multas a que a CONCESSIONÁRIA estará sujeita, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de sanção pelo descumprimento de outras obrigações previstas no CONTRATO ou no EDITAL, conforme autoriza a Cláusula 71.10 do CONTRATO.
- 3 A aplicação das penalidades previstas neste Anexo observará sempre o previsto na Cláusula 71.6 do CONTRATO, de forma que o PODER CONCEDENTE sempre poderá, além de aplicar a devida penalidade, exigir a devolução de eventual montante que a CONCESSIONÁRIA tenha auferido, ainda que em forma de economia, em razão da prática de ato tido como infração, de modo a se evitar o enriquecimento ilícito da CONCESSIONÁRIA.

I. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1 Para os fins de aplicação de penalidades, considera-se:
 - a) FORÇA MAIOR e CASO FORTUITO: o evento assim definido na forma da lei civil e que tenha impacto direto sobre o desenvolvimento das atividades da CONCESSÃO.



- b) INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA: a situação que, apesar de configurar infração prevista no presente Anexo ou no CONTRATO, não resulta de culpa da CONCESSIONÁRIA, que diligentemente adotou as medidas que lhe cabiam para produzir resultado diverso, devidamente demonstradas e inequivocamente comprovadas no correspondente processo.
- 2 Nos termos da Cláusula 16.4.2 do CONTRATO, na hipótese da CONCESSIONÁRIA não atingir o padrão mínimo de desempenho na apuração de qualquer dos INDICADORES DE DESEMPENHO, nos termos do ANEXO 04, será caracterizado inadimplemento parcial do CONTRATO, motivando, para além da incidência do deflator previsto na Cláusula **Erro! Fonte de referência não encontrada.** do CONTRATO, a penalidade de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), por medição, podendo inclusive ficar sujeita à CADUCIDADE da CONCESSÃO. Na hipótese de reincidência o valor da penalidade será dobrado, sem prejuízo das outras consequências já previstas em CONTRATO.
- 3 Nas hipóteses em que uma conduta corresponda a mais de uma infração, dentre as previstas neste Anexo, será aplicada a penalidade correspondente à infração mais específica, vedada a cumulação de infração mais genérica relativa à mesma conduta.
- 4 Observar-se-á, para os fins de aplicação das penalidades, além do presente Anexo, o CONTRATO, o EDITAL e os demais ANEXOS do CONTRATO.
- 5 Nas hipóteses em que as infrações já estejam expressamente descritas e tipificadas nas tabelas apresentadas abaixo, os valores das penalidades respectivas já foram fixados de forma a guardar proporcionalidade à correlata infração.



- 6 A data base das multas estabelecidas na Tabela, constantes deste Anexo, é a mesma estabelecida na Cláusula 16.2 do CONTRATO. Os valores da Tabela deverão ser reajustados, quando da ocorrência de cada reajuste da TARIFA DE REMUNERAÇÃO, nos mesmos termos do reajuste previsto na Cláusula 16.2 do CONTRATO.
- 7 Os valores das multas, quando aplicadas, serão corrigidos até a data anterior ao do efetivo pagamento, por meio da variação pro rata temporis da taxa SELIC, a contar da data da respectiva notificação da penalidade até a data do efetivo pagamento
- 8 Os valores das multas previstas neste Anexo serão duplicados no caso de reincidência específica praticada pela CONCESSIONÁRIA, conforme conceito definido na Cláusula 71.10.1 do CONTRATO, sendo multiplicadas sempre pelo número de reincidências cometidas dentro do período de 12 (doze) meses, quando se tratar de medição mensal, ou pelo número de reincidências cometidas dentro do período de 03 (três) anos, quando se tratar de medição anual.
- 9 A aplicação das penalidades previstas neste Anexo e seu cumprimento não prejudicam a aplicação de outras sanções por descumprimento das obrigações previstas no EDITAL, no CONTRATO, na legislação e na regulação pertinente, aos quais a CONCESSIONÁRIA se sujeita.
- 10 Na hipótese de descumprimento pela CONCESSIONÁRIA de qualquer obrigação prevista no EDITAL, no CONTRATO ou nos seus ANEXOS, para a qual não houver cominação de multa específica, esta será calculada de acordo com os parâmetros estabelecidos na Cláusula 71.10 do CONTRATO, buscando-se, como referência, os valores previstos para penalidades similares, sempre respeitando os valores mínimos e máximos previstos neste Anexo.



- 11 Nas hipóteses em que a infração constatada representar uma mora da CONCESSIONÁRIA no cumprimento de obrigação prevista no EDITAL, no CONTRATO ou em seus ANEXOS, o PODER CONCEDENTE, após a primeira constatação, e sem prejuízo da imediata instauração do correspondente processo administrativo sancionatório, estabelecerá um prazo para que a CONCESSIONÁRIA cumpra a obrigação inadimplida.
- 12 Superado o prazo fixado pelo PODER CONCEDENTE, sem que a CONCESSIONÁRIA tenha cumprido satisfatoriamente a obrigação, será mantida a ocorrência de infração, sujeitando a CONCESSIONÁRIA à aplicação da penalidade, com os acréscimos relacionados à correção monetária dos valores.
- 13 Após a caracterização da infração de reincidência, a persistência da CONCESSIONÁRIA em situação de infração contratual, por deixar de cumprir a obrigação inadimplida, implicará na incidência automática de multa moratória adicional diária de 1% do valor da multa prevista na Tabela constante do item 3 deste Anexo, contados da superação do prazo fixado de acordo com o procedimento acima, e até a data em que satisfatoriamente cumprida a obrigação.
- 14 Para as infrações cuja apuração indicada seja “por constatação” deverá o PODER CONCEDENTE, com base na razoabilidade, arbitrar no respectivo auto de infração o prazo necessário para adimplemento da obrigação descumprida pela CONCESSIONÁRIA, superado o qual poderá ser aplicada nova penalidade, com as implicações pertinentes à reincidência e nova fixação de prazo para regularização da situação constatada.

**II. TIPIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES**

ITEM	INFRAÇÃO	CLÁUSULA	VALOR	APURAÇÃO
ENTREGA DE METODOLOGIA DE EXECUÇÃO E PLANOS				
1	Deixar de submeter a Metodologia de Execução ao Poder Concedente no prazo estabelecido	6.1	R\$ 40.000,00	Por constatação
2	Deixar de submeter o Plano Operacional Inicial ou Final ao Poder Concedente no prazo estabelecido	6.2 e 6.7	R\$ 40.000,00	Por constatação
3	Deixar de submeter o Plano de Segurança Operacional ao Poder Concedente no prazo estabelecido	6.10	R\$ 40.000,00	Por constatação
4	Deixar de submeter o Plano de Seguros ao Poder Concedente no prazo estabelecido	6.11	R\$ 40.000,00	Por constatação
5	Deixar de submeter o Plano de Manutenção ao Poder Concedente no prazo estabelecido	6.13	R\$ 40.000,00	Por constatação
6	Deixar de submeter ou de implantar o Sistema de Controle e Gestão.	6.17	R\$ 400.000,00	Por constatação
TRANSFERÊNCIA DA POSSE DOS BENS PÚBLICOS NECESSÁRIOS À				



EXECUÇÃO DAS OBRAS				
8	Deixar de assinar o termo de entrega da infraestrutura existente, no prazo assinalado pelo PODER CONCEDENTE, observadas as demais condições estabelecidas no Contrato.	7.1	R\$ 40.000,00	Por constatação
DEVER DE PRESERVAÇÃO DA ATUALIDADE NA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES OBJETO DA CONCESSÃO				
9	Deixar de preservar a atualidade na execução das atividades objeto da Concessão	8.1	R\$ 40.000,00	Por constatação
PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES AO INÍCIO DA VIGÊNCIA DA CONCESSÃO				
10	Deixar de comprovar a constituição da SPE no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da assinatura do Contrato	10.1, (ii)	R\$ 40.000,00	Por constatação
11	Recusar-se a assinar o termo aditivo no prazo determinado pelo Poder Concedente, após a constituição da SPE, regularizando a condição de	10.4	R\$ 40.000,00	Por constatação



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

	Concessionária			
DIRETRIZES DE CONVIVÊNCIA ENTRE CONCESSIONÁRIA E PODER CONCEDENTE				
12	Não cumprir com os seus deveres no tocante à fixação de Diretrizes de Convivência	12.1, 12.2 e 12.3	R\$ 40.000,00	Por constatação
13	Descumprir qualquer norma prevista nas Diretrizes de Convivência	12.5	R\$ 40.000,00	Por constatação
RECEITAS E PAGAMENTOS				
14	Fazer qualquer tipo de cobrança, não autorizada pelo Contrato, dos usuários	14.3	R\$ 80.000,00	Por constatação
15	Deixar de encaminhar contratos e documentos pertinentes, para o Poder Concedente, no tocante às receitas acessórias	15.7	R\$ 80.000,00	Por constatação
16	Celebrar contrato de exploração de receitas acessórias, por prazo superior ao da Concessão	15.7	R\$ 400.000,00	Por constatação
17	Realizar exploração de atividades ou veiculação de publicidade que	15.11	R\$ 80.000,00	Por constatação



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

	possam prejudicar o desenvolvimento das atividades objeto do Contrato			
18	Descumprir a obrigação de celebração, por escrito, de todos os contratos de exploração de receitas acessórias	15.13	R\$ 40.000,00	Por constatação
19	Deixar de contabilizar separadamente as receitas acessórias auferidas pela Concessionária	15.15	R\$ 400.000,00	Por constatação
20	Deixar de encaminhar, no prazo previsto no CONTRATO, relatório contemplando o detalhamento dos valores arrecadados, cópia das faturas e instrumentos congêneres, e demais informações necessárias ao acompanhamento da exploração das RECEITAS ACESSÓRIAS	15.15	R\$ 40.000,00	Por constatação
FINANCIAMENTO				



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

21	Oferecer direitos emergentes da Concessão, como garantia de financiamentos, sem a anuência prévia e expressa do Poder Concedente	17.2	R\$ 1.000.000,00	Por constatação
22	Dar ações ou direitos correspondentes ao controle da Concessionária, em garantia de financiamentos, sem a anuência prévia e expressa pelo Poder Concedente	17.3	R\$ 1.000.000,00	Por constatação
BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO, REVERSÃO E TRANSIÇÃO				
23	Deixar de manter o inventário dos bens integrantes da concessão, com todas as informações exigidas no Contrato	18.3	R\$ 40.000,00	Por constatação
24	Deixar de registrar na Contabilidade da Concessionária os bens integrantes da Concessão, incluindo sua distinção em	18.4	R\$ 40.000,00	Por constatação



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

	relação aos bens privados			
25	Deixar de manter os bens integrantes da concessão em plenas condições de uso, conservação e segurança	18.5	R\$ 40.000,00	Por constatação
26	Alienar, transferir ou constituir ônus, de qualquer natureza, dos bens integrantes da concessão, sem a anuência prévia do Poder Concedente	20.1	R\$ 400.000,00	Por constatação
27	Deixar de mencionar expressamente a vinculação à concessão, nos negócios jurídicos da Concessionária que envolvam os bens integrantes da concessão.	20.6	R\$ 40.000,00	Por constatação
28	Utilizar ou disponibilizar os bens integrantes da concessão fora das hipóteses previstas no Contrato.	20.7, dentre outras	R\$ 400.000,00	Por constatação
29	Deixar de reverter os bens reversíveis, bem	21.1	R\$ 1.000.000,00	Por constatação



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

	como todos os direitos e privilégios vinculados à concessão, no final de sua vigência.			
30	Deixar de transferir ao Poder Concedente ou a quem este indicar, ao final da Concessão, independentemente de sua causa, todos os bens reversíveis e a operação das linhas em perfeito estado de uso, conservação e funcionamento.	22.1	R\$ 1.000.000,00	Por constatação
31	Deixar de elaborar as correções e substituições na forma prevista no Termo Provisório de Devolução.	22.6.6	R\$ 400.000,00	Por constatação
32	Distribuir qualquer valor ou patrimônio entre os acionistas da SPE, antes do Poder Concedente atestar que os bens revertidos encontram-se em perfeitas condições de operacionalidade,	22.13	R\$ 1.000.000,00	Por constatação



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

	utilização e manutenção, livres de quaisquer ônus ou encargos e que esteja plenamente assegurado o pagamento das importâncias devidas ao PODER CONCEDENTE, a título de indenização ou qualquer outro título.			
33	Descumprir quaisquer das obrigações previstas na Cláusula 23.1, quando da transição das atividades objeto da CONCESSÃO	23.1	R\$ 40.000,00	Por constatação
CONCESSIONÁRIA				
34	Deixar de instituir Programa de Conformidade (compliance) no prazo previsto no Contrato	25.1	R\$ 80.000,00	Por constatação
35	Descumprir o cronograma de integralização do capital social da SPE	27.2	R\$ 400.000,00	Por mês
36	Reduzir o capital social da SPE abaixo do mínimo permitido	27.5	R\$ 400.000,00	Por mês



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

	Modificar a composição societária da SPE, com transferência do controle acionário direto, sem prévia e expressa anuência do Poder Concedente	28.1	R\$ 400.000,00	Por constatação
37	Alterar o controle acionário indireto, sem a anuência prévia e expressa do Poder Concedente, quando for exigido pelo Contrato.	28.4	R\$ 400.000,00	Por constatação
38	Praticar os atos previstos no rol da Cláusula 29.1.1, sem a anuência prévia do Poder Concedente, quando não implicar em infração já especificamente prevista neste Anexo	29.1.1	R\$ 400.000,00	Por constatação
39	Praticar os atos previstos no rol da Cláusula 29.2.1, sem a comunicação do Poder Concedente, quando não implicar em infração já especificamente	29.2.1	R\$ 200.000,00	Por constatação



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

	prevista neste Anexo			
OBRAS E PROJETOS				
40	Descumprimento dos prazos de início das obras previstos na Metodologia de Execução apresentada pela Concessionária	30.1	R\$ 40.000,00	Por constatação
41	Deixar de transferir, gratuitamente, os direitos e documentos necessários ao desempenho das atividades previstas no objeto do contrato, ao final da concessão	32.7	R\$ 400.000,00	Por constatação
42	Descumprir a obrigação de que todos os sistemas supervisores, de automação e de controle operacional sejam de código aberto, ou de franquear acesso do Poder Concedente em relação aos respectivos códigos	32.8	R\$ 400.000,00	Por constatação
43	Utilizar a documentação técnica prevista na Cláusula 32.10 do contrato para fins	32.10	R\$ 100.000,00	Por constatação



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

	diversos dos previstos no contrato			
44	Deixar de disponibilizar a documentação prevista na cláusula 32.11 do contrato	32.11	R\$ 200.000,00	Por constatação
45	Descumprir quaisquer obrigações previstas na Cláusula 33.1	33.1	R\$ 40.000,00, sem prejuízo de dever de ressarcimento integral ao Poder Concedente	Por constatação
LICENCIAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL				
46	Deixar de cumprir as exigências estabelecidas nas licenças ambientais e de responsabilidade da Concessionária, implicando em qualquer espécie de prejuízo à perfeita execução das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO.	35.1	R\$ 200.000,00	Por constatação
47	Deixar de manter vigente a licença ambiental de operação	35.2	R\$ 100.000,00	Por constatação
OPERAÇÃO DAS ATIVIDADES OBJETO DA CONCESSÃO				



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

48	Descumprir a obrigação de executar as ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO ininterruptamente e de forma adequada ao pleno atendimento dos USUÁRIOS	36.1	R\$ 1.000.000,00	Por constatação
INDICADORES DE DESEMPENHO				
49	Deixar de elaborar relatório com todas as apurações feitas no mês no tocante aos indicadores de desempenho, e consequente envio ao Poder Concedente	37.10	R\$ 40.000,00	Por constatação
OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONCESSIONÁRIA				
50	Descumprir qualquer disposição constante do plano de operação, de manutenção, de segurança operacional, de seguros e/ou de manutenção.	Diversas cláusulas	R\$ 40.000,00	Por constatação
51	Não manter durante todo o prazo da CONCESSÃO todas as condições de habilitação que lhe	39.1, inciso viii	R\$ 40.000,00	Por constatação



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

	foram exigidas na LICITAÇÃO, necessárias à execução das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO.			
52	Não renovar ou não comprovar os documentos de regularidade e as quitações exigidas nos incisos IX e X da Cláusula 39.1.	39.1, incisos ix e x	R\$ 40.000,00	Por constatação
53	Descumprir quaisquer das obrigações relativas às ações judiciais decorrentes da execução do objeto do Contato	Diversas cláusulas	R\$ 40.000,00	Por constatação
54	Deixar de manter funcionando perfeitamente o Sistema de Controle e Gestão.	58.3, (i)	R\$ 400.000,00	Por constatação
55	Identificação de ausência intencional de contabilização de qualquer tipo de receita no Sistema de Controle e Gestão	58.3, (i) e 67.2, (vii)	R\$ 1.000.000,00	Por constatação
56	Descumprir as obrigações tributárias e	Diversas cláusulas	R\$ 40.000,00	Por constatação



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

	trabalhistas decorrentes de sua atividade, bem como aquelas previstas no Contrato			
57	Descumprir quaisquer de suas obrigações relativas à apresentação de peças contábeis ao Poder Concedente ou às correspondentes publicações.	39.1 incisos ii, vii	R\$ 40.000,00	Por constatação
58	Não divulgar adequadamente ao público em geral, e ao USUÁRIO em particular, a adoção de procedimentos especiais na ocorrência de situações excepcionais	39.1, inciso xxi	R\$ 80.000,00	Por constatação
59	Se negar a refazer, adequar ou corrigir toda e qualquer obra ou atividade de sua responsabilidade realizado de maneira indevida ou em desconformidade com os padrões de qualidade estabelecidos	39.1, inciso xxxvi	R\$ 200.000,00	Por constatação



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

	neste CONTRATO e ANEXOS			
60	Não obter, possuir e manter, ao longo de todo o prazo da CONCESSÃO, o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros para toda a infraestrutura relacionada ao objeto da CONCESSÃO, bem como todas as demais licenças e alvarás necessários à execução das atividades de sua responsabilidade, nos termos do CONTRATO	39.1, inciso xxxix	R\$ 80.000,00	Por constatação
61	Praticar qualquer tipo de fraude em relação à contagem dos usuários ou à contabilização de receitas de exploração ou de receitas acessórias	Diversas cláusulas	R\$ 1.000.000,00	Por constatação
62	Descumprir as disposições previstas na Lei Estadual n.º 10.294/1999, que dispõe sobre a proteção e defesa do usuário do	39.1, inciso liii	R\$ 80.000,00	Por constatação



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

	serviço público no âmbito do ESTADO			
63	Não oferecer, aos usuários, quaisquer dos canais de comunicação previstos no contrato	Diversas cláusulas	R\$ 80.000,00	Por constatação
PUBLICIDADE				
64	Descumprir qualquer obrigação decorrente do dever de sigilo ou de restrição à divulgação e publicidade de informações previstas no Contrato	41	R\$ 100.000,00	Por constatação
OUVIDORIA				
65	Não instituir e manter um Serviço de Atendimento ao Usuário e Ouvidoria permanente para receber e processar as críticas e sugestões dos USUÁRIOS dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO ou de terceiros afetados por sua exploração	44.1	R\$ 200.000,00	Por constatação
INVESTIMENTOS ADICIONAIS				
66	Não cooperar, de qualquer forma, com a	51	R\$ 100.000,00	Por constatação



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

	realização de investimentos adicionais			
67	Descumprir quaisquer das obrigações previstas na Cláusula 53	53.1	R\$ 40.000,00	Por constatação
GARANTIA DE EXECUÇÃO E SEGUROS				
68	Não manter a garantia de execução válida, vigente e nas condições previstas no contrato, durante toda a vigência contratual	56	R\$ 400.000,00	Por constatação
69	Não apresentar ao Poder Concedente, em até 30 (trinta) dias antes do término do prazo de vigência da GARANTIA DE EXECUÇÃO, documento comprobatório de renovação e atualização da GARANTIA DE EXECUÇÃO.	56.6	R\$ 100.000,00	Por constatação
70	Não fornecimento ao Poder Concedente, em prazo não superior a 30 (trinta) dias do início de cada ano da CONCESSÃO, de	57.6	R\$ 100.000,00	Por constatação



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

	certificado emitido pela(s) seguradora(s) confirmando que todas as apólices de seguros contratadas estão válidas, e que os respectivos prêmios se encontram pagos.			
71	Outras obrigações relativas à apresentação de seguros	57	R\$ 40.000,00	Por constatação
FISCALIZAÇÃO				
72	Criar empecilhos, não colaborar ou não cumprir as determinações do Poder Concedente no tocante ao seu poder de fiscalização	58	R\$ 80.000,00	Por constatação
73	Não cumprir quaisquer das obrigações previstas nos incisos da Cláusula 58.11	58.11	R\$ 80.000,00	Por constatação
CONTRATOS COM TERCEIROS				
74	Não comunicar o Poder Concedente em relação à contratação de terceiros para a prestação de serviços relevantes para o	60.2	R\$ 80.000,00	Por constatação



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

	desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares às ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO, tais como elaboração de projetos, planos, manutenção, conservação e construção.			
75	Contratar qualquer terceiro que tenha figurado como LICITANTE na LICITAÇÃO, que tenha sido desabilitado, desclassificado ou vencido na LICITAÇÃO, sem a prévia anuência do PODER CONCEDENTE	60.5	R\$ 1.000.000,00	Por constatação
SUBCONTRATAÇÃO				
76	Subcontratar a execução das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO em desconformidade com as regras previstas no CONTRATO ou no	61	R\$ 1.000.000,00	Por constatação



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

	EDITAL			
SUBCONCESSÃO				
77	Efetuar ou permitir qualquer tipo de subconcessão em relação às ATIVIDADES objeto do presente CONTRATO	62.1	R\$ 1.000.000,00	Por constatação



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Contrato STM nº ____/2018

ANEXO 03

ELEMENTOS DE PROJETO DAS
OBRAS



1. ASPECTOS CONSTRUTIVOS - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

As especificações técnicas apresentadas neste item tem por objetivo orientar a CONCESSIONÁRIA quanto à tipologia das obras a serem realizadas, cabendo a ela a definição final dos materiais e acabamentos a serem utilizados, desde que mantidos os padrões mínimos a seguir descritos.

As eventuais alterações das normas técnicas aqui citadas deverão ser atendidas pela CONCESSIONÁRIA, ao longo de toda a CONCESSÃO, mediante avaliação de seu impacto no contrato.

1.1. Condições Gerais

Todas as alterações e obras a serem realizadas deverão obedecer às legislações e normas brasileiras, inclusive aquelas oriundas da Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão, incluindo ambientais, Corpo de Bombeiros e deverão atender a normas de acessibilidade universal NBR 9050.

Os materiais a serem utilizados deverão satisfazer integralmente às especificações do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, às determinações das Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) bem como normas e regulamentos de Órgãos Públicos Federais, Estaduais, Municipais, de Concessionárias (eletricidade, telefonia, água e esgoto, etc), e à legislação relativa à detecção, proteção e combate a incêndio.

Caso necessário deverão ser implantados tapumes e portões provisórios para o acesso da obra por máquinas e equipamentos. A execução do alambrado de fechamento nos limites do terreno, gradis internos, portões e acessos deverão garantir o isolamento da obra do público geral, devendo ser recompostos os trechos de muros e portões existentes eventualmente danificados durante a construção, bem como a respectiva pintura e acabamentos finais, entregando-se tudo em perfeito estado.

As medidas de proteção aos empregados e a terceiros, durante a construção, obedecerão ao disposto nas “Normas de Segurança do Trabalho nas Atividades da Construção Civil”, de acordo com a NR 18 da Portaria 3214 do Ministério do Trabalho.

Deverão ser adotadas todas as medidas de controle de acesso e segurança das obras, necessárias à proteção e segurança de todo o pessoal envolvido e do público geral. Deverá existir um controle e identificação de todas as pessoas que tenham acesso à obra e ao canteiro.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Quando da limpeza do terreno será vedada a disposição do material retirado em áreas contíguas ou não autorizadas.

Observada toda a legislação vigente, é de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a disposição final das demolições das edificações existentes, inclusive os equipamentos e torres do teleférico existente.

Deverão ser tomadas todas as precauções necessárias e indicadas para evitar erosão do solo, degradação ambiental e poluição ambiental do lote e das áreas vizinhas.

Deverão ser adotadas todas as medidas necessárias para proteção de pessoas quanto a quedas, áreas de risco e outros riscos possivelmente decorrentes da execução das obras.

Deverão ser adotadas todas as medidas necessárias para a proteção de pessoas contra queda de materiais.

Deverão ser seguidas todas as normas pertinentes e em específico:

- NR 18 - Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção;
- NR 18.13 – Medidas de proteção contra quedas de altura.

As obras de terraplenagem deverão contemplar o corte / destoca de eventuais árvores, limpeza da camada vegetal.

A operação de escavação deve ser precedida dos serviços de remoção da vegetação, destocamento e limpeza. O desenvolvimento dos trabalhos deve otimizar a utilização adequada ou rejeição dos materiais extraídos.

Caso seja necessário, o "bota-fora" deverá ser aprovado pelo órgão ambiental responsável.

Deverá ser evitada a queda do material durante o transporte, devendo ser adotadas medidas especiais para prevenir esta ocorrência, bem como a limpeza dos logradouros e áreas prejudicadas, caso isso ocorra.

Os aterros só poderão ser executados com a utilização de material apropriado e adequado, procedente da própria escavação ou de empréstimos de jazidas previamente aprovadas pelos órgãos ambientais responsáveis.

Durante os trabalhos de preparo do terreno deverá ser providenciada a drenagem das águas pluviais de maneira a canalizá-las, sem que causem



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

danos à Terraplanagem executada ou danos de qualquer natureza ao patrimônio público ou meio ambiente.

Para a execução dos serviços deverão ser obedecidas todas as normas técnicas da ABNT atinentes ao assunto, com particular atenção para as seguintes:

- NBR 5681:1980: Controle Tecnológico para a execução de aterros em obras de edificação: (NB-501/1977);
- NBR 6459:1984: Solo - Determinação do Limite de Liquidez (NB-30/1984) ;
- NBR 7180:1984: Solo - Determinação do Limite de Plasticidade (MB-31/1984);
- NBR 7181:1984: Solo - Análise Granulométrica (MB-32/1984);
- NBR 7182:1986: Solo - Ensaio de Compactação (MB-33/1984).

O projeto deverá, se possível, prever sistema de captação de águas pluviais para seu reaproveitamento.

O sistema de iluminação deverá atender toda a legislação vigente para esse tipo de equipamento (Parque Público) em todas as áreas da concessão.

Caso a CONCESSIONÁRIA opte pela instalação de elevadores, ela deverá obedecer ao disposto nas normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) através da NBR9050 (Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações) e NBR13994 (Elevadores para passageiros) e às prescrições legais exigidas pelos órgãos legais.

Durante toda e qualquer obra deverá ser realizada limpeza continuamente até seu final.

Deverá ser removido todo o entulho do terreno, sendo cuidadosamente limpos e varridos todos os acessos.

Durante as obras deverão haver baias apropriadas para classificação dos resíduos gerados conforme classes estabelecidas no Art. 3º da Resolução Conama nº 307, conforme segue:

I. Classe A - são os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem;
 - b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto;
 - c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meio-fios etc.) produzidas nos canteiros de obras;
- II. Classe B - são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como: plásticos, papel/papelão, metais, vidros, madeiras e outros;
- III. Classe C - são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação, tais como os produtos oriundos do gesso; reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros.
- IV. Classe D: são resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde. (nova redação dada pela Resolução nº 348/04).

A destinação final dos resíduos deverá obedecer ao estabelecido no Art. 10º da Resolução Conama nº 307, conforme segue:

- I. Classe A: deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- II. Classe B: deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- III. Classe C: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- IV. Classe D: deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.



A disposição final dos resíduos deverá ser feita em aterros que atendam às normas e exigências estabelecidas pelos órgãos ambientais competentes, a saber:

- DAIA - Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental,
- DUSM - Departamento de Uso do Solo Metropolitano,
- DEPRN - Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais,
- CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental e
- Legislação Municipal pertinente.

As empresas que efetuarem a coleta e o transporte dos resíduos deverão obedecer à Legislação Municipal no que tange ao cadastramento das mesmas.

1.2. Implantação das novas áreas e edificações

As obras de implantação das novas instalações devem seguir as normas técnicas vigentes, bem como o código de obras do município.

Dentre as normas que devem ser seguidas destacam-se, não se restringindo a estas:

- NBR 6118 - Projeto e execução de obras de concreto armado.
- NB 49/73 - Projeto e execução de obras de concreto simples.
- NBR 6122 - Projeto e execução de fundações.
- NBR 7678 - Segurança na execução de obras e serviços de construção.
Deverão ser observados os resultados das sondagens de reconhecimento do subsolo, locação e cargas dos pilares segundo o projeto de estrutura. Os cálices de apoio dos pilares deverão estar no mínimo 60cm abaixo do piso acabado para evitar recalques e trincas.
- NBR 10844 – 1989 Instalações prediais de águas pluviais
- NBR 8800 – 1986 Projeto e execução de estruturas de aço de edifícios

A estrutura poderá ser em concreto pré-fabricado ou metálica conforme a conveniência e deverá respeitar as todas as normas técnicas pertinentes e em específico:

Concreto:



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- NBR 7480 - Barras e fios de aço destinado a armaduras para concreto armado.
- NBR 7211 - Agregados para concreto.
- NBR 5737 - Cimento Portland de moderada resistência a sulfatos e Cimento Portland de alta resistência a sulfatos.
- NBR 7223 - Concreto - determinação da consistência pelo abatimento do tronco de cone.
- NBR 6118 - Projeto e execução de concreto armado.
- NBR 6120 - Cargas para o Cálculo de Estruturas de Edificações.
- NBR 8800 - Projeto e execução de estruturas de aço de edifícios - método dos estados limites.

Metálica:

- NBR9971 – elementos de fixação dos componentes das estruturas metálicas.
- NBR6152 – material metálico, determinação das propriedades mecânicas da Tração.
- NBR6153 – produto metálico, ensaio de dobramento semiguiado.
- NBR8800 – projeto e execução da estrutura de aço de edifícios, método dos estados- limite.
- NBR6355 – perfis estruturais de aço formados a frio.
- NBR5884 – perfis estruturais soldados de aço.

Todos os sanitários deverão atender às normas da prefeitura e em especial à vigilância sanitária.

As instalações hidráulicas deverão obedecer às seguintes normas da ABNT:

NBR 5626:1982: Instalações Prediais de Água Fria (NB92-1980)

- NBR 5648:1977: Tubos de PVC rígidos para Instalações de Água Fria (EB892/1977)
- NBR 5651:1977: Recebimento de Instalações Prediais de Água Fria (EB-829/1975)



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- NBR 5657:1977: Verificação da estanqueidade à Pressão Interna de Instalações Hidráulicas Prediais de Água Fria (NB-1128/1975)
- NBR 5658:1977: Determinação de Funcionamento das Peças de Utilização de uma Instalação Predial de Água Fria (MB-1129/1975)
- NBR 7198:1993: Projeto e Execução de Instalações Prediais de Água Quente (NB- 128/1993)
- NBR 9256:1986: Montagem de Tubos de Conexão Galvanizados para Instalações Prediais de Água Fria (NB-960/1985)
- NBR 8160:1983: Instalações Prediais de Esgoto Sanitários (NB-19/1983)
- NBR 9649:1986: Projeto de Redes Coletoras de Esgoto Sanitário (NB567/1986)
- NBR 9814:1987: Execução de Rede Coletora de Esgoto Sanitário (NB-37/1986)

Deverá prever sistema de detecção de incêndio e a utilização de sprinkler que atenda a legislação de acordo com o pé direito das edificações e seu uso.

Deverá prever sistema de iluminação de emergência, tipo autônoma, com rotas de fuga e sistema de alarme de incêndio, composto de acionadores tipo quebra vidro e alarme sonoro tipo sirene próximos aos hidrantes e em locais devidamente dimensionados para não ultrapassar a distância máxima de deslocamento.

Deverão ser previstas rotas e saídas de incêndio segundo os critérios atuais de caminhamento.

Sistemas de hidrantes e extintores devem estar presentes em todas as áreas, de acordo com as normas pertinentes.

Deverá contar com um sistema de proteção de descargas atmosféricas, para raios com os respectivos pontos de medição. A malha de aterramento deverá ser composta por cabos de cobre com as respectivas interligações e deverão garantir a equipotencialização. Hastes de aterramento deverão ser instaladas para medição do sistema.

Deverão ser instalada canaletas de contenção, iluminação de emergência e linha telefônica exclusiva para emergências. Todos os cabos e alimentadores deverão ser do tipo antichama. Deverá ser prevista a cogeração de energia,



com geradores a diesel que suporte no mínimo todas as funções de emergência necessárias à segurança do público.

Todas as instalações elétricas deverão atender a legislação e às normas vigentes, em especial:

NBR 5473:1986: Instalação Elétrica Predial (TB-19-27/1986)

1.3. Construção / Implantação de Vagas para Estacionamento de Veículos

O estacionamento deverá prever 3% das vagas para Portadores de Necessidades Especiais de acordo com a NBR9050.

Poderá ser destinada área específica nos estacionamentos para uso da equipe da CONCESSIONÁRIA e de fornecedores.

2. ÁREA DA PRAÇA DO PARQUE CAPIVARI

Área da Praça: passará por uma completa reformulação para a devida adequação com o novo projeto previsto. O detalhamento das intervenções mínimas com as devidas plantas e o projeto de referência, encontra-se descrito a seguir:

- Remoção de todos os chalés que são: do 02 ao 21 – área de 350m²; M, L, K – área de 154m²; do 29 ao 44 e galpão - área de 550m²; área 1 próxima à Estação Emílio Ribas Histórica; do 22 ao 28, wc – área de 357m², totalizando uma área de 1.496m²;
- Remoção das Casas dos Funcionários (na esquina da rua Eng. Diogo José de Carvalho e Praça Castro Alves) e Chalés 63 e 68 (Rua Eng. Diogo José de Carvalho);
- Remoção do playground existente;
- Execução de novo piso em uma área mínima de 6000m²;
- Execução de ajardinamento em uma área mínima de 3000m²;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- Execução da limpeza e implantação de pavimento da Área "H" (vide figura 1 – Anexo 1) próxima a Oficina com aproximadamente 760m² que poderá ser destinada para local de eventos;
- Implantação de lojas distribuídas ao longo de toda a praça, podendo ser implantada em blocos ou individuais com área mínima de cada loja de 10,00 m² e área total (soma de todas as lojas) de 260,00 m²;
- Área técnica e administrativa (gerência, áreas técnicas, área de treinamento, copa para funcionários, depósito, casa de máquinas, almoxarifado, recursos humanos, departamento financeiro, oficina etc.) com área mínima de 790,00 m²;
- Bilheteria com área mínima de 15,30 m²;
- Enfermaria com área mínima de 7,00 m²;
- Guarda volume com área mínima de 11,00 m²;
- Área de atendimento aos usuários (coberta) com área mínima de 250,00 m²;
- Implantação de sanitários e fraldários (no mínimo 1 fraldário): 3 locais distintos com área total (soma de todos os sanitários) de no mínimo 150,00 m²;
- Remoção da atual bilheteria e entrada do teleférico com áreas de 10 m² e 90 m² respectivamente e construção de nova estação de embarque / bilheteria;
- Implementação do serviço de pedalinho, com a execução de novo "Deck" do lago, numa extensão de 100m por 2m, aumentando a estrutura básica para operação e manutenção;
- Implantação de um palco multi-uso com uma área mínima de palco de 200,00 m², contendo camarins e banheiros para os músicos com área mínima de 35m² e coxia/depósito com área mínima de 50,00m²;
- Implantação de área livre para plateia do palco multi-uso com 2100,00 m² e arquibancadas/assentos com área mínima de 260,00m²;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

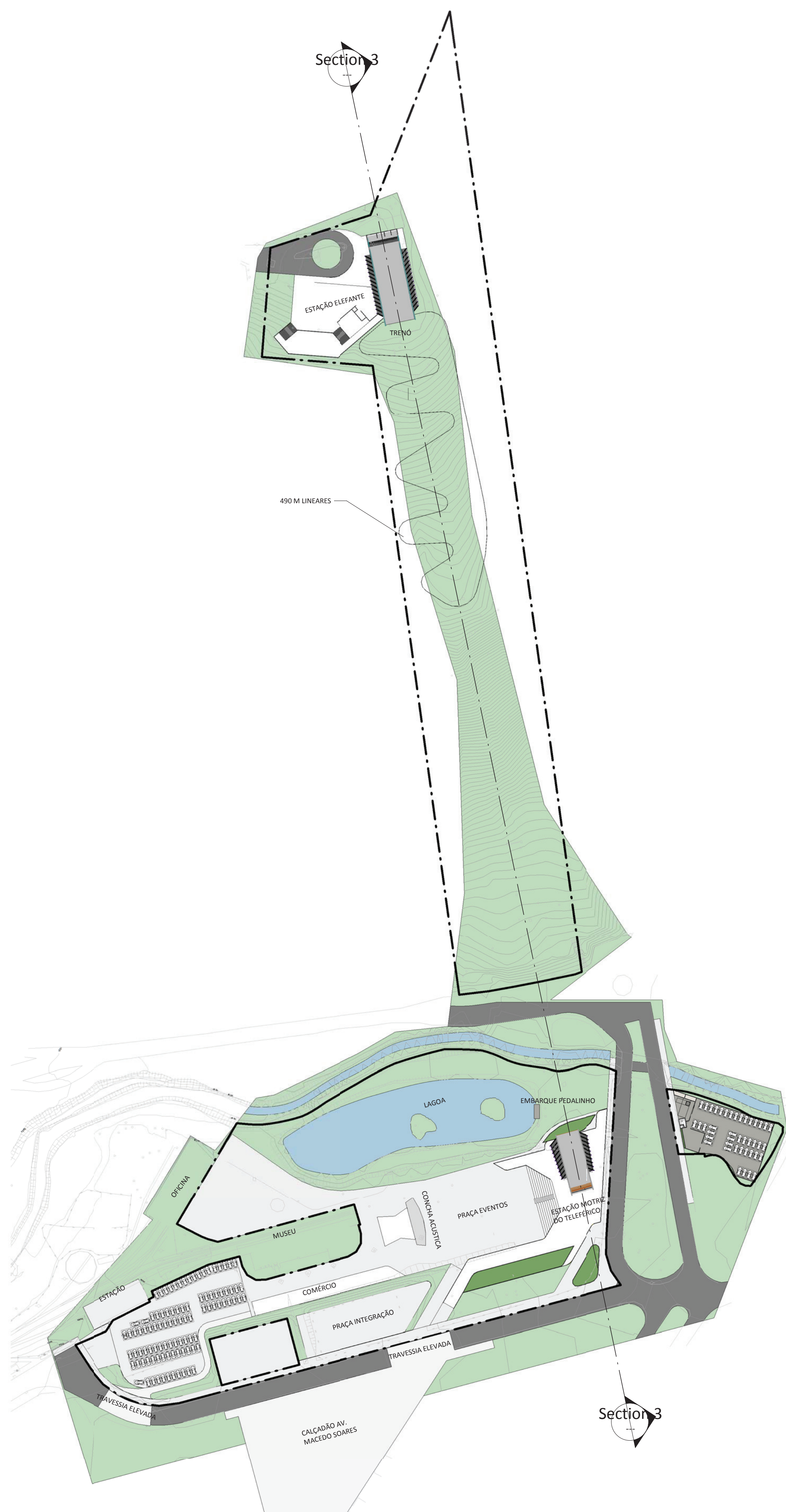
- Execução de uma interligação do Parque Capivari com a Praça São Benedito (Rua Eng. Diogo José de Carvalho) contendo rampas de acesso, “traffic calming” e soluções urbanísticas que valorizem a integração dos dois atrativos;
- Construção de estacionamentos nas áreas A, G e F (vide Anexo I - figura 01 e planta 01/06 – Implantação Geral) para implantação.

3. ÁREA DO TOPO DO MORRO DO ELEFANTE

A reforma e a adequação do Morro do Elefante deverão ser realizadas de acordo com o projeto de referência com as devidas plantas ou de acordo com proposta a ser apresentada pela CONCESSIONÁRIA (quando do desenvolvimento do projeto executivo sob sua responsabilidade), desde que contenha no mínimo os seguintes itens:

- Local destinado a sanitários e fraldários (no mínimo 1 fraldários): 2 locais distintos com área total (soma de todos os sanitários) de 71,50 m²;
- Área coberta com área interna disponível para eventos e exposições de 395,00 m²;
- Lojas distribuídas ao longo do local, podendo ser implantadas em blocos ou individuais com área mínima de cada loja de 10,00 m² e área total (soma de todas as lojas) de 189,00 m² e restaurantes (café) 200,00 m²;
- Área técnica e administrativa (áreas técnicas, copa para funcionários, depósito, casa de máquinas, almoxarifado, oficina etc.) com área mínima de 220,00 m²;
- Bilheteria com área mínima de 21,00 m²;
- Enfermaria com área mínima de 7,00 m²;
- Área de atendimento aos usuários (coberta) com área mínima de 126,00 m²;
- Belvedere.

4. PLANTAS COM O DETALHAMENTO DO PROJETO



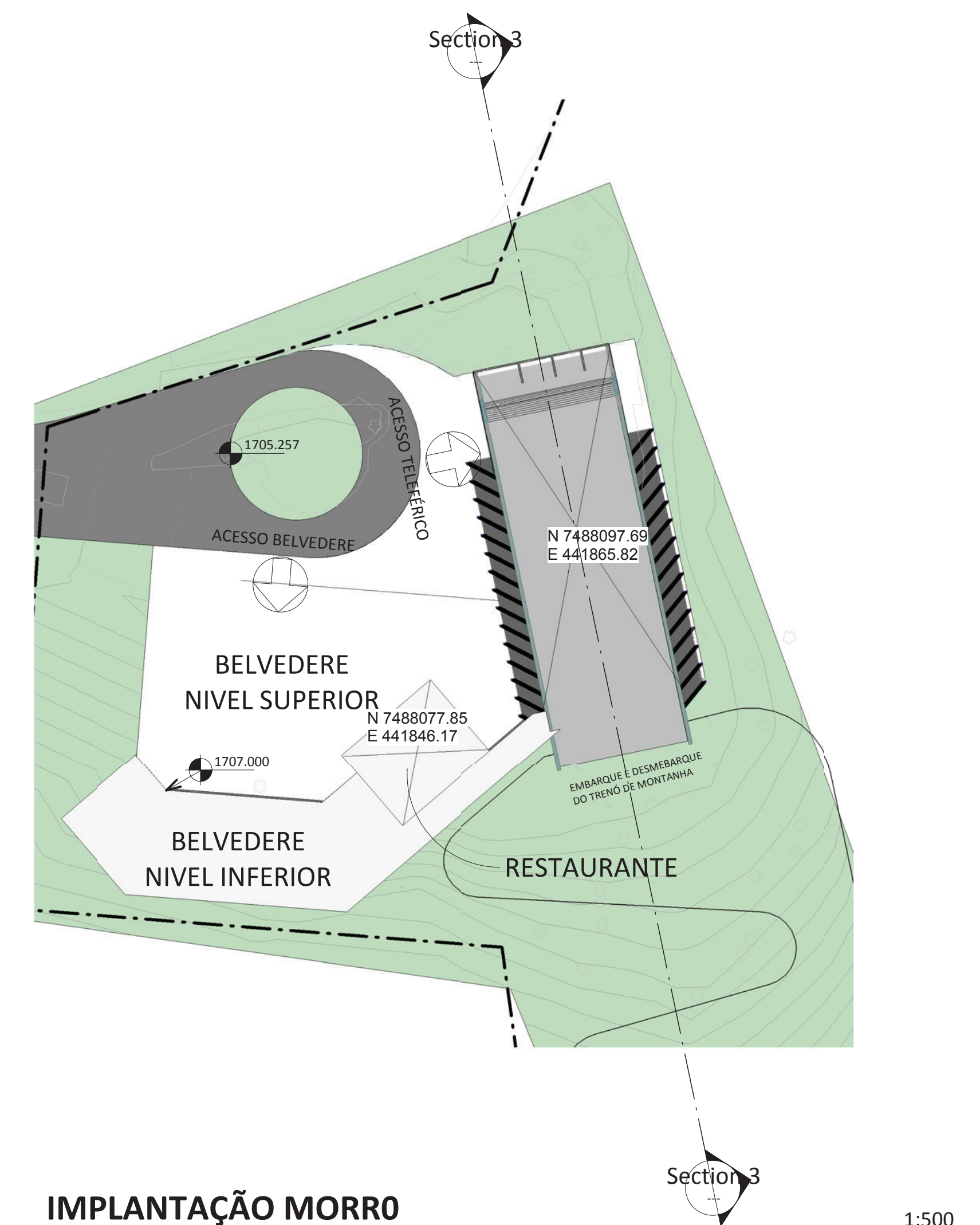
IMPLANTAÇÃO GERAL

1:1500



IMPLANTAÇÃO PRAÇA

1:500



IMPLANTAÇÃO MORRO

1:500

TELEFÉRICO CAMPOS DO JORDÃO

CIDADE: CAMBORIÚ, SC
ENDEREÇO: BARRA SUL,
BALNEÁRIO CAMBORIÚ

CONTEÚDO DA PRANCHA
-IMPLANTAÇÃO GERAL

BALNEÁRIO CAMBORIÚ, SC
29/11/2017 09:46:21

Disciplina / Fase do projeto:

AR-EP

Prancha:

01-06



MDPLAN
ARQUITETURA

RUA 1131, 225, SALA 02 • 88330-786 • BC, SC • (47) 3268 1552

RESPONSÁVEL TÉCNICO

ARQ. PAULO EDUARDO MAYER

CAU/SC: A38879-3

CONTATO: +55 (47) 9172 7291 | paulo@mdplan.com.br

EQUIPE TÉCNICA

ARQ. PAULO EDUARDO MAYER	CAU A38879-3
ARQ. GRAZIELA DONATO	CAU A39351-7
ARQ. NAOYUKI KIMOTO	CAU A36902-0

TELEFÉRICO CAMPOS DO JORDÃO

CIDADE: CAMBORIÚ, SC

ENDEREÇO: BARRA SUL,

BALNEÁRIO CAMBORIÚ

PROPRIETÁRIO

TEDESCO TURISMO

CNPJ/CPF: 25.162.928/0001-01

CONTEÚDO DA PRANCHA

-ESTAÇÃO PRAÇA NÍVEL INFERIOR

BALNEÁRIO CAMBORIÚ, SC

06/10/2017 10:57:07

Disciplina / Fase do projeto:

AR-EP

Prancha:

02-06

01. Alterações no projeto arquitetônico deverão ser comunicadas ao arquiteto. Direitos Autoriais protegidos pela Lei n.º 9610 de 19 de fevereiro de 1998.

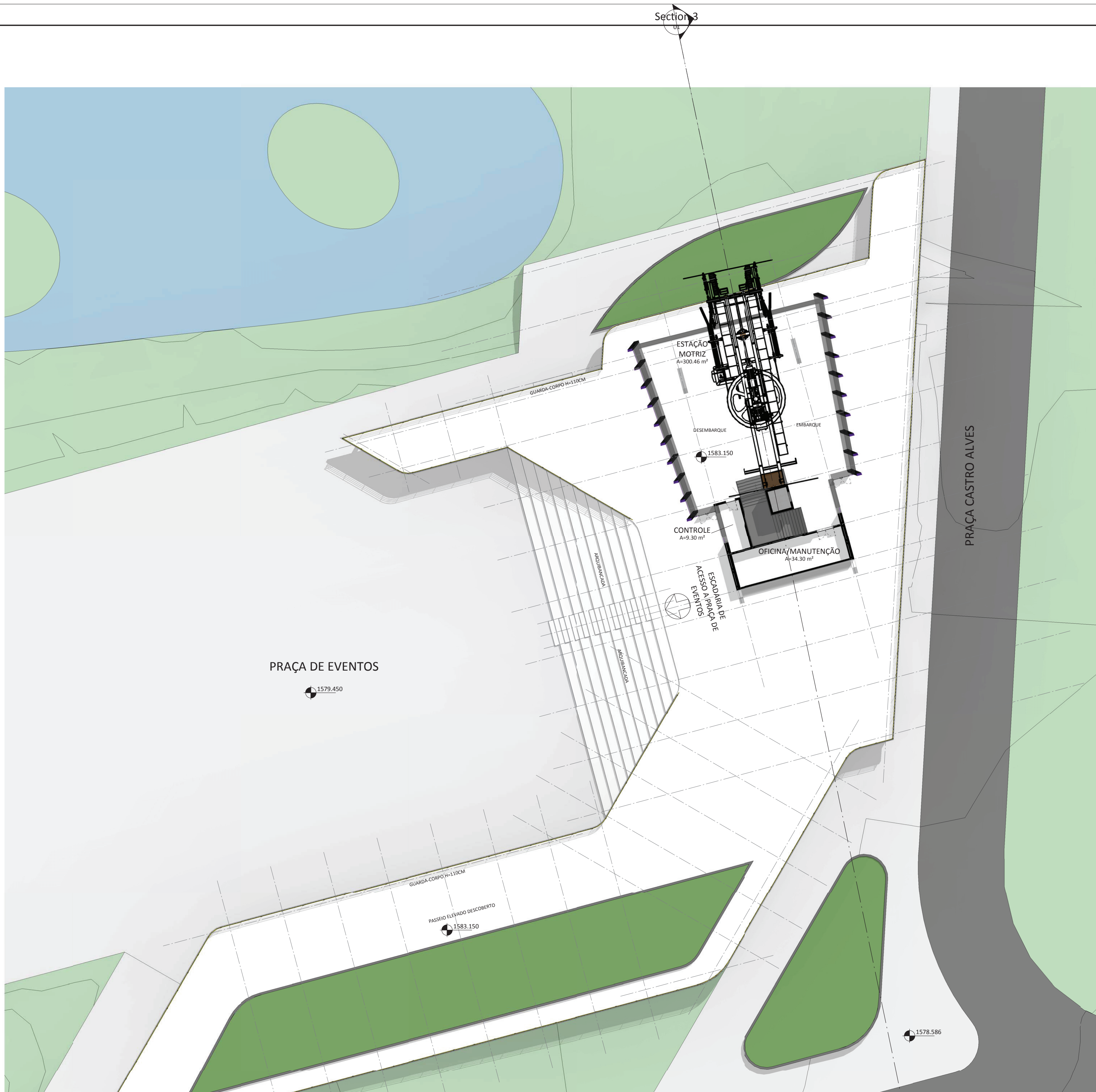
02. Declaro que as informações e os cálculos das áreas contidas neste projeto são verdadeiras e de total responsabilidade do autor do mesmo.

03. Declaro que a aprovação do projeto não implica no reconhecimento, por parte da prefeitura, do direito de propriedade do terreno.

04. As áreas unidas tais como banheiros, lavabos, cozinha, lavanderia etc, deverão prever revestimento impermeabilizante ou cerâmico até o teto.

05. Conferir medidas em obra. Em caso de divergência, no desenho, entre cota e escala, prevalecem as cotas.

06. Para cumprimento das exigências da NBR 15575/2013 deverá ser contratado profissional especializado.



RUA 1131, 225, SALA 02 • 88330-786 • BC, SC • (+7) 3268 1552

RESPONSÁVEL TÉCNICO

ARQ. PAULO EDUARDO MAYER

CAU/SC: A38879-3

CONTATO: +55 (47) 9172 7291 | paulo@mdplan.com.br

EQUIPE TÉCNICA

ARQ. PAULO EDUARDO MAYER	CAU A38879-3
ARQ. GRAZIELA DONATO	CAU A39351-7
ARQ. NADYUKI KIMOTO	CAU A36902-0

TELEFÉRICO CAMPOS DO
JORDÃO

CIDADE: CAMBORIÚ, SC
ENDEREÇO: BARRA SUL,
BALNEÁRIO CAMBORIÚ

PROPRIETÁRIO

TEDESCO TURISMO

CNPJ/CPF: 25.162.928/0001-01

CONTEÚDO DA PRANCHA

-ESTAÇÃO PRAÇA - NÍVEL SUPERIOR



ESTAÇÃO ELEFANTE - NIVEL INFERIOR

1:200

Section 3
01

01. Alterações no projeto arquitetônico deverão ser comunicadas ao arquiteto. Direitos Autoriais protegidos pela Lei n.º 9610 de 19 de fevereiro de 1998.
02. Declaro que as Informações e os cálculos das áreas contidas neste projeto são verdadeiras e de total responsabilidade do autor do mesmo.
03. Declaro que a aprovação do projeto não implica no reconhecimento, por parte da prefeitura, do direito de propriedade do terreno.
04. As áreas úmidas tais como banheiros, lavabos, cozinha, lavanderia etc., deverão prever revestimento impermeabilizante ou cerâmico até o teto.
05. Conferir medidas em obra. Em caso de divergência, no desenho, entre cota e escala, prevalecem as cotas.
06. Para cumprimento das exigências da NBR 15575/2013 deverá ser contratado projeto executivo.

MDPLAN
ARQUITETURA

RUA 1131, 225, SALA 02 • 88330-786 • BC, SC • (47) 3268 1552

RESPONSÁVEL TÉCNICO

ARQ. PAULO EDUARDO MAYER

CAU/SC: A38879-3

CONTATO: +55 (47) 9172 7291 | paulo@mdplan.com.br

EQUIPE TÉCNICA

ARQ. PAULO EDUARDO MAYER	CAU A38879-3
ARQ. GRAZIELA DONATO	CAU A39351-7
ARQ. NAOYUKI KIMOTO	CAU A36902-0

TELEFÉRICO CAMPOS DO JORDÃO

CIDADE: CAMBORIÚ, SC

ENDEREÇO: BARRA SUL,
BALNEÁRIO CAMBORIÚ

PROPRIETÁRIO

TEDESCO TURISMO

CNPJ/CPF: 25.162.928/0001-01

CONTEÚDO DA PRANCHA

ESTAÇÃO MORRO NIVEL INFERIOR

BALNEÁRIO CAMBORIÚ, SC

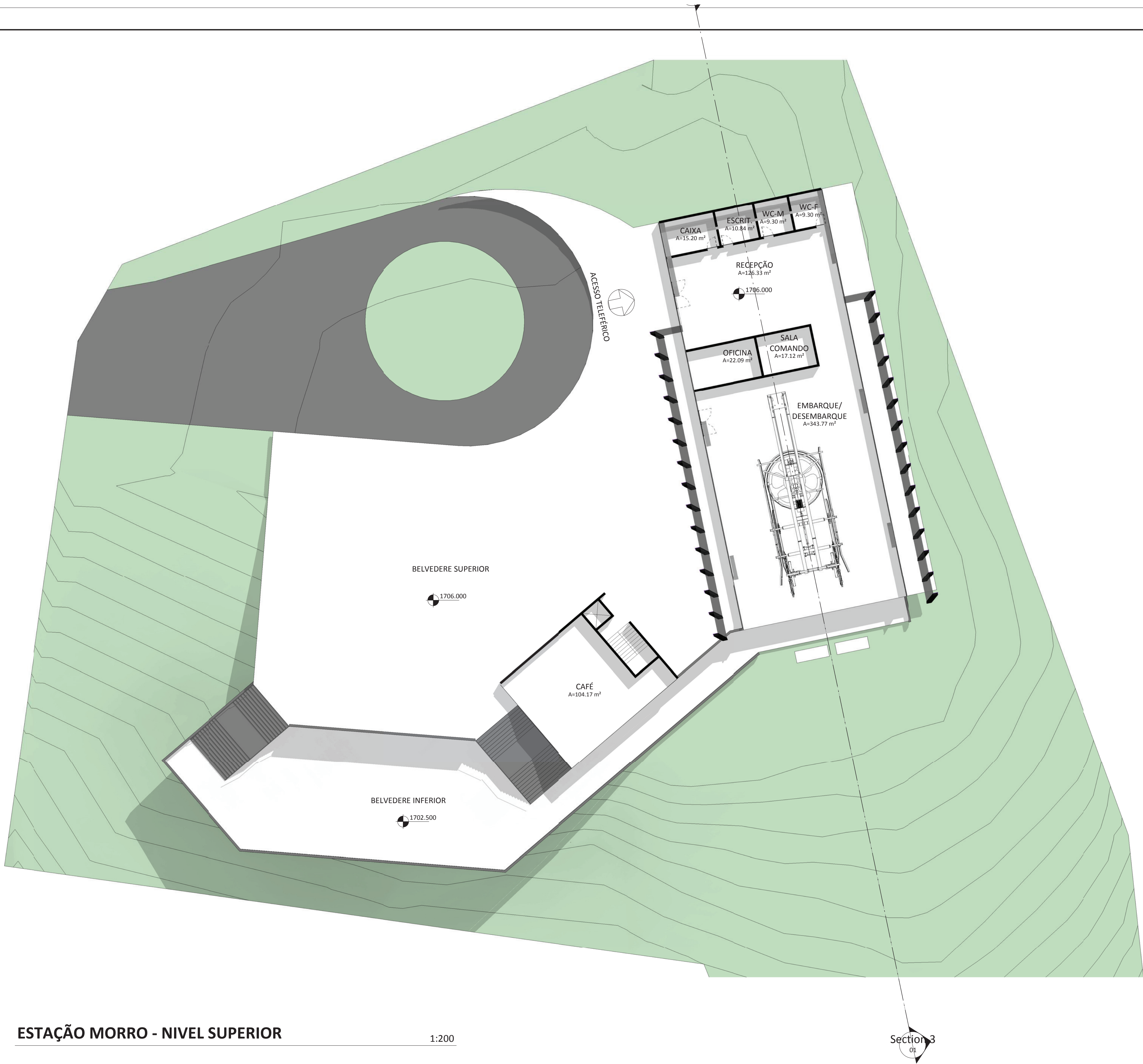
06/10/2017 10:57:49

Disciplina / Fase do projeto:

AR-EP

Prancha:

04-06



ESTAÇÃO MORRO - NIVEL SUPERIOR

1:200

Section 3
01

01. Alterações no projeto arquitetônico deverão ser comunicadas ao arquiteto. Direitos Autorais protegidos pela Lei n.º 9610 de 19 de fevereiro de 1998.
02. Declaro que as informações e os cálculos das áreas contidas neste projeto são verdadeiras e de total responsabilidade do autor do mesmo.
03. Declaro que a aprovação do projeto não implica no reconhecimento, por parte da prefeitura, do direito de propriedade do terreno.
04. As áreas limitadas tais como banheiros, lavabos, cozinha, lavanderia etc., deverão prever revestimento impermeabilizante ou cerâmico até o teto.
05. Conferir medidas em obra. Em caso de divergência, no desenho, entre cota e escala, prevalecem as cotas.
06. Para cumprimento das exigências da NBR 15575/2013 deverá ser contratado profissional executivo.

MDPLAN
ARQUITETURA

RUA 1131, 225, SALA 02 • 88330-786 • BC, SC • (47) 3268 1552

RESPONSÁVEL TÉCNICO

ARQ. PAULO EDUARDO MAYER

CAU/SC: A38879-3

CONTATO: +55 (47) 9172 7291 | paulo@mdplan.com.br

EQUIPE TÉCNICA

ARQ. PAULO EDUARDO MAYER	CAU A38879-3
ARQ. GRAZIELA DONATO	CAU A39351-7
ARQ. NAOKYUKI KIMOTO	CAU A36902-0

TELEFÉRICO CAMPOS DO JORDÃO

CIDADE: CAMBORIÚ, SC

ENDEREÇO: BARRA SUL,

BALNEÁRIO CAMBORIÚ

PROPRIETÁRIO

TEDESCO TURISMO

CNPJ/CPF: 25.162.928/0001-01

CONTEÚDO DA PRANCHA

-ESTAÇÃO MORRO NIVEL SUPERIOR

BALNEÁRIO CAMBORIÚ, SC

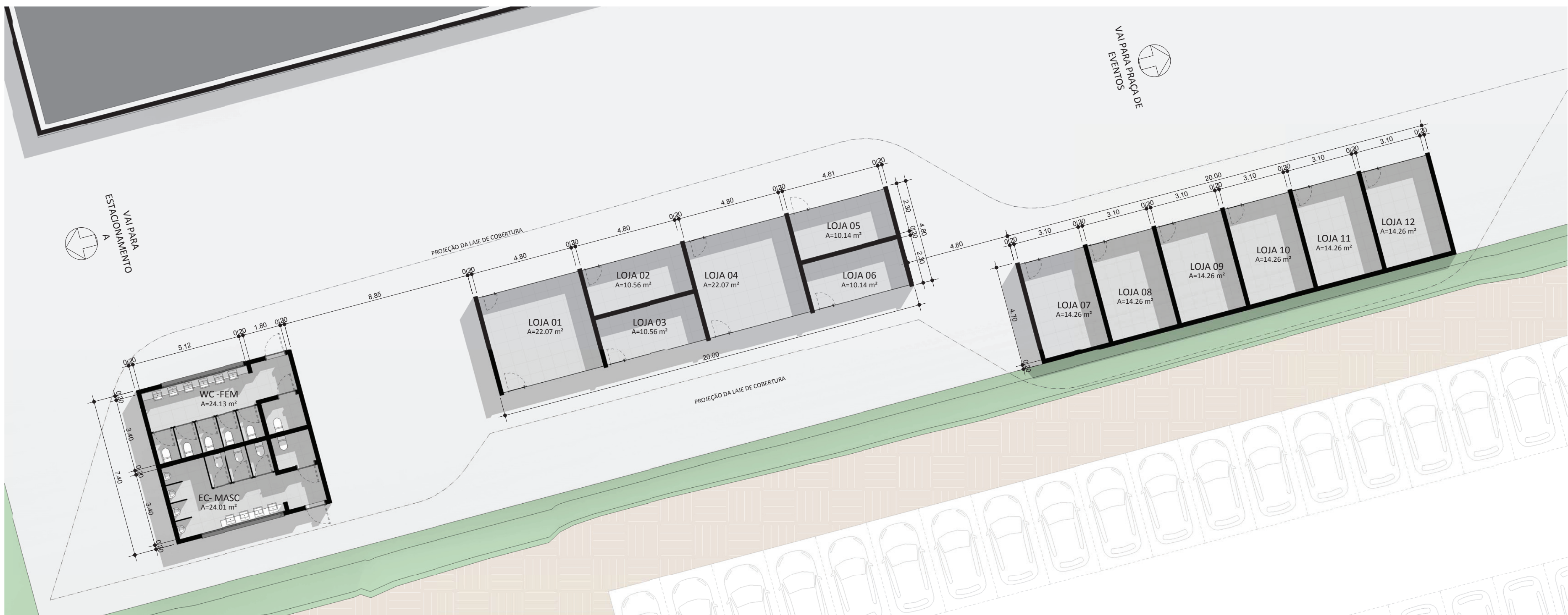
06/10/2017 10:58:07

Disciplina / Fase do projeto:

AR-EP

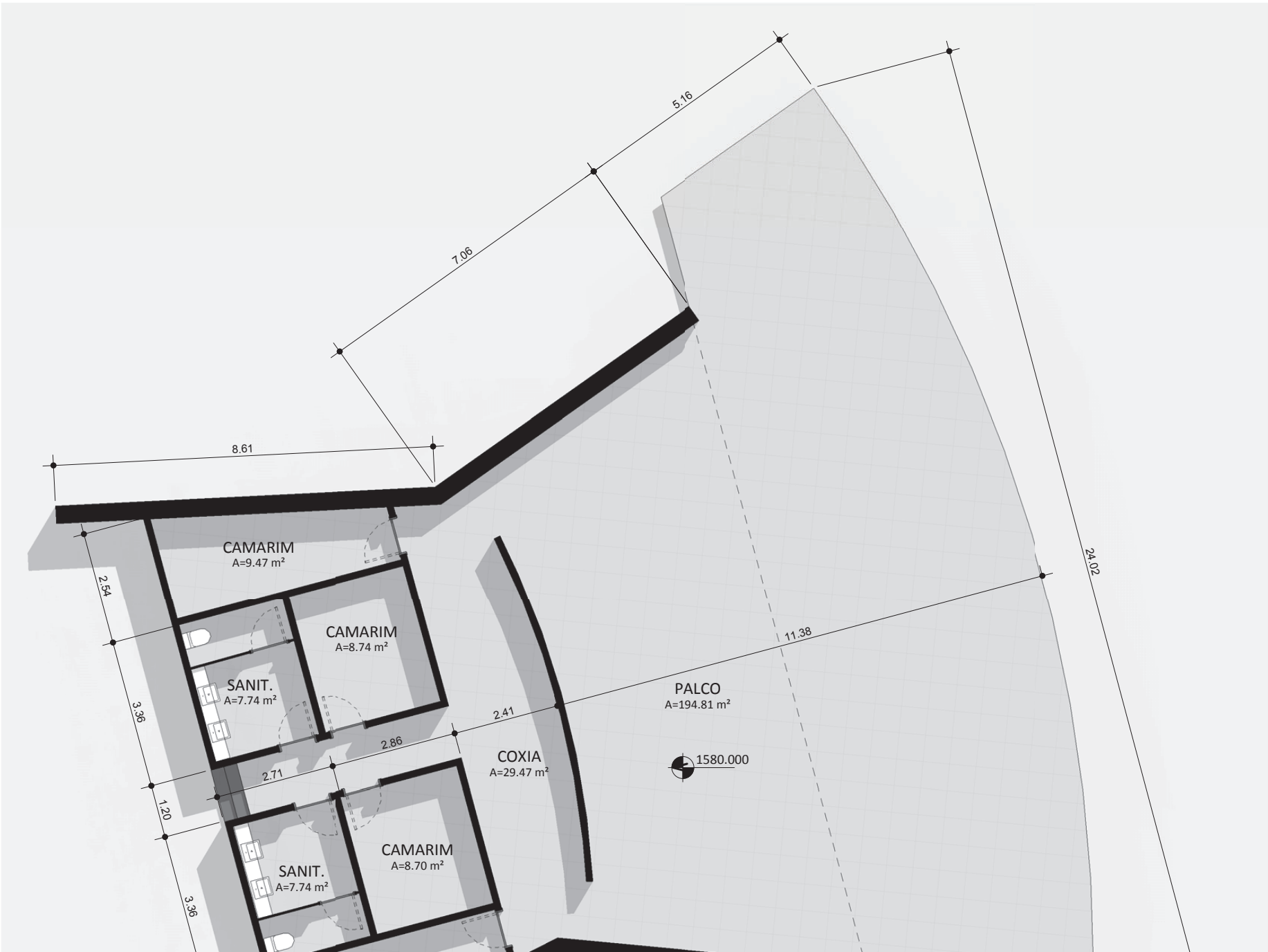
Prancha:

05-06



LOJAS E SANITÁRIO

1:125



MDPLAN
ARQUITETURA

RUA 1131, 225, SALA 02 • 88330-786 • BC, SC • (47) 3268 1552

RESPONSÁVEL TÉCNICO

ARQ. PAULO EDUARDO MAYER

CAU/SC: A38879-3

CONTATO: +55 (47) 9172 7291 | paulo@mdplan.com.br

EQUIPE TÉCNICA

ARQ. PAULO EDUARDO MAYER	CAU/SC: A38879-3
ARQ. GRAZIELA DONATO	CAU/SC: A39351-7
ARQ. NADYUKI KIMOTO	CAU/SC: A36902-0

TELEFÉRICO CAMPOS DO JORDÃO

CIDADE: CAMBORIÚ, SC
ENDEREÇO: BARRA SUL,
BALNEÁRIO CAMBORIÚ

PROPRIETÁRIO

TEDESCO TURISMO

CNPJ/CPF: 25.162.928/0001-01

CONTEÚDO DA PRANCHA



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Contrato STM nº ____/2018

ANEXO 04

INDICADORES DE DESEMPENHO



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Este anexo apresenta detalhadamente o sistema de indicadores de desempenho que avaliarão a qualidade dos serviços prestados pela Concessionária, com medições periódicas do patamar de qualidade atingido.

A construção da estrutura de indicadores de desempenho está diretamente associada aos parâmetros e requisitos mínimos previstos no EDITAL e nos ANEXOS 01 (ELEMENTOS DE PROJETO DAS OBRAS) e 03 (DIRETRIZES BÁSICAS E REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS PARA IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E EXPLORAÇÃO DAS OBRAS OBJETO DA LICITAÇÃO), que são:

- Ordenamento Turístico/ Visitação.
- Infraestrutura
- Atividades Turísticas
- Comunicação
- Planejamento e Gestão

INDICADORES

Categoria	Indicador	Descrição	Periodicidade
Ordenamento turístico e visitação	Porcentual de atendimento à capacidade de suporte estabelecida para os atrativos	Monitorar o número de visitantes nos atrativos do parque.	Mensal
Infraestrutura	Porcentual da realização das obras e reformas nas edificações	Monitorar a realização das obras, reformas e adequações nas edificações	Mensal ao longo do prazo de implantação do empreendimento
Atividades Turísticas	Porcentual de aplicação do Plano Gerenciamento de Riscos e	Monitorar a aplicação do Plano	Semestral



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Categoria	Indicador	Descrição	Periodicidade
	Contingências		
	Porcentual de satisfação do visitante	Monitorar a satisfação do cliente através dos sistemas de avaliação implantados	Semestral
Comunicação	Porcentual de placas de sinalização adequadas	Monitorar a manutenção do sistema de sinalização	Semestral
Planejamento e gestão	Porcentual de realização dos cursos e treinamentos de resgate em altura e primeiros socorros	Monitorar a realização dos treinamentos de resgate em altura e primeiros socorros	Bianual
	Porcentual de realização de cursos de atendimento ao turista	Monitorar a realização dos cursos de atendimento ao turista	Anual
Operação	Horas operacionais do teleférico	Monitorar o período de operação do teleférico	Mensal
	Tempo de espera na fila	Monitorar o tempo de espera na fila	Mensal

Ordenamento turístico e visitação:

Os indicadores para este encargo são utilizados para medir a evolução da concessão em termos de sua capacidade operacional (visitantes nos atrativos).

Infraestrutura:

Os indicadores desenvolvidos para o encargo da infraestrutura estão relacionados com o acompanhamento da realização das obras necessárias para implantar a concessão da forma prevista na proposta da concessionária, por tal motivo sua aplicação ocorrerá apenas no período da implantação do parque.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Atividades turísticas:

Os indicadores desenvolvidos visam mensurar a capacidade da concessionária em manter sua equipe preparada para atendimento ao usuário, no tocante ao gerenciamento de riscos e satisfação dos visitantes.

Comunicação:

O indicador desenvolvido visa mensurar a qualidade da manutenção da sinalização indicativa do parque.

Planejamento e gestão:

O primeiro indicador desta categoria visa mensurar a manutenção da preparação da equipe da concessionária para atendimentos de emergência (resgate em altura e primeiros socorros).

O segundo indicador tem por objetivo verificar a manutenção da qualidade de atendimento ao turista.

Operação:

O primeiro indicador visa mensurar o período de tempo no qual o sistema do teleférico é utilizado e o tempo no qual o sistema está inoperante (considerando o período operacional do sistema no dia).

O segundo indicador tem por objetivo verificar o tempo de espera na fila do sistema do teleférico.

METODOLOGIA DE MENSURAÇÃO

A seguir é apresentada a tabela contendo a mensuração dos indicadores de desempenho.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Indicador	Método de Cálculo	Parâmetro Mandatório	Ação	Indicador de Desempenho
Porcentual de atendimento à capacidade de suporte estabelecida para os atrativos ¹	$\frac{\text{Quantidade de usuários por atração no período}}{\text{Capacidade máxima de usuários no período}}$	Não há	Não há	Não há
Porcentual da realização das obras e reformas nas edificações – Indicador de Evolução Física (IEF) ²	$Ef = \frac{\text{Evolução Física das Obras}}{\text{Evolução Física prevista no cronograma}}$	80%	1ª ocorrência: aplicar advertência 2ª ocorrência em até 6 meses: aplicar penalidade pecuniária	$IEF = (Ef - 0,8) / 0,2$ Com IEF = 0 para $Ef \leq 0,8$
Porcentual de aplicação do Plano de Gerenciamento de Riscos e Contingências – Indicador de Gerenciamento de Riscos e Contingências	$Grc = \frac{\text{Quant.de verificações dos equipamentos realizadas}}{\text{Quantidade de verificações previstas}}$	95%	1ª ocorrência: aplicar advertência 2ª ocorrência em até 1 ano: aplicar penalidade	$IGRC = (Grc - 0,95) / 0,05$ Com IGRC = 0 para $Grc \leq 0,95$

¹ Indicador desenvolvido para acompanhamento da concessão, não havendo penalização prevista.

² Para mensuração deste indicador deverão ser criados marcos de mensuração da evolução das obras de acordo com a proposta da concessionária, tomando-se as unidades de medidas macroscópicas (por exemplo: demolição das edificações, finalização da terraplenagem etc.), evitando-se a mensuração subjetiva de itens construtivos (por exemplo: percentual da demolição das edificações que deve ser realizada no primeiro mês).



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Indicador	Método de Cálculo	Parâmetro Mandatório	Ação	Indicador de Desempenho
(IGRC)			pecuniária	
Porcentual de satisfação do visitante ³ - Indicador de Satisfação (IS)	$Sp = \frac{\text{Quant.de pesquisados que deram nota média maior do que 6,5}}{\text{Quantidade de pesquisados}}$	Maior do que 30%	1ª ocorrência: aplicar advertência 2ª ocorrência em até 1 ano: aplicar penalidade pecuniária	$IS = (Sp - 0,3)/0,7$ Com IS = 0 para $Sp \leq 0,3$
Porcentual de placas de sinalização adequadas - Indicador de Placas de Sinalização (IPS)	$Pa = \frac{\text{Quant.de placas adequadas}}{\text{Quantidade de placas verificadas}}$	90%	1ª ocorrência: aplicar advertência 2ª ocorrência em até 6 meses: aplicar penalidade pecuniária	$IPS = (Pa - 0,9)/0,1$ Com IPS = 0 para $Pa \leq 0,9$
Porcentual de realização dos cursos e treinamentos de resgate em altura e primeiros socorros – Indicador de Treinamentos (IT)	$Tr = \frac{\text{Quantidade de treinamentos realizados}}{\text{Quantidade de treinamentos previstos}}$	95%	1ª ocorrência: aplicar advertência 2ª ocorrência em até 1 ano: aplicar	$IT = (Tr - 0,95)/0,05$ Com IT = 0 para $Tr \leq 0,95$

³ A nota média será calculada de acordo com as notas informadas pelo visitante no questionário.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Indicador	Método de Cálculo	Parâmetro Mandatório	Ação	Indicador de Desempenho
			penalidade pecuniária	
Porcentual de realização cursos de atendimento ao turista – Indicador de Cursos (IC)	$Qr = \frac{\text{Quantidade de cursos realizados}}{\text{Quantidade de cursos previstos}}$	95%	1ª ocorrência: aplicar advertência 2ª ocorrência em até 1 ano: aplicar penalidade pecuniária	$IC = (Qr - 0,95)/0,05$ Com IC = 0 para $Qr \leq 0,95$
Horas operacionais do teleférico ⁴ - Indicador de Operação (IO)	$Qho = \frac{\text{Quantidade de horas operadas}}{\text{Quantidade de horas previstas}}$	90%	1ª ocorrência: aplicar advertência 2ª ocorrência em até 6 meses: aplicar penalidade pecuniária	$IO = (Qho - 0,9)/0,1$ Com IO = 0 para $Qho \leq 0,9$
Tempo de espera na fila ⁵ - Indicador de Tempo de Espera (ITE)	$Me = \frac{\text{Quantidade de medições inferiores a 5 minutos}}{\text{Número total de medições}}$	90%	1ª ocorrência: aplicar advertência	$ITE = (Me - 0,9) * 10$

⁴ Este indicador não será aplicado nos primeiros seis meses da operação do teleférico. No cálculo da quantidade de horas operacionais previstas deverá ser considerado o calendário de funcionamento do equipamento (desenvolvido anualmente pela Concessionária), devendo ser desconsideradas as interrupções causadas por questões ambientais (chuvas, ventos etc.).



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Indicador	Método de Cálculo	Parâmetro Mandatório	Ação	Indicador de Desempenho
			2ª ocorrência em até 6 meses: aplicar penalidade pecuniária	Com ITE = 0 para Me ≤ 0,9

INDICADOR DE DESEMPENHO

A avaliação da qualidade da operação prestada pela CONCESSIONÁRIA será determinada pelo INDICADOR DE DESEMPENHO (ID), o qual será calculado, a partir dos indicadores anteriormente apresentados, de acordo com a seguinte fórmula:

Ao longo da fase de obras:

$$ID = (0,2 * IEF) + (0,2 * IGRC) + (0,2 * IS) + (0,05 * IPS) + (0,05 * IT) + (0,1 * IC) + (0,1 * IO) + (0,1 * ITE)$$

Após a fase de obras:

$$ID = (0,2 * IGRC) + (0,2 * IS) + (0,1 * IPS) + (0,1 * IT) + (0,1 * IC) + (0,2 * IO) + (0,1 * ITE)$$

⁵ Número de medições, inferiores a 5 min, do tempo gasto na fila para acessar a linha de embarque do teleférico.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Contrato STM nº __/2018

ANEXO 05

DIRETRIZES DE CONVIVÊNCIA
ENTRE CONCESSIONÁRIA E EFCJ



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Contrato STM nº __/2018

ANEXO 06

BENS PÚBLICOS TRANSFERIDOS À
CONCESSIONÁRIA



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Contrato STM nº ____/2018

ANEXO 07

REGULAMENTO DA CONCESSÃO



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Contrato STM nº ____/2018

ANEXO 08

ATOS CONSTITUTIVOS DA SPE